

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP

Campus de Presidente Prudente

Faculdade de Ciências e Tecnologia - FCT

POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO RURAL NA REGIÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE:

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura
Familiar (PRONAF) e Programa Estadual de Microbacias
Hidrográficas (PEMH)

Paulo Cesar de Souza

Orientador: Prof. Dr. Antonio Nivaldo
Hespanhol

Tese de Doutorado elaborada junto
ao Programa de Pós-Graduação em
Geografia Geografia (PPGG) – Área
de Concentração “Produção do
Espaço Geográfico”, para obtenção
do título de Doutor em Geografia.

Presidente Prudente, 2012

S717p Souza, Paulo Cesar de.
Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural na Região de Presidente Prudente : Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas / Paulo Cesar Souza. - Presidente Prudente : [s.n], 2012
303 f. ; xxii : il.

Orientador: Antonio Nivaldo Hespanhol
Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia
Inclui bibliografia

1. Políticas Públicas. 2. Desenvolvimento Rural. 3. Agricultura Familiar. I. Hespanhol, Antonio Nivaldo. II. Presidente Prudente. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural na Região de Presidente Prudente : Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas.

**À Júlia (que chegou entre nós em agosto
de 2010), Victória e Divanete, pela
compreensão, presença, companheirismo,
esperança e força.**

Quem somente observa o vento nunca semeará, e o que olha para as nuvens nunca segará [...] Pela manhã semeia a tua semente, a à tarde não retires a tua mão, pois não sabes qual prosperará, se esta, se aquela, ou se ambas serão boas.

Salomão, Eclesiastes, 11: 4,6

AGRADECIMENTOS

- A **Deus**, infinito em todas as coisas, pela **renovação e esperança**.
- Ao meu Pai **Abner** e minha Mãe, **Sidnéia**, pelo apoio constante; principalmente durante as lutas.
- Ao **Prof. Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol**, pelo longo tempo de orientação, e pela disposição em orientar-me nestes últimos quatro anos, e que – mesmo nos momentos mais difíceis –, esteve presente, contribuindo, corrigindo e ensinando.
- A **Secretaria de Estado da Educação do Estado de São Paulo**, principalmente no último ano do doutorado, na pessoa do Prof. Dr. Herman Woofwart, que entendeu a necessidade de priorizar o **Programa Bolsa Mestrado e Doutorado**, possibilitando que os professores da Rede Pública de Ensino do Estado pudessem se capacitar, mesmo porque, sem o incentivo da bolsa não haveria possibilidade em conciliar a pesquisa com o trabalho.
- A **Comissão** da Bolsa Mestrado e Doutorado na pessoa da **Sr^a Denilce Amabile Pinatto**, pela dedicação na coleta de documentos e acompanhamento das etapas da pesquisa e pela prontidão nos vencimentos da bolsa.
- A **Prof^a Dr. Rosangela Ap. Medeiros Hespanhol** e aos amigos membros do **GEDRA**, pelo aprendizado, troca de experiência e as novas amizades que vão surgindo a cada ano.
- Ao amigo **Flavio de Oliveria Saron**, pelo auxílio e dedicação na confecção e montagem dos mapas.
- Aos amigos **Guilherme Werner Krug**, pelo acompanhamento e ajuda constante nas pesquisas de campo e **André Murilo Krug** pelo auxílio nas aulas de inglês e tradução dos textos (resumos e publicações).
- Aos amigos de trabalho (direção, professores, coordenadores e funcionários), da **Escola Estadual de João Ramalho**, na pessoa da diretora Sr^a Cleusa Aparecida Gomes, pela compreensão, apoio, incentivo e partilha dos problemas.
- Aos amigos do **REDEFOR**, Prof. Dr. Raul, Prof. Dr. Cesar, Professores Carlos, Julio, Werneck, Beatriz, Maria e Elivelton, por dividir conhecimentos e problemas.
- Aos funcionários da **Seção de Pós-Graduação**, pela prontidão, dedicação, paciência e compreensão: Chintia, André, Ezinate, Marcia e Ivonete.
- A **Nair**, Secretária da direção da FCT/Unesp, pelas informações e prontidão nos agendamentos das reuniões com orientador.

SUMÁRIO

Índice.....	v
Lista de Figuras.....	ix
Lista de Gráficos.....	xi
Lista de Mapas	xv
Lista de Quadros	xv
Lista de Tabelas	xvi
Lista de Siglas	xix
Resumo	xxii
Abstract	xxiii
Introdução	01
1. O Desenvolvimento como Pressuposto da “Natureza Humana”.....	08
2. Das concepções econômicas a abordagem territorial do Desenvolvimento Rural.....	24
3. O Desenvolvimento Rural no Brasil.....	42
4. A Região de Presidente Prudente: caracterização, Especificidades e a possibilidade da retomada do desenvolvimento nos território rurais.....	84
5. O perfil da Produção Familiar em Municípios pesquisados no EDR de Presidente Prudente/SP.....	144
6. As repercussões do PRONAF e do PEMH nos municípios estudados no EDR de Presidente Prudente/SP/SP.....	185
7. Considerações Finais	244
Referência Bibliográfica.....	252
Anexos	

ÍNDICE

Introdução	01
1. O DESENVOLVIMENTO COMO PRESSUPOSTO DA “NATUREZA HUMANA”	08
1.2. Abordagens sobre os conceitos de “desenvolvimento”	12
1.2.1. A Gênese do desenvolvimento Econômico na sociedade moderna.....	12
1.2.2. O “Mito do Desenvolvimento Econômico”	15
1.2.3. O Desenvolvimento Social e o Desenvolvimento Humano.....	17
1.2.4. O Desenvolvimento sustentável e a questão ambiental no modo de produção capitalista.....	21
2. DAS CONCEPÇÕES ECONÔMICAS A ABORDAGEM TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO RURAL	24
2.1. As concepções econômicas de desenvolvimento rural	25
2.1.1. A Gênese do Desenvolvimento rural: a modernização agrícola e seus reflexos na economia capitalista.....	26
2.2. A emergência de uma abordagem territorial do desenvolvimento rural desde os anos 1990.....	27
2.2.1. O entendimento do rural a partir da perspectiva do território.....	32
2.2.2. A abordagem territorial do desenvolvimento rural: a emergência de políticas públicas para o meio rural.....	35
3. O DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL: do papel do Estado no processo de modernização da agricultura às novas abordagens sobre o desenvolvimento rural pós-1990	42
3.1. Desenvolvimento rural no Brasil: participação estatal e a modernização da agricultura.....	43
3.1.1. A constituição dos complexos agroindustriais e a intensificação das relações capitalistas no campo.....	47
3.1.2. A emergência das análises sobre a produção familiar no Brasil.....	49

3.2. Políticas Públicas e os Desafios para o Desenvolvimento Rural no Brasil, pós-1990: as experiências europeias, o desenvolvimento sustentável e a emergência da abordagem territorial do desenvolvimento	54
3.2.1. As políticas públicas e a abordagem territorial do desenvolvimento rural.....	56
3.2.2. O modelo europeu do Programa Ligações entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural – LEADER.....	61
3.2.3. A adoção da abordagem territorial de desenvolvimento rural e a geração de políticas públicas para a produção familiar no Brasil.....	63
3.3. A importância do PRONAF e dos Programas Estaduais de Microbacias como políticas de desenvolvimento territorial.....	68
3.3.1. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF	71
3.3.2. O Programa de Microbacias Hidrográficas (PEMH) no Estado de São Paulo.....	77
4. A REGIÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE: CARACTERIZAÇÃO, ESPECIFICIDADES E A POSSIBILIDADE DA RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO NOS TERRITÓRIO RURAIS.....	84
4.1. A Região de Presidente Prudente: caracterização e ciclos econômicos....	86
4.1.1. Do ciclo do café às culturas do algodão e do amendoim (1920 – 1960).....	88
4.1.2. Período de involução/estagnação econômica: de 1960 a 1990.....	92
4.1.3. O novo ciclo econômico regional pós-1990: as perspectivas para uma abordagem territorial do desenvolvimento rural	96
4.2. O EDR de Presidente Prudente como recorte territorial: análise histórica e aspectos demográficos pós-1990.....	98
4.3. Os Municípios do EDR de Presidente Prudente/SP como recorte geográfico e objeto de análise.....	99
4.3.1. As relações sócio-espaciais entre os municípios do EDR com a cidade de Presidente Prudente.....	104
4.3.2. Dinâmica populacional dos municípios do EDR de Presidente Prudente: 1970 – 2010.	108
4.3.3. Condições de vida das populações nos Municípios do EDR de	

Presidente Prudente/SP.....	112
4.3.4. Configuração sócio-espaical dos Municípios do EDR de Presidente Prudente pós-1990.....	118
4.3.4.1. As Mudanças na ocupação do solo no EDR de Presidente Prudente pós-1990.....	128
4.3.4.2. A caracterização da ocupação do solo nos oito municípios estudados no EDR de Presidente Prudente.....	132
4.3.4.3. Caracterização da produção de leite no EDR de Presidente Prudente: busca de alternativas de renda na produção familiar.....	138
5. O PERFIL DA PRODUÇÃO FAMILIAR EM MUNICÍPIOS PESQUISADOS NO EDR DE PRESIDENTE PRUDENTE/SP.....	144
5.1. A produção familiar e os diferentes tipos de produtores rurais presentes em municípios do EDR de Presidente Prudente/SP.....	145
5.2. Caracterização social do produtor familiar dos municípios pesquisados no EDR de Presidente Prudente/SP.....	151
5.2.1. A composição familiar e os níveis de instrução dos produtores rurais	153
5.2.2. Qualidade de vida dos produtores rurais nos municípios pesquisados	156
5.3. Relações de Trabalho e Renda dos produtores rurais nos municípios pesquisados	159
5.3.1. A produção agropecuária e as rendas agrícolas dos produtores rurais	163
5.3.2. As condições de infraestrutura nas propriedades rurais dos municípios pesquisados	167
5.3.3. A infraestrutura de transporte e a comercialização da produção agropecuária.....	174
5.4. As relações institucionais estabelecidas pelos produtores rurais pesquisados	177
5.5. A disponibilidade e as condições das matas e dos recursos hídricos nas propriedades rurais dos municípios pesquisados.....	183
6. AS REPERCUSSÕES DO PRONAF E DO PEMH NOS MUNICÍPIOS ESTUDADOS NO EDR DE PRESIDENTE	

PRUDENTE/SP.....	185
6.1. A inserção e atuação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF – nos municípios pesquisados no EDR de Presidente Prudente.....	
6.1.1. A agricultura familiar e a territorialização do PRONAF em municípios pesquisados no EDR de Presidente Prudente/SP.....	193
6.1.2 As repercussões do PRONAF junto aos produtores rurais dos municípios pesquisados no EDR de Presidente Prudente/SP.....	197
6.2. O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH): repercussões e impactos em municípios estudados no EDR de Presidente Prudente/SP.....	206
6.2.1. As ações e intervenções do PEMH nos municípios estudados no EDR de Presidente Prudente/SP.....	210
6.2.2. As intervenções conservacionistas promovidas pelo PEMH nos municípios do EDR de Presidente prudente/SP.....	220
6.3. As intervenções e repercussões do PEMH entre os produtores rurais dos municípios do EDR de Presidente Prudente/SP.....	229
6.3.1. As ações conservacionistas e a questão do manejo dos recursos naturais: repercussões junto aos produtores rurais dos municípios do EDR de Presidente Prudente/SP.....	233
6.3.2. As relações institucionais articuladas pelo PEMH junto aos produtores rurais pesquisados.....	240
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	244
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	252

LISTA DE FIGURAS

1 –	Relação sócio-espacial dos municípios do EDR de Presidente Prudente com a sede regional.....	108
2 –	Casa de Alvenaria em propriedade rural no município de Alfredo Marcondes/SP.....	157
3 –	Casa de Alvenaria (ampla) em propriedade rural no município de Álvares Machado/SP.	157

	Aspecto do ambiente da mangueira de leite após segunda ordenha	
4 –	(tarde) – propriedade rural localizada na Microbacia Hidrográfica do Córrego Santa Maria, Bairro Sete Copas – Indiana/SP.....	169
5 –	Ambiente das instalações de armazenamento do leite e tanque de expansão/resfriamento – propriedade rural localizada na Microbacia hidrográfica do Ribeirão Alegrete, Martinópolis/SP, 2010	170
6 –	Colheitadeira - propriedade rural na área da Microbacia Hidrográfica do Santa Maria, Bairro Sete Copas – Indiana/SP/SP	170
7 –	Plantadeira – associação dos produtores Rurais de Santo Expedito/SP, convênio Prefeitura, Governo do Estado e Associação dos produtores rurais.....	171
8 –	Distribuidor de Calcário adquirido com incentivos do PEMH por associação de Produtores da Microbacia Hidrográfica do Ribeirão Alegrete, Martinópolis/SP.....	173
9 –	Instalações da mangueira e de ordenha/armazenamento do leite – associação dos produtores rurais – Programa Banco da Terra – Santo Expedito/SP.....	173
10 –	Aspecto típico de um Armazém ou tulha da propriedade rural - Microbacia Hidrográfica do Santa Maria, Bairro Sete Copas – Indiana/SP/SP.....	173
11 –	Modelo padrão do poço e abastecedouro comunitário adquirido e instalado através dos incentivos do PEMH – propriedade rural Microbacia Hidrográfica Córrego Jacutinga Santo Expedito/SP.....	173
12 –	Aspecto da APP recuperada (ao fundo) em propriedade onde se produz leite – Microbacias do Ribeirão Alegrete – Martinópolis (2010), inserida no programa em 2003.....	183
13 –	Avanço de voçoroca em propriedade rural no município de Indiana, decorrente das águas pluviais oriundas das enxurradas urbanas (2010).....	184
14 –	Estrutura administrativa e participativa do PEMH (SAA/Cati/SP): escalas de ações, fornecimento de serviços e incentivos financeiros (2000 – 2008). Fonte: CATI (2009)	208

15 –	Aspecto do terraço, reforma e divisão de pastagens em propriedade rural na microbacia do Córrego Guarucaia em Presidente Bernardes /SP (2009).....	223
16 –	Fossa séptica biodigestora construída com incentivos do PEMH – propriedade rural na Microbacia do Ribeirão Alegre – Martinópolis/SP (2009).....	224
17 –	Construção de fossa séptica biodigestora em propriedade rural no Município de Santo Expedito/SP (2008).....	224
18 –	Reservatório de água em propriedade rural na Microbacia do Ribeirão Alegre – Martinópolis/SP (2009): detalhe do encanamento de reutilização da água na propriedade	224
19 –	Abastecedouros comunitários (20.000) na Vila Rural – Programa Banco da Terra – Município de Santo Expedito/SP (2010)	226
20 –	Modelo de hidrômetro utilizado para controle da água nas propriedades rurais da Microbacias dos Córregos Paca e Macaco em Álvares Machado/SP (2010).....	226
21 –	Trabalho de perfuração de poço para instalação de abastecedouro comunitário no Município de Santo Expedito/SP (2008). Técnicos dos órgãos públicos e da empresa especializada no serviço.....	226
22 –	Adequação de trecho de estradas rurais na área da microbacia do Córrego Jacutinga – Município de Santo Expedito/SP (2008),	227

LISTA DE GRÁFICOS

1 –	Evolução do PRONAF no Brasil (1995 – 2005): número de contratos e recurso (R\$).....	76
2 –	Dinâmica Populacional do EDR de Presidente Prudente: população total, urbana e rural (1970 – 2010).....	99
3 –	Número de Unidades de Produção Agropecuária no EDR de Presidente Prudente por extrato de área (em hectares) – 1995/96 e 2007/2008.....	121

	Área (ha.) ocupada pelas Unidades de Produção Agropecuária no EDR de	
4 –	Presidente Prudente - levantamentos 1995/96 e 2007/08 (%).....	121
5 –	Distribuição do Número de UPAs por área (ha.) no Município de Alfredo Marcondes/SP – 1995/95 e 2007/08.....	121
6 –	Distribuição do Número de UPAs por área (ha.) no Município de Álvares Machado/SP – 1995/95 e 2007/08.....	121
7 –	Distribuição do Número de UPAs por área (ha.) no Município de Caiabú/SP – 1995/95 e 2007/08.....	121
8 –	Distribuição do Número de UPAs por área (há.) no Município de Emilianópolis/SP – 1995/95 e 2007/08.....	122
9 –	Distribuição do Número de UPAs por área (há.) no Município de Indiana/SP – 1995/95 e 2007/08.....	122
10 –	Distribuição do Número de UPAs por área (há.) no Município de Martinópolis/SP – 1995/95 e 2007/08.....	122
11 –	Distribuição do Número de UPAs por área (ha.) no Município de Presidente Bernardes/SP – 1995/95 e 2007/08.....	122
12 –	Distribuição do Número de UPA por área (há.) no Município de Santo Expedito/SP – 1995/95 e 2007/08.....	127
13 –	Índice de GINI (em relação a desigualdade da terra) dos Municípios do EDR de Presidente Prudente/SP – 1995–2008	130
14 –	Evolução do valor de produção da cana-de-açúcar no EDR de Presidente Prudente, São Paulo: 1995 – 2010.....	139
15 –	Evolução do preço do leite (litro) no Estado de São Paulo e no EDR de Presidente Prudente/SP – 1995 – 2010 (R\$)	140
16 –	A bovinocultura nos municípios do EDR de Presidente Prudente/SP: total	

	de bovinos e número de vacas leiteiras (1995/96 a 2007/08).....	141
17 –	Evolução do percentual de gado leiteiro nos municípios do EDR de Presidente Prudente – 1995/95 e 2007/08.....	141
18 –	Evolução do percentual de gado leiteiro nos municípios do EDR de Presidente Prudente: relação de crescimento percentual entre 1995/06 e 2007/80	152
19 –	Tempo de posse ou aquisição da propriedade rural entre os produtores pesquisados (%) em municípios do EDR de Presidente Prudente.	152
20 –	Níveis de instrução dos produtores rurais (proprietários) em municípios pesquisados no EDR de Presidente Prudente/SP.....	154
21 –	Percentual dos Extratos de área (em hectares) das propriedades rurais analisadas nos municípios do EDR de Presidente Prudente/SP	156
22 –	Tipo das Residências dos Produtores Rurais dos municípios do EDR de Presidente Prudente – 2010 (metragem (m ²) – porcentagem de produtores).....	158
23 –	Força de trabalho (diária) utilizada pelos produtores rurais pesquisados nos municípios do EDR de Presidente Prudente/SP – 2010.....	160
24 –	Produtores rurais dos oito municípios estudados que exercem atividades não-agrícolas (2010).....	161
25 –	Renda líquida (média mensal) das famílias dos produtores rurais pesquisados (2010).....	161
26 –	Tipos de produção presentes nas 80 propriedades rurais estudadas em municípios do EDR de Presidente Prudente/SP.....	163
27 –	Culturas temporárias produzidas nos municípios do EDR de Presidente Prudente/SP 2009/10 (%).....	164
28 –	Classificação dos tipos de exploração pecuária praticada pelos produtores rurais pesquisados (%).....	166
29 –	Meios de escoamento da produção agropecuária utilizados pelos	

	produtores rurais pesquisados dos municípios	175
	
30 –	Comercialização e destino da produção agropecuária dos produtores rurais pesquisados nos municípios do EDR de Presidente Prudente/SP – 2010.....	176
31 –	Participação dos produtores rurais em organizações sociais coletivas – Estado de São Paulo, EDR de Presidente Prudente e nos oito municípios pesquisados (1995/96 e 2007/08)	179
32 –	Participação dos produtores rurais dos municípios do EDR de Presidente Prudente/SP em organizações sociais coletivas - 1995/96	180
33 –	Participação dos produtores rurais dos municípios do EDR de Presidente Prudente/SP em organizações sociais coletivas - 2007/08	180
34 –	Participação dos produtores rurais dos municípios do EDR de Presidente Prudente em organizações sociais (%)......	182
35 –	Montantes dos recursos do PRONAF adquiridos pelos produtores rurais nos oito municípios pesquisados no EDR de Presidente Prudente/SP – série histórica 1999/2000 a 2008/2009.....	187
36 –	Evolução dos montantes de crédito do PRONAF no município de Presidente Bernardes/SP – 1999/2009.....	187
37 –	Evolução dos montantes de crédito do PRONAF no município de Martinópolis/SP – 1999/2009.....	187
38 –	Evolução dos montantes de crédito do PRONAF no município de Álvares Machado/SP – 1999/2009	188
39 –	Evolução dos montantes de crédito do PRONAF no município de Caiabu/SP – 1999/2009.....	189
40 –	Evolução dos montantes de crédito do PRONAF no município de Santo Expedito/SP – 1999/2009.....	189
41 –	Evolução dos montantes de crédito do PRONAF no município de Indiana/SP – 1999/2000 e 2008/2009	190
42 –	Evolução dos montantes de crédito do PRONAF no município de Alfredo Marcondes/SP – 1999/2009	191
43 –	– Evolução dos montantes de crédito do PRONAF no município de Emilianópolis/SP – 1999/2009.....	191

44 –	Montante dos Recursos do PRONAF destinados aos oito municípios estudados no EDR de Presidente Prudente, nos períodos dos anos agrícolas 1999/2000 a 2008/2009 (reais)	191
45 –	Número de contratos efetuados pelo PRONAF nos municípios pesquisados no EDR de Presidente Prudente/SP - série histórica: anos agrícolas 1999/2000 a 2008/2009.....	193
46 –	Setor da propriedade e tipo de produção agropecuária em que os produtores dos municípios do EDR de Presidente Prudente utilizaram os recursos do PRONAF (1999 – 2010)	200
47 –	Intervenções conservacionistas do PEMH nos municípios estudados no EDR de Presidente Prudente (2000 – 2007): manejo do solo/área/ha.....	222
48 –	Opinião dos produtores rurais pesquisados em municípios do EDR de Presidente Prudente sobre a mudança da mentalidade em relação à preservação ambiental	235
49 –	Aspectos positivos e negativos dos PEMH relatados pelos produtores rurais pesquisados nos municípios estudados do EDR de Presidente Prudente – SP.....	238

LISTA DE MAPAS

1 –	EDR de Presidente Prudente – Estado de São Paulo: divisão política.....	103
2 –	Localização dos Municípios Estudados no EDR de Presidente Prudente, Estado de São Paulo.....	102
3 –	Municípios estudados no EDR de Presidente Prudente/SP: relação sócio-espacial entre os municípios e o centro regional	103
4 –	Estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar e área ocupada nos oito municípios pesquisados no EDR de Presidente Prudente/SP (2010)	195
5 –	Porcentagem do Número de contratos e montante dos recursos do PRONAF nos oito municípios pesquisados no EDR de Presidente Prudente/SP.....	197

6 –	Áreas de Prioridades do PEMH – CATI/SAA – SP.....	209
7 –	Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas – CATI/SAA - SP, EDR de Presidente Prudente/SP.....	213

LISTA DE QUADROS

1 –	Categorias de Beneficiários do PRONAF – tipo de agricultor/renda bruta.....	75
2 –	Tipos de produtores rurais dos municípios estudados no EDR de Presidente Prudente/SP.....	146
3 –	Estrutura de produção agropecuária dos produtores rurais da Região de Presidente Prudente/SP – 2010.....	168
4 –	Estrutura Física e Benfeitorias nas Propriedades Rurais pesquisadas na Região de Presidente Prudente – 2010.	172
5 –	Adesão as linhas do PRONAF pelos produtores rurais pesquisados no EDR de Presidente Prudente no período de 1996 à 2010 e principais aplicações dos recursos	201
6 –	Adesão a linha de crédito PRONAF infra-estrutura e serviços nos municípios estudados no EDR de Presidente Prudente/SP no período de 1996 à 2000, através do(s) PMDR(s) e CDRM(s).....	203
7 –	Considerações e expectativas do PRONAF junto aos produtores pesquisados nos oito municípios estudados no EDR de Presidente Prudente.....	205
8 –	Intervenções do PEMH nos municípios da região de Presidente Prudente/SP.	233

LISTA DE TABELAS

1 –	Critérios de Priorização da Microbacia Hidrográfica (MBH) no município.....	82
2 –	Utilização das terras na MRG de Presidente Prudente – SP (1960 – 1985)..	94
3 –	População total, rural e urbana: Estado de São Paulo e do EDR de	

	Presidente Prudente (1991 – 2010).....	100
4 –	Evolução Populacional dos municípios menores (grupo A) do EDR de Prudente (1970 – 2010).....	109
5 –	Evolução Populacional dos municípios maiores (grupo B) do EDR de Presidente Prudente (1991 – 2010).....	111
6 –	Perfis Populacionais dos Municípios Estudados no EDR de Presidente Prudente – SP (2009 – 2010).....	113
7 –	Rendas <i>per Capta</i> (em salários mínimos) referentes aos municípios do EDR de Presidente Prudente e a média dos oito municípios pesquisados – 2000.....	116
8 –	IDH e IDH-M dos municípios do EDR de Presidente Prudente (1980, 1991, 2000).....	117
9 –	Extratos de área (ha.) das UPAs dos municípios estudados no EDR de Presidente Prudente/SP: 1995/96 e 2007/08.....	126
10	Uso da terra no EDR de Presidente Prudente/SP em 1995/96 e – 2007/08.....	129
11	Percentual do Crescimento da cultura da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo e no EDR de Presidente Prudente: 1995 – 2008	130
12	Principais culturas temporárias no EDR de Presidente Prudente: 1995/96 – 2007/08 (área/hectare).....	132
13	Ocupação do solo por área (ha) e porcentagem (%) nos municípios estudados na Região de Presidente Prudente (1995/1996).....	134
14	Ocupação do solo por área (há) e porcentagem (%) nos municípios estudados na Região de Presidente Prudente (2007/2008)	135
15	Principais culturas temporárias e perenes nos municípios do EDR de Presidente Prudente entre 1995/96 e 2007/08.....	137
16	Tabela 16 – Produção de leite no EDR de Presidente Prudente/SP: nº de litros e valor da produção (2000 – 2010).....	139
17	Tabela 17 – Número de contratos do PRONAF nos municípios pesquisados no EDR de Presidente Prudente: série histórica dos anos agrícolas de 1999/2000 a 2008/2009.....	192
18	Tabela 18 – Número e área (ha) ocupada pelas UPAs do EDR de	

	Presidente Prudente e do Estado de São Paulo (%) por extrato de área (1995/06 e 2007/08).....	210
19	Tabela 19 – Ações de intervenção do PEMH executadas pelos produtores rurais dos municípios pesquisados no EDR de Presidente Prudente (2000 – 2008).....	215
20	Tabela 20 – Número de produtores beneficiados pelo PEMH nos municípios estudados no EDR de Presidente Prudente/SP (2000 – 2007) e média de produtores por MBH no município	216
21	Tabela 21 – PEMH nos municípios do EDR de Presidente Prudente/SP: produtores contemplados, Microbacias Hidrográficas (MBH), valor total e valor apoiado (R\$).	218
22	Tabela 22 – Intervenções do PEMH nos municípios estudados no EDR de Presidente Prudente/SP: nº de produtores beneficiados / quantidade de municípios beneficiados (2000 – 2008).....	219
23	Tabela 23 – Intervenções do PEMH nos oito municípios estudados no EDR de Presidente Prudente (2000-2008) – (quantidade)	220
24	Áreas (ha) e número de produtores atendidos pelo PEMH nos oito municípios estudados em relação ao EDR e ao Estado de São Paulo (%)....	221
25	Benefícios recebidos pelos produtores rurais dos municípios estudados no EDR de Presidente Prudente com o PEMH (individuais e coletivos).....	233
26	Destino dos resíduos sólidos (lixo) da produção e das residências das propriedades rurais pesquisadas nos municípios do EDR Presidente Prudente/SP.....	236
27	Práticas conservacionistas de manejo do solo e produção agropecuária executadas pelos produtores rurais pesquisados dos municípios estudados no EDR de Presidente Prudente/SP.(2010)	237
28	Assistência técnicas recebida pelos produtores rurais pesquisados nos municípios estudados no EDR de Presidente Prudente no período de implementação do PEMH (2000 – 2008)	242

LISTA DE SIGLAS

APP	Área de Preservação Permanente
APRAM	Associação dos Produtores Rural de Alfredo Marcondes
APRUMAR	Associação dos Produtores Rurais de Martinópolis
BACEN	Banco Central do Brasil
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Mundial
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAI	Complexo Agroindustrial Integrado
CATI	Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CAZOLA	Cooperativa dos Produtores da Zona Oeste de Lucélia
CEASA	Central Estadual e Abastecimento S/A
CEAGESP	Central de Abastecimento Geral do Estado de São Paulo
CEBs	Comunidades Eclesiásticas de Base
CEE	Comunidade Econômica Européia
CEPAL	Centro de Estudos para a América Latina e Caribe
CMDR	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
COAMO	Cooperativa Agroindustrial do Meio Oeste
COCAMAR	Cooperativa Agrícola de Maringá
CODASP	Companhia de Desenvolvimento do Estado de São Paulo
COMIGO	Cooperativa Agroindustrial dos produtores Rurais do Sudoeste de Goiás
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG	Confederação dos Trabalhadores na Agricultura
COOPAVEL	Cooperativa Agrícola de Cascacel
COPACOL	Cooperativa Agrícola Consolata Ltda
DORA	Dinamics of Rural Areas
EDR	Escritório de Desenvolvimento Rural
EF	Ensino Fundamental
EM	Ensino Médio
EMATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	Empresa Brasileira de Extensão Rural
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FAT	Fundo de Assistência ao Trabalhador
FATEC	Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo
FCO	Fundos Constitucionais do Canto-Oeste
FHC	Governo Fernando Henrique Cardoso
FIDA	Fundação Internacional do Desenvolvimento Agrícola
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNE	Fundos Constitucionais do Nordeste
IAMSPE	Instituto Ambulatorial dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano por Município
IEA	Instituto de Economia Agrícola do Estado de São Paulo
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola
INCRA	Instituto Nacional de Reforma Agrária
IPM	Informações dos Perfis Municipais
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LEADER	Programa Ligações Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural
LUPA	Levantamento das Unidades de Produção Agropecuária
MBH	Microbacia Hidrográfica
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
MIN	Ministério da Integração Nacional
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MRG	Microrregião Geográfica
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
OCDE	Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Política Agrícola Comum
PCP	Projeto Coletivo das Propriedades
PDSTR	Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais
PEA	População Economicamente Ativa
PEMH	Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas
PIB	Produto Interno Bruto

PIP	Projeto Individual da Propriedade
PMDR	Plano Municipal de Desenvolvimento Rural
PNAD	Programa Nacional de Amostra de Domicílios
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNDR	Programa Nacional de desenvolvimento Rural
PNMH	Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas
PNOT	Programa Nacional de Ordenamento Territorial
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
PNUD	Programa das nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
Procera	Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária
Proger	Programa de Geração de Renda
PRONAF	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSF	Posto de Saúde das Famílias
RL	Reserva Legal
SAA	Secretaria de Agricultura e Abastecimento
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Regional
SEADE	Sistema de Análise de Dados do Estado de São Paulo
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SUS	Sistema único de Saúde
U.E.	União Européia
UBS	Unidade Básica de Saúde
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNIESP	Universidade do Estado de São Paulo
Unoeste	Universidade do Oeste Paulista
UPAs	Unidades de Produção Agropecuária

POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO RURAL NA REGIÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE: PRONAF E PEMH.

RESUMO

No Brasil, o desenvolvimento rural foi entendido como sinônimo de incorporação de técnicas modernas aos processos produtivos da agropecuária. Somente na década de 1990 começaram a ser implementadas políticas públicas direcionadas aos pequenos produtores rurais e as classes menos favorecidas do meio rural brasileiro. A região de Presidente Prudente, após período de ocupação e crescimento das culturas agrícolas, passou por um processo de retração econômica durante as décadas de 1960 e 1980, com forte êxodo rural e perda do dinamismo econômico por parte dos municípios, em virtude da redução da importância da agropecuária e da diminuição da circulação de capitais. Entretanto, nos anos 1990, com a redemocratização e o fortalecimento do poder municipal houve maior injeção de recursos através de políticas públicas, propiciando a retração do êxodo rural e melhoria nas condições de produção e de sobrevivência no meio rural. A pesquisa buscou entender as condições sócio-econômicas e espaciais dos pequenos produtores rurais de municípios localizados na área do Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Presidente Prudente, se propondo a discutir as ações de duas políticas públicas que foram instituídas a partir anos 1990 e intensificadas na primeira década do século XXI. Com o objetivo de verificar a importância do PRONAF e do PEMH, procurou-se evidenciar as ações destas no contexto dos municípios rurais do EDR, visto que possuem linhas de crédito para aquisição de equipamentos agropecuários, tem princípios conservacionistas e boa aceitação por parte dos produtores rurais. Ambas induziram a participação dos produtores nas ações locais e na organização de associações. Constata-se que, as políticas públicas se bem conduzidas são capazes de agilizar uma nova dinâmica produtiva na agropecuária regional, através de gestão participativa e envolvimento da sociedade.

Palavras-chave: desenvolvimento rural, agropecuária, políticas públicas, PRONAF, PEMH.

PUBLIC POLICIES AND RURAL DEVELOPMENT IN THE REGION OF PRESIDENTE PRUDENTE: PRONAF E PEMH.

ABSTRACT

In Brazil, rural development was understood as a synonym of incorporating modern techniques to the agriculture productive processes. Only in the 1990 began to be implemented public policies directed to small farmers and the rural disadvantaged classes. The region of Presidente Prudente, after occupation period and growth of agricultural crops, has gone through a process of economic retraction during the decades of 1960 and 1980, with strong rural exodus and loss of economic dynamism on the part of municipalities as a result of the reduction of the importance of agriculture and the decline of the movement of capital. However, in 1990, with the democratization and strengthening of the municipal power there was greater injection of resources through public policies, enabling the retraction of rural exodus and improvement in the conditions of production and survival in rural areas. The survey sought to understand the socio-economic and spatial conditions of small farmers from municipalities located in the area of Rural Development Office (EDR) of Presidente Prudente, proposing to discuss the actions of two public policies that were introduced from year 1990 and intensified in the first decade of the 21ST century. In order to verify the importance of PRONAF and PEMH, sought to highlight these actions in the context of the rural municipalities of EDR, seen that have lines of credit for acquisition of agricultural equipment, has good acceptance by conservation principles and part of rural producers. Both led to the participation of producers in local actions and in the Organization of associations. We note that, although public policies conducted are able to expedite a new productive dynamics in regional agriculture, through participatory management and the involvement of society.

Keywords: rural development, agriculture, public policies, PRONAF, PEMH.

POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO RURAL NA REGIÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE/SP: PRONAF E PEMH

Introdução

A pesquisa tem como foco central o estudo da situação socioeconômica dos pequenos e médios produtores rurais¹, em municípios localizados na zona de jurisdição do Escritório de Desenvolvimento Regional (EDR) de Presidente Prudente².

A escolha do tema decorre de alguns questionamentos surgidos após investigação, em nível de Mestrado³, acerca da importância do meio rural e da produção agropecuária no município de Martinópolis, quando se constatou a existência de fatores locais que permitem vislumbrar a estabilidade da produção agropecuária, nas pequenas propriedades rurais, e a importância desse segmento para as economias locais.

Entre os anos 1920 e 2000, a Região de Presidente Prudente passou por três ciclos distintos que caracterizam sua formação econômica e social: a) estruturação espacial com base no setor agrícola (1920/60); b) involução/estagnação produtiva e esvaziamento populacional (final de 1960 a 1990); e c) retomada do crescimento populacional e desaceleração do êxodo rural, a partir da segunda metade dos anos 1990⁴.

O primeiro período datado dos anos de 1920 a 1960 teve início com a implantação da Estrada de Ferro Sorocabana, sendo que o principal fator para a ocupação das terras foi a especulação imobiliária e o plantio de café (LEITE, 1998; MONBEIG, 1975). O segundo período se deu entre os anos 1960 e meados da década de 1990, quando ocorreu o declínio das lavouras e sua substituição por pastagens,

¹ As referências para pequena e média propriedade desta pesquisa foram tomadas através da classificação da CATI/SAA/SP, para as unidades de produção agropecuária: 10 – 50 hectares, pequenas; 50 – 200, médias e acima de 200 hectares, estão as grandes.

² Segundo a Fundação SEADE (2010), o PIB *per capita* era de R\$ 13.725,23 a.a., cerca de metade do PIB *per capita* estadual, com participação de 0,798% do total do Estado (2008). Disponível em: www.seade.sp.gov.br. Acesso em dez/2010.

³ Mestrado desenvolvido pelo autor junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia pela FCT/UNESP de Presidente Prudente, intitulado *A Resistência dos Bairros Rurais no Município de Martinópolis/SP*, no período de 2002 a 2004.

⁴ A “desaceleração do êxodo rural” e o retorno do crescimento populacional total, a partir dos anos 1990, foi verificada por Souza e Hespanhol (2002; 2010).

resultando na diminuição dos investimentos e expulsão⁵ de parcela expressiva da população rural (D'INCAU, 1975). O terceiro período, datado de 1990 em diante, sinalizou para um aumento das populações locais, a estagnação do êxodo rural e um pequeno crescimento econômico, nos municípios da região.

Sobre esta última fase, Hespagnol e Souza (2009; 2010) salientam que algumas localidades apresentam novas alternativas para a continuidade da produção agropecuária. Alguns aspectos puderam ser notados, como o aumento do número de propriedades policultoras; a substituição da produção agrícola pela pecuária de leite, a criação de animais (bovinos e suínos), a olericultura e a horticultura, vinculadas, principalmente, ao abastecimento dos mercados local e regional.

Nos municípios que compõem o EDR de Presidente Prudente – sobretudo os mais próximos do centro regional –, os pequenos e médios produtores mantêm suas propriedades com dificuldades, desenvolvendo estratégias que garantam a sobrevivência das famílias e sua reprodução social.

Na década de 1960, emerge um novo modelo produtivo na agricultura brasileira, em decorrência da adoção do pacote da Revolução Verde (ALVES, 2008). Passam a coexistir dois tipos de exploração da terra: as explorações capitalistas e as pequenas e médias explorações, baseadas no trabalho familiar⁶.

Na década de 1990, a noção de agricultura familiar é incorporada a algumas políticas públicas. Com o agravamento dos problemas ambientais e a busca da segurança alimentar, o tema da sustentabilidade ganhou expressividade junto às políticas públicas voltadas ao meio rural e ao desenvolvimento de áreas pobres. Atualmente, observa-se a adoção da abordagem territorial no âmbito do desenvolvimento rural e a inserção de políticas públicas com esse enfoque (BONNAL; MALUF, 2007; NAVARRO, 2010; ABRAMOVAY, 2000; MALUF, 2010; FAVARETO, 2010; CAZELLA, 2010).

Para a formulação de políticas públicas, após 1990, parte-se do pressuposto de entender o rural como espaço onde são estabelecidas as relações entre a sociedade e a natureza, de vivência, saberes, práticas, usos e costumes, história,

⁵ Esse termo é utilizado por D'Incau (1975), para evidenciar a intensificação do êxodo rural na Região de Presidente Prudente, a partir da década de 1960. A autora apresenta também o esvaziamento populacional nos municípios da região e faz uma análise sobre as dificuldades das áreas urbanas em receberem os contingentes de população rural, o crescimento da classe dos trabalhadores diaristas no setor agropecuário (boias-frias) e seu empobrecimento.

⁶ As diferenças entre estes dois modelos estão notificadas quanto ao tamanho da propriedade, nos tipos de exploração (monocultora ou policultora), nos tipos e quantidade de rendas, na inserção ao mercado (GRAZIANO DA SILVA, 1998; 2000; ABRAMOVAY, 1999).

especificidades e formas próprias de utilizar os recursos naturais disponíveis. Com a redemocratização do país, nos anos 1980, e a promulgação da Constituição Federal, em 1988, novos mecanismos foram constituídos para favorecer a atuação da sociedade. São criados os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRs) e a possibilidade de envolvimento social na execução de políticas públicas.

Com o fortalecimento dos municípios como entes federativos, as reivindicações populares, setoriais e ambientais se fortaleceram, e o Estado passou a responder, por meio do estabelecimento de novas políticas públicas, a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (ABRAMOVAY, 1998; ABRAMOVAY; VEIGA, 1999; GUANZIROLI, 2007; KAGEIAMA, 2003) e do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas – PEMBH (HESPANHOL, 2005, 2007, 2008; NEVES NETO; HESPANHOL, 2009; CLEMENTE, 2011). Essas políticas surgiram com o objetivo de fornecer incentivos ao produtor familiar, induzindo o fortalecimento das organizações coletivas e estimulando o manejo adequado dos recursos naturais.

O PRONAF é uma política pública que abrange todo o território nacional e que tem sido direcionada a vários grupos de agricultores, os quais desejam fazer investimentos por meio do acesso a diferentes linhas de crédito.

Após ser implementado nos Estados do Paraná e de Santa Catarina (FREISCHFRESSER, 1999; STROPASOLAS, 2007), o Programa de Microbacias Hidrográficas foi implantado no Estado de São Paulo, sendo estruturado para propiciar o manejo adequado dos recursos naturais e fortalecer o associativismo rural (HESPANHOL, 2007; 2008; NEVES NETO, 2009). Esse programa esteve ligado à promoção de ações conservacionistas, à extensão rural e à conscientização ambiental do produtor, além de fornecer incentivos para a melhoria da infraestrutura das propriedades rurais situadas nas microbacias selecionadas pelo programa.

Nesta pesquisa, procura-se analisar a importância da produção agropecuária estruturada no trabalho familiar, no contexto econômico e social dos municípios rurais da Região de Presidente Prudente, averiguando as ações das políticas públicas e a articulação entre agentes sociais, institucionais e políticos na busca do desenvolvimento.

Considerando-se o processo de desenvolvimento econômico e social e as novas abordagens do desenvolvimento rural nas regiões pobres, três fatores principais caracterizam a região: a. a formação econômica regional tem base na

produção do setor primário; b. os municípios podem ser caracterizados, atualmente, como municípios rurais; c. a partir dos anos 1990, esses municípios passam a apresentar certo dinamismo econômico.

A agricultura familiar corresponde a uma parcela significativa das economias municipais, e o meio rural exerce influência decisiva sobre o desenvolvimento dos pequenos municípios situados no entorno de Presidente Prudente, que se constitui no centro regional.

Colocou-se como objetivo principal da pesquisa compreender a inserção de políticas públicas e as perspectivas para o desenvolvimento dos municípios rurais no EDR de Presidente Prudente, partindo-se da análise do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas. Constituem objetivos secundários da pesquisa:

a) Verificar a importância da agricultura familiar para as economias municipais; analisar o perfil dos pequenos produtores rurais; as possibilidades de reprodução e permanência no campo;

b) Averiguar o acesso aos incentivos propiciados pelo PRONAF e PEMBH, considerando-se os efeitos socioeconômicos, espaciais e territoriais de ambos, assim como a aceitação local;

c) Analisar e avaliar como se deu a implementação do PEMH nos municípios do EDR de Presidente Prudente: repercussões quanto ao manejo adequado dos recursos naturais; compreensão da relação entre acesso ao crédito, infraestrutura e inserção no mercado, por parte dos produtores rurais beneficiados pelo PEMBH;

d) Examinar o papel da participação dos CMDRs, Secretarias Municipais de Agricultura, Casas da Agricultura e associações de produtores, e o nível de cooperação local.

A pesquisa almeja elucidar alguns aspectos já pré-analisados através de dados e informações obtidos junto aos poderes públicos locais e órgãos de pesquisa e administrativos estaduais e federais. Esses aspectos giram em torno da possibilidade de agregar renda, e as mudanças nos tipos de exploração da terra. Para a execução da investigação e a consecução dos objetivos propostos, foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos.

Primeiramente, foi efetuada pesquisa bibliográfica sobre os temas desenvolvimento rural, desenvolvimento territorial, sustentabilidade, produção agropecuária, meio ambiente e políticas públicas.

Os dados de fonte secundária foram obtidos a partir de levantamentos feitos junto às seguintes publicações oficiais: a) Censos Demográficos da FIBGE (1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010) e Contagens Populacionais de 1996 e 2007; b) Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo – LUPA (projeto desenvolvido pela CATI, órgão vinculado à Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado de São Paulo – SAA/SP); c) Dados regionais disponíveis no Escritório de Desenvolvimento Regional EDR/CATI, de Presidente Prudente; d) Secretarias Municipais de Agricultura/Agropecuária (dados locais); e) Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA): dados do PRONAF (séria histórica 1999 – 2009); f) Instituto de Economia Agrícola (IEA) do Estado de São Paulo (banco de dados); Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) do Estado de São Paulo.

Os dados e informações de fonte primária foram obtidos por intermédio de questionários aplicados a produtores rurais dos municípios do EDR de Presidente Prudente, onde predominam propriedades rurais com áreas entre 10 e 100 hectares. O recorte espacial corresponde aos municípios de abrangência do EDR de Presidente Prudente, situados na margem sul da Bacia do Rio do Peixe, com semelhanças na produção agropecuária, população, condições fisiográficas e contextos históricos parecidos, quais sejam: Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Caiabu, Indiana, Emilianópolis, Martinópolis, Presidente Bernardes e Santo Expedito.

Os dados e informações auxiliaram na compreensão das conjunturas socioeconômicas e na caracterização dos perfis de pequenos proprietários da região, contemplados pelos PEMH e PRONAF. Para o levantamento desses dados, foi considerado o perfil dos produtores rurais desses municípios, priorizando-se os que participaram do PEMH. Os questionários aplicados abordaram os seguintes aspectos:

<p>A – Caracterização social do produtor no contexto geral (família; ocupações dos membros; escolaridade).</p>	<p>B – Trabalho, produção e Renda (pluriativa: agrícola e não-agrícola); infraestrutura produtiva da propriedade, produtividade e desempenho econômico; comercialização.</p>
<p>C – Bem-estar social e qualidade de vida (residências, bens de consumo duráveis e não-duráveis); perspectivas futuras).</p>	<p>D – Acesso às políticas públicas (incentivos/crédito; infraestrutura e inclusão) e relações institucionais; meio ambiente (manejo dos recursos naturais, preservação e práticas locais).</p>

Os questionários foram aplicados a pequenos e médios produtores rurais, de acordo com a classificação utilizada pela CATI, a qual considera pequenos os proprietários com até 50 hectares, e médios, aqueles que possuem área entre 50 e 200 hectares⁷. Foram aplicados 80 formulários a produtores rurais dos oito municípios analisados, correspondendo a dez formulários por município. Nessas entrevistas, foram priorizadas as propriedades que compreendem entre 10 e 50 hectares, localizadas nas áreas das microbacias hidrográficas atendidas pelo programa⁸.

Procurou-se examinar também os desdobramentos do PRONAF nesses municípios, com respeito aos produtores rurais que se enquadram nas diretrizes e princípios dessa política pública e perfis adequados aos grupos de área, mão-de-obra e renda exigidos⁹.

Tendo-se em vista o nível das relações institucionais, foram realizadas entrevistas¹⁰ com os responsáveis pelas Secretarias de Agricultura/Agropecuária e Casas da Agricultura locais, com o objetivo de obter informações sobre a participação política local, o envolvimento dos produtores (principalmente no PEMH) e a formação de associações que participaram dos programas. Realizaram-se entrevistas com os presidentes das associações de produtores rurais em seis municípios, a fim de averiguar o nível de envolvimento local e a captação dos incentivos do PRONAF infraestrutura e serviços municipais, como também do PEMBH.

Foram efetuadas visitas ao EDR/CATI de Presidente Prudente, onde se entrevistou o diretor regional. Nessa entrevista, foram evidenciados os desdobramentos do PEMH na região e as relações estabelecidas com as Prefeituras, os CMDRs e as associações de produtores vinculadas ao programa.

O trabalho de campo ocorreu no período de março a dezembro de 2010. Após a coleta dos dados de fontes primária e secundária, procedeu-se à sistematização e análise dos dados, tendo sido elaborados mapas de localização e

⁷ CATI, 2005; NEVES NETO; HESPANHOL, 2009; HESPANHOL, 2005.

⁸ As áreas da microbacias atendidas pelo PEMH foram delimitadas pelas Prefeituras Municipais em parceria com a CATI, através de projeto feito pelo CMDRs.

⁹ Quanto à participação junto ao PRONAF, não há um território definido (sendo abrangido pelo programa todo o território nacional). Para tanto, procurou-se entender, dentro do conjunto de produtores rurais que participaram do PEMB, quais dos mesmos tiveram benefícios concedidos pelo PRONAF, uma vez que, se houve ou não participação no programa, depende da informação particular do proprietário ou de algum membro da família.

¹⁰ As entrevistas tinham como objetivo coleta informações sobre a relação poder público x produtor rural, todavia, na perspectiva dos técnicos e/ou responsáveis pelo setor agropecuário nas localidades estudadas. Ademais, buscaram-se analisar as condições de trabalhos dos profissionais, assim como a relação entre os funcionários, as instituições locais e regionais. As técnicas utilizadas foram de relatos orais, com questões objetivas e explicitações sobre o funcionamento institucional.

temáticos, com o intuito de estabelecer a representação cartográfica do território estudado e da territorialização das referidas políticas públicas, nos municípios do EDR.

Definidos os objetivos e os procedimentos para a realização da pesquisa, foram formuladas duas hipóteses principais. 1) As políticas públicas voltadas ao atendimento dos pequenos produtores rurais, como o PRONAF e o PEMH, propiciaram a retomada do crescimento populacional, a desaceleração do êxodo rural e o surgimento de uma nova dinâmica na produção agropecuária, em municípios do EDR de Presidente Prudente pós-1990; 2) O modelo de desenvolvimento participativo, inclusivo e sustentável se constitui num importante vetor para promover o desenvolvimento de territórios rurais e contribui para que os objetivos dos pequenos produtores rurais sejam alcançados

O trabalho está estruturado em seis capítulos, além da presente introdução e das considerações finais. Há também dois anexos, nos quais se encontram os formulários aplicados aos produtores rurais e o roteiro de entrevistas feitas com os presidentes das associações de produtores.

O primeiro capítulo trata do conceito de desenvolvimento e das diferentes abordagens aplicadas às economias capitalistas e à sociedade moderna. Abordam-se, nesse capítulo, o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, o “mito do desenvolvimento”, a emergência dos conceitos de desenvolvimento social e humano, assim como a perspectiva do desenvolvimento sustentável.

No segundo capítulo, focalizam-se o desenvolvimento rural, as abordagens econômicas e o paradigma modernizante, assim como a emergência da abordagem territorial do desenvolvimento rural após os anos 1990, em escala global. No terceiro capítulo, é apresentada uma análise do desenvolvimento rural no Brasil, desde a participação estatal, o período desenvolvimentista – da modernização da agricultura à emergência do debate sobre a agricultura familiar –, a inserção da questão do desenvolvimento dos territórios rurais e a participação das políticas públicas.

No capítulo quatro, trata-se da formação territorial da Região de Presidente Prudente e são explicitadas as características dos municípios que integram o EDR. Nesse capítulo, são feitas discussões sobre a evolução populacional, a estrutura fundiária e as condições socioeconômicas dos municípios estudados.

No quinto capítulo, são abordadas as estruturas e condições da pequena propriedade agropecuária e da produção familiar nos municípios do EDR de Presidente

Prudente, assim como se busca verificar os perfis dos produtores rurais, ressaltando suas condições de trabalho, produção e renda, vida e bem-estar social, acesso ao mercado, aceitação e integração nas políticas públicas e perspectivas ambientais.

No sexto e último capítulo, destacam-se o papel e a repercussão do PRONAF e do PEMH, junto aos produtores locais, os níveis de participação social, de associativismo e as parcerias feitas entre as administrações locais, a sociedade civil e as empresas. Finalizando, são apresentadas as considerações finais e os anexos.

2. O DESENVOLVIMENTO COMO PRESSUPOSTO DA “NATUREZA HUMANA”

De modo que o mundo tal qual nós o conhecemos não é esta figura simples e todos os acontecimentos se apagaram para que se mostrem, pouco a pouco, as características essenciais, o sentido final, o valor primeiro e o último; é, ao contrário uma miríade de acontecimentos entrelaçados; ele nos parece hoje “maravilhosamente colorido e confuso, profundo, repleto de sentido”; é que “uma multidão de erros e fantasmas” lhe deu movimento e ainda o povoa de segredos. (FOUCAULD, 1979, p. 18)

O termo *desenvolvimento*, largamente empregado nas economias capitalistas, principalmente a partir da Revolução Industrial, entre a segunda metade do século XVII e o século XVIII, tem recebido – ao longo desse período e até os dias atuais, várias conotações. Segundo Favareto (2007), a grande interrogação que paira sobre a ideia de desenvolvimento “[...] é saber se é possível decantar o que há de científico e o que há de normativo, de ideológico, de meramente discursivo por detrás dela” (p. 37).

A questão do desenvolvimento já aparece nas teorias do evolucionismo e do naturalismo do século XIX¹¹, quando as relações sociedade e natureza foram enfocadas com base no desenvolvimento da espécie humana, na sua adaptação e controle dos meios naturais, e na construção das organizações sociais e econômicas (ENGELS, 1888).

Ideias de desenvolvimento e evolução surgem atreladas ao nascimento das interpretações racionais do mundo e da vida, na Grécia Antiga. A gênese do desenvolvimento, nesse caso, estaria associada à formação da vida e da natureza em si. Favareto (2007), em alusão a essa ideia, ressalta:

Em Aristóteles, esta gênese está ligada a própria especulação sobre a natureza do mundo. Em grego, natureza – *physis* – deriva etimologicamente do verbo *phuo*, que significa crescer, se desenvolver. Natureza é, portanto, segundo o filósofo grego, “a geração de coisas que se desenvolvem”, é “a essência das coisas que têm, elas mesmas, um princípio de movimento”. A ciência, em tais

¹¹ Charles Darwin (1888), em *As origens das espécies*, defende a teoria do evolucionismo numa base naturalista, em que “a evolução das espécies” estaria ligada ao processo de adaptação ao meio natural e ao território onde vivem.

condições, poderia ser definida como a teoria da “natureza” das coisas e, pois, de seu desenvolvimento. (FAVARETO, 2007, p. 40).

Os filósofos da antiguidade criam uma tradição na formação de conceitos como evolução e desenvolvimento, sendo que, até o século XX, esses conceitos caminham emparelhados. Assim, “[...] surgem, também do latim, presos a idéia de algo direcional, de algo relativo a uma atividade em certa medida com um sentido pré-destinado” (FAVARETO, 2007, p. 41).

Como salienta Engels (1976), um dos grandes exemplos foi a evolução das aptidões para o trabalho, ao longo do próprio desenvolvimento da espécie humana, curvando-se à dependência dos recursos naturais. Associando-se a isso, a capacidade de adaptação que a espécie desenvolvia, mais do que as outras, incorporando um processo de manuseio e “certo” domínio sobre a quantidade e disponibilidade dos recursos e uma infinita variedade deles.

Para Favareto (2007), o desenvolvimento da humanidade é bem anterior à conceituação científica do termo e mesmo às diversas tentativas de explicá-lo, quer no campo das ideias, quer no senso comum.

A evolução biológica do homem é resultado de um processo de longuíssima duração. E o primeiro grande salto realizado no intuito de tentar submeter sob seu domínio os desígnios de sua condição sobre a Terra é algo que data de dez a doze mil anos atrás, é nesta época que surge a agricultura, numa revolução de importância similar a Revolução Industrial, à medida que permitiu a organização dos crescentes numerosos assentamentos humanos, a realização de inúmeros processos técnicos [...] (FAVARETO, 2007, p. 39).

Ao se pensar o desenvolvimento como processo de mudanças nas relações do homem com a natureza e nas relações em sociedade, um dos aspectos mais importantes foi a invenção da agricultura e a associação das técnicas a ela interligadas.

Numa perspectiva simplista, a agricultura não é somente o fato de cultivar a terra, no aspecto simbólico dos termos culto e cultura (BOSI, 1994), ou o trato do solo como recurso vital de onde se produz vida, mas é um conjunto sistêmico da fixação do homem no lugar, a construção de novas ferramentas e utensílios e o aprimoramento de sua capacidade inventiva de produzir através do próprio trabalho.

A fase em que a espécie humana deixa de ser coletora se processou por meio da evolução técnica e produtiva, e tem como principal signo o surgimento da

agricultura. Essa revolução nasce vinculada às primeiras noções de racionalização do trabalho e dos meios de produção a serem utilizados e aprimorados pelo homem.

Como ponto-chave no processo histórico da racionalização da técnica e do trabalho, a agricultura se desenvolve num processo de ruptura entre o nomadismo e o sedentarismo, a substituição primária da força bruta – trabalho com as mãos – pelas ferramentas e utensílios manuais, e de uma nova apropriação dos recursos naturais (solo, água, floresta, minérios), sob um controle mais ou menos organizado e racionalizado.

A racionalização sobre o controle dos meios de produção aparece através da organização da vida em sociedade, e esse processo revolucionário é anterior às relações de troca, acúmulo e da produção de excedente (WEBER, 1974).

Para Weber (1974), essa racionalização advém da ação do ser humano, quando decide, num conjunto social, por mais simples que seja, alcançar determinado fim, objetivo. Para ele, primeiramente, a racionalização da vida rural decorre das relações estabelecidas entre os homens (organizações e classes sociais).

Num primeiro momento, a organização do processo produtivo esteve ligada ao desenvolvimento de técnicas estritamente vinculadas à exploração dos recursos naturais, solo, água, rochas e vegetação. Foi a partir da articulação entre técnica e organização social que se processou a passagem do modo primitivo para o controle do processo de produção pelo trabalho.

Assim, Favareto (2007) afirma que “o momento atual” de continuidade, expressa, “[...] na verdade, a etapa mais recente de um longo processo de desencantamento e racionalização que tem início nos tempos mais remotos da vida em sociedade” (p. 179).

Todavia, a racionalização do processo produtivo se intensifica no modo de produção capitalista pelo qual é feita a extração da mais valia. No entanto, a racionalização centrada no acúmulo foi primeiramente percebida nas estruturas rurais, devido à apropriação das terras e dos demais recursos naturais pelos capitalistas.

Contudo, nas economias capitalistas industriais dos séculos XVIII e XIX, a agricultura novamente cede seu espaço para o impulso de um novo desenvolvimento, com as mudanças nas relações de trabalho. A mão-de-obra servil e abundante no campo, sem controle do tempo e dependente da natureza, aos poucos se transformaria em força de trabalho urbana, explorada e com tempo controlado, dando

origem às novas classes sociais, que configurariam o arcabouço do que se chamaria “sociedade moderna”.

De fato, pode-se dizer que a racionalidade humana passa a ser entendida como racionalidade econômica e o desenvolvimento passa a ser sinônimo de crescimento econômico.

Na perspectiva de Becker (2002), “[...] o desenvolvimento humano reduziu-se ao desenvolvimento econômico, perdendo as demais dimensões da vida e da própria espécie” (BECKER, 2002, p. 64).

Ao se conceber o desenvolvimento humano como modelo de desenvolvimento amplo e equilibrado, o aspecto econômico não é o único a ser levado em conta, mas pode ser parte componente de um contexto amplo e complexo. Sen (2010) ressalta que os pressupostos para o desenvolvimento não podem ser resumidos ao desenvolvimento econômico, mas fazem parte de um conjunto de princípios que culminam na promoção de liberdade.

Para ele, “[...] o desenvolvimento econômico apresenta ainda outras dimensões, entre elas a segurança econômica” (SEN, 2010, p. 30). Nesse caso, esta e outras dimensões resultariam num processo contínuo e duradouro.

Destaca Sen (2010, p. 191):

As recompensas do desenvolvimento humano, como vimos, vão muito além da melhora direta da qualidade de vida, e incluem também sua influência sobre as habilidades produtivas das pessoas e, portanto, sobre o crescimento econômico em uma base amplamente compartilhada.

Atualmente, alguns conceitos sobre o desenvolvimento surgiram no aporte das economias capitalistas, mesmo porque a maioria delas, desde o final do século XX, está diante de um paradigma que defendia um modelo clássico de desenvolvimento atrelado ao crescimento econômico e a opção de um novo modelo, equitativo e sustentável.

Ora, os novos conceitos atrelados ao desenvolvimento devem ser analisados considerando-se a possibilidade de a racionalidade humana agir em benefício da sociedade e o desenvolvimento ser entendido como consequência do crescimento em vários aspectos, principalmente quanto às relações entre sociedade e natureza.

2.2. ABORDAGENS SOBRE OS CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO

2.2.1. A Gênese do desenvolvimento Econômico na sociedade moderna

O conceito de desenvolvimento a partir da conotação do modo capitalista de produção possibilitou a construção de outros conceitos ligados ao termo. Um dos mais utilizados na sociedade moderna é o que está ligado ao crescimento econômico.

Foi após a Revolução Industrial, com as grandes transformações nas relações de trabalho e nas bases produtivas, que o termo *desenvolvimento* passa a estar associado a inovação, a produtividade, ao acúmulo de capital e disponibilidade de novos bens e serviços para satisfação das sociedades modernas, urbana e industrial.

Engels (1876; 1884) e Marx (1984; 1999), na formulação das críticas em relação às sociedades capitalistas, expressam em seus trabalhos o processo de modificação social através das relações de trabalho e das novas relações sociedade e natureza, compreendendo-a como espaço de dominação humana.

Para Marx (1999), o processo de acumulação capitalista estaria intrínseco na apropriação da natureza, pelo uso e loteamento do solo, da exploração deste para a agricultura e a extração mineral, das descobertas e apropriação dos recursos energéticos e demais matérias-primas.

No contexto da sociedade moderna, industrial e urbana, a noção de desenvolvimento engloba um conjunto de significados variados. Dentro de uma perspectiva econômica e financeira, as sociedades mais desenvolvidas seriam logicamente as mais ricas, com maior poder de produção, que exploram com mais avidez os recursos naturais e crescem em ritmo acelerado; fornecem e consomem bens e serviços, são articuladas, inovadoras e extremamente lucrativas.

Gonçalves afirma:

Desenvolvimento é o nome síntese da idéia de dominação da natureza. Afinal, ser desenvolvido é ser urbano, é ser industrializado, enfim, é ser tudo aquilo que nos afasta da natureza e que nos coloque diante dos *constructos* humanos, como a cidade, como a indústria. (GONÇALVES, 2006, p. 62).

Clemente (2010), com base em Favareto (2007, 2008), Furtado (1974), Gómez (2006), Esteva (2000) e Sachs (2000), apresenta uma crítica ao desenvolvimento, quando destaca a “polissemia e banalização” desse conceito.

Enfatiza esse autor:

Faz-se necessário advertir que o conceito de desenvolvimento por si só encerra uma multiplicidade de significados, questões e polêmicas que já são suficientes, cremos nós, para uma elaboração de uma séria de teses de doutoramento em várias áreas das ciências humanas, como economia, sociologia, geografia, antropologia, história, e possivelmente em outras áreas do conhecimento. Isso ocorre por ser uma terminologia fortemente carregada de conotações, que vão desde o senso comum até o campo científico. (CLEMENTE, 2010, p. 14).

Na sociedade moderna, desenvolvimento real e prático está relacionado à economia e finanças, com novas conquistas no campo da ciência e da informação, e sua articulação aos elementos simbólicos e midiáticos (BORDIEU, 2007).

No século XX, ocorreu a (re)afirmação do modo capitalista de produção. O conceito de desenvolvimento, nessa fase do capitalismo, está mais ligado ao crescimento econômico, resumidamente crescimento empresarial, melhoria do modo de vida urbano e ampliação da produção e da produtividade dos vários setores da economia.

Numa abordagem histórica dos ciclos do capitalismo, Schumpeter (1997)¹² demonstra como o modo de produção dominante se rearticula através de um modelo contraditório, de construção – destruição – (re)construção.

¹² A abordagem schumpeteriana do início do século XX enfatiza que o sistema econômico não anda sempre para frente de modo contínuo, mas que ocorrem movimentos inversos e contrários ao “crescimento econômico”, o que evidencia que o mesmo sistema precisa se reanimar antes de caminhar novamente. Esse desenvolvimento, na perspectiva capitalista, na verdade, sugere Schumpeter, é um recomeço e não a continuação do antigo. Além dessa abordagem, estudos demonstram que o sistema capitalista apresenta seus altos e baixos, o que se chamou de “teoria das ondas”, como em Arrigui e Mandel, e a teoria dos ciclos, como em Konratieff. Sobre este último, Mamigonian (1999) enfatiza que “[...] a organização do espaço sob o capitalismo dependeu e depende das revoluções industriais, das revoluções dos transportes, mas também das reestruturações econômicas espaciais que ocorrem nos períodos depressivos (p. 155)”. O que esse autor sublinha é uma visão, ora mais crítica e aceita por marxistas e não marxistas, fazendo referências a quem mais estudou os processos de fases do sistema capitalista. Segundo Freeman (1984), essa teoria de ciclos longos, que encontra sua origem em Schumpeter, está eminentemente atrelada ao desenvolvimento tecnológico, que, segundo ele, denota períodos de uso da máquina a vapor, das inovações das indústrias têxteis e, como já ressaltado por Mamigonian (1999), de uma crescente evolução nos meios de transporte. Segundo Freeman (1984), essa teoria encontra respaldo também no desenvolvimento da ciência e na criação de inventos capazes de gerar novas oportunidades de investimentos, empregos e lucros. Embora esses ciclos tenham, em Konratieff, forte apoio em dados estatísticos, o mesmo salienta que a economia capitalista passa, de tempos em tempos, por crises estruturais, permitindo que haja uma reestruturação necessária para seu modelo de

Para ele, foi especificamente por volta de 1921 que o capitalismo inicia um grande ciclo de expansão. Esse modelo de desenvolvimento, essencialmente econômico, se balizou na existência de ciclos, nos quais há períodos de expansão e de crises.

Schumpeter (1997) considera:

É fato comprovado que o sistema econômico não anda sempre para a frente de modo contínuo e sem tropeços. Ocorrem movimentos contrários, contratempos, incidentes dos tipos mais variados, que obstruem o caminho do desenvolvimento; há colapsos no sistema de valores econômicos que o interrompem. (SCHUMPETER, 1997, 205).

O modelo desenvolvimentista, solidificado nas bases produtivas dos setores das economias, engendrado durante o século XX como sinônimo, quase que inequívoco, de desenvolvimento *in totum*, revelou que existia uma necessidade sucessiva de renovação, de reorganização diferenciada e com agentes diferenciados.

No desenvolvimento econômico do século XX, não se levaram em conta as dimensões de desigualdade e pobreza social, cada vez mais aviltantes, na medida em que as nações ricas determinavam seu *status quo*.

Sobre o modelo desenvolvimentista, “[...] entenderemos por ‘desenvolvimento’, portanto, apenas as mudanças da vida econômica que não lhe forem impostas de fora, mas que surjam de dentro, por sua própria iniciativa”, e, nessa mesma formulação, percebe-se que “[...] todo processo de desenvolvimento cria os pré-requisitos para o seguinte” (SCHUMPETER, 1997, p. 74).

Entretanto, mesmo se considerando o desenvolvimentismo como pressuposto do crescimento econômico, não se pode afirmar que um modo de produção tenha todos os componentes necessários para a expansão e a produção num mesmo tecido histórico e no mesmo espaço (MESZAROS, 2002).

Foi no bojo do modelo desenvolvimentista que, no final do século XX, vão surgindo outras concepções sobre o desenvolvimento. A construção de um novo conceito teria como prerrogativa uma alternativa que possibilitasse um novo modelo de desenvolvimento para além do sinônimo de crescimento econômico, mesmo porque o modelo do paradigma desenvolvimentista, na concepção de alguns autores,

reprodução e exploração da força de trabalho. De certa forma, para ele, como ressaltam Mamigonian (1999) e Freeman (1984), essas fases são necessárias.

como Furtado (1974), não passaria de um “mito” a ser implementado nas economias pobres.

2.2.2. O “Mito do Desenvolvimento Econômico”

Ao significado de desenvolvimento, aos poucos, têm-se incorporado conceitos mais apurados, que denotam interpretações variadas, e vão se complementando em torno de uma definição mais homogênea na história. Para Esteva (2006, p. 63), “[...] desenvolvimento tornou-se a categoria central na obra de Marx: foi revelado como um processo histórico que se desdobra com o mesmo caráter necessário das leis naturais”.

Além de ser entendido como crescimento econômico, constitui-se num “mito” (FURTADO, 1974) e ganha conotações ideológicas de controle social (GÓMEZ, 2006) e de liberdade (SEN, 2010). Contudo, a conotação economicista estaria mais impregnada na construção do desenvolvimento, e todos os demais adjetivos ligados a ele estariam subordinados a essa visão.

Em 1947, na Carta das Nações Unidas, essa ideia já fora apresentada, como o próprio crescimento da renda *per capita* dos países pobres. O discurso de Truman, em 1949, lançaria para o mundo a “era do desenvolvimento” (ESTEVA, 2006).

Esse discurso, segundo Gómez (2006), inauguraria um novo paradigma para o desenvolvimento, o ideológico. No campo ideológico, a construção da política de dominação norte-americana estaria ligada ao desenvolvimento das nações subdesenvolvidas debaixo da égide do mercado capitalista. Resumia-se em alguns aspectos, como: a oposição ao comunismo, o fornecimento de matérias-primas baratas para expansão industrial, o perigo do crescimento das populações pobres do Terceiro Mundo e a geração de desequilíbrio mundial (GÓMEZ, 2006).

Assim, em contradição ao desenvolvimento, foi criado um novo conceito para designar as economias pobres da época, o subdesenvolvimento. Esteva, (2006, p. 66), argumenta que esse termo adquiriu conotação simbólica; para ele, “[...] o subdesenvolvimento era a criação do desenvolvimento” (ESTEVA, 2006, p. 66).

Nas economias pobres e primárias, o discurso do desenvolvimento econômico não poderia se resumir às teorias científicas e às políticas de crescimento econômico das grandes empresas (FAVARETO, 2007).

A pauta das discussões para o tema no Terceiro Mundo aos poucos foi sendo modificada e outros conceitos aparecem, na busca de alternativas para o desenvolvimento humano. Pelo jargão do subdesenvolvimento, a questão do desenvolvimento foi incorporada às sociedades pobres. Impõem-se outras dimensões fundamentais que necessitam ser consideradas.

A crença de que o progresso era algo natural e inerente ao ser humano, juntamente com a ideia de que só haveria desenvolvimento dentro do sistema capitalista e que o mercado habilitaria o uso dos recursos naturais, humanos e tecnológicos, trouxe aos chamados países subdesenvolvidos a possibilidade de buscar o tão sonhado desenvolvimento, nos moldes determinados pela expansão capitalista.

Na América Latina, nasce a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), com o propósito de elaborar planos econômicos para sustentar o desenvolvimento baseado na industrialização, mecanização do campo e aumento da demanda de produtos agrícolas (CANO, 2000; 2010; MELLO, 2006).

Nessa região, esses estudos ganharam expressividade nas décadas de 1970/80. O modelo desenvolvimentista chegara aos países pobres da América Latina como suposta solução do atraso às economias agrícolas e à industrialização tardia.

Furtado (1974) apregoa que o desenvolvimento econômico, tal qual era disseminado pelas economias ocidentais, sob liderança dos Estados Unidos, seria na verdade impossível de ser alcançado nas economias pobres, ou mesmo universalizado. A ideia de que os padrões de consumo dos países industrializados chegariam mais tarde a todos os países foi criticada pelo autor, quando ressaltou que “[...] essa idéia, constitui, seguramente, prolongação do mito do progresso” (FURTADO, 1974, p. 16).

A visão de Furtado (1974) de que o desenvolvimento econômico universalizante seria simplesmente “um mito” tinha como base alguns aspectos que, na busca de um modelo ideal, trariam consequências, quase que irreparáveis, que, todavia, já são reflexos no panorama atual, quais sejam: a) a hipótese da existência de um colapso sobre a apropriação dos recursos naturais, principalmente os não-renováveis, com carência de recursos energéticos; b) a poluição da atmosfera, das águas e dos solos; c) o impacto sobre a diversidade cultural e social dos povos; d) a possibilidade de levar os povos “da periferia” a se sujeitarem a enormes sacrifícios, para legitimar o caráter predatório em nome do desenvolvimento; e) a justificativa da negação do Estado como solução para regulamentação das economias.

Furtado (1974) adverte que o pressuposto do desenvolvimento econômico, na verdade, seria a imposição do modelo ocidental às economias pobres, nos moldes estabelecidos pelos países ricos, o que não seria viável. Para ele, o modelo exigiria muito esforço e sacrifício das sociedades pobres, e seu ritmo provocaria uma pressão sobre o meio físico.

Com Furtado (1974), a ideia de mito surge como crítica ao crescimento econômico vinculado ao progresso, dando-se num processo verticalizado, de cima para baixo, imposto nos moldes neoliberais aplicados ao contexto do discurso democrático.

2.2.3. O Desenvolvimento Social e o Desenvolvimento Humano

A criação da ONU, em 1948, como mecanismo de segurança (econômica e política) para as economias desenvolvidas e de proteção contra as “políticas totalitárias” foi de fundamental importância na construção de novas frentes desenvolvimentistas. Os conceitos de desenvolvimento social, humano e sustentável ganharam conotações especiais nos procedimentos metodológicos, ao se induzir a instituição de políticas públicas, projetos e programas de desenvolvimento dirigidos aos países pobres.

Segundo Arendt (1993), as conquistas democráticas e a busca das liberdades políticas (individuais e coletivas) poderiam levar a um novo padrão da dignidade humana. Nesse aspecto, essa dignidade, num contexto de nação, por conseguinte, levaria a um processo de desenvolvimento homogêneo, social e humano (SEN, 2010).

Assim, a questão social foi primeiramente vista como utopia ou fruto de ideologias que visavam a reduzir as desigualdades. Aos poucos, essas perspectivas ganham força e passam a fazer parte das mesas de discussões internacionais, tanto no espaço das Nações Unidas quanto nos demais organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BIRD) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

O crescimento econômico exerceu forte influência na ampliação do abismo entre economias ricas e pobres. As desigualdades sociais pendentes, no final do século XX, trouxeram à baila a discussão sobre as dimensões do desenvolvimento defendidas por Sen (2010), o que anteriormente já encontrava respaldo em Furtado (1974).

Gómez (2006) entende que, nos moldes da globalização neoliberal, já em avanço nas últimas décadas do século XX, esse discurso apresenta duas estratégias.

O desenvolvimento como uma estratégia completa e complexa de legitimação do capitalismo, seja na sua fase keynesiana (sua origem, dos anos 1940 até os anos 1970), seja na sua fase neoliberal (passageiramente em crise, nos anos 1970-1980) ou de globalização neoliberal (fortalecida como paladino contra a pobreza, a partir de 1990). O desenvolvimento como estratégia, ao mesmo tempo, de reprodução do capital e de controle social, que, segundo o discurso oficial, serviria para concertar os transtornos temporais provocados pela dinâmica natural do sistema, permitindo que os pobres (subdesenvolvidos) possam desfrutar, num futuro muito próximo, das benesses que os ricos (desenvolvidos) já desfrutam. Dessa maneira, as políticas de desenvolvimento seriam a preocupação e a consciência do sistema, saindo em ajuda dos mais necessitados. (GÓMEZ, 2006, p. 27).

O debate sobre desenvolvimento é ampliado no contexto internacional e o principal esforço em ir além do desenvolvimento econômico foi a criação do conceito de desenvolvimento humano (SEN, 2010), com grande representatividade na Organização das Nações Unidas (ONU), através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

O discurso sobre desenvolvimento humano, segundo Sen (2010), ultrapassa o viés ideológico e alcança dimensões sociais, na medida em que desperta capacidades humanas e qualidade de vida. Para o autor, “[...] o desenvolvimento humano é sobretudo um aliado dos pobres, e não dos ricos e abastados” (SEN, 2010, p. 191).

As dimensões sociais e humanas do desenvolvimento não estão separadas das habilidades produtivas das pessoas, mas as influenciam na construção de uma proposta de desenvolvimento compartilhado, considerando-se também o crescimento econômico.

Todavia, desenvolvimento humano envolve conquistas objetivas e subjetivas, materiais e simbólicas. Para além do crescimento econômico e equilíbrio social, existem as necessidades básicas da cidadania, dignidade e liberdade.

Por intermédio do discurso sobre liberdade, qualidade de vida, possibilidade de emprego e acesso a ciência e a tecnologia foi que, na segunda metade do século XX, instituições supranacionais se preocuparam com a questão, como: o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); Organização para

Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO); Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD – Banco Mundial); Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola (IICA) (FAVARETO, 2007; ABRAMOVAY, 2009; VEIGA, 2008).

O primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano, apresentado na ONU, em 1990, resultou posteriormente na criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que passou a medir através de três variáveis as condições mais favoráveis para a identificação do desenvolvimento. Como os resultados do crescimento econômico não garantiam a melhoria da qualidade de vida num contexto universal, “[...] percebera-se a importância de se refletir sobre a natureza do desenvolvimento que se almejava” (VEIGA, 2008, p. 32).

De fato, os padrões para o desenvolvimento não seriam apenas os econômicos, mas deveriam essencialmente abarcar as esferas humana, espacial e territorial.

Em meio aos ideais de liberdade, o IDH se coloca como um índice capaz de congrega renda e condições sociais de vida: acesso a educação, saúde, moradia e dignidade (SEN, 2010).

Segundo Esteva (2006), a construção de um índice capaz de sintetizar em escala numérica o desenvolvimento humano com dados obtidos por meio de um relatório desenvolvido entre 1960-88 em 130 países se mostrou um ato inovador e corajoso para se entender desenvolvimento num contexto geral e amplo. O método adotado foi “[...] uma combinação de carência em termos de índices de expectativa de vida, de alfabetização de adultos e do PNB real per capita” (ESTEVA, 2006, p. 73).

Anteriormente à criação do IDH, na Europa, a ideia de desenvolvimento social ganhou importância política, contudo, esteve sempre associada à dominação colonial, mesmo porque o crescimento econômico das sociedades estaria ligado ao colonialismo e ao controle das rotas comerciais e da exploração dos recursos naturais. Logo, entendia-se que desenvolvimento ocorreria como resultado do colonialismo, imposto por uma sociedade supostamente avançada e, todavia, o crescimento econômico traria, doravante, estabilidade social.

O fato do desenvolvimento, aos poucos, estar relacionado à construção de políticas que priorizassem o surgimento de novas comunidades, com novas criatividades, em que se consideram os seus valores, normas de vida e

convivência, voltadas para novas formas de produzir bens e serviços, faz de sociedades tradicionais, sociedades econômicas, porém solidárias, que compartilham uma dimensão societária de vida.

O desenvolvimento social, outrora pouco considerado pelos precursores do crescimento econômico, agora passa a ser medido pelo desenvolvimento humano, que é construído de forma comunitária, social, dotado de políticas de proteção, controle e afirmação.

Sen (2010) defende a ideia do desenvolvimento ligado à liberdade como pressuposto em diversos níveis de ação, tanto nas sociedades avançadas, como nas sociedades pobres. Não é somente a liberdade de ganho e acúmulo, mas a liberdade do trabalho, de informação, do consumo, do acesso a tecnologia e da escolha de lideranças.

Veiga (2008) enfatiza que desenvolvimento tem a ver com liberdades; liberdade de ter acesso à alimentação, trabalho, assistência social, saúde, saneamento básico e participação na condução das políticas públicas.

Esses ganhos podem ser pautados, contudo, numa esfera de liberdades políticas democráticas. Segundo Esteva (2006, p. 80), “[...] esses controles políticos só poderão ser implementados quando a consciência geral dos limites do desenvolvimento estiver fortemente implantada na sociedade”. Para Sachs (2008), “[...] o crescimento, mesmo que acelerado, não é sinônimo de desenvolvimento se ele não amplia o emprego, se não reduz a pobreza e se não atenua as desigualdades” (p.14).

Embora, no espaço e no tempo, o desenvolvimento seja multifacetado e sofra metamorfoses, não se nega que seja um processo contínuo de mudanças, não somente econômicas e tecnológicas, mas carregado de conotações políticas e sociais.

2.2.4. O Desenvolvimento sustentável e a questão ambiental no modo de produção capitalista

A partir das abordagens sobre o desenvolvimento humano e da introdução de políticas públicas com base nos direitos inalienáveis do ser humano, o desenvolvimento, em si, tem sido considerado o marco na busca de um equilíbrio entre exploração racional e manutenção dos recursos naturais através da inclusão (SEN 2010; SACHS, 2004).

Não somente Furtado (1974) considerava o desenvolvimento um mito: Montebelier Filho (2008) afirma que o modelo de desenvolvimento atual tem seus paradigmas ligados à economia ambiental e, portanto, não se trata de um discurso inteiramente novo, mas adequado a um novo mito, o do desenvolvimento sustentável.

A evolução do conceito de desenvolvimento, para além de sinônimos como evolução, crescimento e modernização, por muito tempo esteve voltado à construção das economias modernas. Sachs (2000) assevera que não há como promover desenvolvimento, mesmo nas economias industriais, sem se levar em conta, hoje, a questão do meio ambiente. Para ele, o discurso que teve origem na década de 1990 “[...] começa com um casamento conceitual do ‘meio ambiente’ com o ‘desenvolvimento’” (SACHS, 2000, p. 128).

Tendências a mudanças no discurso apareceram na Conferência de Estocolmo sobre meio ambiente, em 1972. Conforme Sachs (2004), ao conceito de desenvolvimento se acrescenta outra dimensão – o desenvolvimento sustentável. Para esse autor, desenvolvimento sustentável está balizado em cinco pilares: o social, o ambiental, o cultural, o territorial e o econômico. Portanto, esse conceito leva a entender o desenvolvimento como um processo que engloba várias dimensões da vida humana.

A Comissão Brundland (1987) defendia que o desenvolvimento mais aceitável à contemporaneidade seria “[...] aquele capaz de preservar os recursos necessários às gerações vindouras” (FAVARETO, 2007, p. 52). Essa ideia, mais genérica, aos poucos fornece subsídios para a aceitação do conceito de desenvolvimento sustentável (SACHS, 2004).

Para Veiga (2008, p. 187), “[...] a noção de desenvolvimento sustentável [...] procura vincular estreitamente a temática do crescimento econômico com a do meio ambiente”. Esse autor salienta que o documento aprovado na Comissão Brundland “[...] caracterizou o desenvolvimento sustentável como um conceito ‘político’ e um ‘conceito amplo para o progresso econômico e social’” (VEIGA, 2008, p.113). O relatório “Nosso Futuro Comum” se caracterizou como um documento político na construção de alianças para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Brasil, a Rio-92.

Como ressalta Veiga (2008), sobre o documento da Agenda 21, resultado da “Rio-92”,

[...] o desenvolvimento sustentável é um conceito que está em construção. Seu ponto de partida teria sido o compromisso político internacional com um modelo de desenvolvimento em novas bases, que compatibilize as necessidades de crescimento com a redução da pobreza e a conservação ambiental. (VEIGA, 2008. p. 189).

Embora se elaborem documentos e relatórios sobre o meio ambiente e desenvolvimento, essas questões não fogem ao entendimento do sistema de produção de mercadorias (MONTEBELIER FILHO, 2008).

Argumenta Sachs (2000, p. 127):

Natureza, quanto ela se torna objetivo de política e planejamento, transforma-se em “meio ambiente”. Usar dois conceitos, alternadamente para confundir, porque impede a identificação do meio como uma determinada construção da natureza específica para nossa época. Contrariamente as conotações que estamos atualmente sendo socializados a aceitar, raramente houve um conceito que representasse a natureza de uma maneira mais abstrata, passiva a vazia de qualidades do que meio ambiente [...] Aplicar o rótulo meio ambiente ao mundo natural faz todas as qualidades concretas desvanecerem, mais ainda, faz a natureza parecer passiva e sem vida, simplesmente esperando sofrer ação externa.

Juntamente com os ideais de se observar desenvolvimento através de uma relação mais equilibrada com a natureza, não se deve abstrair a participação e a existência humana, como parte da natureza e fator determinante na sua modificação. Portanto, não se pode separar o conceito de desenvolvimento sustentável da questão ambiental, ou dissociar esses dois conceitos da perspectiva social e humana.

Montebelier Filho (2008) ressalta que não há como separar, também, desenvolvimento sustentável e meio ambiente das conotações impostas pelo modo de produção capitalista. Enfatiza que, em nenhum momento da história, o capital esteve preocupado com os danos ambientais, mas com o aumento da produção de mercadorias e da produtividade. Para tanto, esse antagonismo se concretiza na medida em que existe, desde sempre, de acordo com Marx (1982), uma tendência ao aumento dos custos dos bens agrícolas e de matérias-primas como resposta à intervenção do capital sobre a natureza.

Para o referido autor, “[...] há um marco histórico a dividir um período de preocupação social, quanto a degradação do meio ambiente que não ultrapassa a escala local, e outro, que lhe segue, na qual a consciência ambientalista se difunde amplamente” (MONTEBELIER FILHO, 2008, p. 89).

No período atual, o discurso do desenvolvimento sustentável adquire conotações diversas, em meio aos interesses dos capitalistas como também daqueles que almejam um processo de melhoria na qualidade de vida das populações pobres, como nas sociedades globais em geral.

Enquanto o discurso ambientalista se difunde popularmente, há igualmente efeitos nos meios científicos:

No âmbito científico, o meio ambiente é, então, incorporado nas teorias existentes; teorias são elaboradas ou reelaboradas para considerar os novos elementos da realidade, especialmente tendo como referência o desenvolvimento sustentável. (MONTEBELIER FILHO, 2008, p. 89).

Considerando-se a importância do desenvolvimento sustentável como modelo para as sociedades pobres, e que, de fato, pode significar uma alternativa para as economias ricas, Rampazzo (2005, p. 182) salienta que “[...] esta nova percepção é fundamental para a busca de um novo padrão de desenvolvimento econômico apoiado numa melhor qualidade de vida para as gerações do hoje e do amanhã.”

Embora se busque entender os conceitos de desenvolvimento formulados e reformulados nas duas últimas décadas (1990-2000), não se pode tentar compreender desenvolvimento sustentável sem se entender primeiramente desenvolvimento rural, como também este segundo não poderia ser apreendido sem se ter em vista o fator desenvolvimento econômico e economia capitalista (FAVARETO, 2007). Para o autor, ambos estão relacionados ao que anteriormente era tido como modernização da agricultura e, atualmente, podem ser concebidos como abordagem territorial do desenvolvimento rural, aspectos que serão abordados no capítulo seguinte.

3. DAS CONCEPÇÕES ECONÔMICAS A ABORDAGEM TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO RURAL

“Amor por tudo aquilo que existe” é muito provavelmente o que deveria estar no centro dos nossos processos de territorialização, pela construção de territórios que não fossem simples territórios funcionais de re-produção (exploração) econômica e dominação política, mas efetivamente espaços de apropriação e identificação social, em cuja transformação nos sentimos efetivamente identificados e comprometidos (HASBEART, 2010, p. 369)

Na perspectiva da abordagem territorial, os espaços claramente definidos na construção das ações e no controle dos meios e recursos gravitam entre o urbano e o rural. Todavia, primeiramente na história humana, o espaço rural foi definido como fonte desses principais recursos, como terra, água e vegetação.

Quanto ao discurso sobre desenvolvimento nas economias capitalistas, a pauta era a negação do campo e da agricultura como contradição ao moderno do urbano e industrial. Montebelier Filho (2008) e Gonçalves (2006) ressaltam que, séculos atrás, não havia preocupação com os ecossistemas e o meio ambiente, e muito menos com os desequilíbrios causados pelo crescimento econômico, pela superexploração dos recursos naturais e pelo aumento da pobreza.

Embora as teorias de desenvolvimento tenham origens nas sociedades industriais, o rural, mesmo sendo entendido como negação do urbano, foi de grande importância para o crescimento das economias desenvolvidas e, no início do século XXI, tem sido observado por óticas diversas de sustentação das economias mundiais, como da qualidade de vida das populações.

De fato, desenvolvimento rural deixou de ser somente uma “invenção” para “[...] dirigir as expectativas e os rumos das sociedades mais pobres” (FAVARETO, 2007, p. 54), passando a ser um processo pelo qual se alcance a evolução de uma determinada sociedade.

Aos poucos se descarta a ideia de desenvolvimento rural como simples possibilidade de produção de bens de subsistência pelas atividades agrícolas, de eventuais trocas ou acúmulo de excedente. O meio rural pode ser concebido, não como “utopia” do desenvolvimento, mas como parte substancialmente necessária para a evolução das sociedades (FAVARETO, 2007).

Neste capítulo, serão apresentadas as concepções econômicas do desenvolvimento rural, bem como a abordagem territorial do desenvolvimento rural, que está precisamente ligada aos conceitos de desenvolvimento discutidos no capítulo anterior.

2.1. As concepções econômicas de desenvolvimento rural

Com as bases do desenvolvimento econômico solidificadas, especialmente na segunda metade do século XX, no pós-segunda guerra, o desafio seria afirmar que esse desenvolvimento poderia se expandir espacialmente, tanto do urbano para o rural como também das economias ricas em direção às pobres. Todavia, anterior a esse período, no século XIX, a economia agrária já era observada como foco de desenvolvimento (KAUTSKY, 1986).

Nesse período, o meio rural já estava sendo inserido na economia capitalista e se adaptava à nova conjuntura da propriedade privada para satisfazer a necessidade de abastecimento alimentar das populações urbanas.

Na verdade, a propriedade privada da terra atendeu em muito às necessidades da economia capitalista, em parte, como produção de mercadorias, em parte como obtenção de renda pelo uso da terra.

A respeito disso, Kaustky (1986) salienta:

O ponto de partida para a economia agrária foi a sede da propriedade agrícola, que passara a condição de propriedade privada. A essa propriedade pertenciam, além da residência e das construções anexas, uma faixa de terra cercada que se situava em torno dos prédios da sede. (KAUSTKY, 1986, p. 23).

Quando ele descreve os aspectos básicos da produção rural na Europa, no século XIX, frisa que havia produções coletivas como a agricultura e a criação de gado. Entretanto, identifica também que a propriedade agrícola passara a ser unidade de produção familiar, de sorte que, além da subsistência, produzia-se excedente.

Esse excedente era comercializado nas aldeias e nas cidades. Segundo Kaustky (2006, p. 24), “[...] cada família plantava o seu próprio lote, mas não a seu bel-prazer”. Eram cultivados trigo e milho, tanto para subsistência, como para o mercado.

Esse sistema empresarial agrícola nascia vinculado ao crescimento econômico capitalista, que, não obstante, não só modificaria o meio de vida rural, mas o *modus vivendi* urbano.

Kautsky (1986), ao discutir o desenvolvimento do capitalismo no campo, demonstra como o capital se apodera da agricultura e a revoluciona, modificando as antigas formas de produção e de propriedade, (re)construindo uma nova forma, de modo a atender às suas necessidades. Acrescenta:

A agricultura não constitui hoje em dia, por si mesma, nenhuma forma especial de ser existente na sociedade; seu desenvolvimento encontra-se ligado intimamente com o desenvolvimento social. Aquela iniciativa e força revolucionária que a agricultura não soubera produzir por si, a cidade incumbiu-se de fornecer. Assim, o desenvolvimento econômico da cidade passa a revolucionar as condições econômicas rurais, tornando necessárias, igualmente, uma revolução nas condições da existência da propriedade. (KAUTSKY, 1986, p. 33).

Contudo, foi no âmbito do crescimento econômico capitalista que a revolução nos meios de produção alterou os contextos políticos e jurídicos relativos ao meio rural e à propriedade agrícola. As transformações não ocorrem somente na estrutura agrária, na divisão espacial e social do trabalho e nos fins específicos da produção agropecuária, mas se incorporam a esta a modernização agrícola e a industrialização do campo.

2.1.1. A Gênese do Desenvolvimento rural: a modernização agrícola e seus reflexos na economia capitalista

A discussão sobre a gênese do desenvolvimento rural partiu das economias capitalistas, principalmente na Europa. Ao setor agrícola incorporaram-se a ciência, a mecanização e os meios de transportes. Os produtos agrícolas e demais matérias-primas produzidas no cenário rural tomaram caráter mercantil, como produto resultante do trabalho humano (MARX, 1982).

A agricultura, outrora a mais conservadora de todas as atividades profissionais, e que durante centenas de anos não acusara nenhum progresso [...] tornou-se em poucos decênios a mais revolucionária de todas. (KAUTSKY, 1986, p. 53).

Em 1840, surgiram pesquisas direcionadas a melhorar os níveis de produtividade agrícola na Alemanha e, na década de 1850, foi utilizada a máquina a vapor no campo (KAUTSKY, 1986).

Na passagem do século XIX para o XX, a agricultura já apresentava um caráter capitalista. Dois aspectos identificam isso: a propriedade privada da terra estabelecida e a produção em escala de mercado, com vistas, até mesmo, à exportação.

Entretanto, a evolução da agricultura não significaria um desenvolvimento social. *A priori*, algumas fragilidades ficaram expostas, quais sejam: a formação de espaços desiguais no campo; o aumento da pobreza nas regiões com menor dotação de recursos naturais; o acesso desigual aos recursos humanos e tecnológicos.

Assim como o desenvolvimento econômico tem suas raízes vinculadas ao sistema capitalista, o desenvolvimento rural está a este vinculado. As mudanças observadas no meio rural em âmbito mundial denotam desigualdades tanto nos espaços rurais dos países pobres como dos países ricos. O surgimento de espaços desiguais deriva do próprio processo de desenvolvimento desigual, típico do capitalismo (LOWI, 1995).

O desenvolvimento rural não se expressa como prerrogativa necessariamente bem articulada ao desenvolvimento agrícola. Cabe, nesse contexto, associá-lo a um conjunto de ações, políticas, técnicas e econômicas, relacionadas a melhorias sociais e à qualidade de vida das pessoas.

Os estágios do desenvolvimento rural têm seus ápices e momentos históricos, como na passagem do trabalho servil para o assalariado e na mecanização da agricultura. Estabelecidos esses estágios, a princípio, se deu conta de que as economias estavam em largo crescimento, tanto no espaço rural como no urbano. Entretanto, as regiões pobres estavam ligadas à produção no setor primário; muitas, num grau de produção ainda primitivo.

Segundo Veiga (2007), a transferência do modelo europeu para os Estados Unidos da América (EUA), que consistia numa produção familiar vinculada à propriedade privada, permitiu outro avanço no processo de desenvolvimento rural. As terras que pertenciam a um pequeno grupo aristocrático – descendentes ou ligados à coroa inglesa – foram sendo incorporadas ao domínio público. Um sistema jurídico foi criado para desvincular os resquícios feudais da Europa, promovendo um “[...] sistema baseado na propriedade livre e alodial” (VEIGA, 2007, p. 68).

Nos EUA, a vitória dos liberais do norte ante o embate entre as opiniões conservadoras dos sulistas sobre a propriedade da terra e o trabalho escravo, além do conflito armado, resultou numa reforma no sistema agrário e na expansão da agricultura para o interior do país (VEIGA, 2007).

No caso norte-americano, o Estado tomou as rédeas para a conquista e ordenamento do território, principalmente no que se refere ao incentivo à ocupação, com base na apropriação das áreas rurais.

O cultivo de novas terras, mesmo em condições semiáridas do meio oeste americano, condicionou as famílias de agricultores a desenvolver novos mecanismos de plantio e de criação. Isso impulsionou o desenvolvimento do meio agrícola, nos Estados Unidos.

O desenvolvimento rural no território americano acontece paralelamente à modernização da agricultura. Foram criadas condições para legalização da propriedade da terra, implantados corredores de transporte e o financiamento estatal para bens de capital, máquinas e implementos. Houve, durante o século XIX e início do século XX, grande deslocamento populacional rumo ao interior.

O dinamismo econômico observado nos EUA, no período entre as duas guerras, permitiu o surgimento de empresas ligadas à fabricação de máquinas e implementos, insumos e sementes, bem como o desenvolvimento da pesquisa agrônômica.

Contudo, foi o aumento da demanda por alimentos, durante a Segunda Guerra, que intensificou a política de crédito rural e a produção de víveres. Após a guerra, quando se pensava na diminuição da demanda, o que ocorreu foi justamente o contrário, quando se aumentaram exponencialmente as exportações para o abastecimento alimentar dos países destruídos no conflito. De fato, “[...] essa política se inscrevia num plano global de retomada do crescimento econômico baseado no aumento do consumo (VEIGA, 2007, p. 87).

Com a economia em pleno crescimento, o desenvolvimento rural, além das conotações clássicas atreladas ao discurso capitalista, vai ganhando novas dimensões. Juntamente com o crescimento econômico, havia a necessidade de um desenvolvimento social coligado à expansão industrial e espacial do capital, nas economias rurais.

O que se verificou nas economias pobres é que grande parte da população ainda residia no campo e dependia da agricultura rudimentar para sua sobrevivência. Diferentemente do modelo fundiário norte-americano, a agricultura dos países pobres, principalmente da América Latina, estava vinculada a uma estrutura fundiária concentrada, baixa produtividade e reduzida inserção ao mercado (HESPANHOL, 1996).

Havia linhas divergentes que propunham o desenvolvimento rural: uma, abarcando a modernização dos meios de produção, da empresa agrícola e do agronegócio para exportação; a outra, voltada para o desenvolvimento rural, abrangendo desenvolvimento social, regional e territorial.

Nos países pobres da América Latina, as políticas desenvolvimentistas visavam à modernização da agricultura como aporte para a indústria e reserva de mão-de-obra (FURTADO, 1974).

Aproveitando as linhas estatais de financiamento, os agricultores empenhados na grande produção agrícola obtiveram lucro, a partir do momento em que se tornaram parte integrante do crescimento industrial. Por um lado, o crescimento das indústrias dos bens de produção, implementos agrícolas, inseticidas, produtos químicos e adubos favorecem um forte vínculo entre modernização agrícola e setor industrial; por outro, o aumento da demanda por matérias-primas no mercado internacional alavanca a produção e o preço das commodities agrícolas (HESPANHOL, 2007).

Exemplificando isso, Clemente (2010, p. 23) comenta:

O bloco formado por países do Terceiro Mundo (subdesenvolvido) passou então a buscar a todo custo o desenvolvimento econômico, e dentre eles o Brasil, como mecanismo automático de superação das suas condições de subdesenvolvimento.

No período entre 1960 e 1980, houve forte vínculo entre desenvolvimento rural e modelo desenvolvimentista. A introdução de um pacote tecnológico para a agricultura, após a Segunda Guerra Mundial, recebeu o nome de “Revolução Verde”, que significou um marco referencial da modernização agrícola nos países subdesenvolvidos (MARTINE; GARCIA, 1987; HESPANHOL, 2008).

Na perspectiva de Hespagnol (2008, p. 119),

[...] para muitos países subdesenvolvidos, a adoção de um pacote tecnológico representava a possibilidade, por um lado, de alcançar rapidamente a auto-suficiência alimentar e, por outro, de gerar a produção de um excedente agrícola negociável no mercado externo, repercutindo positivamente em todos os setores da economia.

A adoção desse pacote determinou o surgimento de novas relações entre homem e natureza, quando este passou a depender da ciência, da tecnologia e dos recursos financeiros, articulando-os em redes mundiais (ALVES, 2008).

Desde o momento em que os ecossistemas mundiais passam a ser controlados pelo capital industrial e financeiro, crescem também os questionamentos sobre os impactos negativos da “Revolução Verde”. Todavia, os danos causados ao meio ambiente e à qualidade de vida, principalmente das populações pobres da Ásia, África e América Latina, não foram levados em conta.

Foi na década de 1960 que os problemas ambientais emergiram nos EUA e na Europa e, nas décadas de 1970 e 1980, vão se tornando expressivos ao redor do mundo (HESPANHOL, 2007).

De acordo com Hespanhol (2007, p. 3), na década de 1960, “[...] os efeitos ambientais negativos gerados pelo crescimento econômico eram considerados externalidades negativas ao processo de expansão da economia”. Com a criação do Clube de Roma, em 1968, cientistas alertaram para o referido problema. No entanto, os prognósticos do estudo encomendado pela instituição foram fortemente criticados pelos representantes dos países desenvolvidos, como também dos países pobres (HESPANHOL, 2007).

Portanto, os impactos da “Revolução Verde”, ocorrida no âmbito do setor agrícola, denotam a emergência de uma série de problemas ambientais. O discurso do ambientalismo, que surge em escala global, passa a ser referenciado na escala local, o espaço onde ocorrem os principais impactos. Nesse contexto, o rural principiou, na década de 1990, a ser visto como o principal espaço de exploração racional dos recursos naturais e de preservação.

Na década de 1990, essas novas dimensões propiciaram a concepção de uma nova ruralidade no âmbito dos países ricos da Organização de Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE), na ONU, através Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), Divisão de Desenvolvimento Rural das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), enquanto, nos países pobres e emergentes, pela instituição de políticas públicas para o meio rural que contemplem populações e regiões menos favorecidas (ABRAMOVAY, 2009; CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009).

Essas dimensões que abordam outros conceitos de desenvolvimento emergem nos anos 1990 com fortes aspectos políticos. No meio acadêmico, encontram-se pesquisas, análises e debates que vão determinar a ótica do desenvolvimento sustentável, balizada num conjunto amplo de aspectos e elementos, os quais estão lotados nos territórios.

O desenvolvimento rural, contextualizado primeiramente como sinônimo de modernização agrícola e produção em larga escala de matérias-primas, após os impactos da Revolução Verde, tem sido analisado através de uma nova dimensão do desenvolvimento, o territorial.

Na verdade, a importância de se considerar o poder econômico das populações rurais nasce junto com as necessidades fundamentais do fornecimento de mão-de-obra, matérias-primas e da relação sociedade e natureza, presentes no território.

3.2. A emergência de uma abordagem territorial do desenvolvimento rural desde os anos 1990

É a partir da conjuntura de se entender o território como um processo de conquista e ordenação que ele se forma no espaço apropriado por classes sociais que exercem sobre ele poder (RAFFESTIN, 1993).

Para Raffestin (1993), que trabalha a ideia de “geografia e poder”, o controle territorial está ligado ao poder social, político e institucional. Assim, tem-se a formação do território pela ação de agentes que se apropriam do espaço concretamente, determinando sobre suas ações de controle, definição de limites e apropriação dos recursos naturais disponíveis.

Haesbaert (2010), ao classificar as vertentes básicas de apropriação do território, afirma ser uma delas a “jurídico-política”¹³. Isso se dá quando o espaço é delimitado, controlado, sob o exercício de um poder, geralmente estatal, porém não se restringindo à ação única desse agente.

Nesse contexto, algumas ações se manifestaram no exercício da territorialidade: a) o exercício do poder estatal na formulação de estrutura “jurídicas-políticas” (HAESBAERT, 2010); b) a apropriação de um espaço, física e humanamente desconhecido por parte de uma construção social (RAFFESTIN, 1993); e c) os interesses eminentemente econômicos de grupos dominantes – ou que estão em processo de crescimento – ignorando fronteiras políticas (ANDRADE, 2010).

¹³ Haesbaert (2010), além de identificar essa vertente básica para se entender a apropriação do território, afirma que a territorialidade envolve um determinado controle sobre uma área ou espaço e pode ser entendida como estratégia a atingir, influenciar e exercer o controle sobre recursos e pessoas. Segundo ele, “[...] poderíamos dizer que o território, enquanto relação de dominação e apropriação sociedade-espaço, desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou cultural-simbólica (p. 95).

A execução dessas ações depende, de fato, de organização política e institucional. O desenvolvimento do território passa por um eixo entre políticas públicas e ação social. Diferentes agentes podem ser estimulados na cooperação e estabelecimento de estratégias locais e regionais.

Dematteis (2008, p. 39) assegura que “[...] não existe território ‘perfeito’ para a dimensão ‘ótima’ para o desenvolvimento local, porém existem territórios a serem interpretados [...]”. E acrescenta:

Os territórios não são rigidamente pré-determinados, mas são definidos durante o processo de construção do ator definido local, a partir de uma hipótese inicial de agregação territorial dos sujeitos participantes.

Segundo Cazzela, Bonnal e Maluf (2009, p. 40), três categorias de atores podem estar envolvidas: “[...] os atores políticos dos diferentes escalões de governo; b) atores privados ligados a empresas, bancos [...]; c) os componentes da sociedade civil, tais como associações culturais, esportivas, sindicatos e estruturas de educação”.

A seguir, enfocam-se as abordagens estabelecidas com a noção de rural como território, nas últimas décadas do século XX.

3.2.1. O entendimento do rural a partir da perspectiva do território

Foi no âmbito da OCDE que, entre os anos 1994 a 1996, se desenvolveu um estudo estipulando novos critérios para estabelecer comparações entre urbano e rural (KAGEYAMA, 2005; ABRAMOVAY, 2008).

De acordo com Abramovay (2008), na OCDE, na década de 1990, foi criada uma divisão de desenvolvimento territorial para estipular novas concepções entre os limites do rural e do urbano. Na FAO, o rural passa a ser definido por intermédio de sua relação com a cidade.

Kageyama (2005) salienta que o Programa de Desenvolvimento Rural da OCDE, em 1996, definiu um conjunto de indicadores básicos para se entender desenvolvimento rural: população e migração; bem-estar social e equidade; estrutura e desempenho econômico; meio ambiente e sustentabilidade.

Sendo assim, esse conjunto contempla uma série de critérios que podem se estabelecidos para se compreender o meio rural em toda sua amplitude e que,

segundo Abramovay (2008, p. 26), define ruralidade pelo “conceito territorial e não-setorial”. Mesmo porque, para ele, o território é mais do que um ambiente físico e um conjunto de relações entre empresas e indivíduos; com efeito,

[...] possui um tecido social, uma organização complexa, feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais, dos custos de transporte e comunicação. Um território uma trama de vínculos e raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico. (ABRAMOVAY, 2008, p. 47).

A ideia de se entender o rural como território ganha ênfase nas propostas de desenvolvimento estipuladas pela OCDE. Conforme a instituição, haveria dois níveis hierárquicos de organização dos dados nesta análise, o nível local e o regional. Assim, rural e urbano seriam estudados como um *continuum* e não como negação do outro (ABRAMOVAY, 2008). Para Kageyama (2005), a análise do desenvolvimento rural levaria em conta estas escalas e os elementos nelas presentes, tais como “[...] regiões com redes urbanas bens distribuídas, com recursos territoriais adequados, mercados locais que favoreçam a pluriatividade [...]”.

Todavia, essa proposta ganha força quanto à formulação de políticas públicas direcionadas ao ordenamento territorial. A formulação e execução dessas políticas e suas consequências decorrem do fato de se considerar a existência de uma série de elementos, físicos e humanos, no território.

Cazella, Bonnal e Maluf (2009, p. 39), em suas abordagens sobre território e desenvolvimento territorial, fazem referência aos “olhares dos geógrafos” para o território. No entanto, enfatizam que “[...] o território não é, portanto, só uma realidade geográfica ou física, mas uma realidade humana, social, cultural e histórica”.

Nessa abordagem, defendem uma visão coletiva e institucional do território associada a maximizar a valorização dos recursos presentes no território, mesmo porque este se consiste numa realidade humana, social, cultural e histórica.

Nessa concepção, o território é produto comercializado. Para tanto, os diferentes atores sociais – políticos e privados – precisam articular suas ações mercantis e não-mercantis, com o propósito de criar uma oferta heterogênea e coerente de atributos territoriais (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009, p. 38).

Nos anos 1970 aparece, na Itália, o programa mais influente sobre desenvolvimento territorial, discutindo potencialidades territoriais como rede, meios de

inovações e os efeitos de potencialidades. Esse programa recebe o nome de “Terceira Itália”¹⁴ e tem lugar na região centro-nordeste, quando essa área atravessou um período de dinamismo econômico num período de crise (ABRAMOVAY, 2008; CLEMENTE, 2010).

O programa estabelecido na região centro-nordeste da Itália se baseou na interação entre as proximidades dos distritos industriais e o caráter de industrialização difusa, a competitividade das empresas e seus processos e inovação, quando “[...] os espaços rurais deixam, de forma gradual, de ser predominantemente agrícolas para evoluírem em direção ao desenvolvimento regional” (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2008, p. 34). Os desafios do programa estavam pautados na construção social do mercado, organizado, todavia, a partir das escalas local e regional.

Para Cazzela, Bonnal e Mafuf (2009, p. 32), esse modelo se tornou paradigmático, quando apresenta alternativas para a crise do modelo de produção fordista¹⁵. Eles asseveram sobre o “[...] bom desempenho democrático dessa região” e a possibilidade de desenvolver “[...] uma abordagem neoinstitucional” de “capital social”. Sobre o programa, os autores salientam:

Em síntese, ao integrar eficiência econômica e desempenho democrático, as diversas interpretações desta peculiar experiência social, econômica e política convergem para uma representação da “boa sociedade”, eficiente e justa, explicando seu poder de atração nas esferas acadêmicas e entre as redes de formuladores de políticas públicas.

E a experiência da “terceira Itália” demonstrou a existência de uma forte relação espacial e economia difusa, ou seja, grande número de pequenas e médias empresas, articuladas em rede com a forte base familiar de produção agrícola, com grau de urbanização que evitava a contradição entre rural e urbano (FAVARETO, 2007).

¹⁴ Termo utilizado para designar a região Centro-Norte ou Nordeste da Itália, onde ocorreram, nos anos 1970, as primeiras abordagens sobre o desenvolvimento territorial a partir da organização de um modelo produtivo que veio como alternativa para o modelo fordista, principalmente apresentando um componente metodológico fundamentado nas redes de compartilhamento local e regional. Esse modelo foi caracterizado pela industrialização difusa e pela flexibilização nas plantas produtivas. O contexto territorial, interligado por redes de pequenas propriedades, com base no trabalho familiar, e de pequenas empresas locais e regionais possibilitou um relativo sucesso dessa região. Para mais informações, ver Bagnasco (1996), Saraceno (1994).

¹⁵ Ver outros comentários em Abramovay (2008), Schneider e Tartaruga (2004), Favareto (2007; 2010), Clemente (2010) e Cazella (2009/10).

Desde essa experiência com resultados positivos na Europa, outras foram começando, na tentativa de se abarcar um novo modelo de desenvolvimento que considerasse os diversos elementos do espaço e atores sociais.

Segundo a OCDE (1996), a importância do estudo da dimensão territorial do desenvolvimento e as consequências territoriais das políticas públicas sinalizavam para uma nova valorização do rural e da própria ruralidade. Para Abramovay (2008, p. 53), “[...] é em torno deste valor – e não somente de suas atividades econômicas setoriais – que se procuraram aqui as características mais gerais do meio rural: relação com a natureza, regiões não-densamente povoadas e inserção em dinâmicas urbanas”.

Ao utilizar o termo *capital territorial*, Dematteis (2008) explicita o conceito de valor agregado territorial, observado na ação coletiva dos indivíduos, em torno dos recursos imóveis, específicos e patrimonial, dos locais. Nesse caso, tais recursos são concebidos como meios que podem ser utilizados de forma democrática e coletiva e estão presentes no ambiente natural, no patrimônio histórico (natural ou humano), nos recursos de infraestrutura e nos bens relacionados incorporados no capital humano presente (DEMATTEIS, 2008).

Considerando-se esse conjunto complexo, a trajetória da região da “Terceira Itália” se apresenta bem sucedida por ter como um dos principais fatores a tradição da agricultura familiar.

Demais características foram sublinhadas por Clemente (2010), como o destaque para os elementos endógenos no território e a capacidade de não usar somas elevadas de capitais e investimentos e de se gerar empregos.

Desse modo, o entendimento do rural como território perpassa pela importância de se entender o território como um conceito “polissêmico”, justo porque se consideram vários enfoques quanto às políticas públicas e ações coletivas, mesmo porque os “[...] sentidos dependem do olhar disciplinar de quem dele se vale, como também da problemática política e social do contexto em questão” (CAZZELA; BONNAL; MALUF, 2008, p. 41) .

3.2.2. A abordagem territorial do desenvolvimento rural: a emergência de políticas públicas para o meio rural

Embora o discurso desenvolvimentista, endossado pelos países desenvolvidos, se apegue atualmente à sustentabilidade, novos caminhos para o desenvolvimento integral têm sido trilhados, principalmente na promoção de políticas territoriais e ideológicas nos Estados emergentes ou em vias de desenvolvimento.

Quando se trata de sustentação das bases territoriais, isso não indica somente a conservação do conjunto dos recursos naturais, disponíveis num espaço delimitado e submetidos a um controle social, mas do ecossistema, num conjunto mais dinâmico das relações entre homem e natureza.

O desenvolvimento desses espaços é, porém, um pressuposto para se entender a evolução de uma sociedade (SANTOS 2002). Outrora observados como espaços antagônicos, de junção e dispersão, de modernização e atraso, de melhores e piores padrões de vida, os espaços urbano e rural denotam, na era da globalização, espaços com funções totalmente diferenciadas; são espaços interdependentes, relativamente não separados, mas contíguos, de limites flexíveis, com relações de trabalho, econômicas e financeiras determinadas segundo os interesses de cada lugar.

Sob o novo discurso desenvolvimentista, vê-se a emergência de políticas associadas ao mundo rural, sobretudo em países pobres e emergentes (SEN, 2010; FAVARETO, 2009). Quando se fala em combate à fome e preservação da natureza, denota-se uma nova visão sobre desenvolvimento rural para o século XXI, diferente daquela, ora modernizante e tecnológica das economias capitalistas, ora ideológica e inclusiva dos movimentos sociais.

Na perspectiva capitalista, as economias mais atrasadas, além do crescimento econômico lento, não produziram um desenvolvimento rural com tecnologia, ocupação do solo equilibrada e adequada, problemas com a distribuição de terras, quanto à segurança alimentar e produção de demais produtos agrícolas.

Novos aspectos são apresentados para o desenvolvimento rural no período posterior aos anos 1990. Abramovay (2009) é quem reforça a ideia de que os países pobres devem olhar com maior atenção para as suas regiões rurais, porque as mesmas podem apresentar dinamismo. A partir do momento em que se enxerga o rural não somente como resíduo do urbano, mas como parte integrante de economias em

ritmo de crescimento, “os obstáculos geográficos” – quais sejam, as distâncias, a dotação de recurso, infraestrutura, bens e serviços – podem ser ultrapassados.

Abramovay (2009) tece as seguintes considerações sobre o desenvolvimento das regiões rurais:

Se o meio rural for apenas expressão, sempre minguada, do que vai restando das concentrações urbanas, ele se credencia, no máximo, a receber políticas sociais que compensem sua inevitável decadência e pobreza. Se, ao contrário, as regiões rurais tiverem a capacidade de preencher funções necessárias a seus próprios habitantes e também às cidades – mas que estas próprias não podem produzir – então a noção de *desenvolvimento* poderá ser aplicada ao meio rural. (ABRAMOVAY, 2009, p. 23).

Veiga (2004) e Favareto (2000) ressaltam que há um consenso básico na nova ruralidade. Existe uma série de aspectos que devem ser observados com muita atenção sobre o que se oferece para o século XXI.

Esses aspectos podem ser: a) a enorme quantidade de pessoas que ainda reside no campo – sobretudo nos países mais pobres; b) algumas zonas rurais possuem riquezas autênticas e ímpares; c) o desenvolvimento rural deve envolver todos os setores da sociedade; d) as zonas rurais desempenham novas funções nas relações sociedade e natureza; e) as políticas agrícolas necessariamente precisam adaptar as realidades locais para a construção de um desenvolvimento sustentável, com a participação de agentes diversificados.

Dentro desse consenso, observa-se a emergência de uma abordagem territorial do desenvolvimento rural. Foi com as ações e políticas públicas implementadas pelas instituições internacionais, como OCDE, PNUD e PNUMA, como também pelo Banco Mundial e demais políticas nacionais aplicadas às regiões rurais, na década de 1990, que o discurso se intensificou e se propagou dentre as economias pobres e emergentes.

Para Clemente (2010), “[...] a abordagem territorial, como tradicionalmente tem ocorrido com o termo desenvolvimento, tem sido apropriada por diversas linhas político-ideológicas, que exprimem, por sua vez, distintos interesses e visões” (p. 71).

Na contemporaneidade, o mundo rural deve ser observado como parte integrante do processo de desenvolvimento, não só porque é palco da produção de alimentos e outras matérias-primas, mas porque este está intrinsecamente integrado à

preservação, manutenção e uso racional dos recursos naturais, os quais serão necessários para a qualidade de vida, tanto no campo como na cidade.

Outra questão é se entender o desenvolvimento rural como promoção do território através da implementação de políticas públicas regionais e locais. Pela perspectiva da abordagem territorial, devem ser levadas em conta todas as especificidades, porque um grande número de pessoas está ligado diretamente e indiretamente a esse setor.

Contextualizando, o desenvolvimento territorial pode contemplar as ações de atores diversos, tendo-se em vista os recursos locais, os aspectos simbólicos, transformando esse conjunto diversificado em recursos socioeconômicos (CAZZELA; BONNAL; MALUF, 2008). Assim, Dematteis (2008) identifica esse movimento como construção de um capital social e mesmo territorial.

Por sua vez, assevera Clemente (2010, p. 71):

Com a proposta territorial do desenvolvimento surgindo neste contexto de amplo predomínio da vertente neoliberal, veio embutida a idéia de que o desenvolvimento prescinde do Estado para se concretizar. Neste sentido, basta que haja mobilização dos “atores” locais no sentido de aproveitar e em difundir as “vantagens” do local para haver a promoção do desenvolvimento.

Os estudos de Favareto (2007; 2009), Veiga (2007) e Neves e Conejero (2007) apontam para a viabilidade da nova etapa do desenvolvimento territorial rural, em função das questões da agroecologia, da produção de alimentos, fibras e bioenergia e da sustentabilidade vista pelo prisma da totalidade, tanto dos recursos naturais como do próprio sistema de produção.

Para Favareto (2007), isso significa uma nova racionalização da vida rural no mundo. Na verdade, essa racionalização pode ser enxergada nas formas encontradas por grupos sociais de criar perspectivas de reprodução social na vida cotidiana.

Este novo conteúdo de racionalização da vida rural no mundo contemporâneo tem suas bases, no plano material, na ascendência de interesses compatíveis com ações de conservação ambiental, seja pelas perdas geradas com o desgaste de recursos naturais que afetam tantas empresas, países e regiões, seja pela introdução de especialidades econômicas e intelectuais relativas a tais esforços ou ao aproveitamento destas amenidades naturais como negócio ou como conforto material. (FAVARETO, 2007, p. 181).

A importância do rural como parte integrante do processo de desenvolvimento advém da preocupação em se criar estratégias de sobrevivências ou de melhores condições de vida para famílias que possuem suas rendas ligadas, direta ou indiretamente, às produções agropecuárias ou outras atividades não-agrícolas no campo, como também nas áreas urbanas, em pequenas cidades.

No que diz respeito ao desenvolvimento territorial rural e especificamente sobre os efeitos da aplicação dessa nova abordagem de análise e das ações implementadas através de políticas públicas, Schneider (2003) aponta algumas “facetas”: a) a melhoria do mercado em escala local e regional, por meio da aceleração das trocas comerciais e da competitividade; b) o surgimento de iniciativas que venham a criticar o padrão técnico dominante; c) as modificações no processo de produção, levando a maior flexibilidade e descentralização e a “[...] diluição das diferenças setoriais” (p. 4); d) modificação do papel do poder público e demais instituições que atuam em determinado espaço rural, abrindo alternativas para parcerias; e e) entende-se melhor a dimensão ambiental a partir das ações locais, transformando os recursos ambientais em vantagens econômicas ou em investimentos, e não mais os utilizando somente como fonte de renda.

A abordagem territorial do desenvolvimento rural, mais do que nunca, está atrelada à sustentabilidade. As políticas de ordenamento territorial têm visado principalmente dois focos de ação: o primeiro é a sobrevivência de muitas famílias que dependem do meio rural como fonte de renda, integral e parcialmente; o segundo é que o rural está intimamente voltado para a exploração dos recursos naturais e, portanto, é nesse espaço onde se encontram os potenciais de exploração, renda e da manutenção das condições de vida, tanto no campo como nas cidades.

Nesse aspecto, a importância da utilização do território na promoção do desenvolvimento tornou-se uma ferramenta para intervenção no processo de desenvolvimento. Uma das razões seria a resposta à crise fordista e a criação de formas mais flexíveis e descentralizadas de organização do processo produtivo, sobretudo no meio rural, concebendo o território como espaço de ordem produtiva. A outra deriva dos aspectos políticos e institucionais, oriundos da crise do Estado e da perda do seu poder de regulação (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004).

Quanto à segunda razão exposta pelos autores sobre a importância do emprego do território na promoção do desenvolvimento, uma análise mais apurada

[...] mostra que o enfoque territorial é permeável às noções de governança (interação e regulação entre atores, instituições e Estado) e de concertação social ou coordenação de interesses de autores que transcorrem em um espaço determinado que é o território. Tanto a governança como a participação passam a ser entendidas como de fundamental importância para determinar o novo papel das organizações e instituições locais. (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004, p. 109).

Essa abordagem, que, a princípio, foi originária na Europa, atualmente está em foco, principalmente nos países que possuem estruturas econômicas ligadas à produção primária. Entende-se, portanto, que o desenvolvimento territorial deva estar correlacionado à participação de atores conjuntos, passíveis à execução de políticas públicas:

O território passa a ser visto e compreendido como uma nova unidade de referência e mediação das ações do Estado e o enfoque do desenvolvimento territorial torna-se, portanto, um modo de ação que valoriza os atributos políticos e culturais das comunidades e dos atores sociais ali existentes. Governança local e participação social tornam-se, neste sentido, atributos do desenvolvimento territorial. (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004, p. 109).

No caso brasileiro, esse enfoque se torna importante desde a década de 1990, com o surgimento de debates que envolviam estudos e reivindicações populares de grupos ligados as classes menos favorecidas, especialmente no meio rural.

O enfoque foi dado pela construção de implementação de políticas públicas que buscaram, num primeiro momento, atender à agricultura familiar, assim como à conservação dos recursos naturais e seu manejo adequado, no meio rural.

Nos primeiros anos do século XXI, esse debate ganha força junto ao governo Lula, na implementação das políticas sociais. Vários ministérios passam a estar envolvidos na execução dessas políticas, como, por exemplo, o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O PRONAF foi um dos primeiros exemplos dessas políticas aplicadas em todo o território nacional, desde a década de 1990.

Nos Estados, as secretarias estaduais do Meio Ambiente e da Agricultura e Abastecimento também adotaram políticas com ações que priorizam o manejo ambiental e a promoção da pequena propriedade e do desenvolvimento local. Como exemplos disso, verificam-se os Programas Estaduais de Microbacias

Hidrográficas, objetivando ordenamento territorial rural, aspectos estes que serão discutidos neste trabalho.

No processo de desenvolvimento rural, as ações locais de manejo, controle e gestão racional dos recursos naturais e o aprimoramento das relações com a natureza podem ser um viés para o desenvolvimento rural equitativo e equilibrado, com o objetivo de reduzir a pobreza e garantir os direitos básicos e inalienáveis à vida.

Mesmo se entendendo a diferença entre as escalas, finalizando este item, vale citar Gómez (2006):

Nos últimos anos, vem se afirmando uma outra visão sobre o meio rural, construída e difundida na escala global e que, no Brasil, vem conseguindo visibilidade sob os auspícios de políticos, técnicos e acadêmicos dedicados a propor opções para solucionar os impasses do meio rural: é o rural como lugar de oportunidades. (GÓMEZ, 2006, p. 30).

Por conseguinte, o rural contemporâneo surge como local de oportunidades que possibilitem desenvolvimento social, territorial, sustentável, equilibrado e duradouro, tanto no mais amplo espaço mundial como nas regiões pobres que tentam se desvencilhar desse rótulo, em busca de novas identidades. No caso específico, este trabalho tentará debater tais possibilidades pela ótica da pequena propriedade rural.

3. O DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL: do papel do Estado no processo de modernização da agricultura às novas abordagens sobre o desenvolvimento rural pós-1990.

Mesmo que não contássemos com pesquisas, cada um de nós experimenta no cotidiano a forte presença de uma representação homogênea que os brasileiros possuem do país e de si mesmos. Essa representação permite, em certos momentos, crer na unidade, na identidade e na indivisibilidade da nação e do povo brasileiro, e, em outros momentos, conceber a divisão social e a divisão política sob a forma dos amigos da nação e dos inimigos a combater, combate que engendrará ou conservará a unidade, a identidade e a indivisibilidade nacionais (CHAUI, 2000, p. 4)

Desenvolvimento rural, no caso brasileiro, desde a segunda metade do século XX, foi entendido como modernização na base técnica da agricultura, acesso ao crédito rural, surgimento dos complexos agroindustriais, expansão da fronteira agrícola e aumento da produção de *commodities* para exportação.

A questão ganhou novas discussões nos anos 1990, com o debate sobre agricultura familiar, a criação de políticas públicas voltadas ao atendimento de pequenos produtores rurais e o aparecimento da abordagem territorial de desenvolvimento. O desenvolvimento rural passou a ter como princípios a dimensão da sustentabilidade e implicações específicas quanto ao desenvolvimento dos territórios.

Enfatiza Clemente:

No caso do rural, as análises têm se dado no sentido de compreender que as áreas rurais também são passíveis de se desenvolverem, sem que necessariamente tenham que se tornar urbanas para que isso ocorra. Além disso, o caráter inovador está em reconhecer a multifuncionalidade do espaço rural, que já não se restringe apenas a abrigar as atividades agrícolas e também de se atentar cada vez mais para a questão ambiental. (2010, p. 64).

No novo paradigma de desenvolvimento, o rural começa a ser interpretado a partir do território e de seus componentes. Ao considerar-se a dimensão ambiental, leva-se em conta a dinâmica da sustentabilidade, mesmo porque essa questão envolve o manejo adequado dos recursos naturais e sua utilização por parte das gerações atuais e futuras (DEMATTEIS, 2008; BONNAL; MALUF, 2010).

Contudo, essa abordagem de desenvolvimento compreende um debate que vai além do que se apresenta na mídia, nas políticas de governo e no campo teórico (BECKER, 2005; SACHS, 2004). Esse contexto é heterogêneo e envolve questões ambientais e preservacionistas, manejo e gestão dos recursos naturais, sobrevivência e sustento de famílias que dependem do meio rural, como também a necessidade da efetivação das dinâmicas produtivas locais e regionais, equilibradas, equitativas e duradouras.

Essa proposta se torna, então, fundamental para uma análise abrangente daquilo que se chama desenvolvimento. No entanto, Kageyama (2004, p. 1) salienta que “[...] o desenvolvimento é um processo complexo, por isso muitas vezes se recorre ao recurso mental de simplificação, estudando separadamente o ‘desenvolvimento econômico’, por exemplo.”

Para ela, o problema do desenvolvimento rural vai muito além do crescimento econômico e das relações de produção no campo. Envolve a possibilidade de acesso aos bens materiais, da reprodução social do trabalho, da construção de identidades e de aproveitamento dos recursos naturais disponíveis na produção e garantia do sustento das famílias.

3.1. Desenvolvimento rural no Brasil: participação estatal e a modernização da agricultura

O rural no Brasil foi marcado, durante quatro séculos e meio, pela grande propriedade agrícola, pelas monoculturas de exportação, pela exploração de mão-de-obra escrava e pela concentração de poder pelos grandes proprietários rurais¹⁶.

Desde a ocupação do território, coube ao Estado promover as primeiras produções monocultoras da cana-de-açúcar e da pecuária, que serviram como sustentáculo da economia colonial. O Estado sempre atuou como grande incentivador dos processos econômicos, no Brasil. Primeiramente, ficou a cargo da Coroa – no papel de Estado – fazer as primeiras divisões de terras e concedê-las às famílias nobres europeias para tomarem conta, proporcionando, a partir de então, o problema da elevada concentração fundiária.

Através do controle sobre a posse da terra, da arrecadação de impostos e da criação de um arcabouço jurídico e institucional, o Estado liberou recursos para que

¹⁶ PRADO JÚNIOR, 1976; 1994; GUIMARÃES, 1989; MARTINS, 1979; 1999.

as lavouras de cana-de-açúcar e de café prosperassem e as relações econômicas fossem estabelecidas na legalidade. Entre 1930 e 1950, incentivou, também, o desenvolvimento industrial, o que levou a tratar o espaço rural como oposto de urbano, servindo apenas como seu suporte.

Embora o modelo desenvolvimentista criticado por Furtado (1974) fosse verticalizado – de fora para dentro do país, como da indústria para a agricultura – tinha-se o espaço rural apenas como fornecedor do excedente de mão-de-obra para ocupar as atividades industriais, enquanto a agricultura produziria alimentos e matérias-primas para serem consumidos nas cidades.

Ao apresentar o papel do Estado como promotor e indutor do desenvolvimento, Gonçalves Neto (1997) salienta que a agricultura se constitui no setor primordial para o crescimento de um país e exige permanente atenção do governo. O Estado possui mecanismos para interferir no arcabouço jurídico, fornecer financiamento e induzir o processo de modernização; propiciar infraestrutura (transporte, energia, comunicação e circulação), fomentar pesquisas e introduzir tecnologias.

O referido autor assevera:

No momento de composição de diferentes planos de desenvolvimento da economia o Estado não pode esquecê-la: apesar de subordinada, a agricultura está presente, responde por importantes parcelas da produção e atua politicamente na defesa de seus interesses. (GONÇALVES NETO, 1997, p. 121).

No início da década de 1930, o Estado atuou fortemente na mudança do eixo estrutural da economia, do setor agrário/monocultor/exportador para o urbano-industrial. Na década de 1950, com a substituição das importações, criou-se um mercado interno para as matérias-primas produzidas no campo, estimulando-se a diversificação de bens e serviços urbanos de caráter nacional.

Foi entre as décadas de 1930 e 1950 que as bases para o crescimento econômico começaram a ser submetidas a planejamento, ganham corpo político e sustentação legal, e “[...] patenteia-se, assim, no início dos anos 60 uma situação que apresenta o Estado como um dos maiores sócios da economia brasileira” (GONÇALVES NETO, p. 27).

Niveau (1969) assegura que o Estado é um dos agentes determinantes na ascensão do capitalismo, ao passo que Veiga (2007) afirma que o mesmo deve agir para que os setores da economia fiquem equilibrados e sejam igualmente produtivos.

Desde as décadas de 1960 e 1970, com a incorporação do pacote tecnológico da “revolução verde” – derivado dos países ricos – observou-se um processo de setorização da economia através da promoção de políticas públicas elitistas, priorizando-se o setor de bens de capitais para a agricultura, as culturas de exportação e as agroindústrias (HESPANHOL, 2007; 2008; AZEVEDO; PESSOA, 2008). A principal ferramenta utilizada para fomentar a modernização da agricultura foi o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Na década de 1960, com o fornecimento de crédito, as políticas agrícolas estiveram focadas no aumento da produção agropecuária em larga escala (DELGADO, 1985), com destaque para os setores de grãos, carnes e demais *commodities* agrícolas.

É particularmente a partir do projeto de modernização e diversificação agropecuárias [...], que se tenta institucionalizar o SNCR. Os graus de abrangência e generalidade desse sistema contemplam a mercadoria agrícola em geral e não apenas atividades específicas ao modelo monocultor [...] (DELGADO, 1986, p. 45).

Para Delgado (1985), a eficácia do SNCR em viabilizar condições para a produção agropecuária concentrou-se na grande produção e expressou, no caso brasileiro, a *penetração do capitalismo no campo*. Ele acrescenta:

O novo sistema é montado para agropecuária em seu conjunto. Seu sentido modernizador é claramente estipulado. Seus mecanismos indutores de organização da produção são refletidos nas condições favorecidas de financiamento, em termos de taxa de juros, prazos e carência de pagamento. Sua clientela preferencial é o produtor modernizado ou modernizável, inserido na malha das transações interindustriais do CAI.¹⁷ (DELGADO, 1986, p. 45).

Com recursos do SNCR, o pacote tecnológico da “Revolução Verde” ganhou expressividade. A mecanização, a implantação de indústrias de bens de produção e de insumos acelerou a abrangência espacial dessa modernização (HESPANHOL, 2008). Esse pacote era composto de uma série de elementos que foram incorporados à agricultura, que, por sua vez, poderia viabilizar a modernização da agropecuária de qualquer país, resultando no aumento da produção e na padronização das bases industriais (MARTINE; GARCIA, 1987).

¹⁷ Utilizado por Guimarães (1978) e abordado por Muller (1982), é entendido por Complexo Agroindustrial, uma associação entre bens de capital para produção, agricultura e plantas industriais deslocadas do urbano para o meio rural. Foi empregado por Graziano da Silva (1981) e também nos estudos sobre a Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira (1998).

Outro fator marcante se deve às inovações no âmbito da pesquisa agropecuária. No Brasil, a pesquisa ganhou expressividade na década de 1970, quando foi criada a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), com o objetivo de “[...] promover, estimular, coordenar e executar atividades de pesquisa, bem como produzir conhecimentos e tecnologias agrícolas, além de dar apoio técnico e administrativo a órgãos do poder executivo” (GONÇALVES NETO, 1997).

Nas décadas de 1960 e 1970, além da introdução da pesquisa agropecuária e de novas tecnologias nacionais, os programas de extensão rural ganharam expressividade. Serviços de assistência técnica e extensão rural foram criados em todo o país.

No entanto, o Estado pioneiro foi Minas Gerais, em 1948. Na década de 1950, outras associações foram sendo criadas nos Estados. Em 1974, surgiu a Empresa Brasileira de Extensão Rural (EMBRATER). Nos Estados, as empresas de extensão rural passaram a contribuir com o processo de modernização, com a orientação aos produtores rurais sobre adoção de técnicas e uso do solo. As Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATERs) complementavam as ações dos centros de pesquisa, fazendo o papel de ponte entre estes e os produtores¹⁸.

Gonçalves Neto (1997) ressalta que, “[...] em relação às inovações, a atitude brasileira pautou-se, no início dos anos 60, por incentivar a divulgação de tecnologias já desenvolvidas em países mais adiantados, sendo este o período áureo da extensão rural” (p. 194).

Por seu turno, Navarro (2001, p. 88) sublinha:

Desenvolvimento rural, nos anos 1970, necessariamente incluiria a intensificação tecnológica e a crescente absorção de insumos modernos pelos produtores, como parte de uma estratégia de aumento da produtividade e, como objetivo finalístico, a elevação da renda dos produtores.

¹⁸ Gonçalves Neto (1997) frisa que se caracterizou num trabalho de promoção do homem rural que, todavia, esteve concentrado na assistência técnica. Esse trabalho tinha como foco a melhoria das condições de vida do homem rural, proporcionando a ele aumento na renda e outros ganhos socioeconômicos, além de se preocupar com o fator de dispersão espacial dos produtores, minimizando as condições de isolamento e inserindo-os no contexto do mercado. As EMATERs foram criadas na maioria dos Estados brasileiros, com exceção de São Paulo, que já possuía serviço técnico de assistência técnica e extensão rural, junto a CATI e as “Casas da Lavoura”, da SAA/SP. Sobre o período da introdução da pesquisa agropecuária, assistência técnica e extensão rural, Hespanhol (2000) e Clemente (2010) também tecem alguns comentários, em seus trabalhos de doutoramento.

Assim, os interesses estatais e das grandes empresas de capital nacional e internacional ficaram evidentes, cabendo sobretudo ao Estado brasileiro, criar “[...] um aparato institucional altamente favorável a modernização” (HESPANHOL, 2008, p. 120).

Em resumo, a atuação estatal se pautou em algumas esferas. Para tanto, as ações implicaram: a) Criação do Estatuto do Trabalhador Rural (1963); b) Concessão de crédito subsidiado pelo SNCR (1965); c) investimento em pesquisa agrônômica e extensão rural; d) política fundiária de valorização da propriedade privada atrelada ao mercado da terras (HESPANHOL, 2008).

O projeto de modernização da agricultura visava igualmente a diversificar as linhas produtivas na agropecuária. Entretanto, os pequenos produtores rurais não foram incluídos, o que se possibilitou chamar-se, por Graziano da Silva (1997), de *modernização conservadora*.

No caso brasileiro, o desenvolvimento do capitalismo possibilitou a industrialização, proporcionando a construção histórica de espaços rurais extremamente desiguais e favorecendo o fortalecimento das oligarquias agrárias, a concentração fundiária e o incentivo à produção em larga escala.

Declara Leite (2005):

O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro iria manter, contudo, as características históricas da nossa formação social, incluindo a elevada concentração fundiária, além de assistir as assimetrias que pautaram a trajetória da industrialização nacional. (LEITE, 2005, p. 283).

De fato, devido às consequências sociais e ambientais causadas pela adoção do pacote tecnológico e a execução da política desenvolvimentista, nos anos 1990, verificou-se a necessidade de entender desenvolvimento rural como um processo abrangente que pudesse contemplar os espaços diferenciados e os setores até então excluídos da economia e das políticas públicas.

3.1.1. A constituição dos complexos agroindustriais e a intensificação das relações capitalistas no campo

O modelo implantado, embora tivesse características modernizantes, não contemplava o desenvolvimento rural como um todo, mas sim o crescimento da produção agropecuária voltada para o mercado (NAVARRO, 2001). A principal

inovação nesse período foi o surgimento dos Complexos Agroindustriais (CAI), principalmente no Centro-Sul do país.

Muller (1982) e Delgado (1985) ressaltam que, com o CAI, passou a haver menor dependência dos recursos naturais e maior dependência dos bens de capital e dos meios de produção especializados para as cadeias produtivas, sendo que “[...] a agricultura brasileira se tornou um importante mercado para a indústria de máquinas, implementos, fertilizantes e biocidas e grande fornecedora de matérias-primas para as agroindústrias” (HESPANHOL, 2007, p. 65).

Para Müller (1982), o surgimento do CAI marcou substancialmente a modernização da agricultura, nos anos 1960. Além da produção ampliada, diversificou-se a produção agrícola, inserindo-se novos produtos no mercado interno e no exterior.

Graziano da Silva (1998) salienta que a evolução dessa estrutura, nas décadas de 1960 e 1970, definiu uma nova dinâmica agrícola no país, sem contemplar o rural como um todo. Ele afirma que a espacialização das agroindústrias e o fortalecimento das cadeias produtivas promoveram a integração entre os setores da economia e agricultura. Essa relação foi definida pelo autor como a “internalização” efetiva das indústrias de bens de capital e de produção e o processo de inserção do capitalismo no campo.

Com a emergência dos complexos agroindustriais e sua dispersão pelo país, uma nova configuração espacial da agropecuária brasileira foi estabelecida pelo capital, nas décadas de 1970 e 1980. A estrutura agropecuária se tornou complexa e totalmente articulada pelas relações capitalistas no meio rural:

A partir da constituição dos complexos agroindustriais (CAIs) nos anos 1970, mudam-se não apenas os determinantes da dinâmica de agricultura brasileira. Na verdade se deveria falar das várias agriculturas brasileiras... Já não se pode mais falar de um único determinante, nem de uma única dinâmica geral, nem de um único setor agrícola – o qual é, hoje, uma estrutura complexa, heterogênea e multideterminada. (GRAZIANO DA SILVA, 2010, p. 168)¹⁹.

Com a crescente articulação entre agricultura e indústria, surgiu a preocupação em se explicitar o processo de subordinação da produção agropecuária ao capital.

¹⁹ Graziano da Silva (1998; 2000; 2010), traz como referência o exemplo da inserção dos CAIs como modelo hegemônico de concentração de capital nas relações de produção do meio rural. Este modelo é ressaltado pelo autor, como de difusão espacial das empresas principalmente no Centro-Sul do Brasil, com destaque para as mudanças das plantas agroindustriais do Sul/Sudeste para o Centro-Oeste.

R. Hespanhol (2000, p. 44) destaca:

Essa preocupação com a pequena produção, articulada e subordinada ao capital – manifestada através da realização de várias pesquisas sobre esta temática – deve-se, em grande parte, à forma como se processou a articulação agricultura/indústria, consubstanciada na propaganda da modernização conservadora do campo [...]

Conforme a autora, algumas características estão presentes nesse processo, a saber: a) “[...] ‘decisiva ação do Estado’ nas políticas de crédito e incremento das atividades na área de pesquisa e extensão rural; b) o processo seletivo e diferenciado em termos espaciais, concentrando-se no Centro-Sul; privilegiando médios e grandes produtores [...]”; c) a “[...] perda do antigo caráter autônomo da agricultura [...]”; d) “[...] maior articulação da agricultura com os demais setores da economia [...]” (HESPANHOL, 2000, p. 44).

A mudança da fronteira agrícola para o Centro-Oeste favoreceu o deslocamento de grande parte do capital das empresas agropecuárias para a região. As cooperativas agrícolas que se localizavam principalmente na região sul se instalaram nos Estados do Mato-Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, assim como se verificou a emergência de novas e importantes unidades de processamento industrial²⁰ na região e o fortalecimento das grandes cadeias produtivas do agronegócio nacional, como da soja, cana-de-açúcar, milho, algodão e café (HESPANHOL, 2007).

A partir da integração agricultura/indústria e do cenário concentrador e setorial, no final dos anos 1970, novas tendências de estudos foram colocadas na pauta das discussões. A diversidade da agricultura brasileira ganhou enfoque, influenciada pelos referenciais do trabalho familiar, a serem evidenciados posteriormente, na década de 1980. Esses aspectos serviram para o aprofundamento do debate sobre as novas relações entre rural/urbano e agricultura/indústria.

A internalização dos espaços rural e urbano e dos setores produtivos consubstanciou-se na nova realidade do rural brasileiro, ao considerar a produção familiar, assim como direcionar olhares aguçados para a situação da produção familiar, responsável por uma parte considerável da produção agropecuária. Essas mudanças

²⁰ Hespanhol (2007), em artigo sobre a reconfiguração espacial do agronegócio no Brasil, exemplifica a importância dessas empresas agroindustriais que se desenvolveram, primeiramente na Região Sul e posteriormente no Centro-Oeste, como a COAMO – Cooperativa Agroindustrial, a COCAMAR; COMIGO – Cooperativa Agroindustrial dos produtores Rurais do Sudoeste de Goiás, a COPACOL, Cooperativa Agrícola Consolata Ltda., e a COOPAVEL.

proporcionaram o surgimento das “novas ruralidades” presentes em todo o território (WANDERLEY, 2001).

3.1.2. A emergência das análises sobre a produção familiar no Brasil

A década de 1980 foi marcada por referenciais históricos, na sociedade brasileira. O primeiro foi a mudança do regime ditatorial de governo rumo ao processo de redemocratização política, em 1985. O segundo foi a promulgação, em 1988, de uma nova Constituição Federal.

Do ponto de vista do desenvolvimento rural, os debates se concentraram na questão da modernização da agricultura, na questão da reforma agrária e sobre qual seria o papel do Estado na articulação das políticas para agricultura, para a questão agrária e a situação das populações rurais.

O debate surgido no final dos anos 1970 focaliza o processo de subordinação da pequena propriedade ao capital, através da integração agricultura/indústria. Entretanto, as reais condições das famílias que viviam da produção agropecuária deveriam ser reavaliadas segundo as condições estruturais da época, impostas pelo modo de produção capitalista, durante o processo da “modernização conservadora”.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que os argumentos sobre os quais se sustentava a importância da pequena produção na agricultura e, principalmente, no desenvolvimento do país, e que eram amplamente utilizados como aspectos favoráveis por aqueles que defendiam a realização da reforma agrária nos anos 1970, foram revistos em virtude da publicação de novas informações estatísticas no início dos anos 1980. (R. HESPANHOL, 2000, p. 50).

Os pequenos produtores passaram a ser identificados, em relação aos demais setores da agricultura, pelas diferenças sociais, técnicas, produtivas, econômicas e financeiras. Estudos sobre a agricultura familiar resultaram no aprofundamento dos debates, das análises e propostas para implementação de políticas públicas, nos anos posteriores.

Reportando-nos novamente a R. Hespanhol (2000, p. 51), é possível observar que, assim,

[...] os estudos sobre a produção familiar no decorrer dos anos 1980, iriam procurar compreendê-la no contexto mais geral do processo de modernização da agricultura e de consolidação do complexo agroindustrial brasileiro, ressaltando sua integração subordinada ou sua exclusão, bem como as implicações econômicas, sociais e tecnológicas decorrentes desses processos.

Sorj (1986) especifica que o processo de modernização da agricultura brasileira foi altamente concentrador e determinante para a penetração do capitalismo no campo. De acordo com esse autor, o Estado atuou como agente preponderante na concentração fundiária e no aumento das disparidades entre as classes sociais no campo, contudo, não afirma a eliminação da produção familiar, mas questiona o modelo adotado pelo Estado brasileiro, ao ignorar a coexistência de pequenas unidades capitalizadas com as grandes empresas, configurando a nova estrutura de classes, consubstanciada em três grandes setores:

a) Um setor de empresas fundadas nas relações de produção capitalista [...]; b) um setor de empresas familiares altamente capitalizadas, fundadas no trabalho familiar com pouca ou nenhuma utilização de trabalho assalariado; c) um setor de produção tradicional, baseado na pequena produção familiar [...] (SORJ, 1986, p. 124).

Na opinião de Delgado (1985), a articulação entre capital financeiro e agricultura repartiu a categoria de produtor familiar em duas: os pequenos produtores associados e os não associados ao capital. Para ele, os primeiros seriam aqueles que se integraram ao sistema de internalização do capital ou que, de alguma forma, poderiam ter uma reprodução econômica ampliada, enquanto os segundos se referem àqueles não integrados, principalmente arrendatários, ocupantes e parceiros.

Kageyama (1985) analisa a relação entre a modernização da agricultura e a produtividade conjuntamente aos níveis de emprego. Para a autora, a presença de pessoas ocupadas nas atividades agropecuárias se deu devido à retenção de mão-de-obra familiar, especialmente no Centro-Sul e no Nordeste. Entretanto, no Sudeste, houve a precarização da mão-de-obra rural, evidenciada pela figura do “boia-fria”, diarista sem contrato formal de trabalho.

Tais aspectos são ressaltados por Graziano da Silva (1998), ao examinar os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD):

Grosseiramente, podemos afirmar que a expansão das pessoas ocupadas na primeira metade da década de 80 deve-se a maior retenção de mão-de-obra familiar, em função da redução das oportunidades de emprego nos setores urbanos provocada pela

recessão 1981/83. Já na segunda metade dos anos 80 aumentou o emprego de trabalhadores assalariados (simultaneamente, reduziu-se a ocupação de mão-de-obra familiar), em função da retomada da expansão da produção capitalista, que resultou em safras recordes nos anos finais da década. (p. 176).

Alguns aspectos deram a tônica do debate sobre a produção agropecuária no Brasil, na década de 1980, a saber: a viabilidade econômica e a diferenciação social, a subordinação ao capital e a subordinação formal do produtor familiar; os agravamentos nas migrações²¹, nos níveis de empregos no urbano e no rural; o problema da renda e da pobreza no campo e o processo de urbanização do meio rural²².

Em linhas gerais, vários estudos confirmam que a formulação do conceito de produtor familiar está, todavia, relacionada à utilização de mão-de-obra não assalariada, ou muito pouco dela.

Concomitante à generalização desses novos referenciais teóricos e, de certa forma influenciados por eles, vários trabalhos passaram a adotar em suas análises, a noção de pequena produção familiar, em referência ao tipo de mão-de-obra utilizada nessas unidades produtivas. Apesar dessa noção apresentar-se ainda muito relacionada à idéia de dimensão (tamanho) ou de finalidade (produção de subsistência), o atributo de familiar procurava ressaltar as especificidades do processo de trabalho e de organização internas destas unidades produtivas, em contraposição às empresas capitalistas, estruturadas com base no trabalho assalariado. (R. HESPANHOL, 2000, p. 60).

Os anos 1980 foram marcados pela elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária, no governo Sarney²³, e pelos referenciais constitucionais de descentralização política e administrativa. Nesse período, o ente federado “Município” ganhou novas atribuições e recursos, entretanto, com maiores responsabilidades sociais atribuídas às comunidades locais, reforçando o papel das organizações civis.

²¹ Intensificação das migrações em vários sentidos e escalas: migrações regionais, sobretudo em direção do Centro-Sul; migrações intrarregionais, das áreas mais pobres para as cidades médias e centros metropolitanos; a migração rural-urbano (êxodo rural); a migração pendular (boias-frias e diaristas).

²² Esse conjunto de características associadas está presente na tese de doutorado de R. Hespanhol (2000) e em Graziano da Silva (1998).

²³ Período relativo a 1985 – 1989, marcado pela transição política do Regime Militar para a democracia. Esse presidente não foi eleito através do voto popular, mas substituiu o então “eleito” pelo Colégio Eleitoral, uma junta de deputados e senadores que escolheram o presidente da República que iria substituir os militares, a partir de 1985, com responsabilidade de pedir novas eleições diretas. Esse período foi marcado pelos altos índices de inflação, pela aplicação de três planos econômicos (Cruzado, Bresser e Verão), assim como pela convocação de uma Assembleia Constituinte e promulgação de uma nova Constituição Nacional.

Com essas novas vertentes políticas, a participação popular no contexto da agropecuária ganhou peso, no sentido de que as discussões teóricas tomassem um novo rumo. Pesquisas foram intensificadas nessa área, e outras instituições da sociedade participaram da discussão, como, por exemplo, os sindicatos, a Igreja – através das Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBs) e das Pastorais da Terra e Indígena – e outros grupos, os quais foram surgindo como referenciais da luta pela terra e melhores condições de trabalho no campo, sendo os mais importantes o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), agregando pequenos e médios produtores proprietários.

Apesar da emergência desse debate, na década de 1980, não se reduziram as condições de desigualdades no campo e da insuficiência na renda, intensificando-se as disparidades regionais, no Brasil²⁴.

Leite (2005), ao observar o padrão de desenvolvimento na agricultura brasileira, sustenta que a economia não foi capaz de “endogeneizar” o processo de desenvolvimento segundo as demandas regional e nacional, tornando o aspecto setorial evidente. No aspecto social, essa década ficou marcada pelo signo da não-operacionalidade do Estado, quanto a dirimir as desigualdades no campo e equilibrar o desenvolvimento regional.

Acrescenta o referido autor:

As transformações da agricultura brasileira não fugiram à regra, permanecendo subordinadas às estratégias industrializantes, corroborando uma rápida modificação do quadro demográfico nacional que em 50 anos inverteu as participações das populações rural e urbana no país. (LEITE, 2005, p. 281).

Até o final da década de 1970, o governo federal se preocupou em propiciar crédito para subsidiar produções agrícolas, implantar infraestrutura e facilitar a instalação de indústrias químicas, mecânicas e agroindústrias processadoras de matérias-primas (HESPANHOL, 2008). Porém, no período compreendido entre 1980 e início dos anos 1990, viram-se a redução de investimentos no setor agropecuário e a intervenção do Fundo Monetário Internacional (FMI) na política macroeconômica.

²⁴ Certificando-se sobre essas consequências, Graziano da Silva (1998) afirma que, no início da década de 1980, “[...] os pobres do campo necessitavam de um aumento de 45% na renda” (p. 177), e deixando-se de considerar os pobres, o aumento representava 78%. Esse autor argumenta, com base em dados da Fundação Internacional do Desenvolvimento Agrícola – FIDA (1992), que, no início dos anos 90, o Brasil estava em sexto lugar, com 73% da população rural com renda inferior à linha de pobreza.

O receituário neoliberal impôs o enfraquecimento do Estado, e a crescente abertura do mercado nacional favoreceu as grandes corporações transnacionais ligadas aos bens de capital para agricultura. Todavia, com a redemocratização, o contexto nacional não poderia ser de todo perverso para o setor agrícola, quando se constatou o desenvolvimento das cadeias de grãos, o fortalecimento dos complexos agroindustriais e o cooperativismo empresarial interligando produção, armazenamento, transportes e agroindústria (FRANÇA; FERNANDES FILHO, 2003; GONÇALVES, 2003).

3.2. Políticas Públicas e os Desafios para o Desenvolvimento Rural no Brasil, pós-1990: as experiências europeias, o desenvolvimento sustentável e a emergência da abordagem territorial do desenvolvimento

A década de 1990 trouxe, pelo menos no Brasil, a emergência da agricultura familiar como categoria de análise²⁵. Com a desregulamentação e abertura da economia ao mercado internacional e a implementação do Plano Real, um novo panorama econômico também surge para o meio rural.

Para Navarro (2001), o neoliberalismo econômico enfraqueceu o papel do Estado na condução das políticas públicas. Para ele, o tema ressurgiu nos anos 1990. Ele enfatiza:

Nos anos recentes, as motivações para o reaparecimento do debate sobre o desenvolvimento (e o desenvolvimento rural) modificaram-se radicalmente, caracterizando-se muito mais, ao contrário do primeiro período, por uma percepção acerca da aparente *impossibilidade do desenvolvimento* ou, pelo menos, suas imensas dificuldades de materialização. (NAVARRO, 2001, p, 85).

Com a intensificação das mudanças socioeconômicas e tecnológicas, associadas à globalização, as estruturas sociais e os modelos convencionais de crescimento econômico sofreram drásticas transformações, de maior relevância social e ambiental. Em escala global, as novas interpretações sobre desenvolvimento, com essa mudança de paradigma, decorrem da culminação dos impactos ambientais, preocupação com a gestão dos recursos naturais e a necessidade de compreender os sistemas rurais e agrícolas, através da relação natureza e sociedade.

²⁵ ABRAMOVAY (1998); SCHNEIDER (2003); HESPANHOL (2000).

O paradigma modernizante, em linhas gerais, promoveu a adoção de inovações técnicas agropecuárias, aumentando-se, por conseguinte, a “[...] dependência em relação às fontes externas de energia”. Contudo, essa dependência e “[...] a produção de um reduzido número de espécies vegetais e animais em larga escala” trouxe consequências substanciais aos ecossistemas do planeta (HESPANHOL, 2007, p. 191).

Navarro (2001) assegura que o novo paradigma estabelecido para o desenvolvimento rural está associado aos conceitos de desenvolvimento rural sustentável e desenvolvimento local. No caso brasileiro, é o município que aparece como escala onde as ações e os mecanismos de repercussão envolveriam as pequenas propriedades e a agricultura familiar, com políticas públicas em torno da valoração dos recursos do território.

Conforme Bonnal e Maluf (2009), as novas referências emergiram “[...] em conexão com os debates sobre sustentabilidade e meio ambiente” (p. 73). Segundo os autores, essa tendência reflete a necessidade de se observar o território como espaço de conformação das identidades culturais, das questões patrimonial e da agroenergia. Eles ressaltam que a escala municipal se torna uma referência espacial, onde se manifestam as novas tendências, olhares e normas sobre o rural. De fato, “[...] no caso brasileiro, a descentralização e a desconcentração administrativa consideraram os municípios como o seu ‘local’ por excelência [...] para os embates a as ações a serem tomadas dentro do novo paradigma (BONNAF, MALUF, 2009, p. 83).

Mesmo se sabendo que foi na década de 1990, durante o Governo FHC, que se estabeleceram novas diretrizes – políticas e jurídicas – para a questão do desenvolvimento rural e da agricultura familiar, foi nos primeiros anos do século XXI que se instituiu um modelo efetivo de planejamento e de subsídios direcionados ao desenvolvimento rural²⁶.

Em estudo sobre a multifuncionalidade da agricultura familiar e desenvolvimento territorial, Bonnal e Maluf (2009) apresentam quatro referências que englobam, por assim dizer, os debates em torno das políticas públicas, do planejamento e do desenvolvimento rural, a saber: “[...] (i) agricultura e rural; (ii) sustentabilidade e

²⁶ Bonnal e Maluf (2009) aludem aos princípios estabelecidos pelo Estado Nacional, no planejamento e efetivação das políticas públicas pós-1990. A partir da “territorialização” das suas ações, o Estado caminharia estabelecendo outro papel, diferente do que desempenhou nas décadas de 1950 a 1970. Tais princípios conformam um conjunto de ações que iriam refletir socialmente, principalmente no meio rural: a. a incorporação do enfoque territorial; b. a descentralização e desconcentração administrativa (e divisão de responsabilidades); c. o fornecimento de subsídios quanto a interiorização do desenvolvimento; d. o redirecionamento das políticas públicas às classes sociais menos abastadas; e. o papel do Estado como agente condutor do desenvolvimento, tanto social como regional, na indução do crescimento econômico.

desenvolvimento sustentável; (iii) território e desenvolvimento territorial; (iv) papéis e multifuncionalidade da agricultura” (p. 87).

A despeito de a abordagem territorial do desenvolvimento rural emergir no Brasil, na década de 1990, as políticas públicas como mecanismos de promoção do território vieram a se intensificar somente depois de 2003, recebendo maiores recursos e participação social.

3.2.1. As políticas públicas e a abordagem territorial do desenvolvimento rural

Ao se levar em conta o conceito de desenvolvimento rural, debates, estudos e pesquisas têm-se diversificado na busca de objetivos que visam a compreender a heterogeneidade do rural brasileiro, assim como tem crescido a efetivação técnica e operacional.

As consequências ambientais e sociais advindas da adoção do pacote tecnológico da “Revolução Verde” e o empobrecimento das populações rurais intensificaram as desigualdades no campo. A subordinação da agricultura familiar ao capital alijou muitas famílias da propriedade da terra, enquanto as que permaneceram foram expropriadas dos meios de produção.

Essas condições sociais, de fato, refletiram um rural amplamente desigual e heterogêneo. O paradigma do crescimento econômico, do modelo modernizante nas economias desenvolvidas, foi sendo substituído por um modelo alternativo, buscando assim dar respostas e oferecer alternativas ao modelo vigente.

No tocante a essas modificações, Abramovay (1999) explicita:

Transitar para a modernização parecia mais claro e oferecia instrumentos mais evidentes do que sair dela em direção a uma organização social sobre a qual não se tem muita nitidez. É no quadro da atividade agrícola e com os instrumentos das políticas públicas que a sustentariam que os grandes problemas do meio rural seriam enfrentados a partir da IIª Guerra Mundial. Só parecia possível pensar o meio rural em função da atividade econômica que o ligava ao restante da sociedade, isto é a produção agrícola. A gestão do espaço confundia-se - com exceção daquilo que seria próprio aos parques naturais, é claro - com a própria política agrícola. (ABRAMOVAY, 1999, p. 15).

Uma nova proposta sobre o desenvolvimento territorial rural teve origem na Europa e se propagou pelas economias em desenvolvimento, chegando ao Brasil, principalmente, na década de 1990.

Com o objetivo de fortalecer as economias europeias, esforços no sentido da integração entre os países foram sendo intensificados no período pós-Segunda Guerra. Em 1957, foi assinado o Tratado de Roma, efetivando-se desde janeiro de 1958. O tratado serviu para a criação da Comunidade Econômica Europeia (CEE)²⁷, que tinha como principal objetivo a reconstrução das economias e a garantia da segurança alimentar (STUART, s/d).

A Comunidade Econômica Europeia se consolidou e cresceu nas décadas seguintes, e a principal política pública foi a Política Agrícola Comum (PAC), criada em 1962 com objetivo de aumentar a produção agrícola e reduzir as dependências das importações (ABRAMOVAY, 2009). Entretanto, a tendência de crescimento foi abalada na década de 1970, com a crise do petróleo. As regiões mais pobres da Europa foram tremendamente afetadas e deu-se o primeiro alargamento dessa política (STUART, s/d.)

As principais diretrizes da PAC foram econômicas e políticas, a saber: a. mecanismos de preços administrativos elevados no interior da comunidade; b. tarifa sobre as importações; c. apoio tecnológico; d. preferência dos produtos da própria comunidade. (CONTINI, 2004; FRANCISCO, 2003).

No final da década de 1980 e início dos anos 1990, pesquisadores europeus implantaram uma “macropesquisa”, priorizando a investigação com as análises das fontes de renda agrícolas e não-agrícolas das unidades familiares rurais. O resultado apontou para a evolução da pluriatividade e a consolidação dessa cultura, no interior das unidades agrícolas (NASCIMENTO, 2010).²⁸

Em 1992, os resultados da pesquisa já trouxeram reações na CEE. Com a Regulação Agroambiental 2.078, a UE estabeleceu autonomia para que os Estados Nacionais pudessem implementar políticas de proteção ao meio rural, e os custos seriam repartidos entre os governos do bloco. A sustentação de preços com

²⁷ A Comunidade Econômica Europeia foi criada em 1957, em Roma, pelo Tratado comercial entre França, Alemanha e Itália e os países do BENELUX (Bélgica, Holanda e Luxemburgo). Tinha como objetivo a integração comercial através das trocas de produtos básicos e necessários para a expansão do comércio internacional desses países.

²⁸ Política denominada Arkleton Trust (1992), que abrangeu várias regiões da CEE, repartidas em cinco grupos de Estudos, onde seu relatório apresentou um conceito de pluriatividade dentro do modelo europeu de unidade familiar rural, verificando-se que 63% dos estabelecimentos possuíam força de trabalho pluriativa (NASCIMENTO, 2010).

ajudas diretas configurou-se em pagamentos compensatórios aos agricultores, em contrapartida à queda dos preços (VENÂNCIO, 2003; ABRAMOVAY, 2009).

Em consequência ao paradigma modernizante, as economias europeias passaram a atender às exigências do rural, sua heterogeneidade e o conjunto de valores (materiais e simbólicos) presente no território. Nesse sentido,

[...] embora haja uma política de convergência haverá muitas políticas de coesão. É que os atores sociais que tentaram construir o mundo rural à imagem e semelhança das necessidades quase exclusivas do processo produtivo tinham uma conotação sociológica unificada: a modernização da agricultura europeia consistiu num espetacular processo de cogestão da concentração de recursos produtivos e de subsídios públicos entre as mãos de um setor que conseguiu conquistar junto à sociedade e ao Estado - com maior ou menor sucesso, dependendo da história de cada país, é claro - o lugar de legítimos administradores daquilo que poderia ou não ser feito com o espaço rural. (ABRAMOVAY, 1999, p. 17).

Ainda que se tivesse em vista o aspecto econômico, haveria de se tomar um novo rumo na direção de uma política de desenvolvimento rural que abarcasse outras dimensões de desenvolvimento. Venâncio (2003, p. 36) ressalta que a ênfase primordial se pautou na “[...] geração de métodos de produção agrícola compatíveis com os requerimentos de proteção ao meio ambiente e manutenção das condições de vivência das comunidades rurais”.

A constatação de que grande parte das propriedades rurais era constituída por unidades familiares pluriativas, com base na realidade europeia, suscita a necessidade de se entender a coexistência de atividades diferenciadas no meio rural, as agrícolas e não-agrícolas e, no caso, a propriedade seria o lócus de referência da unidade familiar, da vivência e da produção. Legitimar-se-ia, assim, o argumento da multifuncionalidade, abarcando as dimensões econômica, ambiental e territorial.

Contudo, segundo a OCDE (1998), grandes e pequenos ganhariam com a PAC e as reformas adotadas na década de 1990. A PAC procurou, através dessa reforma, promover ações que fizessem sentido ao desenvolvimento rural. Conforme Francisco (2003),

[...] na perspectiva do alargamento, apontou-se em 1999 uma nova reforma da PAC para o período de 2000-2006, que dá prioridade a segurança dos produtos alimentares, à concretização de objetivo no domínio do ambiente a promoção da agricultura sustentável, entre outros. (p. 4).

A PAC criou um novo ambiente para a proposição das políticas públicas em torno do desenvolvimento rural. O modelo da “Terceira Itália”, na década de 1970, trouxe resultados que, conseqüentemente, puderam ser mais bem analisados e estruturados na efetivação das reformas em termos de políticas para o meio rural.

Embora seja a gestão pública implementadora do desenvolvimento, a participação das instituições da sociedade civil local tem sido fundamental na busca do desenvolvimento rural.

Com efeito, tal intervenção política deve ser resultado de metas sociais estabelecidas territorialmente, ou seja, deve provir do planejamento integrado da gestão dos recursos naturais com os anseios de desenvolvimento das forças sociais estabelecidas num dado território. (VENÂNCIO, 2003, p. 36).

Entretanto, foi a partir do interesse das Nações Unidas pelo desenvolvimento humano, na década de 1990, junto aos estudos da OCDE, que se popularizaram as discussões sobre políticas públicas para regiões mais pobres, principalmente nos países menos desenvolvidos.

Segundo Favareto (2007), um dos espaços que devem ser priorizados pelas políticas públicas é o espaço rural. Este, por mais pobre que seja, possui especificidades que podem ser levadas em consideração em termos de desenvolvimento, como a economia solidária, a produção de produtos alternativos com princípios ecológicos e produtos típicos da cultura regional.

A emergência da abordagem territorial do desenvolvimento rural tem-se destacado no debate acadêmico, nos campos da economia, da política, da sociologia e da geografia. Não obstante, a área acadêmica ganha contornos técnicos no campo do planejamento e na efetivação de políticas públicas para o rural e áreas pobres. (CUNHA, 2007; FAVARETO, 2009).

Essa abordagem, de fato, valoriza a ação do Estado no território através de recursos materiais (financeiros, infraestrutura e demais incentivos) e imateriais (inteligência, produção técnica e estrutura jurídica), como reitera seu papel indutor do desenvolvimento, propiciando a assimilação da sociedade civil de forma organizada, na captação dessas políticas e na execução dos projetos, beneficiados pela existência de uma rede de relações, auxílio e assistência técnica, formação educacional, extensão rural, interesses locais (políticos e sociais) e inovações.

Nesse caso, entender o rural como território pode ser uma proposta de desenvolvimento trilhada por um caminho menos sinuoso do que aquele do paradigma modernizante.

Frisa Cunha (2007):

A tentativa de substituir a visão setorial pela territorial ocorre, principalmente, entre os atores preocupados com o desenvolvimento rural. Isso é compreensível, porque os projetos de desenvolvimento formulados e implementados dentro da perspectiva setorial a agricultura e o espaço rural foram vistos de forma subordinada e dependente do crescimento industrial. (CUNHA, 2007, p. 166).

Malgrado as baixas densidades demográficas, conforme a FAO e a OCDE, o rural não pode ser simplesmente definido como oposição à cidade, mas sim por sua relação com ela. Rural não se define pelo esvaziamento populacional, social, cultural e econômico, mas pela concepção de um espaço que cumpre as funções necessárias aos habitantes que nele vivem e os demais que habitam nas cidades (ABRAMOVAY, 2009).

Para Favareto (2007), essa nova situação apresenta três fatos importantes: a. a garantia de paridade econômica e social entre agricultura e outros setores, gerando aproximação das condições de vida destes espaços; b. o padrão do crescimento demográfico não apontou mais para um esvaziamento populacional tão intenso do campo, mas para o avanço das infraestruturas e comunicação com emergências de novos agentes; c. a descentralização econômica e política, gerando novas oportunidades de trabalho, novas atividades e a viabilização de equipamentos sociais adequados para essas populações.

Todavia, considerando-se os aspectos socioeconômicos, adere-se ao conjunto a regulação das formas de utilização dos recursos naturais como potencialidade dos territórios, mesmo porque

[...] o que ocorre agora é uma mudança também nesse domínio: o acesso à terra, a gestão das bacias hidrográficas, a conservação das florestas e rios e a valorização da paisagem e da biodiversidade passam a ser novos parâmetros incorporados aos anteriores. (FAVARETO, 2007, p. 18).

Tanto na U.E. como nos EUA e no Reino Unido, as políticas públicas e programas de pesquisa para o desenvolvimento rural são atualmente caracterizados

pela lógica territorial²⁹. Um dos programas que influenciou as discussões e a mudança para o caráter territorial do desenvolvimento, no Brasil, foi o programa Ligações entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural (LEADER), desenvolvido na Europa, com bases efetivas de pesquisa, planejamento e execução pública atrelados às ações participativas.

3.2.2. O modelo europeu do Programa Ligações entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural - LEADER

Além da experiência da “Terceira Itália”, apresentando uma nova alternativa ao modelo de desenvolvimento vigente, uma das lições a ser observada no âmbito do desenvolvimento rural é o Programa Ligações entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural – LEADER –, implantado na Europa, em 1991. Esse programa foi estimulado pela U.E. como estratégia de política pública em oposição ao caráter setorial tradicional. Como outros programas, este tem um caráter de desenvolvimento rural, porém, com métodos de operacionalização e objetivos distintos (HESPANHOL, 2005, p. 3)

Sobre esse programa, Favareto (2009) comenta:

Sua marca inovadora foi, em primeiro lugar, seu viés territorial, em oposição ao caráter marcadamente setorial dos investimentos tradicionalmente destinados às áreas rurais; em segundo, pelo tipo de estratégia proposta para a promoção do desenvolvimento rural, com ações baseadas [...] no princípio da parceria, de caráter multisetorial e integradas. Essa estratégia, baseada no conceito da competitividade territorial, envolve: a estruturação dos recursos do território de forma coerente; o envolvimento de diversos atores e instituições; a integração entre setores empresariais em uma dinâmica de inovações; e a cooperação com outras áreas e políticas nos vários níveis de governo. (FAVARETO, 2007.p. 23).

Os projetos vinculados ao LEADER comportam uma visão de futuro, ainda que seja para intensificação das dinâmicas produtivas territoriais, e devem ter caráter sustentável. A propósito do aspecto administrativo, Hespanhol (2005) enfatiza:

²⁹ Nos EUA, no ano de 1993, foi criado o *Empowerment Zones/Enterprise Communities*, com certa semelhança ao LEADER da U.E., entretanto, o critério para participação era apresentar altos índices de pobreza, assim como projetos de desenvolvimento sustentável, cooperação e parceria nas comunidades e visão estratégica para mudanças. No Reino Unido, os estudos ficaram por conta do *Dinamics of Rural Areas* (DORA project), que consistia num estudo sobre as diferenciações das áreas rurais europeias, onde pesquisadores procuram codificar os resultados “soft factors”, fatores tangíveis, e dos “hard factors”, fatores intangíveis. Como fatores tangíveis foram considerados os recursos naturais, humanos, infraestrutura e capitais e, entre os intangíveis, as performances de mercado, institucional, redes, comunidades e qualidade de vida (FAVARETO, 2007; 2009).

O LEADER se volta basicamente ao fomento do desenvolvimento local e é implementado em territórios rurais da União Européia. A sistemática de operacionalização do programa, embora siga princípios gerais, é distinta nos diferentes países. (HESPANHOL, 2005, p. 3).

Assim, o programa possui projetos inovadores para a melhoria das condições de vida das populações rurais, contemplando os recursos disponíveis nos territórios. Com ele, deu-se prioridade às especificidades regionais, fato que não ocorreu no Brasil, até início do século XXI.

Nessa perspectiva, um ponto importante do LEADER é o atendimento às necessidades locais e regionais. Por assim dizer, contempla a participação de vários agentes sociais, como as administrações públicas, os grupos sociais organizados e as empresas locais e regionais ligadas ao meio rural.

Na primeira fase do programa, entre 1991 e 1994³⁰, foram focadas as áreas menos desenvolvidas da Europa, especialmente as áreas rurais mais frágeis (FAVARETO, 2007).

O LEADER nasceu como uma iniciativa comunitária que contemplasse as formas de planejamento de políticas no continente, inovando em duas vertentes básicas: a primeira foi a contemplação do território como espaço de desenvolvimento – contrariando o viés setorial –, e a segunda, que se deteve na promoção do desenvolvimento rural com ações baseadas nos princípios de parceria, com ações multissetoriais e integradas e da competitividade territorial, o que se chamou de ações do tipo *botton-up*³¹ (FAVARETO, 2007).

Quando se constatou o sucesso do programa nas áreas mais pobres, prosseguiu-se para a execução da segunda edição, denominada LEADER II. Essa fase foi desenvolvida entre 1995 e 1999, contemplando-se também áreas rurais frágeis e de baixa densidade demográfica do continente. Seus objetivos foram bem parecidos com o primeiro: apoio e continuidade das iniciativas do LEADER, incentivo de ações

³⁰ Nessa primeira fase, o programa apoiou 217 projetos territoriais e, na fase seguinte, saltou para 1000. O destaque dessas ações é que cada projeto receberia apoio de acordo com o mérito e a potencialidade de competição do território, tanto quanto pela capacidade de mobilização dos agentes na busca de recursos. Duas características foram marcantes: uma, que os projetos deveriam passar por crivo de planejamento na execução; a outra, que deveriam ser de caráter participativo (FAVARETO, 2007)

³¹ Segundo Favareto, esse tipo de ação tem como princípio a parceria e a integração dos atores envolvidos nas políticas públicas (instituições, setores empresariais e políticas de governo), todavia, quando as ações são executadas a partir da participação coletiva. Clemente (2010) define-as como ações “de baixo para cima”, ressaltando o enfoque participativo dos agentes envolvidos, por meio de participação direta na execução dos projetos.

inovadoras, revelando novas alternativas para o rural; multiplicação dos intercâmbios e das experiências de saber-fazer local; apoio aos projetos de cooperação internacional provenientes das zonas rurais. Entre 2000 e 2006, baseado nas boas experiências inovadoras, foi implementado o LEADER+ (HESPANHOL, 2005).

Pode-se perceber que vários aspectos do LEADER influenciaram na concepção de programas, aqui no Brasil, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e os Programas Estaduais de Microbacias Hidrográficas (PEMBH). Tais programas apresentam forte conotação territorial, manejo dos recursos naturais, instrumentos de planejamento e princípios de sustentabilidade (econômica e social), incorporando-se à dimensão territorial do desenvolvimento.

Ao se recorrer a esse exemplo, busca-se explicitar que, a partir dos anos 1990, as políticas públicas para o rural brasileiro passaram por intensas modificações, tendo o rural como ambiente de produção econômica e manutenção de vida (BELIK; PAULILO, 2001).

Por tais experiências bem sucedidas, “[...] a introdução do conceito de projeto territorial possibilita ir-se além da definição setorial”, quando se nota que “[...] o enfoque territorial tem estimulado a criatividade e uso dos conhecimentos locais” (FAVARETO, 2007, p. 24).

3.2.3. A adoção da abordagem territorial de desenvolvimento rural e a geração de políticas públicas para a produção familiar no Brasil

A perspectiva da adoção do desenvolvimento territorial para o rural no Brasil nasceu nos anos 1990, quando a política do Estado Mínimo esboçava consequências econômicas e financeiras graves, no contexto internacional, demonstrando fraquezas, caminhando para o aumento das desigualdades e crescimento da pobreza. Dentro do processo de redemocratização, deveriam ser consideradas, principalmente, as classes menos favorecidas e as regiões menos desenvolvidas.

Como marco referencial das análises sobre a agricultura familiar, no âmbito dos estudos rurais, pesquisas relevantes serviram para afirmar a emergência dessa categoria de produtores, contrariando as prerrogativas anteriores das tradições científicas e políticas sobre desenvolvimento modernizante. Estão presentes, nesse escopo, duas vertentes: a mudança no paradigma de desenvolvimento e a aplicação de

um novo modelo de políticas públicas para o rural brasileiro. Dessas duas derivam, todavia, consensos em torno do desenvolvimento territorial.

Dentre os principais estudos que favoreceram a emergência dessas análises, destacam-se Veiga (1991), Abramovay (1992), Graziano da Silva (1998; 1999), Kageyama (2002), Wanderley (2003), Schneider (2003) e, mais recentemente, Favareto (2007; 2010), Bonnal e Maluf (2009) e Cazzela (2010).

No Brasil, a agricultura familiar passou a ser entendida como categoria de análise somente nas duas últimas décadas do século XX. Logo, quando se alude a essas categorias, compreende-se que grande parte das populações do meio rural possui ocupações agrícolas, com renda oriunda das propriedades. Porém, evidencia-se também o crescimento da multifuncionalidade nas áreas rurais e a pluriatividade nas rendas, relacionada às ocupações agrícolas e não-agrícolas³².

Navarro (2010) afirma que, até os anos 1990, esse agrupamento era designado por termos, que, de fato, não expressavam o conjunto, mas ocasionalmente aquilo a que se pretendia referir. Foram empregadas expressões como *minifundiários*, *pequenos produtores*, *camponeses*, *agricultores de subsistência*, *de baixa renda*, *pequena produção* etc.

Em 1995, com a perspectiva democrática e a estabilidade da moeda, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), uma das poucas políticas públicas desse período que possuía perspectivas econômicas e sociais conjugadas. Essa política, embora não representasse essencialmente as

³²Quem apresenta as características da ruralidade no Brasil moderno é Wanderley (2001), explicitando a importância do pequeno município como parte integrante do rural brasileiro, ao contrapô-lo à grande propriedade, que, em seu entendimento, passaria por um processo de “ruralidade sobre espaços vazios”. A referida autora define essa segunda tipologia como “espaços socialmente vazios”, visto que no capitalismo avançado “[...] isto vem acontecendo onde a população rural, particularmente a sua parcela que é vinculada a atividade agrícola, tem constituição ou reprodução de seu patrimônio ameaçado e onde as condições de vida dos que vivem no campo, sejam ou não agricultores, não asseguram a ‘paridade’ sócio-econômica em relação a população urbana” (p. 36). Segundo sua análise, a importância dos agricultores familiares é significativa junto à população rural, mesmo sendo eles a maioria ou não. Essa parcela populacional seria, nessa perspectiva, o grande “[...] depositário cultural, onde se daria a reprodução social da técnica, da economia e do meio ambiente, presentes neste espaço”. Nesse caso, o “[...] patrimônio fundiário familiar se constitui um elemento de referência e de convergência, mesmo quando a família é pluriativa e seus membros vivem em locais diferentes” (p. 37). Outra análise pertinente é a questão da possibilidade da existência de atividades agrícolas e não-agrícolas no meio rural brasileiro, associadas à pluriatividade, como destaca Souza (s/d). Em sua perspectiva, seria um fenômeno típico da produção rural, ocorrido com famílias que se dedicam à produção agrícola através da posse da terra, entretanto, complementam suas rendas ou jornadas de trabalho com outras atividades. Souza (s/d) enfatiza que “[...] isto pode ocorrer via diversificação da unidade produtiva, com exploração das atividades não-agrícolas (lazer ou turismo rurais) ou de nichos de mercado ou pelo emprego de membros da família em ocupações (assalariadas ou não) externas ou não vinculadas diretamente a esta unidade” (p. 3).

definições do conjunto, foi um impulso para o fortalecimento dos debates sobre a agricultura familiar, no Brasil, como também o ponto central para entender essa categoria com base em algumas definições legais.

No Estado de São Paulo, bem como em outros Estados da federação, foi realizada a municipalização da agricultura. Uma nova perspectiva se delineava para o meio rural brasileiro e paulista. Agora, por meio de programas como o PRONAF, a agricultura familiar poderia ter acesso a financiamentos, recursos bancários com taxas de juros menores e voltar a produzir em condições mais favoráveis.

Quando o processo de municipalização da agricultura ganhou força legal, através do PRONAF, os municípios foram incentivados a instituir os seus Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRs), com a incumbência de elaborar os Planos Municipais de Desenvolvimento Rural (PMDRs)³³.

Um dos princípios desse programa era propiciar a participação da sociedade nas decisões sobre os incentivos a serem oferecidos às localidades, outro seria a promoção do associativismo rural e a participação política do cidadão nos espaços civis de deliberação democrática. Segundo Andrade (2009, p. 238), os conselhos municipais estavam ligados diretamente ao PRONAF, poderiam representar um “[...] papel protagônico no desenvolvimento local” e funcionariam com a “[...] parceria do poder público com entidades representativas” da sociedade.

Para Andrade (2009),

[...] um elemento realmente novo na experiência dos conselhos de desenvolvimento rural é o seu papel de protagonista de deliberações e ações que apontem um modo alternativo e mais viável de desenvolvimento, modelo este que seja capaz de dinamizar setores da economia nunca antes contemplados com as políticas públicas. (ANDRADE, 2009, p. 238)

Com a efetivação dessas duas políticas públicas (interligadas), estava delineado o caminho para uma nova fase do rural brasileiro, mesmo que muito haveria de se discutir posteriormente sobre a heterogeneidade do rural e a diversidade da produção familiar, no Brasil, e o seu papel no desenvolvimento local.

³³ Sobre o papel dos CMDRs e do PMDRs, Andrade (2009) realiza análises ressaltando sua importância institucional em se traçar o caminho democrático para o meio rural local, assim como apresenta três possíveis esferas de participação das camadas populares, quais sejam: a ativa (das comunidades rurais diversificadas), a manipulada (sindicatos e poder público) e a passiva (muito diversificada, de acordo com conjunto das representações). Hespanhol e Hespanhol (2004) salientam a relevância e os problemas institucionais dos CDRs e dos PMDRs na Região de Presidente Prudente/SP.

Não obstante, outras políticas merecem destaque, uma vez que foram organizadas num referencial de redes políticas e sociais, que, em resumo, convergem interesses econômicos e culturais, inter-relações pessoais, classes sociais, investimento público e privado, tecnologia, informação e mercado³⁴.

No governo Lula, a dimensão ambiental passa a ser incorporada no planejamento estatal, já que a tônica das políticas públicas tem como referência o território. Contudo, o contexto de incorporação do enfoque territorial nas políticas públicas apresenta fatores distintos, como a contestação do modelo de crescimento econômico e do papel do Estado; a emergência do conceito de governança e a preocupação com a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável, que incitam o Estado a incluir as dimensões ambientais e sociais nas estratégias de desenvolvimento (BONNAL; MALUF, 2009).

Portanto, nesse governo, incorporou-se ao desenvolvimento territorial a questão do desenvolvimento sustentável, mas vinculada a uma rede de proposições que envolvem justiça social e combate a pobreza. Esse novo projeto institucional denota substanciais preocupações com as condições sociais e ambientais das gerações atuais e das futuras (BONNAL; MALUF, 2009).

Na primeira década deste século, foram instituídas políticas públicas de grande expressão no território nacional, com objetivos sociais e democráticos, que são: a) o Programa de Aquisição de Alimentos, criado em julho de 2003, regulamentado pelo Decreto nº. 4.772, que está vinculado ao Programa Fome Zero e é gerido pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB); b) o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR), lançado pelo governo federal no ano de 2004, objetivando o desenvolvimento territorial das regiões pobres do país; c) o Programa “Territórios da Cidadania”, criado no ano de 2008 pelo governo federal³⁵; d) o Programa de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial, lançado em 2003, com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais e promover o potencial dos territórios, considerando-se seus recursos humanos e naturais³⁶.

³⁴ Sobre redes, ver Castells (2000; 2001).

³⁵ O Programa Territórios da Cidadania tem como objetivos “[...] promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania, por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A participação social e a integração de ações entre Governo Federal, Estados e municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia”. (www.territoriosdacidadania.gov.br).

³⁶ O Plano Nacional de Desenvolvimento Rural (PNDR) e o Plano Nacional de Ordenamento Territorial foram subsidiados pelo trabalho conjunto do MMA, Ministério da Integração Nacional (MIN), através da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR), Ministério da Defesa e Presidência da República.

Vale lembrar que esses programas têm funcionado numa rede de interconexões espaciais, sociais e políticas que envolvem a “Estratégia Fome Zero”, “Programa Luz para Todos”, “Educação no Campo”, o aperfeiçoamento da previdência rural, através das aposentadorias, o trabalho dos Conselhos Federais de Desenvolvimento e dos Ministérios do Meio Ambiente (MMA), do Desenvolvimento Agrário (MDA), da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MPS) e a Agenda 21³⁷.

Em nível estadual, surgiram programas enfatizando o desenvolvimento sustentável, a partir do trabalho familiar. Tais programas tiveram apoio substancial das EMATERs estaduais³⁸, em parceria com recursos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD – Banco Mundial) e outros oriundos das prefeituras municipais.

Algumas iniciativas de parcerias resultaram em programas que reconheceram a importância do enfoque territorial como perspectiva de desenvolvimento sustentável para as áreas rurais. Mesmo assim, novamente a gestão pública foi determinante na instrumentalização e logística. Coube aos poderes locais, ao mesmo tempo, demonstrar interesse na captação dos incentivos, determinar a abrangência territorial das ações, promover e fomentar a participação civil.

Na verdade, as ações foram direcionadas principalmente para a necessidade de se aplicar o manejo adequado dos recursos naturais, priorizar os recortes territoriais das microbacias hidrográficas e incentivar a participação coletiva do pequeno produtor rural. Esses programas foram inovadores pelo fato de contemplar os recursos materiais, humanos e naturais presentes no território.

Para Favareto (2009, p. 10), “[...] no caso dos programas estaduais, destacadamente o programa de microbacias, a ênfase recai sobre os aspectos de conservação ambiental e gestão de recursos hídricos”. Assim, os desafios seriam a necessidade iminente de combater a degradação ambiental, a partir do espaço rural, onde estão lotados os recursos essenciais, e promover a participação das sociedades locais.

³⁷ A Agenda 21 brasileira propõe alguns postulados para caracterizar o desenvolvimento sustentável: a manutenção, em longo prazo, dos recursos naturais e da produtividade agrícola; o mínimo de impactos adversos ao meio ambiente; retorno adequado aos produtores; satisfação das necessidades humanas, alimento e renda e outras necessidades sociais (MARTINS; VALÊNCIO, 2003).

³⁸ No caso do Estado de São Paulo, o apoio ficou por conta da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, órgão vinculado à Secretaria da Agricultura e Abastecimento.

Nos Estados do Sul, surgiram o Paraná Rural (FREISCHEFSSER, 2004), o Microbacias em Santa Catarina (STROPASOLAS, 2001) e, posteriormente, no Estado de São Paulo, o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMBH) (NEVES NETO; HESPANHOL, 2005; HESPANHOL, 2009).

Esses programas tiveram duração de mais de dez anos, com início em meados dos anos 1990. Alguns foram reeditados, como em Santa Catarina e em São Paulo³⁹.

3.3. A importância do PRONAF e dos Programas Estaduais de Microbacias como políticas de desenvolvimento territorial

No final dos anos 1990, constata-se a existência de um novo rural brasileiro, revelado nos aspectos econômicos e sociais. Cresce a pluriatividade e o meio rural passa a desempenhar novas funções. Surgem novas ressignificações do rural, tanto quanto na propagação das atividades agrícolas e/ou não-agrícolas, e “[...] um traço comum entre o novo e o velho rural é a sua heterogeneidade” (GRAZIANO DA SILVA, 2001. p. 45).

O campo pode ser analisado num contexto mais amplo de oportunidades, a concretização de um meio produtivo que ultrapassa a dialética urbano/rural, moderno/atrasado. Pode-se pensar o rural como ambiente da extração, produção e utilização dos recursos, mas também um ambiente em que os recursos podem gerar sustentabilidade e continuidade de sobrevivência.

Propostas visando à diminuição da pobreza no campo e as inserções da produção familiar ao mercado seguem atreladas ao discurso da sustentabilidade (RAMPAZZO, 2002).

Segundo Rampazzo (2002), na maioria das vezes crescimento econômico e preservação ambiental são antagônicos e, em si, diferenciados. Entretanto, a autora salienta que há fortes evidências que demonstram o contrário:

Tendo como pressuposto que a crise é social, econômica, político-ideológica, moral e ecológica, a busca de modelos sustentáveis requer

³⁹ Quem faz análise sobre a segunda edição do Programa de Microbacias em Santa Catarina é Stropassolas (2004). No Estado de São Paulo, há perspectivas diferenciadas para execução da segunda edição do Programa de Microbacias Hidrográficas, com projetos propostos e articulados no ano de 2010 e ações que começaram a ser efetivadas em 2011 (CATI, 2011). Nesse caso, o programa tem como foco principal priorizar as cadeias produtivas locais, e seu viés econômico se destaca do ambiental, porém, o princípio do associativismo deve continuar sendo um dos objetivos centrais.

uma visão holística da realidade, capaz de reintegrar os requerimentos materiais da sustentabilidade (equilíbrios físico-químico-biológicos) à compreensão do funcionamento histórico da sociedade humana. (RAMPAZZO, 2002, p. 179)

Até meados da década de 1990, o que se via era a aplicação de políticas públicas convencionais, como crédito e criação de cooperativas. Estas não conseguiram resolver os problemas dos meios rural e agrícola, por não superarem a discriminação e a desigualdade no campo e intensificarem os desequilíbrios setoriais e regionais.

Veiga (2001) assevera que não pode existir desenvolvimento do espaço rural em separado do urbano. Esse processo deve ser completo e abrangente. Completo, no que diz respeito aos espaços habitados e às ocupações rurais agrícolas ou não-agrícolas, e abrangente, para que não capte somente o aspecto econômico, mas o potencial e a valoração do território (recursos materiais, humanos e naturais).

Considerando-se a emergência de políticas públicas como instrumentos de desenvolvimento territorial, o foco reverte na direção do consenso entre ação pública e governamental, associada às ações locais solidárias, priorizando-se os valores de convívio e de sustentabilidade (GEHLEN, 2004).

Políticas que contemplem em suas diretrizes básicas os princípios de ordenamento territorial, como o PRONAF e o PEMBH, vêm colaborar – ainda que com falhas e necessidades de aprimoramento – para o envolvimento dos agentes que constituem as comunidades locais em torno de um planejamento territorial, voltando a fazer do rural espaço de inclusão e de crescimento, com a participação de todos.

Em muitos países desenvolvidos, o rural passou a ser entendido como território, local de vivência e da preservação dos recursos naturais, onde os grupos sociais podem (re)criar perspectivas de reprodução social através da vida cotidiana, dos valores e saberes locais, das diversidades regionais e culturais.

No caso brasileiro, a formulação do conceito de sustentabilidade é de suma importância, pela disponibilidade de recursos naturais e, atualmente, vislumbra-se a canalização de recursos que podem ser destinados para o desenvolvimento rural dos territórios.

O que se trata aqui não é de direcionar um montante de crédito e incentivos objetivando incrementar o crescimento da produção e da produtividade, mas a conjugação entre valores de mercado, gerenciamento e permanência de uma base sustentável de recursos e potencialidades territoriais, para fins duradouros.

Como ressaltam Graziano da Silva (1999) e Schneider (2003; 2004), o rural começa a deixar de ser o local específico das atividades agrícolas, e a pluriatividade reforça a renda das famílias, impedindo que os filhos e demais membros da família busquem emprego fora do meio, ou dividam suas ocupações entre atividades agrícolas e não-agrícolas (SACCO DOS ANJOS; CALDAS, 2006; STROPASOLAS, 2004)

O PRONAF, desde sua criação, tem sido uma política pública de concessão de crédito de grande importância para o produtor rural, atendendo, sobretudo aos pequenos e médios produtores. O PEMH, além de apresentar parte desses aspectos, tem como um dos objetivos principais contribuir para a melhoria no manejo dos recursos naturais. Há décadas, a agricultura familiar tem sobrevivido competindo com os recursos disponibilizados para a produção em larga escala. Nesse sentido, o PRONAF vem tentando diminuir tais disparidades, o que já tem ocorrido na região sul, principalmente nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul (SCHNEIDER, 2003; 2007; PAULILO, 2004).

De acordo com Abramovay e Veiga (1999), esse programa tem uma “pretensão inovadora” e implica as linhas de infraestrutura, serviços e fornecimento de créditos junto aos municípios e aos pequenos produtores.

Para Schneider, Cazella e Mattei (2004), deve-se destacar a importância do Estado em instituir um programa que priorize uma parcela de agricultores nunca antes beneficiados pelas políticas públicas de viés econômico e cunho social.

O enfoque principal do PRONAF, desde o começo, foi o fornecimento de incentivos coletivos e individuais que garantissem crédito de custeio da produção agropecuária e de investimentos. Apesar de propiciar acesso a incentivos variados para produção, o PEMH no Estado de São Paulo começou a ser implementado após a execução de programas semelhantes, nos Estados da região sul.

Os programas de microbacias tinham como prioridade atender aos pequenos proprietários rurais e focar ações especialmente nas áreas mais pobres dos Estados. Em Santa Catarina, foi responsável pela construção de um projeto de desenvolvimento rural com finalidade de inclusão social e, no Estado do Paraná, esteve direcionado para a preservação dos recursos naturais (FLEISCHFRESSER, 1999). Em ambos os Estados, o programa teve forte conotação conservacionista, operacionalizou

condições para melhor manejo dos recursos naturais, priorizando regiões com elevados índices de degradação ambiental.

Com um acentuado caráter territorial, estimula o associativismo rural e a integração entre produtores de uma área, valorizando o saber-fazer, a cultura produtiva e demais potencialidades presentes do local. Como aconteceu no Estado de São Paulo, esse modelo de política pública procurou abranger todos os territórios estaduais, com níveis de prioridade diferenciados⁴⁰.

No caso de Santa Catarina, o programa de microbacias objetivou a inserção dos segmentos sociais tradicionalmente excluídos da sociedade, as famílias rurais empobrecidas, os indígenas e as comunidades quilombolas (STROPASOLAS, 2007).

Em São Paulo, o PEMH voltou-se para a preservação dos recursos naturais, sobretudo quanto à recuperação e conservação do solo e ao manejo das águas (HESPANHOL, 2005; 2008).

Os programas de microbacias puderam ser referências de políticas públicas recentes, em que se prioriza o ordenamento territorial e a contemplação dos recursos locais. Para tanto,

[...] o programa tem a intenção de recuperar, manter e até elevar a capacidade produtiva do solo, garantindo, ao mesmo tempo, a qualidade da água. Nesse sentido, trata-se de uma política pública formulada com o propósito de provocar mudanças no comportamento dos agentes sociais envolvidos com a produção agrícola, em grandes partes responsáveis por provocar os fenômenos erosivos. (FLEISCHFRESSER, 1999, p. 62).

A despeito de serem políticas públicas recentes, o processo de implantação e seus objetivos estão bem delineados. Os agentes públicos que participaram ou ainda participam desses programas já possuem informações sobre seus pontos positivos e negativos e os seus procedimentos operacionais, assim como novas pesquisas e análises têm surgido, de maneira que estudos de caso e diversificação de ações e inovações vão sendo observadas, na medida em que se avançam os estudos e se propõe entender melhor, ou encontrar respostas, para questões ainda pertinentes, no que se refere a desenvolvimento rural e políticas públicas com enfoque territorial.

⁴⁰ NEVES NETO (2009); HESPANHOL; NEVES NETO (2009).

3.3.1. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF

Como resposta às reivindicações dos movimentos sociais, o Estado busca viabilizar a construção de políticas públicas que satisfaçam as categorias menos favorecidas no campo. Em 1994, o Governo Itamar Franco cria o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), operando com recursos do Banco Nacional do Desenvolvimento Social (BNDES)⁴¹.

Em 1995, o governo FHC reformula esse programa, suas concepções e áreas de abrangência, criando assim o PRONAF, através do Decreto Presidencial 1.946, datado de 28/06/1996. Esse programa inovador trouxe novas possibilidades para a agricultura familiar desgastada com a crise do Estado (anos 1980), com o fim dos subsídios concedidos por meio do SNCR e o endividamento dos produtores.

Para Silva e Marques (2004), o PRONAF obteve o “selo de prioridade” dentro do Programa “Comunidade Solidária”, um dos poucos de viés eminentemente social do Governo Federal, na década de 1990. Entretanto, nesse período, destacou-se como um dos 16 programas privilegiados pelo governo federal.

Em 2003, foram ampliadas as fontes de recursos. Junto ao BNDES, recursos foram disponibilizados também pelo Fundo de Assistência ao Trabalhador (FAT) e pelos Fundos Constitucionais do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO), além dos Bancos Cooperativos⁴², atuando em convênios com o Banco do Brasil (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2004).

Aos poucos se tornou conhecido no âmbito da agricultura familiar, e suas linhas de crédito foram se tornando adequadas aos diversos perfis de produtores (VEIGA; ABRAMOVAY, 1999). As mais conhecidas são: a) PRONAF Crédito; b) PRONAF Investimentos; c) PRONAF Agroecologia; d) PRONAF(s) Mulher e Jovem; e) PRONAF para os municípios (MDA/SAF, 2009).

Como foi o primeiro programa de enfoque nacional destinado às classes referidas anteriormente, como da agricultura familiar, o PRONAF propiciou

⁴¹ O PROVAP foi o ponto de partida para a criação do PRONAF. Esse programa destinava recursos bem restritos aos pequenos produtores rurais, servindo principalmente como período de transição para a implementação do futuro programa que foi marco de referência nas mudanças das diretrizes institucionais da agricultura brasileira (SCHNEIDER; CAZZELA; MATTEI, 2004).

⁴² Esses referidos fundos foram criados na Constituição de 1988, com o objetivo de favorecer o desenvolvimento das regiões mais pobres, e contavam com verbas do Tesouro Nacional e do Orçamento da União. Em 1995, o Conselho Monetário Nacional autorizou a criação de bancos de crédito cooperativos de caráter privado, que pudessem atuar nessa área (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2004).

melhor entendimento das questões que envolvem a agricultura familiar e criou novos espaços de discussão sobre a Reforma Agrária. Quanto a isso, De David e Sulzbacher (2008) enfatizam:

No Brasil, a agricultura familiar só começou a crescer a partir dos anos 1990, com a criação de políticas públicas como o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), além do revigoramento da Reforma Agrária. A formulação das políticas favoráveis à agricultura familiar e à Reforma Agrária veio ao encontro, em especial, das reivindicações das organizações de trabalhadores rurais e à pressão dos movimentos sociais organizados, mas fundamentada também em formulações pela comunidade acadêmica nacional e apoiada por modelos de interpretação de agência multilaterais [...] (DE DAVID; SULZBACHER, 2008. p. 17).

O PRONAF, por sua vez, favoreceu a criação dos CMDRs nos municípios. Uma das exigências do programa para acessar as suas linhas de crédito era que houvesse conselhos municipais e que fosse elaborado o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural. Para Silva e Marques (2004), os Conselhos deveriam ter-se tornado um espaço privilegiado para a participação do agricultor familiar na gestão social. Entretanto, a grande maioria se constituiu em mais uma atividade gerida, indiretamente, pelos governos locais.

O objetivo geral do PRONAF é “[...] fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar; contribuir para a geração de emprego e renda nas áreas rurais e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares”. Assim, quatro são seus objetivos específicos:

a) Ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares; b) viabilizar a infra-estrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares; c) elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social; d) estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos. (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2004, p. 24).

Do ponto de vista operacional, suas linhas de atuação também são quatro: a) financiamento da produção: custeio e investimento; b) financiamento de infraestrutura e serviços municipais; c) capacitação e profissionalização dos agricultores; d) financiamento de pesquisa e extensão rural (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2004).

De acordo com estudos da FAO/INCRA (1994), criou-se um referencial para classificar os estabelecimentos considerados familiares (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2004; FAVARETO, 2007)⁴³.

O público-alvo são os agricultores familiares que se enquadram em alguns critérios: a) pelo menos 80% da renda familiar decorrente das atividades agropecuárias; b) possuir e explorar estabelecimentos agropecuários com área de até quadro módulos (agricultura) e até seis (pecuária); c) ser proprietário da terra, ou meeiro, parceiro e arrendatário; d) mão-de-obra essencialmente familiar, com até dois empregados; e) morar no imóvel, bairro rural ou vila, ou aglomerado urbano mais próximo; f) possuir renda bruta familiar até 60.000,00 reais. (MDA/SAF, 2010; SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2004).

Segundo Souza e Valente Júnior (2006), existem também modalidades especiais de crédito, como: a) custeio para Agroindústrias Familiares; b) para integração de cotas das Cooperativas de Crédito-Rural; c) PRONAF Agroindústria; d) PRONAF florestas; e) PRONAF Semiárido; f) PRONAF Mulher; g) PRONAF Jovens e outras linhas.

O Quadro 1 apresenta as categorias dos agricultores que podem ser enquadrados no PRONAF.

⁴³ Os referenciais FAO/INCRA, apresentados no estudo em 1994, definiram a classificação quantitativa dos estabelecimentos, até então considerados familiares. A partir desse trabalho, surge a diferenciação entre agricultores patronais e familiares, principalmente no campo administrativo do governo. Estes apresentaram primeiramente uma subdivisão, especificada por Scheneider, Cazzela e Mattei (2004), em cinco grupos de agricultores, com especificidades diferenciadas de produção, rendas, custeio de safras e agrupamentos culturais. Essas categorias foram definidas pela Resolução 2.629, de 10/08/1999, como normas do Manual de Crédito do Programa. Em detalhes, são elas: Grupo A – assentados da reforma agrária oriundos da extinção do PROCERA, com financiamentos entre R\$ 2.500,00 a R\$ 13.500,00 entre custeio e safra; Grupo B – os remanescentes de quilombos e indígenas, com renda até R\$ 2.000,00 e financiamento até R\$ 1.000,00 (custeio e investimento); Grupo C – agricultores familiares com renda (anual) entre R\$ 2.000,00 a R\$ 14.000,00 e limites de R\$ 2.500,00 e R\$ 5.000,00 (custeio e investimento); Grupo A/C – oriundos do processo de reforma agrária que passaram a receber o primeiro financiamento de crédito e investimento entre R\$ 500,00 e R\$ 2.500,00; Grupo D – agricultores estabilizados economicamente, com renda entre R\$ 14.000,00 a R\$ 40.000,00 e limites de financiamento entre R\$ 6.000,00 e R\$ 18.000,00 (custeio e investimento); Grupo E – (PROGER Família Rural) aqueles com renda bruta (anual) entre R\$ 40.000,00 e R\$ 60.000,00, com limites de financiamento entre R\$ 28.000,00 e R\$ 36.000,00 (custeio e investimento). Os juros para os grupos beneficiados variam entre 2,00% a 7,25% a.a., com possibilidades de desconto, quando adimplentes dentro dos prazos estabelecidos pelo programa. Os prazos de pagamento também são diferenciados quanto à classificação do Grupo e tipo de recurso (custeio e investimento) (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2004). Sobre atualização dos critérios e modificações, ver Quadro 1 e consultar www.bc.gov.br

Quadro 1 – Categorias de Beneficiários do PRONAF – tipo de agricultor/renda bruta

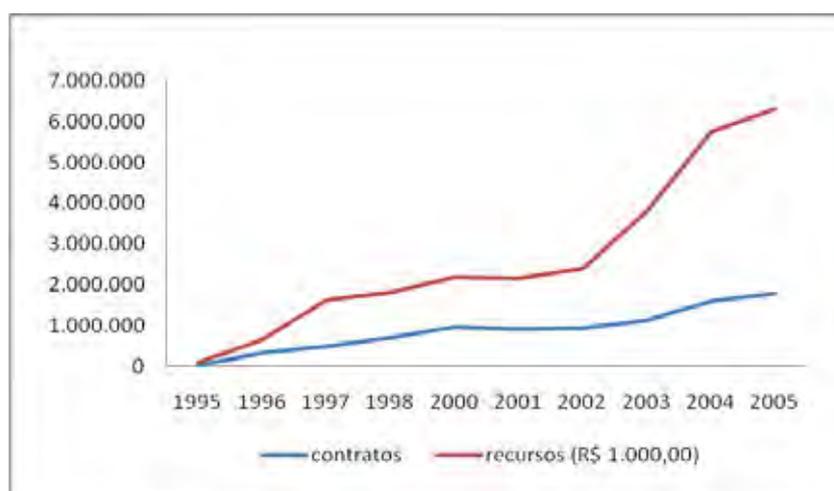
Grupo	Tipo	Taxa juros e prazos
Grupo A	Agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), que foram contemplados pelo Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA).	<p>Crédito de Custeio: a) taxa efetiva de juros de 1,5% a.a. para uma ou mais operações que, somadas, atinjam valor de até R\$10 mil por mutuário, em cada safra;</p> <p>b) taxa efetiva de juros de 3% a.a. para uma ou mais operações que, somadas, atinjam valor acima de R\$10 mil até R\$20 mil por mutuário, em cada safra;</p> <p>c) taxa efetiva de juros de 4,5% a.a. para uma ou mais operações que, somadas, atinjam valor acima de R\$20 mil até R\$50 mil por mutuário, em cada safra;</p> <p>d) o mutuário poderá contratar nova operação de custeio na mesma safra, desde que o crédito se destine a lavoura diferente da anteriormente financiada, e que cada novo financiamento tenha os encargos previstos na alínea correspondente à soma dos valores contratados nas operações anteriores com os valores da nova proposta de crédito;</p> <p>e) para operações coletivas, observado o disposto nas alíneas anteriores, a taxa efetiva de juros será determinada:</p> <p>I - pelo valor individual obtido pelo critério de proporcionalidade de participação, no caso de operações coletivas;</p> <p>II - computando-se o respectivo valor do inciso I para enquadramento das operações nas alíneas anteriores.</p> <p>Créditos de investimentos: a) taxa efetiva de juros de 1% a.a. para uma ou mais operações que, somadas ao saldo devedor dos financiamentos "em ser", não excedam R\$10 mil por mutuário;</p> <p>b) taxa efetiva de juros de 2% a.a. para uma ou mais operações que, somadas ao saldo devedor dos financiamentos "em ser", superem R\$10 mil e não excedam R\$20 mil por mutuário;</p> <p>c) taxa efetiva de juros de 4% a.a. para uma ou mais operações que, somadas ao saldo devedor dos financiamentos "em ser", superem R\$20 mil e não excedam R\$50 mil por mutuário;</p> <p>d) sempre que o mutuário contratar nova operação de investimento que, somada aos saldos devedores dos financiamentos "em ser" nessa finalidade, ultrapasse o limite de enquadramento da operação anterior, conforme definido nas alíneas anteriores, o novo financiamento terá os encargos previstos na alínea correspondente ao somatório do saldo devedor dos financiamentos "em ser" com o valor da nova proposta;</p> <p>e) para operações coletivas, a taxa efetiva de juros será de 4% a.a., observado que:</p> <p>I - o valor individual por agricultor, obtido pelo critério de proporcionalidade de participação, fica limitado a R\$20 mil, independentemente dos limites definidos para outros financiamentos ao amparo do PRONAF (artigo 4º da Resolução CMN 3.868, de 2010);</p> <p>II - o valor por operação fica limitado a R\$10 milhões. O prazo é de até oito anos, incluídos até três anos de carência. O prazo de carência poderá ser ampliado para até cinco anos, quando a atividade assistida requerer esse prazo e o projeto técnico ou a proposta de crédito comprovar a sua necessidade.</p>
Grupo B	Explore a terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro; residam na propriedade ou em local próximo; não disponham de qualquer título de área superior a quatro módulos fiscais; obtenham no mínimo 30% da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento; tenham o trabalho familiar como base de exploração do estabelecimento; renda bruta familiar nos últimos doze meses que antecedem a solicitação de até R\$ 6.000,00, excluídos os benefícios sociais e previdenciários decorrentes das atividades rurais.	
Grupo A/C	Agricultores familiares assentados pelo PNRA ou beneficiários do PNFC; já tenham contratado a primeira operação no Grupo A; não tenham contraído financiamento de custeio, exceto no Grupo A/A.	
Agricultores Familiares	Que explorem parcela da terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do PNRA; residam na propriedade ou em local próximo; não disponham, a qualquer título, de área superior a quatro módulos fiscais; obtenham, no mínimo, 70% da renda familiar na exploração agropecuária e não agropecuária no estabelecimento; tenham o trabalho familiar como exploração predominante nos estabelecimentos, utilizando apenas eventualmente o trabalho assalariado, podendo manter até dois empregados permanentes; tenham obtido renda familiar nos últimos doze meses entre R\$ 6mil a R\$ 110 mil, incluindo rendas provenientes das atividades desenvolvidas no estabelecimento ou fora dele, por qualquer componente da família, excluindo-se benefícios sociais e aposentadoria.	
Demais beneficiários	Os que se enquadram como agricultores familiares (exceto grupos A e A/C) que tenham obtido renda bruta familiar nos últimos doze meses até R\$ 11 mil, incluindo rendas provenientes das atividades desenvolvidas no estabelecimento ou fora dele, por qualquer componente da família, excluindo-se benefícios sociais e aposentadorias, e não mantenham mais que dois empregados permanentes: a) pescadores artesanais com fins comerciais, autônomos, com meios de produção próprios; b) extrativistas com exploração ecologicamente sustentável; c) silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e promovam manejo sustentável; d) agricultores, maricultores e piscicultores que explorem área não superior a dois hectares de lâmina d'água; comunidades quilombolas com atividades produtivas agrícolas ou não-agrícolas e comercializem os produtos; f) povos indígenas nas mesmas condições dos quilombolas; g) agricultores familiares que se dediquem à criação e manejo de animais silvestres para fins comerciais, conforme legislação vigente.	

Fonte: <http://www.bc.gov.br/?prona#2>, Acesso em fevereiro de 2011.

Há vários estudos sobre a evolução e a eficiência do PRONAF, desde a sua criação. Dentre eles se destacam os de Abramovay e Veiga (1999), R. Hespanhol (2000), Schneider, Cazella e Mattei (2004), Kageyama (2003), Guanziroli (2007) e Bonnal e Maluf (2007; 2009). Esses autores salientam, de forma geral, que o programa apresentou um crescimento considerável desde sua criação e tem sido um grande instrumento de política pública para a agricultura familiar, objetivando também o desenvolvimento rural nas regiões pobres.

O Gráfico 1 demonstra como esse programa cresceu, no período inicial, entre 1995 e 1998, acelerando-se a partir de 2002. O mesmo se refere igualmente ao crescimento na aplicação dos recursos por parte do governo federal, nos dez primeiros anos do programa. Verifica-se, portanto, uma crescente evolução em ambos os aspectos, assim como, conforme o MDA e a SAF, a propagação do programa por todo o território nacional (MDA/SAF, 2010).

Gráfico 1 – Evolução do PRONAF no Brasil (1995 – 2005): número de contratos e recurso (R\$)



Fonte: Reproduzido com base em Schneider, Cazella e Mattei (2004) e Contratos e Montante; Mattei (2006) apud Guanziroli (2007); MDA/SAF. Org. Paulo Cesar de Souza

O número de contratos do PRONAF foi crescente, desde sua criação, em 1996, abrangendo todo o território nacional. Destaca Guanziroli (2007):

Após 10 anos de execução não cabe nenhuma dúvida de que o programa se estendeu de forma considerável por todo o território nacional, ampliou o montante financiado, desenvolveu programas especiais para atender diversas categorias, assumiu a assistência técnica e reforçou a infraestrutura tanto dos próprios agricultores como dos municípios em que se encontra. (GUANZIROLI, 2007, p. 302).

A partir dessa representação, nota-se que o período de maior evolução se deu na passagem do Governo FHC para o Governo Lula, entre 2002 e 2003, quando houve a maior aplicação de recursos sobre o crescimento do número de contratos. Em 2005, observa-se que, mesmo com o crescimento dos investimentos e do número de contratos, o montante de recursos chegou a mais de seis bilhões de reais; quanto ao número de contratos, estes alcançaram um total de pouco menos de dois milhões de produtores rurais.

Outros aspectos desses estudos foram apontados por Guanziroli (2007), Abramovay e Veiga (2009), quais sejam: a. os maiores montantes dos recursos do PRONAF se concentraram nas Regiões Sul, Nordeste e Sudeste, respectivamente. Todavia o número de contratos é maior, ao longo desse período nas Regiões Sul e Nordeste; b. os grupos que mais se beneficiaram do PRONAF durante os primeiros dez anos foram dos grupos A e A/C e “Demais beneficiários”, que se enquadram como agricultores familiares (exceto dos grupos ora citado) que tenham obtido renda até R\$ 11.000⁴⁴.

Pelos dados do Gráfico 1, não resta dúvidas da importância desse programa na constituição de uma política pública recente, direcionada às classes menos favorecidas historicamente, na agricultura brasileira:

O PRONAF constitui o primeiro e mais importante exemplo de política setorial diferenciada dirigida para a agricultura e o mundo rural no Brasil, mais precisamente, uma política diferenciada segundo um recorte social que define uma categoria de agricultor a qual se associa um tipo de agricultura. Uma segunda característica importante do programa foi ter introduzido, nesse domínio, a perspectiva de formulação e implementação de políticas públicas com participação social na forma de conselhos nas três esferas de governo. (BONNAL; MALUF, 2007, p. 14).

Foi a partir da criação do PRONAF que se observou a multiplicação dos CMDRs. Essa fase resultou no crescimento da oferta de crédito e incentivos à produção familiar, na participação mais efetiva dos produtores familiares nos programas locais e na diversificação de pesquisas referentes ao desenvolvimento territorial e das ferramentas do Estado para efetivá-lo, no contexto brasileiro.

⁴⁴ Ver Quadro 1.

3.3.2. O Programa de Microbacias Hidrográficas (PEMH) no Estado de São Paulo

O PEMH é concebido como política pública recente – nos âmbitos estaduais e regionais –, que implica a participação coletiva, maior integração dos setores produtivos, redução dos impactos ambientais e ordenamento territorial. Em 1994, o governo de São Paulo solicitou recursos ao Banco Mundial (BIRD) para implementar o programa.

No entanto, não foi no Estado de São Paulo onde foram desenvolvidas as primeiras ações no âmbito do recorte territorial das microbacias hidrográficas. Dentre os Estados brasileiros, o Paraná foi o pioneiro em implementar ações de combate à degradação dos recursos naturais (HESPANHOL, 2008).

Com a incorporação do pacote tecnológico da “Revolução Verde”, nas décadas de 1960 e 1970, os Estados mais dinâmicos do país, principalmente São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, passaram por um processo de mudanças na base técnica produtiva, com a incorporação de máquinas, implementos, equipamentos, fertilizantes e adubos químicos (HESPANHOL, 2008).

O pacote tecnológico⁴⁵ provocou graves problemas de degradação ambiental nos Estados onde foi processado. Salienta Hespagnol (2008):

Embora a modernização tenha propiciado o crescimento da produção e da produtividade de muitos produtos agrícolas, especialmente de exportáveis e matérias-primas agroindustriais voltadas ao mercado interno, as suas repercussões sociais e ambientais foram desastrosas, o que suscitou a emergência de movimentos visando a reverter ou a amenizar os seus efeitos negativos, especialmente no que diz respeito à degradação dos recursos naturais. (HESPANHOL, 2008, p. 2)

Nos anos 1980, foram instituídas ações para combater a erosão e a perda de recursos hídricos, em algumas áreas do país. Os principais problemas oriundos da intensificação do emprego de insumos químicos, do uso de fertilizantes e agrotóxicos e da produção em escala foram a degradação e a perda de capacidade produtiva do solo e a má conservação dos rios (nascentes e mananciais) (BRAGNAGNOLO; PAN, 2001).

⁴⁵ Entende-se por *pacote tecnológico* “[...] uma linha de montagem onde o agricultor é dependente na produção agropecuária, entre outras coisas: - da mecanização intensa com redução da mão-de-obra ao mínimo; - do uso maciço de produtos químicos artificiais tanto para repor os nutrientes absorvidos pelas plantas [...] como para combater os inimigos destas; - da adoção do regime agrícola de monocultura, com concentração de capital e recursos físicos” (ZAMBERLAN; FRONCHETI, 2007, p. 13).

Os problemas com as práticas agropecuárias inadequadas, mesmo que tenham resultado no aumento da produtividade, acarretaram muitas perdas, como: erosão do solo, perda da qualidade da água, assoreamento de cursos d'água, problemas de infiltração e contaminação do lençol freático etc. Esses fatores provocaram a redução da capacidade nutritiva do solo, infiltração e retenção de águas de forma desregulada, redução dos níveis de matéria orgânica e má qualidade das pastagens.

Tanto quanto priorizava esses segmentos, o programa também tinha expressivas ações na extensão rural e conscientização ambiental. A participação de diversos agentes do meio rural marcou igualmente essa política pública. Assim como no Paraná, os recursos foram obtidos por meio de empréstimo feito junto ao Banco Mundial, aproveitando-se de ferramentas de combate à pobreza presentes na política dessa instituição (incentivos financeiros, programas de planejamento e exigências de contrapartidas, como controle ambiental e associativismo).

Tanto nos três Estados da região sul, como no Estado de São Paulo, a utilização do recorte territorial das microbacias referenciou projetos de planejamento com o objetivo de preservar os recursos hídricos e um melhor aproveitamento do solo.

A importância de considerar a dinâmica das águas, tanto dos rios quanto as pluviais, passou a se tornar um compromisso e uma necessidade de adequação dos espaços rurais e do manejo dos recursos naturais do território, visando à manutenção da capacidade produtiva local e a sustentabilidade.

Segundo Sabanés (2003), a microbacia é “[...] uma área geográfica de captação de água, composta por pequenos canais de confluência e delimitada por divisores naturais, considerando-se a menor unidade territorial capaz de focar as variáveis de forma sistêmica”.

Leal (2000) defende a adoção da microbacia hidrográfica como unidade de planejamento e ação. Dessa forma, deve-se levar em conta todo o conjunto dos elementos que compõem a bacia como água, o solo, a mata e o próprio processo de ocupação do solo por parte da sociedade. Para ele, é necessário construir nas pessoas uma noção espacial de microbacias hidrográficas. Essa referência, de acordo com o autor, pode significar a possibilidade de um planejamento local, do uso e cuidado dos recursos naturais disponíveis.

Clemente (2010) enfatiza que a microbacia hidrográfica pode ser uma área referencial e se constitui numa unidade natural básica de planejamento. Ressalta

que as ações integradoras das formas e manejos dos recursos naturais se dão sob uma ótica sistêmica, onde cada componente pode influenciar e ser influenciado pelos demais.

As diretrizes dos programas de microbacias nos Estados onde foram implantados são similares: controle de erosão, manejo dos recursos hídricos, incentivo ao associativismo rural, participação dos agentes públicos locais e da comunidade localizada nas áreas da bacia (BRAGNAGNOLO; PAN, 2001).

Hespanhol (2008), Neves Neto (2009) e Clemente (2010), ao comentarem o Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas (PNMH), ressaltam que o mesmo foi de pouca duração (1987 – 2000), mas objetivava abranger todo o território nacional.

No Estado de São Paulo o programa surgiu após a instituição das Microbacias Hidrográficas como unidades de planejamento pelo Decreto nº 27.329, de 03 de dezembro de 1987. A abrangência territorial do programa visava a atender a todas as áreas do Estado, com maior efetividade as mais pobres, com maiores índices de degradação ambiental.

Inspirado no Projeto “Microbacias” (1991 – 1999) e, principalmente, no “Paraná Rural” (1989 – 1996), o PEMH entrou em operação no ano 2000 e caracterizou-se por abranger três princípios básicos: a busca por uma sustentabilidade socioeconômica e ambiental na microbacia (unidade física de intervenção do programa), participação e envolvimento da sociedade civil, descentralização e transparência nas ações governamentais. (NEVES NETO; HESPANHOL, 2009. p. 2).

Raschiatore e Moreira (2006) salientam que o PEMH almejava abranger uma área de 3,6 milhões de hectares e contemplar um total de 1.200 microbacias hidrográficas, beneficiando 90 mil produtores rurais em todo Estado. Os objetivos principais eram a conservação dos recursos naturais e a organização social dos produtores rurais (HESPANHOL, 2008).

Durante o período de 1987 a 1999, o governo do Estado financiou o programa, que se restringiu a construir terraços e adequar estradas rurais pela Companhia de Desenvolvimento do Estado de São Paulo (CODASP). Em 1994, a CATI solicitou recursos do BIRD para financiar o programa. Os recursos disponíveis para o programa foram de 124.749.000,00 de dólares, sendo 55.348.000 financiados pelo Banco Mundial e 69.392.000 do Governo do Estado (RASCHIATORE; MOREIRA, 2006).

Em 1997, o governo do Estado organizou um novo Programa Estadual de Microbacias, pelo Decreto 41.190, de 23/07/2010 (NEVES NETO; HESPANHOL, 2009). Em 1999, foram liberados os recursos e, a partir de 2000, começaram a ser aplicados (HESPANHOL, 2008). Em 1998, o programa entra em execução com recursos alocados em parceria entre o governo de Estado e as prefeituras municipais, assim como uma contrapartida dos produtores rurais.

O PEMH tinha como princípios gerais: a. Conceder recursos subsidiados a pequenos produtores, b. Promover o manejo adequado dos recursos naturais; c. Fortalecer o associativismo entre produtores; d. Estimular a implementação de políticas públicas eficazes e democráticas a grupos menos favorecidos (CATI, 2009). Até dezembro de 2005, apenas 31,77% dos recursos tinham sido gastos, sendo que, apenas nesse ano, “[...] foram realizados 81,54% do que havia sido realizado cumulativamente até 2004”, o que demonstra uma evolução no período intermediário do programa, sendo que mesmo assim o Estado não conseguiu operacionalizar os recursos que tinha disponíveis (RASCHIATORE; MOREIRA, 2006, p. 523).

O PEMH ficou sob responsabilidade da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI, órgão da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado (SAA/SP), e, de acordo com o órgão, o objetivo principal do programa foi

[...] promover o desenvolvimento rural sustentável no Estado de São Paulo, por meio da ampliação das oportunidades de ocupação, melhoria dos níveis de renda, maior produtividade geral das unidades de produção, redução dos custos e uma reorientação técnico-agronômica, visando o aumento do bem-estar das populações rurais, seja pela implantação de sistemas de produção agropecuária que garantam a sustentabilidade, como a recuperação das áreas degradadas e preservação permanente, bem como a melhoria na qualidade e a quantidade das águas, com plena participação e envolvimento dos beneficiários (produtores amparados pelo projeto), e da sociedade. (CATI, 2010).

Foram estipulados ainda alguns objetivos específicos com ações pontuais nos territórios das bacias, como, por exemplo: a) controle de erosão e combate às voçorocas; b) recuperação de áreas rurais degradadas; c) recomposição das matas ciliares e as áreas de proteção dos mananciais e nascentes; d) adequação de estradas rurais, a fim de reduzir custos de manutenção; e) conscientização das comunidades locais e a promoção do desenvolvimento junto aos agricultores e suas famílias; capacitação dos mesmos para gerenciamento dos negócios na agricultura; e) minimização do uso de agrotóxicos. (CATI, 2001).

Conforme a CATI e a SAA/SP, os municípios deveriam cumprir alguns requisitos básicos para participarem do programa, como constituir ou já possuir um CMDR que representasse o setor da agropecuária local e atendesse às exigências legais, operacionais e técnicas do programa. Outro requisito seria manter um convênio com o Estado, que pudesse contemplar as diversas ações a serem implementadas pelo PEMH.

A proposta de adesão ao programa deveria ser feita pelo município via CMDR, com a seleção das microbacias a serem trabalhadas. Alguns requisitos foram exigidos para essa seleção: a) identificação do tipo de exploração predominante do solo; b) receptividade por parte dos agentes municipais; c) maior número de pequenos produtores; d) preservação das unidades de conservação e áreas no entorno; f) priorização de áreas com maior uso de agrotóxicos (CATI, 2001).

As superfícies das microbacias, em média, ocupam 3.000 hectares, compreendendo áreas entre 1.500 a 10.000 hectares (NEVES NETO, 2009; HESPANHOL, 2005).

A Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) do Estado de São Paulo está subdividida em regiões agrícolas. Para implementação do PEMH, as regiões agrícolas do Estado foram classificadas em três níveis, considerando-se a susceptibilidade à erosão e o índice de pobreza rural dos municípios (HESPANHOL, 2005).

Os critérios para estabelecer os níveis de prioridade seguiram alguns parâmetros, como demonstra a Tabela 1.

Tabela 1 – Critérios de Priorização da Microbacia Hidrográfica (MBH) no município

Parâmetro	Pesos
Nível de degradação ambiental	1 a 5
Concentração de pequenos produtores	1 a 5
Exploração predominante	1 a 5
Mananciais de abastecimento de água	1 a 5
Receptividade por parte dos produtores	1 a 5
Área da MBH dentro ou próxima de Unidade de Conservação de Uso Indireto	1 a 5
Maior porcentagem de área de preservação permanente	1 a 5

Fonte: CATI, 2001, p. 3. apud Castro Neves; Hespagnol, 2009, p. 4.

Esses critérios responderiam à seguinte determinação:

De acordo com o relatório 17074-BR do Banco Mundial referente ao programa paulista, as microbacias hidrográficas e serem trabalhadas deverão atender a seguinte distribuição: 70% na zona um (prioritária)

que compreende 310 municípios e 1050 microbacias, 27% na zona dois (intermediária), que compreende 234 municípios e 405 microbacias e 3% na zona três que compreende 103 municípios e 45 microbacias, atingindo a totalidade dos municípios do Estado e 1500 microbacias hidrográficas. (HESPANHOL, 2005, p. 11).

Assim, as propriedades rurais nas áreas das microbacias foram divididas em três tipos: a) pequenas (até 50 hectares); b) médias: entre 51 e 200 hectares; c) grandes (superiores a 200 hectares) (CATI, 2005).

No final da primeira edição do programa, em 2008, em relatório do PMEH para todo o Estado de São Paulo produzido pela CATI, observa-se que foi gasto um total de R\$ 126.828.629,76 durante esse período, para intervenções que tiveram valor bruto de R\$ 148.719.427,42, sendo que o programa investiu 85,28% do total.

Os maiores montantes de recursos foram investidos em intervenções como: adequação de trechos críticos de estrada, cerca de R\$ 68.346.179, 46, com o governo subsidiando o valor bruto das obras, em 1.620,7 km; construção de abastecedouros comunitários tipo III (de uso coletivo), 1.093 unidades, beneficiando 6.833 produtores rurais, com R\$ 27.116.994,86 (CATI, 2009).

Foram ainda aplicados recursos em cercas para proteção de mananciais, com R\$ 4.782.019,80; Kit – Plantio direto para associações de produtores, R\$ 4.151.352,92; controle de erosão (trator esteira), R\$ 3.476.623,92, controle de erosão (trator pneu), R\$ 2.596.162,90 e erosão (trator pneu/esteira), R\$ 111.481,29 totalizando R\$ 6.134.368,11 no controle de erosão em geral, numa área de 68.684,5 hectares; controle de voçorocas, R\$ 3.047.082,71; em mudas e espécies florestais, foram gastos 2.795.923,34, beneficiando-se 2.486 proprietários (CATI, 2009).

Alguns percalços ocorreram nos primeiros anos de atuação do programa, devido à desconfiança dos produtores de se engajarem, da formação de associações, da lentidão da esfera pública em viabilizar os recursos, assim como das dificuldades que a CATI teve, no início, para se adaptar às exigências do BIRD. Hespanhol (2005) afirma que o Estado de São Paulo possui problemas de articulação em nível regional, por causa de as unidades geográficas serem as bacias hidrográficas e a operacionalização do programa se dar no âmbito dos municípios.

Todavia, após dez anos de investimento em infraestrutura e recursos públicos para o meio rural, constatou-se que um grande número de produtores foi beneficiado, o programa atingiu uma extensa área territorial, incentivou a formação de

associações de produtores rurais e demonstrou ser possível uma articulação entre esferas diferenciadas da sociedade.

Para tanto, uma análise dessa política pública, na Região de Presidente Prudente, permite perceber alguns resultados dessas intervenções, no contexto do desenvolvimento dos territórios rurais.

4. A REGIÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE: CARACTERIZAÇÃO, ESPECIFICIDADES E A POSSIBILIDADE DA RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO NOS TERRITÓRIO RURAIS

As terras que Theodoro desbravou tiveram a fortuna, que a outras paragens não tocou, qual a de receber, por largos anos, levas de povoados compostas de **gente boa** [...] Da mesma índole que os primeiros, foram os imigrantes que chegaram quando já não vivia o chefe que àqueles apontou a entrada dos sertões (COBRA, 1943, p. 94, 95)

A Região de Presidente Prudente está localizada no extremo Oeste do Estado de São Paulo, fazendo divisa com o Estado do Mato Grosso do Sul – a oeste – e com o Paraná, ao sul. Essas divisas têm como respectivas fronteiras naturais os Rios Paraná e Paranapanema. Ao norte, limita-se com a Região de Araçatuba e, a leste, com a Região de Marília.

No período inicial de ocupação – princípio do século XX –, a Região ficou conhecida como o “Sertão do Paranapanema” e, posteriormente, devido à influência colonizadora da Estrada de Ferro, passou a ser chamada de Região da Alta Sorocabana (MONBEIG, 1999). Segundo a divisão territorial oficial do IBGE, a partir de 1989, passou a ser denominada Microrregião Geográfica de Presidente Prudente⁴⁶, tendo como limites, além dos rios Paraná e Paranapanema (oeste e sul), as Microrregiões Regiões Geográficas de Adamantina e Dracena, ao norte, a de Tupã, a nordeste, e a Microrregião Geográfica de Marília, a leste.

Portanto, a Microrregião de Presidente Prudente compreende 30 municípios, numa área de 17.510,6 km², que corresponde a 7,0% do território paulista (IBGE, 2010).

Esse território foi ocupado, desde as duas primeiras décadas do século XX, pelos pioneiros que vieram para esse “rincão paulista” (MONBEIG, 1999), com o

⁴⁶ Segundo R. Hespanhol (2000), até o final dos anos 1980, o IBGE denominava essa área como Microrregião Homogênea da Alta Sorocabana de Presidente Prudente, abrangendo 18.030 km². A partir de 1989, houve a institucionalização de uma nova regionalização no Brasil, considerando-se como indicadores as regiões sociais de produção, as características das estruturas produtivas e possíveis articulações resultantes. Com base nesses critérios, passou a ser denominada Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, que, juntamente com as Microrregiões Geográficas de Adamantina e Dracena, compreende a Mesorregião Geográfica de Presidente Prudente.

objetivo de negociar terras, vendendo-as a imigrantes que se deslocavam das áreas produtoras de café mais antigas dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo⁴⁷.

De acordo com Leite (1972), em período anterior ao esgotamento da fertilidade do solo, no Rio de Janeiro e nas áreas de colonização mais antigas em São Paulo, dois fatores favoreceram a ocupação da região oeste do Estado: “[...] o esgotamento das reservas minerais”, nas áreas do Estado de Minas, e “[...] a arregimentação de voluntários para comporem os batalhões imperiais que participavam da Guerra contra o Paraguai” (LEITE, 1972, p. 52).

Foi em 1.850 que o Estado decidiu proibir a apropriação de terras que não fossem compradas. Verifica-se, portanto, que o Estado teve papel fundamental na conformação da estrutura agrária regional, garantindo posse, poder e certo controle sobre grandes parcelas do território.

Posteriormente ao período da posse, a venda das terras ficou a cargo das empresas de colonização, que obtinham concessão do Estado para efetuarem os negócios. A especulação imobiliária nas terras novas do oeste paulista – principalmente aquelas mais próximas aos rios, riachos, ribeirões e pequenos cursos d’água – impulsionou a vinda de mais imigrantes para a região, em especial na década de 1920. O baixo preço das terras era atrativo para os imigrantes que desejavam se desvencilhar da grande fazenda cafeeira e do colonato, regime de trabalho no qual eram substancialmente prejudicados. Outro fator preponderante foi a chegada da Estrada de Ferro Sorocabana, entre os anos 1916 e 1920, quando se começou a venda de pequenos lotes rurais próximos aos povoados, junto com a venda dos lotes urbanos (MONBEIG, 1999).

⁴⁷ Vale destacar, nesse episódio, que não foram estes os primeiros imigrantes a chegarem à Região com objetivos econômicos e produtivos. Cabe enfatizar que, a partir da promulgação da Lei de Terras, em 1850, os sertões das terras planas e de altitudes medianas em direção ao interior do Estado de São Paulo ainda eram inóspitos e representavam uma fronteira, antes somente alcançada pelos bandeirantes na busca pelo ouro, pedras preciosas e captura de nativos. Foram os migrantes, vindos do interior de Minas Gerais, que primeiramente se deslocaram para a região e, aproveitando-se da promulgação da Lei de Terras (1850), se apropriaram de grandes parcelas de terras cobertas de Mata Atlântica, com mesclas de Cerrado (MONBEIG, 1999; SOUZA, 2004). Cobra (1943) afirma que “[...] os paulistas, em tempos coloniais, reunidos em caravanas, a que denominavam ‘bandeiras’, irromperam pelas terras de Minas, onde se embrenharam, buscando ouro e caçando índios” (COBRA, 1943, p. 5). De fato, bem antes do início desse processo de colonização da região, outro processo se iniciara, o que devidamente, com a promulgação da Lei de Terras, anos mais tarde, se tornaria uma verdadeira febre. Assim, “[s]eus descendentes, ali nascidos, vieram séculos depois, povoar os sertões de S. Paulo e do Norte do Paraná, praticando ações que se assemelham com as de seus maiores, quando a era das “bandeiras”, de imortal lembrança, havia muito que passara [...] destarte, os povoados mineiros encontraram, no Vale do Paranapanema, imensa área de terras imersa em completa solidão” (COBRA, 1943, p. 7).

A construção da Estrada de Ferro Sorocabana, dentre esses fatores, foi o mais importante para a ocupação definitiva dos espaços rural e urbano da Região de Presidente Prudente. Segundo Monbeig (1999), a conjuntura econômica estruturada na expansão da cafeicultura em novas áreas, com a participação de capitais estatal⁴⁸ e privado, na construção das ferrovias, e o interesse por lotes de terras, rurais e urbanas, possibilitou a ocupação e a construção do espaço geográfico regional.

Essa região estudada, nesse período histórico inicial, ficou caracterizada pela voracidade da extração dos recursos naturais, a necessidade de se produzir no terreno e ao mesmo tempo fazer disso fonte de sobrevivência, de trabalho, das relações econômicas e de enriquecimento. Para tanto, ficou conhecida, na época, como o último “rincão” ou “sertão paulista” (COBRA, 1943; MONBEIG, 1999).

De fato, foi a partir dessas “configurações jurídicas”⁴⁹ (mais ou menos legais e obedecidas) e das demandas por terras, entre os primeiros imigrantes (posseiros) e empresas colonizadoras, que se estabeleceu o processo da formação dos espaços rurais e urbanos na região, com a chegada dos imigrantes cariocas e paulistas na perspectiva de serem proprietários de terra e explorarem os recursos do território⁵⁰.

⁴⁸ Para maiores detalhes, num contexto geral, Raffestin (1993, p. 8), assevera que “[...] a geografia política do século XX foi uma geografia do Estado”; penetrando toda a sociedade – num sentido mais amplo – incluindo população, empresas, patrões e empregados, foi uma geografia rural e urbana.

⁴⁹ Leite (1998) ressalta que era necessário conhecer esse “Sertão Paulista” por três vertentes: a. a estratégica, que se refere à ocupação das terras de fronteira estadual, já que havia problemas com as linhas fronteiriças traçadas pelo Império e em litígio com o Paraguai; b. a econômica, devido à necessidade de se encontrar novas terras férteis para plantio do café; e c. a jurídica, em função da enorme “[...] confusão gerada em processos de vendas de glebas de terras [...] em decorrência do desenvolvimento do território e, em consequência da localização dos acidentes geográficos, sobretudo dos rios, suas nascentes, etc.” (p. 34). Esse autor sublinha que havia uma ignorância sobre o real traçado dos rios, usando, como exemplo, a consideração do Rio do Peixe como mero afluente do Aguapeí, e não como formador de uma bacia independente. Essa confusão motivou o surgimento das questões de terras que eram levadas aos fóruns regionais para reconhecimento de posse. Ainda com base em Leite (1998), o que se entende como declaração de posse da propriedade no Brasil, durante esse período, por volta de 1850, e após essa legislação, é que não havia uma regulamentação, nem mesmo aplicação dessa lei, em razão, primeiramente, de sua recente promulgação e, em segundo lugar, pela dificuldade que o Estado tinha de se fazer cumpri-la nos moldes necessários por causa da extensão do território. Segundo Leite (1998), “[...] era prática a declaração de posse de glebas de terras por meio da escrituração em livros existentes em paróquias, feita pelo próprio vigário, assinada pelo interessado ou seu procurador e por algumas testemunhas” (p. 36). O termo de posse continha os limites do terreno e serviria mais tarde para legitimar a terra em seu nome, quando exercesse nela alguma cultura ou residência. A utilização da expressão *configuração jurídica* advém dos estudos de Haesbaert (2010), quando o autor destaca a importância do exercício da territorialidade na conquista ou expansão do território por parte da sociedade e dos poderes por ela constituídos; assim, ele assegura que o exercício do poder estatal define a formulação do território junto a sua estrutura jurídico-política. Dentro desse contexto, Raffestin (1993) salienta que esse mesmo exercício se dá através da apropriação de um espaço, na sua forma física, considerando-se os elementos humanos, o que chama de *construção social* do território.

⁵⁰ Entre a primeira e a segunda década do século XX, o território foi reconhecido e mais ou menos delimitado, sendo que já se mapeavam os traçados dos rios, através de expedições organizadas pelo governo do Estado de São Paulo (1905). Foi aberta a *estrada boiadeira* ligando as áreas mais ao sul, entre

4.1. A Região de Presidente Prudente: caracterização e ciclos econômicos

Com a decadência da produção cafeeira nos meados da década de 1920 e a perda da fertilidade dos solos das terras fluminenses e do interior paulista, intensificaram-se as vendas de terras próximas à margem direita do Rio Paranapanema e às barrancas do Rio Paraná.

O interior paulista, até a segunda década do século XX, se caracterizava pela presença da grande fazenda cafeeira dominando as economias regionais (CANDIDO, 2001). Algumas cidades surgiram como centro de comércio regional, devido às estações ferroviárias que se instalaram, já com o intuito de promover o povoamento.

A grande “frente pioneira” rumo ao oeste do Estado se ocupou do desbravamento, da abertura das matas para colonização e do plantio do café, objetivando a continuidade da formação social, o desejo de ocupar novas terras, com novas frentes de trabalho e melhores condições de vida e produção.

Aos poucos, a cultura do café se expandiu na região oeste do Estado. Essa territorialização apresentou duas vertentes: a. o café era plantado na grande propriedade e a mão-de-obra ficava por conta dos colonos e meeiros; b. o café era também cultivado em pequenas propriedades, aquelas mais próximas aos lotes urbanos, as quais foram vendidas aos imigrantes de origem europeia que chegavam à região, em busca de um novo padrão de vida com trabalho desvinculado da grande propriedade (MONBEIG, 1984).

Nos municípios mais extensos, como Rancharia e Martinópolis, a maior parte das terras pertencia a poucos proprietários. Outro fator importante é que os “pequenos sitiantes” foram os primeiros a abandonar a cultura do café, passando a explorar outras atividades.

Entretanto, o que se busca não é explicar simplificarmente as culturas agrícolas que se desenvolveram na região, durante o século XX, mas, enfatizar o processo da formação econômica e territorial processada no contexto do modo

o vilarejo de Conceição do Monte Alegre, com destino ao então Estado do Mato Grosso e, logo após a instalação dos trilhos da ferrovia, aumenta a procura de terras, surgindo assim os municípios e seus distritos de paz (LEITE, 1998). Em 1921, cria-se o município de Presidente Prudente, com uma extensão de 15.600 km² (LEITE, 1972). O que se constata é que “[...] do imenso território de Presidente Prudente surgiram, direta ou indiretamente, todos os atuais municípios da Alta Sorocabana, situados entre Rancharia e Presidente Epitácio. Já em 1925, era criado Santo Anastácio e, no ano seguinte, Presidente Venceslau” (LEITE, 1998, p. 36).

capitalista de produção; a subordinação da terra, da produção e do trabalho, manifestados no espaço regional e nos municípios.

Esse processo, segundo análises baseadas em autores como Leite (1972, 1998), D’Incau (1975), Alegre (1981/83), Monbeig (1999) Souza e Hespanhol (2002), Souza (2004), pode ser definido em fases diferenciadas que oscilaram entre evolução, involução/estagnação e retomada de crescimento econômico. O estabelecimento de três fases produtivas na economia regional permite, todavia, estabelecer correlação entre aspectos da economia nacional e especificidades regionais.

4.1.1. Do ciclo do café às culturas do algodão e do amendoim (1920 – 1960)

O que se pretende observar, neste subitem, é o impulso que as atividades agrícolas tiveram na região, no período compreendido entre os anos 1920 – 1960.

Como ressaltou Monbeig (1984), a região da “Alta Sorocabana”⁵¹ apresentou recuo mais acelerado nas lavouras de café, sendo que outros produtos foram incorporados à dinâmica produtiva regional. Assim, observou-se, posteriormente ao café, a grande ascensão do plantio de algodão e de amendoim.

Entre os anos de 1923 a 1944, foram aparecendo vários povoados, ao longo das ferrovias, os quais, mais tarde, se transformaram em cidades, constituindo-se municípios. Entretanto, foram nesses anos que se avolumaram as produções agrícolas, quando, em 1936, Rancharia e Presidente Prudente, sozinhos, foram responsáveis por 17,8% da produção estadual de algodão (LEITE, 1998).

Conforme Leite (1972), houve três ciclos produtivos promissores na Região de Presidente Prudente, durante o século XX: o do café, o do algodão e o do amendoim. Esses ciclos estimularam o povoamento e o crescimento da região.

Porém, não se pode dizer que esses novos ciclos tenham sido iniciativas dos produtores locais, na busca de substituir o café. A dinâmica produtiva regional acompanhou a tendência da economia nacional e passou a produzir algodão para abastecer as indústrias têxteis em expansão nas grandes cidades, especialmente em São Paulo.

⁵¹ Monbeig (1999) utiliza-se desse termo, em seu trabalho sobre a colonização do território paulista, especificando que as regiões ocupadas pelo pioneirismo paulista das duas primeiras décadas do século XX recebiam os nomes das referidas estradas de ferro que foram construídas nesse período, no sentido São Paulo – interior.

A produção de amendoim foi motivada pela expansão das indústrias de óleos vegetais, sendo que algumas unidades industriais foram implantadas em Presidente Prudente e nos outros municípios da região. Empresas como Matarazzo, Anderson Clayton e a Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro – SANBRA – se instalaram na região, como postos de compra e beneficiamento desses produtos.

Entre os anos 1930 e 1960, as culturas do algodão e do amendoim foram decisivas na dinâmica produtiva e econômica tanto do campo como das cidades na Região de Presidente Prudente. As populações urbanas cresciam e a agricultura se apresentava como principal fonte de renda, arrecadação, empregos e de divisas para os municípios.

As grandes safras ocorridas nas décadas de 1940 e 1950 tinham como objetivo abastecer as indústrias com matérias-primas para a produção de tecidos, óleos e outros derivados de algodão e amendoim (ALEGRE, 1981/83).

Para o plantio do algodão, era necessário um grande contingente de mão-de-obra. O serviço braçal desgastante envolvia arrendatários, trabalhadores diaristas e famílias de agricultores em torno da produção, que era comprada pelos donos das terras e atravessadores. Monbeig (1984) afirma que,

[...] apoiado solidamente em órgãos científicos, aproveitando a contribuição dos japoneses e chegando a resolver as questões de mão-de-obra, o algodão da franja pioneira é uma cultura de gente humilde, mas não miseráveis. A organização espontânea e suportavelmente anárquica do crédito, não permitiu o enriquecimento, mas não deixa que o plantador se retire do negócio. (MONBEIG, 1984, p. 296).

Há duas características presentes nesse contexto. A primeira é que a maior parte da produção se concentrava nas grandes fazendas ou era controlada por arrendatários que cultivavam extensas parcelas de terra. A segunda era que o sitiante produzia o algodão concomitante a outras culturas para subsistência ou manutenção da propriedade familiar, o que lhe garantia, no mínimo, cinco anos de qualidade do solo.

No entanto, as produções de algodão foram volumosas na região, chegando a atingir recordes estaduais. Segundo Monbeig (1984), a “Alta Sorocabana” detinha o recorde da “franja pioneira”, com 900 kg por hectare nas áreas dos desbravamentos recentes. Nesse período, alguns municípios se destacaram, como Regente Feijó, Santo Anastácio e Presidente Venceslau. Entretanto, foi em Rancharia e

Martinópolis que as safras alcançaram recordes⁵², primeiramente em 1948/49 e, depois, em 1968/69, respectivamente para as safras de algodão e amendoim (LEITE, 1972).

Para Lino (1954), o algodão tinha bases sólidas de comercialização no mercado internacional, enquanto os seus derivados (óleo, tecido e caroço) eram consumidos por ricos e pobres do mundo todo. O que se percebe, durante os anos 1940 a 1960, é que a associação entre agricultura e indústria não foi significativa e não suscitou a emergência de cadeias produtivas ligadas ao ramo agroindustrial.

Com a perda de importância das culturas do algodão e do amendoim, houve a progressiva substituição de tais lavouras por pastagens, as quais deram suporte a uma pecuária extensiva dotada de baixo padrão tecnológico. Na sequência, intensificaram-se a concentração fundiária, o êxodo rural e a estagnação econômica da região.

Furtado (1974) frisa que a perspectiva de desenvolvimento como crescimento econômico estava restrita ao crescimento industrial, sendo que este provocaria o crescimento agrícola. Para ele, o modelo criado pelo capitalismo nas economias subdesenvolvidas se constituía num mito, pois o crescimento econômico deveria estar vinculado não somente à substituição de importações e fornecimento de mão-de-obra para a indústria, mas à efetivação de um crescimento que pudesse combater a pobreza e a incapacidade das regiões pobres.

Nesse período as políticas públicas estimulavam as indústrias – inclusive as agroindústrias –, mas não incentivavam a produção primária.

O processo de modernização da agricultura, iniciada nos anos 1960 (MARTINE; GARCIA, 1987), impulsionado pela dinâmica industrial da década anterior, não foi suficiente para dinamizar a agropecuária regional, baseada no latifúndio pecuarista, no arrendamento de terras para a renovação das pastagens e na pequena propriedade familiar policultora com baixo nível de capitalização e reduzida inserção ao mercado.

Segundo Leite (2005),

[...] as transformações na agricultura brasileira não fugiram à regra, permanecendo subordinadas às estratégias industrializantes, corroborando uma rápida modificação do quadro demográfico

⁵² Souza e Hespanhol (2002), com base em Leite (1972), comentam que, nas safras 1948/49 e 1968/69, somente o município de Martinópolis produziu 33 mil toneladas de algodão e 500 mil sacas de amendoim, respectivamente.

nacional que em 50 anos inverteu a participação das populações rural e urbana no país [...] (LEITE, 2005, p. 281).

A ideia de desenvolvimento que prevaleceu no Brasil, a partir dos anos 1930, foi a da construção da nação, num momento marcado pelo populismo e, noutro momento, pela necessidade do crescimento industrial via substituição de importações e na urbanização. As políticas públicas para o meio rural tinham como objetivo abarcar o cenário nacional como um todo e privilegiar alguns setores da economia.

Favareto (2010) salienta que as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural não produziram uma dinâmica territorial de desenvolvimento sustentado, mas se vincularam a uma visão agrícola produtivista.

Desde os anos 1950 e no decorrer das décadas de 1960 e 1970, muitos agricultores familiares, arrendatários e, principalmente, grandes, médios e pequenos proprietários da região, substituíram as lavouras pela pecuária de corte.

Após o exaurimento da fertilidade natural dos solos, o agricultor tinha cada vez mais necessidade de utilizar adubo, calcário, máquinas e implementos agrícolas, para enfrentar a concorrência da produção capitalista e da agroindústria, que crescia e era incentivada pelo governo.

A agropecuária regional fora afetada pela ausência de políticas públicas para o setor, que contemplassem a agricultura familiar. Pessoa e Azevedo (2008) sustentam que “[...] a agricultura familiar foi fortemente afetada e prejudicada nesse período, por não receber os incentivos devidos e por ser parcialmente aglutinada pelos complexos agro-industriais” (PESSOA; AZEVEDO, 2008, p. 73).

A alternativa que restou para parte expressiva da população rural da região foi o êxodo, com o intuito de buscar, muitas vezes sem sucesso, uma inserção produtiva nas cidades. Muitos venderam seus meios de produção, inclusive parcelas de terras; outros, devido ao grande número de filhos, as fracionaram e, todavia, logo após a divisão, se desfaziam das propriedades para procurar alternativas de sobrevivência nas cidades.

Entretanto, no final da década de 1950, as transformações na economia nacional já eram sentidas na Região de Presidente Prudente. A modernização da agricultura vem como consequência do modelo desenvolvimentista (DELGADO, 1985).

Sorj (1980, p. 18) relata que

[...] a expansão da agricultura brasileira no período de 1930 a 1960 poderia ser caracterizada como uma expansão horizontal, uma vez que os aumentos de produtividade se referem somente a alguns produtos dentro de certas regiões, principalmente no Estado de São Paulo.

O interesse do Estado, nesse período, não era o de amenizar as desigualdades sociais, mas continuar o modelo desenvolvimentista inaugurado na década de 1930 e reafirmado nos anos 1950.

Para Pessoa e Azevedo (2008), embora as políticas públicas tivessem como meta aumentar significativamente a produtividade agrícola nacional, o que ocorre, de fato, é a desvalorização do enfoque territorial, podendo-se considerar “[...] a valorização coletiva e negociada das potencialidades das localidades, das coletividades ou das regiões [...]” (p. 73).

4.1.2. Período de involução/estagnação econômica: de 1960 a 1990

Entre as décadas de 1960 a 1990, a Região de Presidente Prudente apresentou involução e estagnação econômica, período que corresponde à saturação do modelo desenvolvimentista do século XX.

Foi a partir de 1960 que aconteceu a decadência da agricultura, a substituição das lavouras por pastagens e a diminuição dos investimentos, da renda e da população, conforme demonstra D’Incau (1975). De acordo com Alegre (1981/83), a região sofreu um relativo esvaziamento populacional e empobrecimento, em decorrência do estabelecimento do ciclo produtivo da pecuária extensiva.

Ressalta D’Incau (1975):

A economia da Alta Sorocabana se caracterizava pela predominância progressiva da pecuária extensiva sobre a agricultura, fato que sugeria a existência de um acentuado êxodo rural, responsável pelo engrossamento das populações urbanas [...] a industrialização da região é incipiente, fato que permitia prever uma precária absorção, pela economia urbana, das populações que migravam para a cidade. (D’INCAU, 1975, p. 17).

Segundo a mesma autora, o novo ciclo produtivo, além de intensificar o êxodo rural, promoveu a precarização das condições de vida nas cidades, comprometendo o desenvolvimento. Agentes do meio rural, como sitiantes (pequenos

proprietários)⁵³ e parceiros (arrendatários, meeiros e colonos)⁵⁴, além de serem levados a abandonar o campo, tinham como alternativa a venda da força de trabalho no campo e na cidade, submetendo-se à condição de “boia-fria” ou de trabalhador ambulante⁵⁵.

A expulsão do homem do campo afetou principalmente os pequenos produtores e trabalhadores rurais assalariados, remunerados pela venda da força de trabalho (MARTINS, 1986).

Nos municípios de maior extensão ou, ainda, nos mais distantes de Presidente Prudente, o fracionamento das terras foi menor. A atividade da pecuária extensiva culminou na substituição rápida das lavouras pelas pastagens. Nos municípios menores, verificou-se a ocorrência da pequena propriedade e da agricultura familiar, entretanto, com elevada queda na produção e acentuado êxodo rural.

Graziano da Silva (1998) enfatiza que, até 1960, a maioria do pessoal ocupado na agricultura era da agricultura familiar, de parceiros e de outras formas tradicionais. Isso, de fato, se dá também na Região de Presidente Prudente, mesmo porque, na ausência de uma política pública que abarcasse os interesses de grupos menos capitalizados, o modelo regional estava intercalado com as macropolíticas econômicas nacionais, desde períodos anteriores.

⁵³ Segundo Müller (1951), em sua obra sobre os sitiantes do Estado de São Paulo, o termo *sitiante* já podia ser encontrado popularmente desde o século XVIII. Sitante serviria, na acepção do termo, para diferenciar o pequeno produtor, policultor, do grande produtor – monocultor. Mas foi somente no século XIX que o autor encontrou referências embasadas no modelo produtivo e de trabalho. Nota-se que o sitiante é basicamente o oposto do fazendeiro. Para Saint-Hilaire (apud MÜLLER, 1951, p. 24), sítio são “[...] as habitações de gente de poucos recursos” e o sitiante seria o “[...] proprietário do sítio”. Isso no século XIX, pois, no século XX, segundo Müller (1951, p. 28), “[...] é todo o pequeno produtor rural que, responsável pela lavoura, trabalha direta e pessoalmente a terra com a ajuda de sua família e, ocasionalmente, de alguns empregados remunerados”. Com algumas transformações nos meios de produção, como, por exemplo, o novo modelo de produção familiar (ABRAMOVAY, 1998; FERREIRA, 1995) – empresarial – e o aumento das atividades não agrícolas no meio rural (GRAZIANO DA SILVA, 1999), o sítio continua sendo uma propriedade de administração familiar, contratando-se ocasionalmente alguns empregados, conforme analisa Souza (2004).

⁵⁴ Os parceiros eram os colonos, os meeiros e os arrendatários, definidos de acordo com tipo de contrato de trabalho e produção. Arrendatário, para Leite (1998) e D’Incau (1975), era a figura do contratante que utilizava as terras dos fazendeiros ou sitiantes para plantio das lavouras de algodão e amendoim na região da Alta Sorocabana, por um tempo determinado; pagava-se um aluguel em espécie ou em dinheiro e se contratava vasta mão-de-obra. O meeiro, de acordo com Petrone (1985) fazia o contrato onde tanto a terra como a espécie ficavam sob seu cuidado, e parte da produção se destinava ao dono da terra. Já o colono, agente do meio rural inserido na economia com a chegada dos imigrantes (PETRONE, 1985), tinha sob sua responsabilidade e de sua família a lavra da terra, onde, segundo Bosi (1994), este exerce a atividade de colonizar, ocupar, povoar, transformar e produzir em solo alheio. Para Petrone (1985), reportam-se basicamente nos contratos usados pelos cafeicultores para explorar a mão-de-obra imigrante, de caráter familiar, com suposta afirmação do trabalho livre, porém, altamente exploratório e desigual.

⁵⁵ Para a autora, em ambos os casos, esses trabalhadores eram reconhecidos como diaristas, sem seguridade social, acesso a programas de saúde, crédito comercial e poder de compra. Residiam nas cidades e se deslocavam diariamente para a zona rural, recebendo suas diárias aos sábados.

Em alguns municípios, como Presidente Prudente, Rancharia e Presidente Venceslau, foram instalados frigoríficos e curtumes, em virtude da proximidade da produção do gado bovino, bem como algumas usinas de álcool, impulsionadas pelo Proálcool⁵⁶.

Seguindo o modelo brasileiro, baseado na produção monocultora de caráter latifundiário (PRADO JÚNIOR, 1973), a região se desenvolveu por meio da exploração das lavouras de café, algodão e amendoim, decrescendo no período da pecuária extensiva até o início dos anos 1990. Com a expansão das pastagens, a paisagem regional passou a ser dominada pela pecuária extensiva, especializada na cria, recria e engorda. Essa característica ficou bem marcada no decorrer das décadas de 1970 e 1980, quando se assistiu ao processo de abandono do campo, diminuição das populações nas pequenas cidades e o êxodo regional.

A Tabela 2 mostra a queda nas áreas ocupadas pelas lavouras temporárias e o aumento das áreas ocupadas por pastagens, entre 1960 e 1985. Esses dados (IBGE, 2010) servem como parâmetro para constatar a mudança no processo produtivo regional, principalmente no período 1970/75 e 1980. Daí por diante, o que se observou foi o crescimento acelerado das pastagens que ocuparam áreas anteriormente destinadas às lavouras. Na década de 1980, as pastagens ocupavam maior área, passando de 1.162.177, em 1980, para 1.172.051 hectares, em 1985.

Tabela 2 - Utilização das terras na MRG de Presidente Prudente – SP (1960 – 1985)⁵⁷.

Anos	Lavouras Permanentes	Lavouras Temporárias	Pastagens Naturais	Pastagens Plantadas	Matas e Florestas Naturais	Matas e Florestas Plantadas	Terras em descanso e não utilizadas
	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)
1960	19.390	213.409	65.125	321.741	45.918	2.027	16.340
1970	11.886	224.082	177.853	1.044.141	89.591	3.768	32.296
1975	13.341	169.260	217.775	1.134.498	73.935	8.802	39.491
1980	19.934	191.060	144.280	1.162.177	109.763	11.416	11.750
1985	13.551	245.664	80.688	1.172.051	100.021	8.267	7.929

Fonte: IBGE – Censo Agrícola 1960; Censos Agropecuários 1970, 1975, 1980, 1985

⁵⁶ Proálcool: o Programa Nacional do Álcool foi instituído pelo Decreto 76.596, de 14/11/1975, o que, segundo Thomaz Júnior (2002), teria sido resultado do acordo entre capital e Estado. Para esse autor, “[o] programa foi lançado e estrategicamente construído com o propósito de se construir internamente uma alternativa energética própria, contrapondo-se a dependência do petróleo, num período de ascensão dos preços internacionais do produto e de queda acentuadas cotações do açúcar” (p. 76).

⁵⁷ A série histórica dos dados sobre utilização de terras na região, entre 1960 e 1990, está disponível somente no IBGE. Os dados do Estado de São Paulo, do projeto LUPA, estão disponíveis desde 1995/05, com divisão regional específica do EDR de Presidente Prudente.

Na década de 1960, havia maior equidade nas áreas ocupadas por lavouras (temporárias e permanentes) e pastagens (naturais e plantadas), sendo respectivamente 232.799 hectares para a primeira e 386.866 para a segunda.

Nos anos 1970, as áreas ocupadas por pastagens cresceram três vezes em comparação a 1960. Nos anos 1975 e 1980, houve substancial queda das áreas ocupadas por lavouras temporárias. Em 1980, 70% da área total dos estabelecimentos agropecuários estavam ocupados com pastagens plantadas e apenas 11% com lavouras temporárias, enquanto, em 1985, 72% da área total dos estabelecimentos agropecuários estavam ocupados com pastagens plantadas e apenas 15% com lavouras temporárias.

Esses dados, embora não expressem diretamente a diminuição do emprego no campo, apresentam sinais evidentes da substituição das lavouras pela pecuária extensiva. A pecuária extensiva demanda menos mão-de-obra e se constitui num dos principais fatores da aceleração do êxodo rural, na região. Outra consequência relacionada à utilização das terras é a expansão da pecuária, propiciando aumento do latifúndio, em detrimento da pequena propriedade.

Para alguns autores, como, Linhares (1981), Gonçalves Neto (1997), Sorj (1998) Graziano da Silva (1998; 1999), Gonçalves (1999); e Favareto (2007; 2009), a década de 1980 foi perversa para a agricultura brasileira.

Durante os anos 1980, a saída do Estado e o fortalecimento do setor agroindustrial provocam o enfraquecimento dos agentes protagonistas da dinâmica regional. A crise do Estado retira-lhe a possibilidade de continuar concedendo financiamentos a baixo custo, os municípios da Região de Presidente Prudente não agregaram renda e não houve o estabelecimento de nenhuma cadeia produtiva dinâmica.

A presença da pequena propriedade rural é um fator importante para analisar o processo de involução na dinâmica produtiva da Região de Presidente Prudente, durante os anos 1970 e 1980. O que se observou, nesse período, foi a evidente substituição das lavouras pelas pastagens (Tabela 1), o aumento do êxodo rural, uma intensa mudança nas atividades rurais e a descapitalização do pequeno produtor que vivia da produção agrícola.

4.1.3. O novo ciclo econômico regional pós-1990: as perspectivas para uma abordagem territorial do desenvolvimento rural

Um novo ciclo se projeta para a região pós-1990. Esse ciclo é derivado de um novo contexto econômico mundial, principalmente em relação ao meio rural. As políticas europeias de desenvolvimento rural apresentaram um novo paradigma, pautado na sustentabilidade. Por um lado, aumenta-se o interesse pela preservação ambiental e a qualificação dos produtos agrícolas; por outro, esse interesse não tem como objetivo único a sustentabilidade ambiental, mas o sustento das economias agrícolas dos países da U.E., como parte significativa das economias nacionais.

No Brasil, o modelo das políticas públicas e do desenvolvimento rural teve como base o caso europeu, entretanto, seria preciso considerar a extrema diversidade regional, populacional, produtiva e cultural dos espaços rurais brasileiros, com níveis sociais inferiores aos dos países ricos.

Na verdade, devido às diversas ruralidades, esse espaço passou a ser entendido a partir da valorização política e social, com ênfase na lotação dos recursos naturais. Deve ser, todavia, um espaço de ação do Estado, onde se promovem políticas públicas democráticas e inclusivas. Para tanto, Veiga (2004) ressalta que o termo *renascimento do rural* já não se consubstanciava simplesmente numa hipótese, mas na concretização de um fato.

No caso brasileiro, nota-se que “[...] a paulatina modernização da agricultura atendeu prioritariamente a elite agrária que detinha o poder econômico e, portanto, político. Isso vem ocorrendo desde a Lei de Terras de 1850 [...]” (DE DAVID; SULTZBACHER, 2008).

Para Oliveira (1999), o Estado teve um papel determinante na promoção do desenvolvimento econômico. As políticas públicas influenciaram diretamente na transformação do espaço rural, e essas ações sempre foram estimuladas pela lógica da concentração do capital, numa reordenação territorial contraditória e desigual, tanto da expansão do setor como da distribuição espacial.

Muitos municípios brasileiros se destacam pela ostentação de taxas de crescimento demográficos superiores à média nacional. Segundo Sachs (2001), existiam, no final da década de 1990, 1.109 municípios rurais com uma população geral de cerca de 14 milhões de habitantes.

Em São Paulo, Basaldi e Borin (2006, p. 157) afirmam que um dos aspectos mais evidentes no rural foi o crescimento das atividades não-agrícolas, sendo que este “[...] deixou de ser sinônimo de agrícola e passou a ser o local de atividades que antes eram tipicamente urbanas”.

Apesar de não apresentar elevadas taxas de crescimento da população rural, os municípios rurais do EDR de Presidente Prudente têm exibido crescimento populacional.

Esta pesquisa tem procurado compreender que as novas ações surgidas no âmbito internacional – com vistas a interferir no modelo das políticas públicas –, podem ser implementadas em países de economias capitalistas emergentes, objetivando o desenvolvimento territorial das regiões pobres.

Uma das hipóteses é a possibilidade da efetivação da dinâmica produtiva regional, tendo-se em vista as ações locais e das políticas públicas para os territórios rurais. Outra é aprofundar as análises na importância do manejo dos recursos naturais e do desenvolvimento sustentável. A terceira é a integração entre agentes diferenciados, levando-se adiante perspectivas de reprodução social por meio dos elementos presente no território (modo de vida, saberes, culturas), ao investigar as condições da produção familiar policultora e os benefícios agregados nesse conjunto.

As políticas públicas para o rural têm-se constituído importantes instrumentos públicos para auxiliar os pequenos e médios produtores rurais da região, influenciando no modo como os produtores compreendem seu papel de classe e na sociedade em geral.

Abramovay e Sachs (1995) já enfatizavam que as classes menos favorecidas no campo provaram sua capacidade de trabalhar em condições que não lhes são completamente favoráveis, criando opções e alternativas. Para eles, elas mesmas compreendem profundamente o ambiente onde atuam e, quando lhes são oferecidas oportunidades, podem levar seus projetos adiante.

Desse modo, procura-se entender desenvolvimento rural pela interação de agentes diferenciados envolvidos na promoção do território, instrumentalizados por políticas públicas que visem o “lugar de vida”, sua sobrevivência e manutenção, a fim de se apropriarem as gerações futuras.

Muito do que se observa no rural paulista, como um todo, está presente na produção do espaço rural regional no período pós-1990. Além de fatores como a redemocratização, a preocupação com o meio ambiente e a inclusão no

mercado, há necessidades de inserção em redes de ações, combinando organização social, agentes públicos e capital.

Foi através de alguns trabalhos empíricos que se constatou a emergência de um terceiro ciclo produtivo, apontando para a possibilidade de desenvolvimento dos territórios rurais.

Depois de décadas de exploração predatória, do fortalecimento da elite agrária conservadora e da manutenção da especulação fundiária e financeira, no campo, os municípios da região, que tinham suas economias basicamente dependentes da baixa produção agrícola, da pecuária extensiva e do setor público, podem vislumbrar a perspectiva do desenvolvimento rural, a partir da valorização do território.

4.2. O EDR de Presidente Prudente como recorte territorial: análise histórica e aspectos demográficos pós-1990

O recorte territorial específico para análise da implementação das políticas públicas foi o EDR de Presidente Prudente (Mapa 1). Essa área é compreendida por 21 municípios⁵⁸, ocupando um território de 895.205 hectares, contando com 11.799 Unidades de Produção Agropecuária (UPAs), de acordo com levantamento censitário (LUPA) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo (SAA, 2007/08). Esses municípios estão localizados na parte sudoeste do Estado de São Paulo, entre os rios Paranapanema – ao sul, e o Peixe – ao norte.

Ao longo da formação histórica, verificou-se na região a emergência de muitos distritos, vilas e bairros rurais nesses municípios, sobretudo até a década de 1950. Para tanto, o IBGE considera como urbanas as populações das cidades, dos distritos e das vilas, e rural somente os que moram no campo. Quanto a isso, percebe-se que boa parte das populações locais residia (ou reside) nessas localidades. Assim, mesmo computadas como urbanas, as populações dos distritos e vilas, na maioria das vezes, estão vinculadas ao meio rural, diversificando suas ocupações em atividades agrícolas e não-agrícolas. Quanto a essa particularidade, Veiga (2001) utiliza o termo *rurbanos* para caracterizá-las.

Mesmo tendo em vista as especificidades das populações dos distritos, nos municípios menos populosos do EDR de Presidente Prudente, as

⁵⁸ Municípios do EDR de Presidente Prudente: Alfredo Marcondes - Álvares Machado - Anhumas - Caiabu - Emilianópolis - Estrela do Norte - Iepê - Indiana - João Ramalho - Martinópolis - Nantes - Narandiba - Pirapozinho - Presidente Bernardes - Presidente Prudente - Rancharia - Regente Feijó - Sandovalina - Santo Expedito - Taciba - Tarabai.

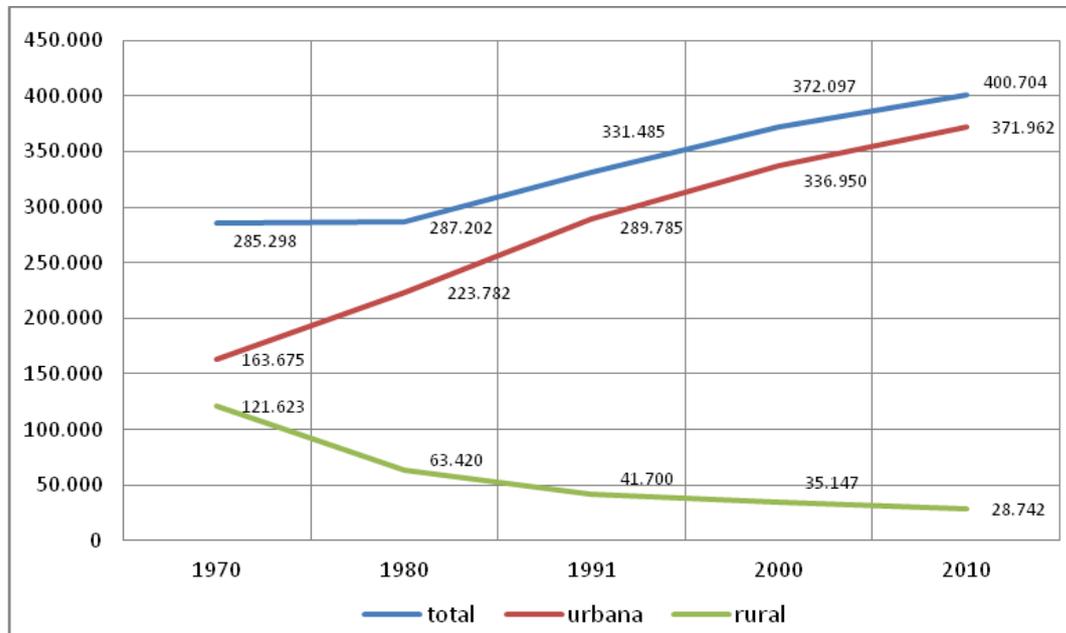
populações também possuem estreita ligação com o modo de vida rural e as bases socioeconômicas estão vinculadas a ele.

O Gráfico 2 apresenta uma série histórica sobre a evolução populacional nos municípios do EDR, a partir da década de 1970, período de aceleração do êxodo rural e do processo de urbanização nas áreas do interior brasileiro. Verifica-se, portanto, o crescimento das populações total e urbana e o decréscimo da população rural. A partir de 1970, houve uma significativa involução da população rural, continuando a decair até o ano de 2010.

O período de maior declínio da população rural foi entre 1970 e 1980, reduzida em 58.203 habitantes. O período de maior crescimento da população urbana foi entre 1980 a 1991, onde foram acrescentados 66.033 habitantes às cidades.

Embora tenha ocorrido desaceleração no crescimento da população urbana, entre 2000 e 2010, notou-se também a desaceleração do êxodo rural, a partir de 1991. Contudo, a população total do EDR apresentou crescimento em todo o período, com maior ênfase para os anos de 1980 a 1991, como demonstra o Gráfico 2.

Gráfico 2 – Dinâmica Populacional do EDR de Presidente Prudente: população total, urbana e rural (1970 – 2010)



Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010; Contagem Populacional, 1996. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>

Na Tabela 3, estão expostos os efetivos populacionais do Estado de São Paulo e do EDR de Presidente Prudente, onde se observa que a população urbana cresceu nos últimos vinte anos. Ao se comparar o crescimento populacional, a

população total do EDR cresceu 20,9% nesse período, enquanto a do Estado teve um crescimento de 30,6%

Em termos de população urbana, no Estado de São Paulo, entre 1991 e 2010, o crescimento foi de 2,6%, indo de 92,80 para 95,94%. A do EDR teve um crescimento maior, passando de 87,42 para 92,82%, com aumento de 5,6%.

Quanto à população rural, constatou-se que, no Estado, o decréscimo foi de 7,20%, em 1991, para 4,06%, em 2010. No EDR, o decréscimo foi maior, indo de 12,58%, em 1991, para 7,18%, em 2010.

Porém, verificou-se igualmente que as porcentagens da população urbana foram maiores no Estado, durante os três períodos, ao passo que as da população rural foram maiores, no EDR. No Censo de 2010, a população total do EDR ultrapassou 400.000 habitantes, sendo que 92,82% já residiam nas cidades e somente 7,18% no campo (IBGE, 1991; 2000; 2010).

Tabela 3 – População total, rural e urbana: Estado de São Paulo e do EDR de Presidente Prudente (1991 – 2010)

Unidade Espacial	Situação de Domicílio	População residente (Nº de habitantes)			População Residente (%)		
		1991	2000	2010	1991	2000	2010
Estado de São Paulo	Total	31.588.925	37.032.403	41.262.199	100	100	100
	Urbana	29.314.861	34.592.851	39.585.251	92,80	93,41	95,94
	Rural	2.274.064	2.439.552	1.676.948	7,20	6,59	4,06
Total do EDR de Presidente Prudente	Total	331.485	372.097	400.704	100	100	100
	Urbana	289.785	336.950	371.962	87,42	90,50	92,82
	Rural	41.700	35.147	28.742	12,58	9,50	7,18

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010; Contagem Populacional 1996. Disponível em <http://ibge.gov.br/sidra>

Nesse caso, em 2010, deve-se considerar que mais de 50% da população do EDR se concentra no município de Presidente Prudente, com total de 207.610 habitantes, sendo que 203.375 residem na cidade (IBGE, 2010).

Para Graziano da Silva e Del Grossi (2000), a desaceleração do êxodo rural no território paulista ocorreu ao longo da década de 1990. Segundo os autores, a população rural do Estado de São Paulo demonstrou decréscimo de 0,6%, entre 1981/92, enquanto, no período seguinte, de 1996/99, houve crescimento de 3,0%.

Ora, sabendo-se que o Estado de São Paulo é uma das unidades federativas com maiores índices de urbanização, pode-se entender que o EDR de Presidente Prudente é uma parcela do Estado com relativa porcentagem de população rural.

Quando se leva em conta a quantidade de vilas e distritos afastados dos centros urbanos, percebe-se que os aspectos de ruralidade ganham representatividade socioeconômica, espacial e cultural na região. Os assentamentos rurais presentes em alguns municípios, como João Ramalho, Martinópolis, Presidente Bernardes, Rancharia e Sandovalina, constituem também um fator importante para a caracterização populacional da região.

Mesmo com o declínio da população rural, grande parte das populações locais desenvolve atividades ligadas direta ou indiretamente ao meio rural. Quanto a isso, busca-se compreender os níveis de ruralidade e as realidades dos territórios rurais de alguns municípios do EDR de Presidente Prudente, próximos da sede regional.

Esses municípios mostram características similares de ocupação, estrutura fundiária e presença da produção familiar, com o crescimento das ocupações rurais não-agrícolas e o aumento da quantidade de pessoas desenvolvendo atividades em ambos os espaços.

4.3. Os Municípios do EDR de Presidente Prudente/SP como recorte geográfico e objeto de análise

Muito se fala, na Geografia, sobre as abordagens territoriais. No caso específico, observa-se a formação de territórios administrativos e jurídicos, que são os municípios, concebidos como base analítica.

A partir da caracterização geral sobre a formação socioeconômica da Região de Presidente Prudente, com base em dados populacionais e nos ciclos econômicos associados à produção agropecuária, para efeito de análise, procurou-se definir um recorte territorial fundamentado na divisão regional-administrativa estipulada pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA/SP), que são as áreas abrangidas pelos Escritórios de Desenvolvimento Rural – EDR –, como demonstra o Mapa 1.

Exceto Presidente Prudente, os demais municípios do EDR possuem população em torno de 4.000/5.000 habitantes, sendo que apenas cinco ultrapassam 20.000⁵⁹. Dos 21 municípios, 12 possuem distritos e bairros rurais, nos quais residem

⁵⁹ Os municípios do EDR de Presidente Prudente com mais de 20.000 habitantes são: Martinópolis, Álvares Machado, Rancharia, Pirapozinho e Regente Feijó (IBGE, 2010)

entre 500 e 1.500 habitantes, os quais se dedicam principalmente a atividades agrícolas, sendo que, na última década, conciliam estas com as atividades não-agrícolas⁶⁰.

Dentre os municípios que compreendem o EDR de Presidente Prudente, procurou-se referenciar a atuação do PRONAF e do PEMH em oito deles. Tais municípios estão localizados próximos à cidade de Presidente Prudente e possuem a maior parte, ou senão todo o território, situado à margem esquerda (sul) da Bacia Hidrográfica Aguapeí-Peixe, sendo eles: Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Caiabu, Emilianópolis, Indiana, Martinópolis, Presidente Bernardes e Santo Expedito, como pode ser observado no Mapa 2.

Apesar de suas especificidades, esses municípios possuem similaridades, como: a. O expressivo número de pequenas propriedades; b. A formação de distritos e bairros rurais, ao longo de sua história; c. Contextos históricos; d. As bases econômicas estiveram sempre voltadas para a agropecuária; e. Possuem fortes relações comerciais e políticas com a cidade de Presidente Prudente.

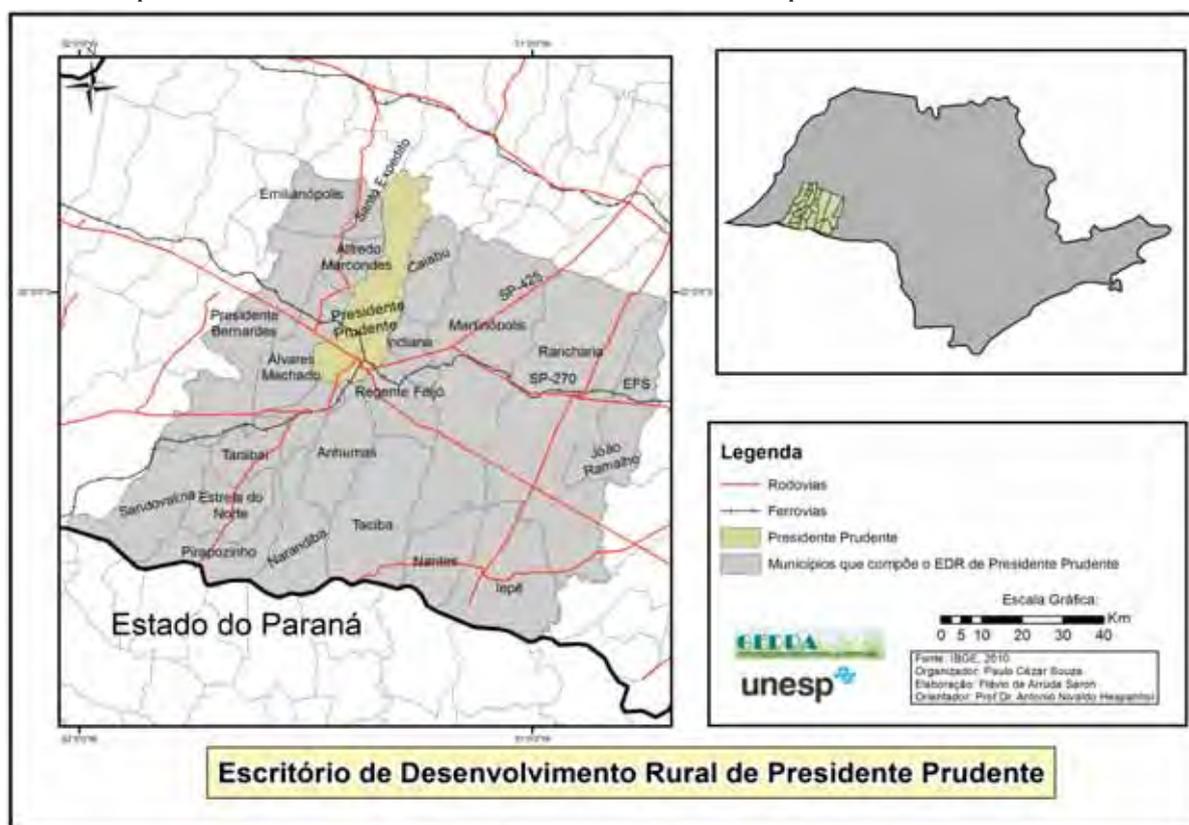
A área de abrangência do EDR é de 8.981,29 km², limitada ao sul pelo Rio Paranapanema (divisa com o Estado do Paraná), ao norte, pelo Rio do Peixe, a leste, pelo município de João Ramalho e, a oeste, por Emilianópolis, Presidente Bernardes e Sandovalina (Mapa 1).

A área dos municípios estudados é de 3.168,9 km². Os municípios de Martinópolis e Presidente Bernardes possuem territórios maiores, com 1.252,7 km² e 752,1 km². Álvares Machado, Caiabu e Emilianópolis possuem, respectivamente, 347,4 km², 252,8 km² e 224,5 km², enquanto os menores são Indiana, com 126,6 km², Alfredo Marcondes, com 118,4 km² e Santo Expedito, com 94,4 km² (IBGE, 2010) (Mapa 2).

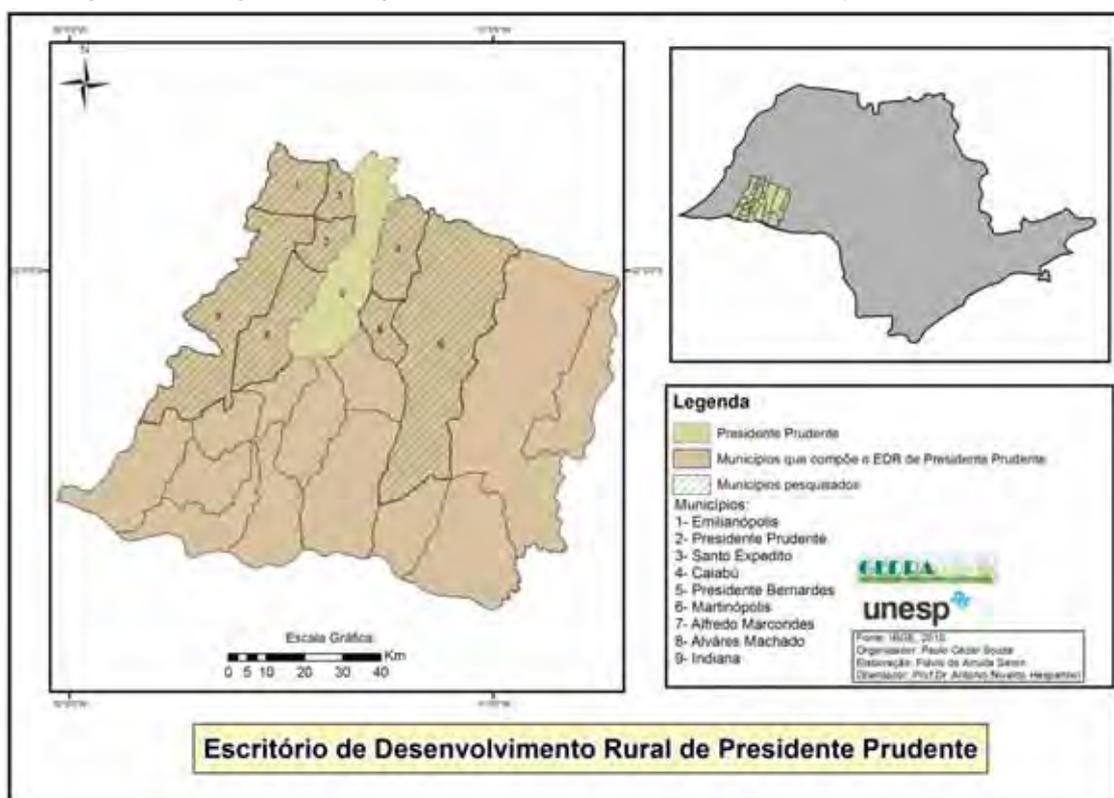
Mesmo possuindo especificidades geográficas que a diferencia de outras regiões do Estado, a região do EDR de Presidente Prudente se caracteriza por não possuir elevados níveis de desenvolvimento e, atualmente, passar por um processo de (re)afirmação.

⁶⁰ Segundo o IBGE (2010), há vários municípios da Microrregião de Presidente Prudente que possuem distritos na sua formação espacial, sem contar os bairros rurais. São eles: Martinópolis (2), Rancharia (2), Caiabu (2), Teodoro Sampaio (1), Presidente Prudente (4); Mirante do Paranapanema (2); Regente Feijó (1); Presidente Epitácio (1); Álvares Machado (1); Pirapozinho (1) e Presidente Bernardes (2).

Mapa 1 – EDR de Presidente Prudente – Estado de São Paulo: divisão política



Mapa 2 – Localização dos Municípios Estudados no EDR de Presidente Prudente, Estado de São Paulo



Essas áreas foram intensamente exploradas, num processo de degradação dos recursos naturais, com a retirada das matas e até mesmo o desaparecimento de alguns cursos de água. Sofreu um processo de super-utilização do solo, com as monoculturas e a sua subutilização, através da substituição das lavouras pelas pastagens (LEITE, 1998; D'INCAU, 1975). Atualmente, possuem um território com grandes áreas ocupadas por pastagens degradadas, sofrendo avançados processos de erosão e o desaparecimento de nascentes, comprometendo os mananciais.

Observando-se os processos de povoamento e evolução e, posteriormente, o de estagnação e esvaziamento demográfico, percebe-se que os municípios do EDR nunca foram contemplados diretamente com políticas públicas que pudessem alavancar cadeias produtivas integradas às agroindústrias, ou de especialização produtiva e nichos de mercado, como se viu em outras regiões do próprio Estado de São Paulo e de outros Estados⁶¹.

Contudo, a crise do Estado e a introdução de políticas neoliberais foi um período de dificuldades vivenciadas pelos meios rural e urbano dos municípios da região. De fato, uma crise que afeta o setor agropecuário dos municípios de uma região, como o Oeste Paulista, afeta não somente um setor ou um município, mas compromete o sistema produtivo regional (HESPANHOL; HESPANHOL, 2004).

Uma das grandes preocupações atuais para a efetivação de um ordenamento territorial, com perspectivas atreladas a uma rede de políticas públicas (sobretudo aquelas aplicadas nas regiões mais pobres), é a possibilidade da instituição de um modelo de desenvolvimento local baseado no conjunto de valores sociais e naturais do território. Para tanto, vislumbra-se o envolvimento de agentes diferenciados nessa conquista.

4.3.1. As relações socioespaciais entre os municípios do EDR com a cidade de Presidente Prudente

Dentre os municípios da região, procurou-se destacar aqueles localizados próximos ao centro urbano regional – Presidente Prudente. Neste item, para

⁶¹ No caso de São Paulo, as regiões com bons níveis de Desenvolvimento são o Vale do Paraíba, a de Campinas e as Regiões de São Carlos, Franca e Ribeirão Preto (SEADE, 2010). No Paraná, destaca-se o norte do Estado e a proliferação das Grandes Cooperativas Agrícolas, como também dos complexos agroindustriais a elas ligados, enquanto, em Minas, a região do Triângulo Mineiro, que exerce a condição de polo regional, estadual e nacional.

efeito de análise, os municípios estudados foram classificados em dois grupos específicos:

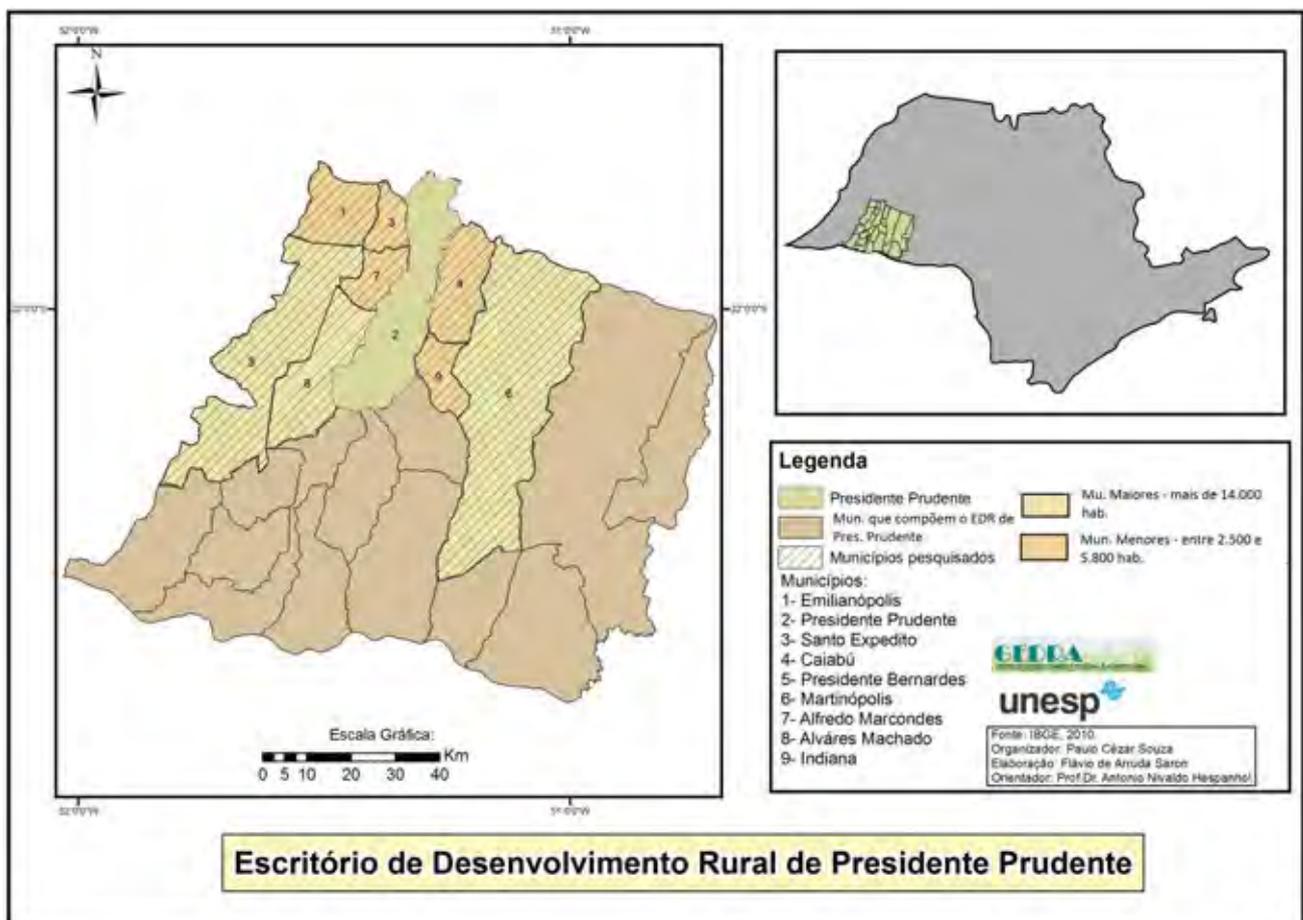
- Grupo A (menor extensão territorial e população entre 2000 e 5000 habitantes): Alfredo Marcondes, Caiabu, Emilianópolis, Indiana e Santo Expedito;

- Grupo B (maior extensão territorial e população superior a 14.000 habitantes): Martinópolis, Presidente Bernardes e Álvares Machado.

Os municípios situados no entorno de Presidente Prudente apresentam algumas especificidades: a. Economias baseadas nas atividades agropecuárias; b. População bem inferior à apresentada pelo principal centro urbano regional; c. Grande dependência de bens e serviços oferecidos por empresas localizadas em Presidente Prudente.

No Mapa 3, verifica-se a localização dos municípios situados no entorno de Presidente Prudente e a divisão segundo a extensão territorial e a população.

Mapa 3 – Municípios estudados no EDR de Presidente Prudente/SP: relação socioespacial entre os municípios e o centro regional.



No primeiro grupo (A), com exceção de Emilianópolis, todos têm divisas territoriais com o município de Presidente Prudente e se localizam ao sul do Rio do Peixe (margem esquerda); Caiabu, Santo Expedito e Emilianópolis têm o referido rio como limite norte dos seus territórios. A principal ligação com Presidente Prudente é feita por meio de rodovias estaduais e, como segunda opção, pelas estradas vicinais (pavimentadas ou não).

Entre os municípios que integram o segundo grupo (B), apenas Álvares Machado faz divisas territoriais com Presidente Prudente, porém, em Martinópolis e Presidente Bernardes, que possuem extensos territórios, grande parcela está situada na margem esquerda do rio do Peixe. As cidades distam em média 30 quilômetros do centro regional. A principal via de ligação entre Presidente Bernardes e Álvares Machado a Presidente Prudente é a rodovia Raposo Tavares (SP – 270) e, com Martinópolis, é a rodovia Assis Chateaubrind (SP – 425).

Nas relações socioespaciais entre os municípios e Presidente Prudente, deve ser considerada certa hierarquia, havendo intensa dependência quanto aos fluxos de pessoas, mercadorias e serviços. Embora essas relações não se resumam ao modelo hierárquico, identifica-se que tanto o volume de pessoas, como de bens, serviços e capitais se direcionam ao centro regional, o que possibilita maior dinamismo e concentração econômica em Presidente Prudente.

Essa hierarquia está representada graficamente na Figura 1. Ela mostra como são as relações entre os municípios do grupo A e do grupo B, o exercício da influência regional e a importância da população e do território, nas relações.

Na Figura 1, a amplitude das esferas denota a importância, tanto da população, como da economia e do fornecimento de bens e serviços das unidades territoriais representadas. No caso, Presidente Prudente aparece como sede regional, não somente em função dos aspectos citados, mas como referência política e administrativa dos poderes estadual e federal⁶².

⁶² O Município de Presidente Prudente possui uma área de 562,8 km², com uma densidade demográfica de 368,89 habitantes por quilômetro quadrado. No Censo de 2010, sua população era de 202.709 habitantes. Possui dois hospitais públicos de grande porte, atendendo a população dos municípios da MRG, das Regiões de Governo de Dracena, Adamantina, Tupã, Andradina, do Mato Grosso do Sul e do norte do Paraná. Conta com duas universidades públicas estaduais (UNESP e FATEC), e mais duas particulares (UNOESTE e UNIESP), e duas faculdades de ensino superior (Instituição Toledo de Ensino e o Campus da Universidade Metodista). Possui um aeroporto, terminal rodoviário interestadual e vários terminais urbanos. Configura-se como um centro atacadista regional, servindo as regiões do oeste paulista, norte do Paraná e Mato Grosso do Sul, com entrepostos das empresas Makro, Carrefour, Wal-Mart, Assaí, Muffato e Telhanorte. Caracteriza-se pela presença de curtumes e frigoríficos, assim como concessionárias de automóveis, caminhões, tratores, máquinas e implementos agrícolas.

Os municípios de Martinópolis, Álvares Machado e Presidente Bernardes estão representados nas esferas médias, pois possuem territórios maiores, com dotação de bens e serviços intermediários. Quanto aos municípios menores, como Alfredo Marcondes, Caiabu, Emilianópolis, Indiana e Santo Exedito, estão representados na escala menor, com pouca dotação de bens e serviços, dependência de municípios maiores, sobretudo de Presidente Prudente. Suas populações possuem atividades ligadas direta e indiretamente ao meio rural, sendo que as estruturas (urbana e rural) não satisfazem as necessidades da população, de maneira geral, de sorte que seus distritos nem sempre são atendidos pelas sedes municipais.

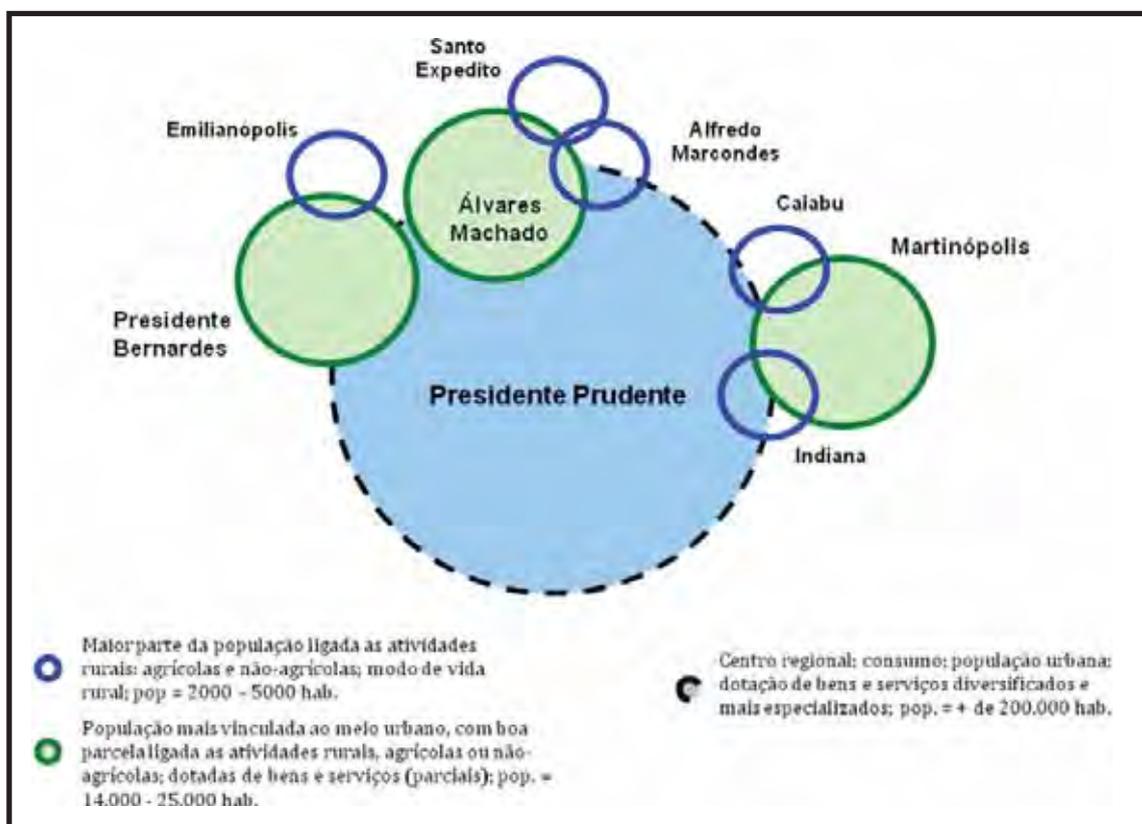


Figura 1: Relação socioespacial dos municípios do EDR de Presidente Prudente com a sede regional.

De fato, tanto a dependência do centro urbano regional como a alocação das políticas públicas e das ações administrativas consubstanciam-se em importantes articulações entre os agentes políticos e sociais locais.

4.3.2 Dinâmica populacional dos municípios do EDR de Presidente Prudente: 1970 – 2010.

A dinâmica populacional dos municípios do EDR de Presidente Prudente apresentou duas características, durante a década de 1990. A primeira diz

respeito ao aumento populacional geral, o que denota o arrefecimento da migração inter-regional, principalmente em direção às regiões metropolitanas. A segunda é o menor deslocamento das populações rurais para as áreas urbanas.

Todavia, o que se notou em períodos anteriores foi um esvaziamento populacional, sobretudo das pequenas cidades. Nesta abordagem, procura-se evidenciar as mudanças ocorridas nos últimos vinte anos, nos municípios próximos ao centro regional, já que outras dimensões sobre desenvolvimento têm sido enfocadas.

Considerando-se os municípios estudados do Grupo A, verificou-se um relativo crescimento populacional durante os anos 1990, especialmente no período 1991/2000, mantendo-se estáveis entre 2000 e 2010 (Tabela 4). Em Indiana e Caiabu, houve pequena retração populacional no período 2000 a 2007, voltando a crescer em 2010. Nos outros três (Alfredo Marcondes, Emilianópolis e Santo Expedito), os números se mantiveram estáveis em 2010, com crescimento nos períodos anteriores (1970 a 2000) (IBGE, 2010).

Tabela 4 - Evolução Populacional dos municípios menores (Grupo A) do EDR de Prudente (1970 – 2010)

Município	Situação	1970	1980	1991	2000	2010
Alfredo Marcondes	Total	6.867	4.309	3.493	3.697	3.891
	Urbana	2.009	2.104	2.290	2.672	3.255
	Rural	4.858	2.205	1.203	1.025	636
Caiabu	Total	7.012	3.702	3.854	4.077	4.072
	Urbana	1.231	1.180	2.396	3.115	3.315
	Rural	5.781	2.522	1.458	962	757
Emilianópolis	Total	-	-	-	2.893	3.020
	Urbana	-	-	-	2.191	2.497
	Rural	-	-	-	702	523
Indiana	Total	5.156	4.372	4.622	4.932	4.825
	Urbana	2.182	2.885	3.464	4.061	4.127
	Rural	2.974	1.487	1.158	871	698
Santo Expedito	Total	4.148	2.263	2.222	2.526	2.803
	Urbana	1.254	1.280	1.629	2.001	2.478
	Rural	2.894	983	593	525	325

Fonte: Censos Demográficos 1991, 2000, contagens Populacionais, 1996, 2007, Censo 2010.

Quanto às populações rurais, houve significativa queda em todos os municípios, durante os 40 anos observados. Entre 1970 e 1980, o declínio foi maior (IBGE, 2010). Santo Expedito teve uma queda de 66,0%, enquanto Caiabu, Alfredo

Marcondes e Indiana tiveram, respectivamente, redução de 56,4, 54,7 e 50% da população rural.

Contudo, nesse mesmo período, a população urbana desses municípios não teve crescimento proporcional à queda da rural. Em Alfredo Marcondes, a população urbana expandiu-se cerca de 4%, em Santo Expedito 2% e, em Indiana, 32%, sendo que em Caiabu houve queda de 5%. Entretanto, com a desproporcionalidade entre queda da população rural e aumento da urbana, denota-se decréscimo na população total nesses municípios, no período compreendido entre 1970 e 1980. Em Alfredo Marcondes, a queda populacional foi de 37,3%, em Caiabu, de 47,3%, em Indiana, de 15,3%, e em Santo Expedito, de 45,5%.

Foi a partir da década de 1990 que ocorreu a retomada do crescimento populacional nesses territórios, com destaque para o aumento das populações urbanas (IBGE, 2010).

Os dados dos censos revelam a reafirmação do aumento populacional nos cinco municípios analisados na Tabela 4, entre 2000 e 2010. Em Alfredo Marcondes, houve aumento de 5% na população total e 18% na urbana; em Caiabu, a população total retraiu-se em 0,12%, mas a urbana cresceu 6,1%; em Emilianópolis⁶³, houve crescimento de 4,3%, sendo que a urbana aumentou 12,3%. Em Santo Expedito, o crescimento total foi de 9,9% e da população urbana, 19,3%. No caso de Indiana, houve decréscimo na população total, de 2,2%, entretanto, a urbana cresceu 1,6% (IBGE, 2010).

De fato, a Tabela 4 evidencia a reafirmação do crescimento populacional nos municípios agrícolas menores, na última década do século XX, e a continuidade desse crescimento até 2010.

Em linhas gerais, constata-se que esses municípios são pouco populosos e possuem baixa densidade demográfica. O modo de vida, os costumes e a cultura local estão mais propensos aos aspectos da ruralidade do que da dinâmica urbana. Embora utilizem serviços especializados nas cidades vizinhas, seu cotidiano é vinculado ao meio rural.

No grupo B, além de os municípios apresentarem crescimento populacional maior do que o primeiro (A) – exceto Presidente Bernardes –, o incremento da população se manteve ao longo do período 1991 a 2010, nos municípios

⁶³ A população de Emilianópolis passou a ser contabilizada a partir do Censo de 1996, após emancipação do município, que era distrito de Presidente Bernardes.

de Martinópolis e Álvares Machado (IBGE, 2010). Em Presidente Bernardes, houve declínio da população total entre os anos de 2000 e 2010 (Tabela 5).

Nesses municípios, o declínio da população rural acompanhou o ritmo regional. Em Álvares Machado, entre 1970 e 1980, o declínio foi de 47,1%, e em Martinópolis, de 48,2%. Durante esse período, deve-se sublinhar não somente o declínio da população rural, mas sobretudo da população total. Assim, em Álvares Machado, declinou-se 15,4% e, em Martinópolis, 14,9%. No entanto, a partir de 2000, as populações desses municípios aumentaram. Entre os anos de 2000 e 2010, houve crescimento de 3,6%, em Álvares Machado, e de 7,8%, em Martinópolis.

Tabela 5 - Evolução Populacional dos municípios maiores (Grupo B - mais de 14.000 hab.) do EDR de Presidente Prudente (1991 – 2010)

Município	Situação	1970	1980	1991	2000	2010
Álvares Machado	Total	17.305	14.653	18.865	22.661	23.513
	Urbana	6.480	8.921	15.387	20.096	21.183
	Rural	10.825	5.732	3.478	2.565	2.330
Martinópolis	Total	23.072	19.650	19.673	22.346	24.219
	Urbana	9.548	12.643	15.186	17.975	20.341
	Rural	13.524	7.007	4.487	4.371	3.878
Presidente Bernardes	Total	25.590*	15.784**	16.311	14.662	13.570
	Urbana	8.163	8.408	10.885	10.154	10.500
	Rural	17.427	7.376	5.426	4.508	3.070

Fonte: Censos Demográficos 1991, 2000, contagens Populacionais, 1996, 2007

*população total do município incluindo do distrito de Emilianópolis

** população total do município excluindo do distrito desmembrado de Emilianópolis

Quando se trata de Presidente Bernardes, as análises mais precisas devem ser datadas desde o Censo de 1991, quando houve a emancipação de Emilianópolis. Diferentemente dos outros dois, esse município apresenta queda na população total e rural, entre os anos 1991 e 2010. Todavia, a urbana cresceu entre 2000 e 2010. Entre 1991 e 2000, a população rural declinou em 12,02% e, entre 2000 e 2010, 31,9%. Em termos da população total, diminuiu 8%, entre 1991 e 2000, e 7,5%, entre 2000 e 2010 (IBGE, 2010).

Nos municípios do Grupo B, as populações estão mais bem servidas de infraestrutura, bens e serviços e possuem modo de vida mais vinculado ao meio urbano, porém, existe uma parcela expressiva ligada a atividades no meio rural, quer agrícolas, quer não agrícolas.

Tendo em vista as análises demográficas dos Grupos A e B, constata-se que, embora a população rural venha diminuindo ao longo das décadas,

tanto nos municípios menores como nos maiores, a intensidade desse declínio é menos representativa na última década. Exceto Presidente Bernardes, os municípios analisados no EDR de Presidente Prudente apresentaram crescimento populacional entre 2000 e 2010.

Na verdade, o crescimento populacional pode representar a perspectiva de uma nova dinâmica econômica e produtiva nos municípios rurais do EDR, propiciando o arrefecimento do êxodo rural, a permanência de uma parcela das pessoas no campo e, principalmente, a continuidade das atividades locais, sejam agrícolas, sejam não-agrícolas.

4.3.3. Condições de vida das populações nos Municípios do EDR de Presidente Prudente/SP

Embora o perfil populacional dos municípios estudados denote rendas *per capita* e IDHs inferiores aos do Estado, procurou-se estabelecer análises relativas entre os perfis municipais referentes os menos populosos e os que possuem mais habitantes.

Nessas análises, foram comparados dados populacionais de urbanização, as densidades demográficas, os empregos na agropecuária e os rendimentos médios no setor.

Na verdade, as análises demonstram os níveis de ruralidade nessas localidades. Os dados da Fundação SEADE indicam que as densidades demográficas e o grau de crescimento populacional do EDR são bem inferiores aos do Estado de São Paulo. Em 2010, comparando-se as densidades demográficas, pode-se observar que São Paulo tem um alto índice de 166,25 hab/km², a Região Administrativa de Presidente Prudente, 35,3, enquanto no EDR⁶⁴ o índice é inferior ao do Estado, chegando a 44,6 hab/km², sendo maior do que o da região, pela concentração populacional na cidade de Presidente Prudente (IBGE, 2010; SEADE, 2010).

Na taxa de crescimento populacional entre 2009/10 houve variações negativas em Caiabu (-0,02% a.a.), Indiana (-0,20% a.a.) e Presidente Bernardes (-0,78% a.a.) (SEADE, 2010). Com exceção de Santo Expedito (1,06% a.a.), nenhum dos municípios apresentou taxa de crescimento superior a 1,00% a.a. Apesar do crescimento populacional, em Alfredo Marcondes (0,58% a.a.), Álvares Machado (0,38% a.a.),

⁶⁴ O cálculo da Densidade Demográfica do EDR foi feito através dos dados populacionais do IBGE (2010), considerando-se a população dos 21 municípios do EDR, dividida por sua área territorial (km²).

Emilianópolis (0,44% a.a.) e Martinópolis (0,83% a.a.), as taxas estão próximas de zero (SEADE, 2009, 2010). Com isso, nota-se que, no final da década 2000-2010, houve recuo nos índices de crescimento urbano, como se vê na Tabela 6.

Assim, os municípios menores e mais urbanizados possuem maior densidade demográfica. São eles: Álvares Machado, Santo Expedito e Indiana. Em Martinópolis e Presidente Bernardes, as baixas densidades estão relacionadas à grande extensão de seus territórios. Especificamente em Martinópolis, a baixa ocupação e a presença de latifúndios ao sul confirmam os números da tabela.

Essas disparidades apontam uma desconcentração populacional nas áreas mais afastadas das regiões metropolitanas do Estado, como o Oeste Paulista, e outra desconcentração dentro da Região e do EDR, em relação à proximidade com Presidente Prudente.

Tabela 6 – Perfis Populacionais dos Municípios Estudados na Região de Presidente Prudente – SP (2009 – 2010)

Dado Município ano	Grau de Urbanização (%) 2010	Taxa crescimento (%) a.a. 2010	Densidade Demográfica – (Hab/km ²) 2010	Vínculos empregatícios na agropecuária (%) 2009	Rendimento médio na agropecuária (R\$) 2009
Alfredo Marcondes	83,65	0,52	32,76	8,23	688,68
Álvares Machado	90,10	0,38	68,11	7,81	612,17
Caiabu	81,41	- 0,02	16,12	7,59	677,13
Emilianópolis	82,57	0,44	13,62	18,38	609,34
Indiana	85,46	- 0,20	37,77	10,74	622,53
Martinópolis	84,00	0,83	19,51	16,58	727,74
Presidente. Bernardes	77,32	- 0,78	17,83	12,94	679,26
Santo Expedito	88,52	1,06	30,16	8,67	744,90
Média	88,12	0,27	29,48	11,36	670,21

Fonte: Fundação SEADE, disponível em http://www.seade.sp.gov.br/perfil_municipal

Outro aspecto que revela a forte presença do rural nas economias locais está associado aos vínculos empregatícios. Enquanto a média estadual da participação nos vínculos empregatícios na agropecuária é de 3,08 %, nos municípios estudados no EDR, é de 11,36% (SEADE, 2009). Todavia, mais de 10% dos vínculos empregatícios relacionados à População Economicamente Ativa (PEA) dos municípios

estão no setor agropecuário, sem se contar o crescimento das atividades não-agrícolas⁶⁵ por parte dos residentes na zona rural, e o número dos que desenvolvem atividades agrícolas *part-time* ou disponibilizam parte de seu tempo de trabalho diário às atividades rurais (Tabela 6).

As maiores porcentagens de vínculos empregatícios na agropecuária estão em Emilianópolis, com 18,38%, e em Martinópolis, com 16,58%. Caiabu e Álvares Machado possuem os menores percentuais, com, respectivamente, 7,59 e 7,81%, Ainda que se saiba que o município de Álvares Machado se destaca pela existência de um número elevado de pequenas propriedades rurais, esses vínculos são de 7,81%.

Em Alfredo Marcondes, Presidente Bernardes, Caiabu e Indiana, constatou-se que a participação dos vínculos empregatícios está concentrada na produção de culturas tradicionais como milho, feijão e mandioca, cultivo de olerícolas, horticultura e produção de leite. Em Álvares Machado, esses vínculos estão mais relacionados à produção de leite, pecuária de cria, recria e corte (SEADE, 2009; 2010; Trabalho de Campo, 2010)⁶⁶.

Os municípios de Alfredo Marcondes e Indiana⁶⁷, apesar de serem os que apresentam maior proporção de pequenas propriedades⁶⁸, possuem, respectivamente, 8,23 e 10,24% de vínculos empregatícios na agropecuária. Na maioria dessas localidades, tais vínculos se referem à situação de famílias de trabalhadores que nunca saíram totalmente do campo. Quando parte da família trocou a atividade rural pela urbana, nem sempre se dedica somente à última, mas disponibiliza tempo para ajudar na propriedade, o que significa vínculos indiretos ou parciais com o setor.

Os dados refletem que são significativas as atividades agrícolas *part-time*⁶⁹, o crescimento das atividades não-agrícolas no meio rural e a pluriatividade.

Prosseguindo a análise da Tabela 6, nota-se que, nos municípios da região, a média salarial de um trabalhador rural em 2009 era de 871,44 reais/mês, sendo

⁶⁵ As atividades não-agrícolas mais evidentes são: frentistas, motoristas de lotações escolares, funcionário públicos municipais, caminhoneiros, autônomos.

⁶⁶ Os dados referentes às ocupações agrícolas e não-agrícolas nos municípios do EDR de Presidente Prudente serão trabalhados e analisados no Capítulo 5, referentes ao Trabalho de Campo realizado em 2010.

⁶⁷ Em Indiana, grande parte dos vínculos empregatícios está relacionada à atividade cerâmica (produção de telhas, tijolos, filtros, vasos e artefatos) (SEADE, 2009, 2010).

⁶⁸ Ver Tabela 8.

⁶⁹ Atividades *part-time*: funcionários públicos municipais e estaduais, frentistas, caminhoneiros e fretistas.

inferior à do Estado, que era de 930,66 reais/mês (SEADE, 2009). Nos oito municípios estudados, a média salarial em 2009 foi inferior, sendo de 670,21 reais/mês. Verifica-se que as maiores rendas médias na agropecuária foram em Santo Expedito e Martinópolis, respectivamente 744,90 e 727,74 reais/mês⁷⁰.

De fato, calculou-se que, nesses municípios, em 2009, a média salarial da agropecuária era inferior 29% em relação ao Estado, em torno de aproximadamente 1,31 salário mínimo/mês⁷¹, quando no Estado era de 1,82.

Quanto à análise multifacetada sobre desenvolvimento rural, níveis de renda e condições de vida, autores como Martins (2001), Graziano da Silva (2001), Kageyama (2004), Veiga (2004), Wanderley (2004), Favareto (2007), Cazella, Bonnal e Maluf (2009) e Navarro (2010) asseguram que, sendo maior o grau de mecanização das atividades agropecuárias, maiores serão os níveis salariais, conquanto maior será também o grau de alfabetização e especialização técnica do pessoal ocupado.

Mesmo que o rural brasileiro seja multifacetado, multicultural e economicamente diferenciado, Veiga (2001; 2004) Abramovay (2000 e 2001), Navarro (2001) e Favareto (2007, 2009, 2010) asseveram que é necessário considerar essa heterogeneidade para propor o desenvolvimento rural em regiões diferentes, assim como, todavia, analisar mais a fundo os níveis de ruralidade das regiões interioranas mais pobres do país.

Em relação à *renda per capita* dos municípios, a Tabela 7 explicita as rendas dos municípios estudados e a média em salários mínimos. Em 2000, o cálculo da média nos oito municípios era de 1,42 salários mínimos (SEADE, 2010).

⁷⁰ No trabalho de campo efetuado nesses municípios, constatou-se uma quantidade expressiva de pessoas que trabalha no corte de cana-de-açúcar, sendo empregados contratados que recebem algumas horas extras mensais e cestas básicas.

⁷¹ Cálculo efetuado a partir da medida Provisória 516/10, de 31 de dezembro de 2010, reajustando o Salário Mínimo de 510,00 para 540,00 reais, e reajuste através da Lei 12.382, de 28 de fevereiro de 2011.

Tabela 7 – Rendas *per capita* (em salários mínimos) referentes aos municípios do EDR de Presidente Prudente e aos oito municípios pesquisados – 2010

Localidade	Renda per capita (S/M) ⁷²
Região de Presidente Prudente	2,10
Alfredo Marcondes	1,49
Álvares Machado	1,70
Caiabu	1,10
Emilianópolis	2,38
Indiana	1,74
Martinópolis	1,49
Presidente Bernardes	1,60
Santo Expedito	1,35
Média	1,42

Fonte: *Informações dos Perfis Municipais (IPM)*, Fundação SEADE, 2010 – disponível em <http://www.seade.sp.gov.br>

Em 2010, a maior *renda per capita* era de Emilianópolis, com 2,38 S/M, acima da *renda per capita* regional que era de 2,10 S/M. As mais baixas eram em Caiabu, 1,10 SM, e em Santo Expedito, 1,35 SM, abaixo da média do conjunto. Outros municípios com rendas acima da média são Álvares Machado, Indiana e Presidente Bernardes, sendo 1,70, 1,74 e 1,60 SMs, respectivamente. Considerando-se o valor do salário mínimo em 2010, a média das rendas *per capita* entre esses municípios seria de 777,00 reais/mês.

Ao se comparar as rendas *per capita* dos municípios estudados com o Estado do São Paulo, tem-se que – mesmo levando em conta a evolução do salário mínimo, a partir de 2003 –, as rendas dessas localidades estão abaixo da média estadual, que era de 942,90 reais, em 2009.

Na Tabela 8, tomaram-se como referência os dados do IDH e IDH-M⁷³ para explicitar o desenvolvimento humano e social nas localidades estudadas e relativizar os aspectos da dinâmica socioeconômica dos oito municípios analisados.

⁷² Valor do salário mínimo em abril de 2000, reajustado de 136,00 para 151,00 reais, pela Lei 9971/2000. O processo de evolução do salário mínimo a partir de 2003 tem acompanhado os índices de inflação ou ficado acima deles. Com valores de 11/2010, seriam 773,00 reais.

⁷³ IDM-M: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, sendo apresentada na Tabela 8, a posição no *ranking* estadual, durante os anos de 1980, 1991 e 2000 (SEADE, 2010).

Tabela 8 – IDH e IDH-M dos municípios do EDR de Presidente Prudente (1980, 1991, 2000)

Município	IDH e IDHM/SP	1980	1991	2000
Alfredo Marcondes	IDH	0,610	0,737	0,799
	Posição Estadual	462	209	176
Álvares Machado	IDH	0,671	0,729	0,772
	Posição Estadual	352	258	378
Caiabu	IDH	0,535	0,698	0,779
	Posição Estadual	542	444	322
Emilianópolis*	IDH	NA	NA	0,751
	Posição Estadual	NA	NA	529
Indiana	IDH	0,690	0,7	0,789
	Posição Estadual	297	433	251
Martinópolis	IDH	0,692	0,702	0,750
	Posição Estadual	283	422	533
Pres. Bernardes	IDH	0,702	0,756	0,790
	Posição Estadual	232	106	240
Santo Expedito	IDH	0,501	0,704	0,785
	Posição Estadual	558	411	280

Evolução em relação aos dados de 1991 (2000)

Queda em relação aos dados de 1991 (2000)

* O município de Emilianópolis foi emancipado de Presidente Bernardes na década de 1990

Fonte: Informações dos Perfis Municipais (IPM), Fundação SEADE, 2010 – disponível em <http://www.seade.sp.gov.br>

Em linhas gerais, os IDHs dos municípios melhoraram entre 1980 e 2000. Dentre os oito analisados, as maiores evoluções foram em Santo Expedito, Caiabu e Alfredo Marcondes; se, em 1980, eram respectivamente 0,501, 0,535 e 0,610, em 2000, chegaram a 0,785, 0,779 e 0,799. Os municípios de Alfredo Marcondes e Presidente Bernardes, em 2000, apresentaram IDH elevado em relação aos demais, sendo 0,799 e 0,790.

Os menores IDHs, em 2000, foram em Emilianópolis, 0,751, e em Martinópolis, 0,750. No entanto, eram maiores do que nos anos anteriores (1980, 1991) (SEADE, 2010).

Quando se verifica a posição dos municípios com respeito aos índices estaduais, Martinópolis, Álvares Machado e Presidente Bernardes decaíram. No caso de Martinópolis, mesmo apresentando evolução no IDH, entre 1980 e 2000, decaiu da 283^a para 422^a na colocação, ficando, em 2000, mais abaixo, em 533^a. Quanto a Álvares Machado e Presidente Bernardes, houve evolução entre 1980 e 1991, decaindo respectivamente das posições 258^a e 106^a, em 1991, para 378^a e 240^a, em 2000. Apesar

de os três municípios citados declinarem no *ranking* estadual do IDH-M, houve melhoria no *ranking*, em Alfredo Marcondes, de 209^a para 176^a, em Indiana, de 433^a para 251^a e, em Santo Expedito, de 411^a para 280^a. O município de Caiabu, apesar de continuar abaixo no *ranking*, evoluiu da posição 542^a (1980) para 444^a (1991) e depois para 322^a (2000). Em linhas gerais, constatou-se relativa evolução nos valores referentes ao desenvolvimento humano dos municípios estudados. Quanto às posições no *ranking* estadual, quatro melhoraram e os que declinaram tiveram melhoras nos aspectos sociais e humanos, que são os referenciais utilizados para medir o IDH.

Na verdade, as variáveis de renda IDH e IDH-M permitem verificar a relativa evolução nas condições socioeconômicas das populações dos municípios do EDR de Presidente Prudente. Todavia, ainda que essa evolução esteja atrelada ao crescimento da economia brasileira, deve-se destacar o crescimento do IDH nos municípios menores e a evolução considerável no *ranking* estadual do IDH-M, nessas localidades que possuem suas economias atreladas ao setor agropecuário.

4.3.4. Configuração socioespacial dos Municípios do EDR de Presidente Prudente pós-1990.

Para Santos (1977), a abordagem da formação socioespacial como categoria expressa duas referências de suma importância: a unidade e a totalidade das esferas econômica, social, política e cultural. Não há como se estudar a formação do conjunto geográfico regional, sem se priorizar essa configuração.

Assim, os espaços passam a ser produzidos pela sociedade que nele exerce o poder de transformação⁷⁴. Contudo, as sociedades, no percurso histórico são articuladas a um meio de produção específico. Nesse caso, a formação espacial regional foi modelada pelo modo de produção capitalista, articulando-se as especificidades locais ao contexto econômico nacional. Na verdade, a formação socioespacial regional deriva da apropriação desses espaços pela particularidade do modo capitalista, dentro do seu processo de adaptação e expansão no espaço e no tempo, como apregoadado por Harvey (2008).

⁷⁴ Quando à produção do espaço diante do modo capitalista de produção, Santos (1977, p. 91), usando o “espaço” como referência geográfica, ressalta que “[...] o espaço reproduz a totalidade social, na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. Assim, o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos. Mas o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso, torna-se componente fundamental da totalidade e de seus movimentos”.

No que se refere ao contexto socioespacial dos municípios do EDR de Presidente Prudente, procurou-se analisar os levantamentos censitários das unidades de produção agropecuária efetuados pela SAA/SP, através do projeto LUPA, em dois levantamentos – o primeiro realizado no ano agrícola 1995/96 e o outro no ano agrícola 2007/08. Conjuntamente, foram utilizados dados da Fundação SEADE e do IBGE, referentes às duas últimas décadas (1990 – 2010).

A partir de dados obtidos junto à Fundação SEADE, a Região de Presidente Prudente se configurava entre as mais pobres do Estado, com IDH em torno de 0,78 e PIB *per capita* de 12.581,65 reais a.a., bem abaixo das médias estaduais, que são de 0,833 para IDH (PNUD, 2010), e 24.457,00 reais a.a. de PIB *per capita* (SEADE, 2008).

De acordo com Hespanhol (2004), a maioria dos municípios paulistas depende do desempenho da agropecuária para condução das suas economias locais. A agropecuária se configurou como a principal atividade econômica da região, devido às vastas áreas do espaço rural, de sorte que alguns municípios se destacam por estar entre os maiores do Estado de São Paulo, como Martinópolis (1.253.158 km²) e Rancharia (1.584.726 km²) (IBGE, 2010).

A agropecuária está centralizada nas monoculturas da cana-de-açúcar e pecuária de corte, seguidas da produção de lavouras temporárias: feijão, melancia, amendoim, dentre outras. A pecuária leiteira também tem crescido e surge como uma importante fonte de renda para as pequenas e médias propriedades, que, devido às necessidades de sobrevivência e de inclusão, têm diversificado suas explorações⁷⁵.

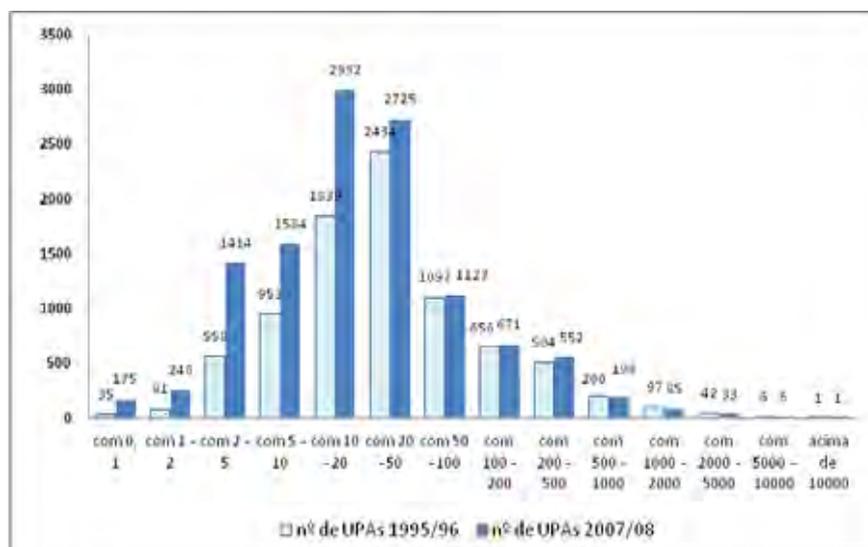
Os Gráficos 3 e 4 expressam a importância do setor agropecuário para os municípios do EDR de Presidente Prudente, com base em dois pressupostos, quais sejam: a. o número expressivo de pequenas unidades de exploração agropecuária (UPAs) – a grande maioria possui entre 5 e 50 hectares; b. grandes parcelas dos territórios municipais se concentram nos extratos de áreas entre 500 e 5000 hectares.

Verifica-se, no Gráfico 3, um número expressivo das pequenas unidades de produção. Segundo LUPA (2007/08), a região possui 11.799 unidades de produção agropecuárias (UPAs), sendo predominantes os extratos de área entre 10 e 20

⁷⁵ Segundo informações dos técnicos do EDR de Presidente Prudente (set/2012), a produção de leite se constitui numa das principais cadeias produtivas a ser contemplada pelo Programa Microbacias Dois, articulado em 2011 e iniciado em 2012 na região.

hectares, num total de 2.992 unidades. Em seguida, estão os extratos entre 20 e 50 hectares, com 2.725 unidades. Os extratos entre 2 e 5 hectares e entre 5 e 10 hectares também são expressivos, correspondendo respectivamente a 1.414 e 1.584 UPAs.

Gráfico 3 – Número de Unidades de Produção Agropecuária no EDR de Presidente Prudente por extrato de área (em hectares) – 1995/96 e 2007/2008.



Fonte: projeto Lupa, CATI (2007/08), disponível em www.cati.sp.gov.br

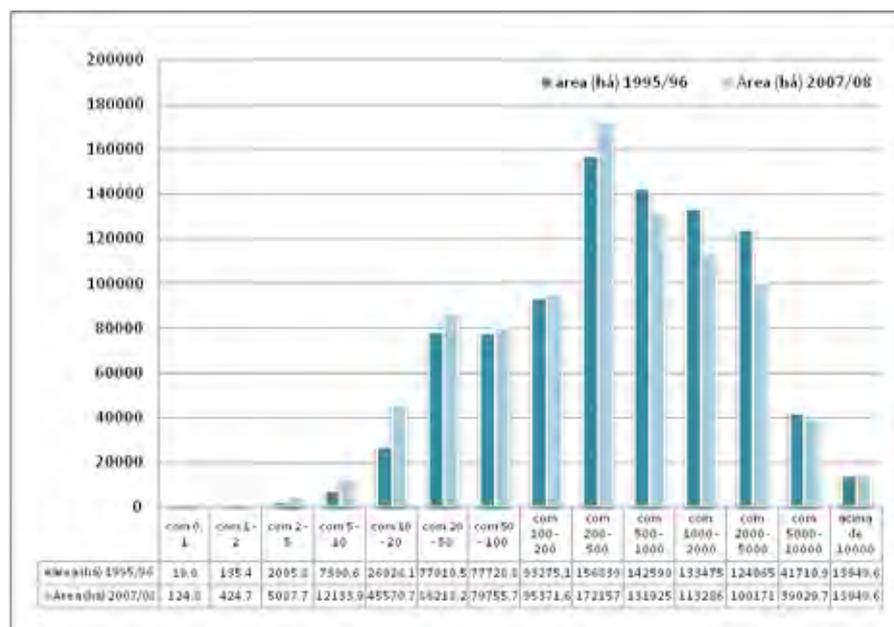
No levantamento referente ao ano agrícola 1995/96, havia predomínio dos extratos de área entre 20 e 50 hectares, com 2.434 UPAs, seguido do extratos entre 10 e 20 hectares, com 1.839 UPAs. Os extratos entre 5 e 10 hectares também eram expressivos, somando 953 UPAs.

O Gráfico 3 não indica somente o número expressivo de pequenas propriedades nos municípios do EDR, mas um significativo aumento desse número, entre os anos de 1995/96 e 2007/08. Em contrapartida, houve decréscimo na quantidade de UPAs nos extratos acima de 500 hectares. O número de UPAs com área entre 1 e 2 hectares também cresceu no período, de 35, em 1995/96, para 175.

Embora haja um número relevante de pequenas unidades de produção agropecuária, a maior parte da área rural está concentrada nos grandes extratos. A concentração fundiária ainda é um dos aspectos da desigualdade socioeconômica presente na região. O contraste entre o número de pequenas propriedades rurais e as extensas áreas ocupadas pelos latifúndios denota o desequilíbrio e mostra os desafios enfrentados para a efetivação de uma nova dinâmica produtiva pós-1990.

O Gráfico 4 focaliza as áreas (ha) ocupadas pelas grandes propriedades, nos levantamentos de 1995/96 e 2007/08. Apesar do declínio das áreas ocupadas pelos extratos entre 500 e 5.000 hectares, em 2007/08, houve aumento de área nos extratos entre 200 e 500 hectares. Tais extratos predominam nos levantamentos de 1995/96 e 2007/08, com 156.839 hectares, no primeiro, e 172.157, no segundo.

Gráfico 4 – Área (ha) ocupada pelas Unidades de Produção Agropecuária no EDR de Presidente Prudente - levantamentos 1995/96 e 2007/08 (%)



Fonte: Projeto LUPA, Cati/SAA/SP, 1995/96 e 2007/08, disponível em <http://www.cati.sp.gov.br>

As áreas ocupadas pelas pequenas propriedades que, numericamente, são a maioria das UPAs, somando-se os quatro extratos, entre 10 e 100 hectares, ocupavam 191.586 hectares, em 1995/96, e, em 2007/08, passaram a ocupar 229.316 hectares do EDR.

Malgrado haja predomínio das grandes propriedades, as áreas ocupadas pelas pequenas e médias aumentaram. Nos extratos entre 0 e 1 hectares, o aumento foi de seis vezes; nos extratos entre 1 e 2 hectares, triplicou; enquanto nos extratos entre 2 e 5, 5 e 10 e 10 e 20 hectares, praticamente dobrou. Os extratos entre 20 e 50 e 50 e 100 também cresceram, em menor proporção.

A concentração fundiária é um fator histórico na formação espacial da região, mesmo porque o aumento na área ocupada por pequenas propriedades muito se deve aos movimentos sociais no campo (década de 1990) e à efetivação dos assentamentos rurais, existentes nos municípios do EDR, como, por exemplo, em Martinópolis e Presidente Bernardes.

A série de gráficos a seguir mostra o número de UPAs nos municípios do EDR por extrato de área (ha). De acordo com os dados, constatou-se predominância de UPAs nos extratos entre 10 e 20 e 20 e 50 hectares, com destaque também para os extratos entre 5 e 10. O aumento do número de UPAs é também observado nos extratos que ocupam entre 20 a 50 hectares (Gráfico 8), com exceção do município de Emilianópolis. Em Indiana, notificou-se aumento nos extratos entre 10 e 20 hectares (Gráfico 9).

Gráfico 5 – Distribuição do Número de UPAs por área (ha) no Município de Alfredo Marcondes/SP – 1995/95 e 2007/08.

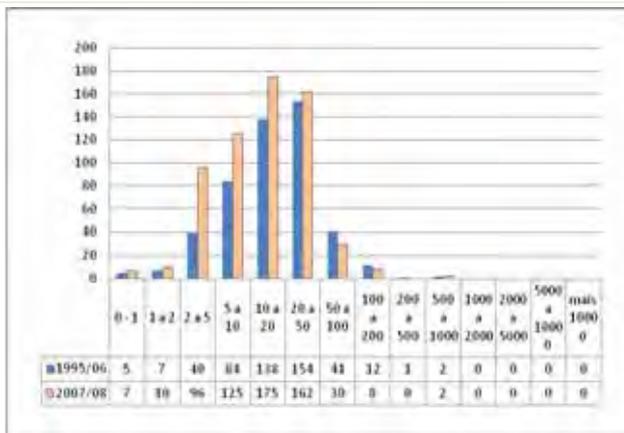
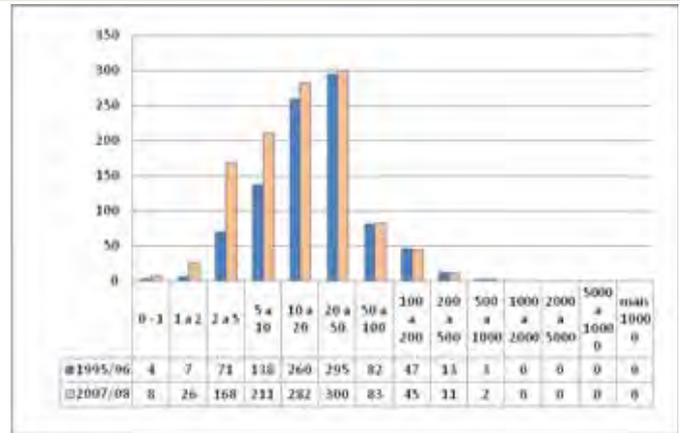


Gráfico 6 – Distribuição do Número de UPAs por área (ha) no Município de Álvares Machado/SP – 1995/95 e 2007/08



Fonte: Projeto LUPA, Cati/SAA/SP, 1995/96 e 2007/08, disponível em <http://www.cati.sp.gov.br>

Gráfico 7 – Distribuição do Número de UPAs por área (ha) no Município de Caiabu/SP – 1995/95 e 2007/08

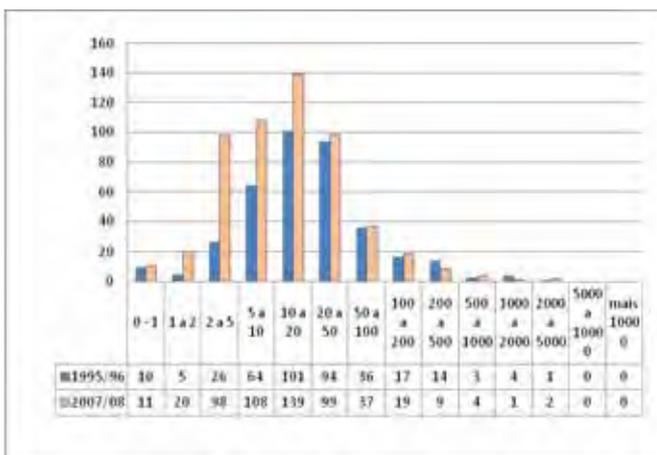
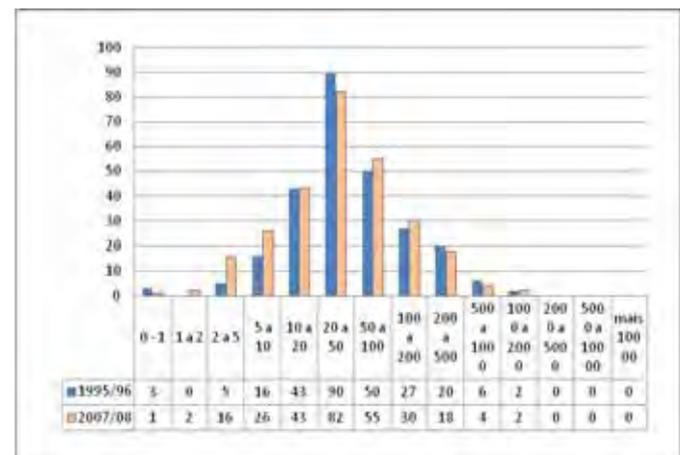


Gráfico 8 – Distribuição do Número de UPAs por área (há.) no Município de Emilianópolis/SP – 1995/95 e 2007/08



Fonte: Projeto LUPA, Cati/SAA/SP, 1995/96 e 2007/08, disponível em <http://www.cati.sp.gov.br>

No levantamento de 1996/95, predominavam os extratos de área ocupados pelas UPAs entre 20 e 50 hectares, em Alfredo Marcondes (Gráfico 5),

Álvares Machado (Gráfico 6), Emilianópolis (Gráfico 8), Martinópolis (Gráfico 10), Presidente Bernardes (Gráfico 11) e Santo Expedito (Gráfico 12).

Gráfico 9 – Distribuição do Número de UPAs por área (há.) no Município de Indiana/SP – 1995/95 e 2007/08.

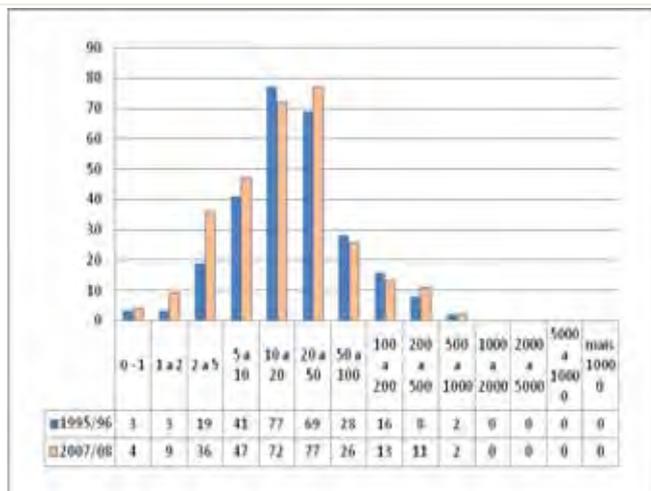
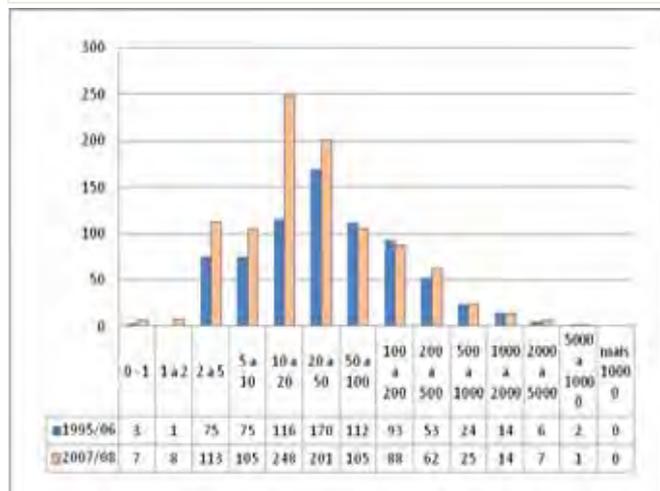


Gráfico 10 – Distribuição do Número de UPAs por área (há.) no Município de Martinópolis/SP – 1995/95 e 2007/08.



Fonte: Projeto LUPA, Cati/SAA/SP, 1995/96 e 2007/08, disponível em <http://www.cati.sp.gov.br>

No LUPA 2007/08, além do aumento do número de UPAs entre 20 e 50 hectares, observa-se a predominância das UPAs entre 10 e 20 hectares, em Alfredo Marcondes (Gráfico 5), Caiabu (Gráfico 7), Emilianópolis (Gráfico 8), Martinópolis e Presidente Bernardes (Gráficos 10 e 11).

As UPAs com áreas entre 5 e 10 hectares aumentaram entre 1995/96 e 2007/08, nos oito municípios estudados, com destaque para Caiabu, que passou de 64 para 108 UPAs (Gráfico 7), Martinópolis, de 75 para 105 (Gráfico 10) e Presidente Bernardes, de 80 para 162 UPAs (Gráfico 11).

Gráfico 11 – Distribuição do Número de UPAs por área (ha) no Município de Presidente Bernardes/SP – 1995/95 e 2007/08.

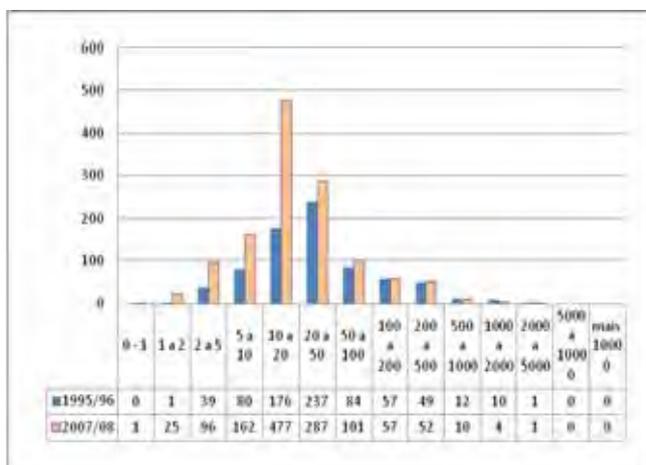
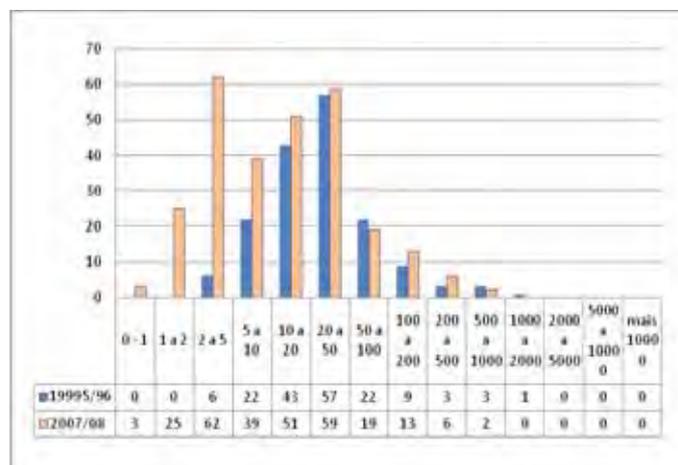


Gráfico 12 – distribuição do Número de UPA por área (há) no Município de Santo Expedito/SP – 1995/95 e 2007/08.



Fonte: Projeto LUPA, Cati/SAA/SP, 1995/96 e 2007/08, disponível em <http://www.cati.sp.gov.br>

O número de UPAs entre 2 e 5 hectares aumentou significativamente, em Alfredo Marcondes e Álvares Machado, de 60 para 96, no primeiro, e de 71 para 168, no segundo (Gráficos 5 e 6). Em Caiabu, houve aumento considerável, de 26 para 98; em Indiana, de 19 para 36 UPAs; em Martinópolis, de 75 para 105 e, em Presidente Bernardes, de 39 para 96 UPAs (Gráficos 7, 9, 10 e 11). Todavia, o aumento mais significativo foi em Santo Expedito, de 6 para 62 UPAs (Gráfico 12).

Portanto, apesar de as mudanças serem relativamente pequenas em proporção à área dos municípios, esta análise permite estabelecer uma relação entre o crescimento do número de pequenas e médias propriedades depois da década de 1990, e a estabilização do latifúndio, nesses territórios.

Em Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Caiabu, Emilianópolis e Indiana, esse aumento está relacionado à manutenção da propriedade como base de produção familiar, renda, local de lazer e encontro da família, assim como patrimônio. Em Martinópolis, Presidente Bernardes e Santo Expedito⁷⁶, além desses aspectos, ressalta-se a existência de Assentamentos Rurais decorrentes dos movimentos sociais no campo, que propiciaram o retorno ao meio rural⁷⁷.

Embora as populações rurais tenham diminuído em todos os municípios pesquisados, o crescimento do número de pequenas e médias propriedades indica sua permanência como unidades de produção agropecuária, para o sustento das famílias e reprodução social do trabalho.

Mesmo verificado nos oito municípios, o aumento do número de UPAs nos extratos entre 5 e 10, 10 e 20 e 20 e 50 hectares, a desigualdade na estruturas fundiária é evidente.

Analisando a distribuição por extrato de área, notaram-se diferentes realidades nos territórios. Existem municípios onde, além do predomínio de UPAs nos extratos pequenos e médios, há concentração de área nos extratos entre 50 e 100 e entre 100 e 200 hectares, que se trata de extratos médios.

⁷⁶ Em Santo Expedito, destaca-se o Assentamento Rural Banco da Terra, chamado popularmente de Vila Rural. Essas famílias foram assentadas durante a década de 1990, com promessas de terem os lotes regularizados nos anos seguintes do governo FHC. Contudo, segundo os proprietários locais, o projeto teve fim no Governo Lula e, até 2010, não foi feita a regulamentação.

⁷⁷ Os assentamentos rurais situados em Martinópolis e em Presidente Bernardes não estão localizados no recorte territorial desta pesquisa, já que estão estabelecidos na Bacia do Rio Paranapanema, do espigão divisor de águas Paranapanema-Peixe. Em Martinópolis, são dois, na Rodovia Homero Severo Lins e, em Presidente Bernardes, são nove e ficam na parcela sul do município, na rodovia SP 272.

A Tabela 9 indica a distribuição da área total dos municípios em extrato de área por hectares. Os dados dos LUPAs 1995/96 e 2007/08 permitem observar os níveis de desigualdade na distribuição da terra entre os municípios estudados no EDR de Presidente Prudente.

Em Alfredo Marcondes e Álvares Machado, em 1995/96, predominavam os extratos de área entre 20 e 50 hectares, com 36% e 28%, respectivamente. Em Indiana e Santo Expedito, a área era de 19% do total municipal. Entretanto, no mesmo levantamento, em Caiabu, Martinópolis e Presidente Bernardes, predominavam os extratos entre 1000 e 2000 hectares, com 22%, 16% e 21% das respectivas áreas totais das UPAs.

Em 2007/08, em termos de área ocupada, predominavam os extratos entre 100 e 200 hectares, em Álvares Machado, Emilianópolis, Indiana e Santo Expedito, com, respectivamente, 19%, 19%, 27% e 19%. Em Alfredo Marcondes e Martinópolis, destacavam-se os extratos entre 2000 e 5000 hectares, com 23%.

Na verdade, observa-se maior desigualdade nos municípios maiores, onde predominam extratos de área acima de 200 hectares, com exceção de Caiabu, que possui território pequeno, onde, em 1995/96 e 2007/08, eram maiores os extratos entre 1.000 e 2.000 hectares, com 22% e 29% da área total das UPAs do município.

Nos municípios menores (entre nove e 23 mil hectares), houve predomínio das áreas ocupadas pelas pequenas e médias propriedades, entre os extratos de 20 e 200 hectares, exceto em Alfredo Marcondes e Santo Expedito, no segundo levantamento.

Num contexto geral, o EDR de Presidente Prudente, apesar de possuir municípios com predominância de pequenas e médias UPAs, apresenta elevação do índice de GINI para desigualdade da terra, entre 1995/96 e 2007/08.

A distribuição dos extratos de áreas ocupados em pequenas, médias e grandes unidades de produção pode ser analisada através dos índices de GINI, que possibilitam entender e identificar as medidas de desigualdade na distribuição da terra⁷⁸. Este índice toma por referência a escala de 0 (zero) a 1 (um), sabendo-se que, quanto mais próximo a 1,0, maior o nível de desigualdade.

⁷⁸ Segundo Figueiredo e Souza (2010), esse índice identifica com melhor propriedade o cálculo de exclusão e concentração fundiária nos municípios de uma região e pode ser calculado a partir dos dados consolidados dos LUPAs 1995/96 e 2007/08, aplicados à área total, subdividida em extratos de área para as UPAs da região.

Tabela 9 – Extratos de área (ha) das UPAs dos municípios estudados no EDR de Presidente Prudente/SP: 1995/96 e 2007/08.

Município	Alfredo Marcondes				Álvares Machado				Caiabu				Emilianópolis				Indiana				Martinópolis				Pres. Bernardes				Santo Expedito			
	1995/96		2007/08		1995/96		2007/08		1995/96		2007/08		1995/96		2007/08		1995/96		2007/08		1995/96		2007/08		1995/96		2007/08		1995/96		2007/08	
Levant.	Área (há)	%	Área (há)	%	Área (há)	%	Área (há)	%	Área (há)	%	Área (há)	%	Área (há)	%	Área (há)	%	Área (há)	%	Área (há)	%	Área (há)	%	Área (há)	%	Área (há)	%	Área (há)	%	Área (há)	%		
com 0 - 1	2,5	0	6,2	0	2,1	0	4,8	0	5	0	5,6	0	1,1	0	0,5	0	1,8	0	3,6	0	2,6	0	6,2	0	0	0	0,6	0	0	0	2	0
com 1 - 2	10,4	0	14,2	0	12,8	0	48,5	0	6,2	0	27,4	0,1	0	0	3	0	5,6	0	15,8	0	2	0	14,2	0	2	0	48,3	0	0	0	42,2	0
com 2 - 5	153	1	417,5	0	265,8	1	592	2	98,2	0	340	1,5	21,6	0	56,4	0	69	1	129	1	277,1	0	417,5	0	148,3	0	338,6	1	27,4	0	243	3
com 5 - 10	623,4	5	829,5	1	1099,1	3	1659	5	486,6	2	814	3,6	128,4	1	188,8	1	315,6	3	349	3	583,7	0	829,5	1	646	1	1282	2	162	2	300	3
com 10 - 20	2045	15	3892	3	3786,5	12	4098	13	1405,1	6	1941	8,6	594,7	3	619,3	3	1091,9	9	1049	10	1670,6	1	3892,4	3	2572	4	7649	12	585	6	738	8
com 20 - 50	4843	36	6388	5	9214,1	28	9101	28	2951,9	12	3075	14	2846	12	2626	12	2249	19	2399	24	5520,6	5	6388,2	5	7357	11	8793	14	1722	19	1769	18
com 50 - 100	2841	21	7247	6	5808,5	18	5836	18	2602,9	11	2654	12	3464	15	3690	17	2151,2	18	1970	20	7692	7	7246,9	6	6044	9	7188	11	1492	16	1307	14
com 100 - 200	1544	11	12267	10	6380,5	19	6165	19	2369	10	2720	12	3864	16	4187	19	2402,4	20	2749	27	13302	11	12267	10	8123	13	8152	13	1291	14	1804	19
com 200 - 500	275,8	2	18674	16	3928,9	12	3231	10	3900,9	16	2793	12	6138	26	5182	23	2178,5	18	1421	14	15353	13	18674	16	15306	24	16015	25	941	10	1949	20
com 500 - 1000	1128	8	18344	15	2243,2	7	1581	5	2277,2	10	1773	7,8	3704	16	2515	11	1421,1	12	0	0	18009	15	18344	15	8338	13	6971	11	1973	21	1450	15
com 1000 - 2000	0	0	17252	14	0	0	0	0	5219,9	22	6477	29	3001	13	3001	14	0	0	0	0	19291	16	17252	14	13783	21	5275	8	1027	11	0	0
com 2000 - 5000	0	0	26958	23	0	0	0	0	2617,2	11	0	0	0	0	0	0	0	0	0	22305	19	26958	23	2369	4	2420	4	0	0	0	0	
com 5000 - 10000	0	0	6827	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	14285	12	6827,1	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0
acima de 10000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Total (ha)	13467	100	13610	100	32742	100	32316	100	23940	100	25265	100	23762	100	22068	100	11886	100	12045	100	118293	100	119117	100	64688	100	64133	100	9221	100	9603	100

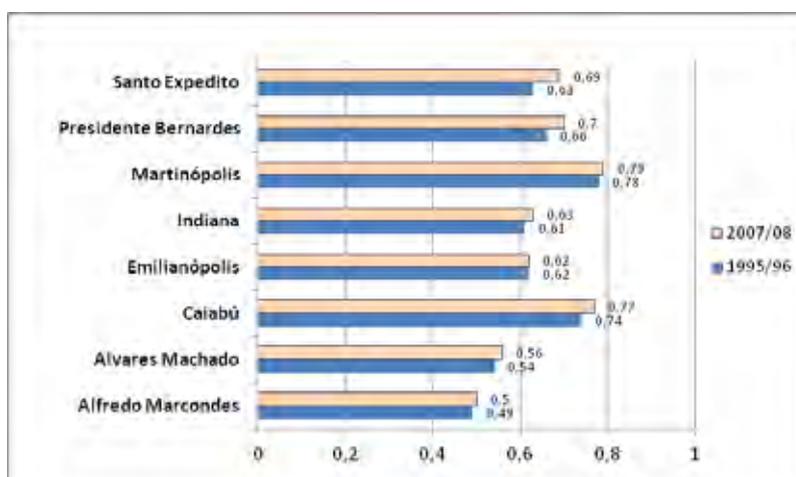
Fonte: Projeto LUPA, Cati/SAA/SP, 1995/96 e 2007/08, disponível em <http://www.cati.sp.gov.br>

Em linhas gerais, pode-se compreender que o nível de exclusão e concentração fundiária que já era elevado, em 1995/96, com índice GINI de 0,75, aumentou, em 2007/08, para 0,76. No Estado de São Paulo, a despeito de se tratar de uma área mais extensa, os índices GINI são menores, de 0,72, em 1995/96, e 0,73, em 2007/08.

Considerando-se a relação área total dos municípios e distribuição das UPAs por área (ha), o Gráfico 13 demonstra que, nos oito territórios, o índice está acima da média. No caso de Indiana e Emilianópolis, mesmo acima da média, os índices eram menores do que os dois primeiros.

Nos levantamentos de 1995/96 e 2007/08, os índices de desigualdade na distribuição da terra eram maiores em Martinópolis (0,78 e 0,79), Caiabú (0,74 e 0,77), Presidente Bernardes (0,66 e 0,70) e Santo Expedito (0,63 e 0,69) (LUPA, 1995/96; 2007/08). Em Indiana e Emilianópolis, os índices estão acima da média, porém mais baixos, em torno de 0,61 e 0,63 (1995/96; 2007/08) e 0,62 (1995/96; 2007/08), respectivamente.

Gráfico 13 – Índice de GINI (em relação à desigualdade da terra) dos Municípios do EDR de Presidente Prudente/SP – 1995 – 2008⁷⁹.



Fonte: Cati, Projeto LUPA, SAA/SP, disponível em <http://www.cati.so.gov.br>

Os índices mais próximos da média (0,5) e que, todavia, denotam menor grau de desigualdade da terra, são os de Álvares Machado e de Alfredo Marcondes, estando abaixo da média regional. Em Álvares Machado, os índices estão

⁷⁹ Cálculo efetuado com base no levantamento dos dados das UPAs, por extrato de área (ha), em relação à área total do município, por ano de levantamento, pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo.

próximos da média, 0,54, em 1995/96 e 0,56, em 2007/08. Em Alfredo Marcondes, são os melhores – 0,49 e 0,50.

Observando o Gráfico 13, percebe-se que Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Emilianópolis, Indiana, Santo Expedito e Presidente Bernardes estão abaixo da média regional, portanto, apresentam menor desigualdade na distribuição em relação ao total dos 21 municípios do EDR. Dentre os oito municípios investigados, apenas Martinópolis e Caiabu têm índices superiores aos da região, em ambos os períodos.

Todavia, mesmo se levando em conta os níveis de desigualdade na distribuição da terra, há um número expressivo de pequenas propriedades com estrutura de produção familiar com predomínio das atividades e aumento das ocupações não-agrícolas, as quais são desenvolvidas tempo na cidade, tempo no campo. Ocorre, por conseguinte, aumento do número de pessoas que possuem duas ocupações e de outras somente com ocupações urbanas, mas que se sustentam das rendas dessas ocupações e daquela que é gerada na produção agropecuária.

Partindo do pressuposto de que há um número significativo de pessoas diretamente ligadas aos dois espaços, existe, logo, representatividade por parte dessa parcela populacional junto as estrutura socioeconômicas e políticas municipais e uma dinâmica rural/urbana possivelmente implementada para reprodução social na busca do desenvolvimento e de melhores condições de vida.

Assim, mesmo se evidenciando a concentração fundiária e desigualdade entre os pequenos e grandes extratos, nos municípios do EDR de Presidente Prudente, a ruralidade é um aspecto preponderante para as sociedades locais. Através dos números de UPAs concentrados nos extratos de área de 10 a 20, de 20 a 50 e de 50 a 100 hectares, nota-se que há um número expressivo de famílias que sobrevivem da atividade rural, ou parte significativa das rendas dela depende.

4.3.4.1. As Mudanças na ocupação do solo no EDR de Presidente Prudente pós-1990.

As áreas ocupadas com lavouras temporárias no EDR foram ampliadas em 158,08 % entre os anos agrícolas de 1995/96 e 2007/08, conforme se verifica na Tabela 10 (LUPA 1995/96; 2007/08). O aumento da área ocupada com lavouras temporárias decorre de três fatores: a. Expansão da cultura da cana-de-açúcar; b. Resistência dos produtores rurais que permaneceram no campo com as culturas

tradicionais, como milho, feijão e melancia, como também da produção de leite; c. Busca de alternativas por meio da diversificação produtiva e apoio de políticas públicas, com objetivo da melhoria da renda.

Tabela 10: Uso da terra no EDR de Presidente Prudente/SP em 1995/96 e 2007/08

Tipo de uso/Ano agrícola	1995/1996		2007/2008	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Culturas perenes	4.773,4	0,53	4.282,0	0,48
Culturas temporárias	101.672,9	11,30	242.959,2	27,10
Pastagens	713.205,2	79,40	560.747	62,6
Reflorestamento	11.257,5	1,25	8.037,2	0,90
Vegetação natural	40.888,3	4,55	56.622,8	6,33
Vegetação brejo e várzea	8.924,9	0,99	9.847,9	1,10
Descanso	5.933,9	0,66	3.172,0	0,35
Área complementar	11.473,3	1,28	9.536,9	1,07
Total	898.129,4	100	895.205	100

Fonte: Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agrícola do Estado de São Paulo (LUPA) Dados Consolidados Regionais 1995/96 e 2007/08. <http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/dadosregionais.php>

A Tabela 10 destaca mudanças importantes no uso da terra, entre 1995/96 e 2007/08. As principais modificações se deram no incremento das culturas temporárias, com destaque para a cana-de-açúcar.

Ocorreu um significativo crescimento nas áreas ocupadas por culturas temporárias, quando, em 1995/96, eram 101.672 hectares, em 2007/08, passaram para 242.959. No caso das áreas utilizadas para pastagens, verificou-se um decréscimo significativo, de 713.205 hectares, em 1995/96, para 560.747 hectares, em 2007/08. Contudo, o aumento das áreas ocupadas por lavouras temporárias deve-se à expansão da cultura da cana-de-açúcar, no interior paulista, seguindo a política nacional de apoio ao etanol e produção de energias limpas/alternativas.

A cultura da cana-de-açúcar nos últimos anos tem substituído gradativamente as áreas ocupadas pela pecuária e aquelas com pastagens degradadas, como pode ser observado na Tabela 11. Comparando-se o EDR de Presidente Prudente com o Estado de São Paulo, constata-se que a proporcionalidade de crescimento foi substancialmente mais elevada no primeiro, durante o período analisado.

No EDR de Presidente Prudente, o aumento do número de UPAs ocupadas com a cana-de-açúcar foi de 1.058, com crescimento de 64%. Quando se observa a área plantada, o aumento foi de 162.226,70 hectares, com crescimento de 668%. Já no Estado de São Paulo, o aumento foi proporcionalmente menos expressivo

do que na região, uma vez que o número de UPAs cresceu 42% e a área plantada cresceu 90,45%.

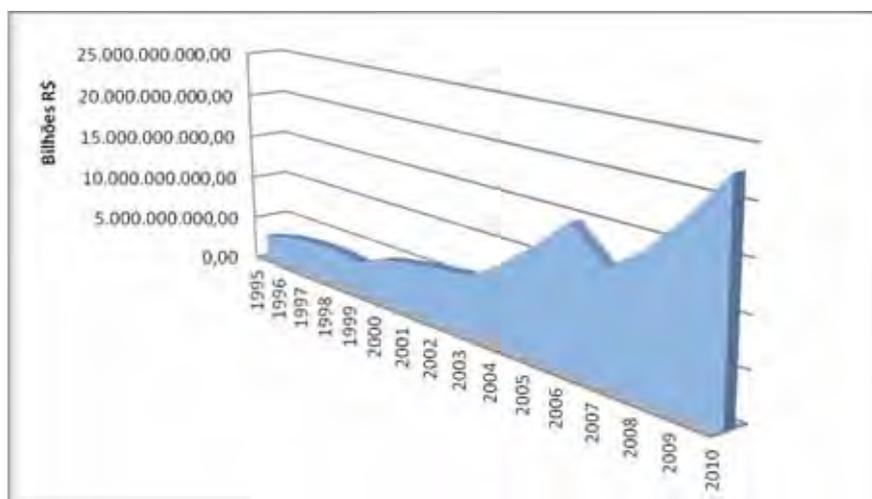
Tabela 11 – Percentual do crescimento da cultura da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo e no EDR de Presidente Prudente: 1995 – 2008.

Unidade	LUPA/ano	nº de UPAS	área
EDR de Presidente Prudente	1995/96	1.935	28.555,40
	2007/08	2.993	190.782,10
Est. São Paulo	1995/06	70.111	2.886.312,60
	2007/08	99.799	5.497.139,08

Fonte: Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agrícola do Estado de São Paulo (LUPA) Dados Consolidados Regionais 1995/96 e 2007/08. <http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/dadosregionais.php>

O Gráfico 14 mostra o aumento no valor de produção da cana-de-açúcar na região. Em 1995, o valor de produção total foi de 2,43 bilhões de reais. A partir de 2003/04, o valor triplica, sendo de 6,39 e 8,57 bilhões de reais, respectivamente. As safras nas quais se atingiram os maiores valores na produção foram as de 2009 e 2010, com respectivos 18 e 22,8 bilhões de reais, dez vezes maior do que em 1995.

Gráfico 14 – Evolução do valor de produção da cana-de-açúcar no EDR de Presidente Prudente, São Paulo: 1995 – 2010.



Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA), www.iea.sp.gov.br

A expansão da cultura da cana-de-açúcar modificou o panorama agrícola do Estado de São Paulo nas duas últimas décadas, sobretudo as economias dos municípios do EDR de Presidente Prudente. Conforme Figueiredo e Souza (2010), os modelos técnicos produtivos hegemônicos revelam, por sua vez, a continuidade do processo de exclusão e um padrão de homogeneização marcado pela produção em larga escala, eliminando as diversidades produtivas e ambientais. Essa expansão tem sido

caracterizada pela disponibilidade de mão-de-obra, a mecanização do setor, a diminuição da agricultura familiar e o crescimento das atividades não-agrícolas no meio rural.

A diminuição nas áreas de pastagens e aumento das áreas agrícolas denotam mudanças nas atividades rurais e na funcionalidade das propriedades, refletindo-se, todavia, na conjuntura rural e urbana dos municípios.

O aumento do cultivo da cana-de-açúcar fez com que muitos proprietários rurais, principalmente os maiores, arrendassem terras para as agroindústrias. No entanto, a busca por terras gera aumento do preço do hectare e a chegada de contingente de trabalhadores braçais de outras regiões provocou a demanda por moradias nas áreas urbanas. Esses fatores incrementaram a especulação imobiliária no campo e na cidade.

A dinâmica produtiva agroindustrial absorve mão-de-obra, propiciando aumento do consumo de mercadorias, bens e serviços, incrementando o comércio local e ampliando a arrecadação de impostos, especialmente nos municípios onde foram instaladas as empresas. Os empregos nas agroindústrias têm dinamizado o comércio de produtos básicos nas cidades, como gêneros alimentícios, produtos para higiene e limpeza, bebidas, roupas e calçados.

Mesmo com salários relativamente baixos, diminuiu-se o desemprego local e a oferta com postos de trabalho com registro em carteira e seguridade social aumenta a circulação de capital e de bens e serviços locais.

Entretanto, a despeito do avanço do setor agroindustrial, percebeu-se a continuidade das culturas do milho, feijão, mandioca, melancia, amendoim, batata-doce e soja, nos municípios estudados.

Nas estatísticas agrícolas dos levantamentos censitários de 1995/96 e 2007/08, além da cana-de-açúcar, as culturas temporárias predominantes são o milho, a soja, a mandioca e o feijão. A Tabela 12 enfoca a variação das áreas cultivadas com as principais culturas temporárias na região. Houve expressivo aumento da área cultivada com cana-de-açúcar, soja e mandioca, manutenção das culturas da batata-doce e amendoim, e retração da área cultivada com milho, algodão, feijão e melancia.

Tabela 12 – Principais culturas temporárias no EDR de Presidente Prudente: 1995/96 – 2007/08 (área por hectare)⁸⁰

Anos/cultura	Cana-de-açúcar (ha)	Milho (ha)	Algodão (ha)	Soja (ha)	Batata-doce (ha)	Feijão (ha)	Amendoim (ha)	Mandioca (ha)	Melancia (ha)
1995/96	35.143,9	28.555,4	16.894,3	13.395,0	2.244,9	7.607,3	4.318,80	1.009,70	2.237,2
2007/08	190.782,1	22.011,1	216,7	33.695,9	2.689,8	581,6	3.724,60	5.088,60	1.152,0

Fonte: Projeto LUPA, Cati, SAA/SP, disponível em <http://www.cati.sp.gov.br>

Porém, mesmo com queda na área de produção, a cultura do milho continuou expressiva, decaindo de 28.555,4 para 22.011,1 hectares, sendo a segunda cultura temporária notificada. Houve também queda nas áreas ocupadas pelas culturas do amendoim e da melancia, não chegando a ser tão expressiva como a do algodão, que decaiu de 16.894,3, em 1995/96, para 216,7 hectares, em 2007/08, e a do feijão, declinando de 7.607,3 para 581,6 hectares.

Dentre os dados, merecem destaques as culturas da mandioca, com ampliação da área de cultivo de 1.009,70 para 5.088,60 hectares, entre 1995/06 e 2007/08, e a da soja, ampliando o cultivo de 13.395 para 33.695,9 hectares.

Quanto às culturas permanentes, verificou-se aumento das áreas ocupadas pelo eucalipto, de 5.354 para 6.246,2 hectares, e da seringueira, de 852 para 1.286,1 ha. No caso das culturas do café e do *pinus*, ambas tiveram áreas reduzidas, entre 1995/96 e 2007/08.

Ainda que os dados demonstrem ter havido concentração da cultura canavieira, a manutenção da cultura do milho pode estar ligada à substituição das culturas temporárias pela criação do gado leiteiro e de outras criações (suínos e aves), pelo fato de serem direcionadas à alimentação animal.

4.3.4.2. A caracterização da ocupação do solo nos oito municípios estudados no EDR de Presidente Prudente

Examinando os dados para ocupação do solo nos oito municípios estudados do EDR de Presidente Prudente, mesmo em ritmo de queda, ocorre predomínio das áreas de pastagens em relação às culturas temporárias, a despeito do aumento da cultura canavieira.

Os dados das Tabelas 13 e 14 indicam que, apesar do aumento das culturas temporárias em Caiabu, Emilianópolis, Indiana, Martinópolis, Presidente

⁸⁰ As culturas temporárias ressaltadas nesta tabela foram as que apresentaram predominância no recorte territorial, tanto nos levantamentos censitários de Unidades de Produção Agrícolas para o EDR de Presidente Prudente, como para os municípios estudados, como poderá ser observado na Tabela 10.

Bernardes e Santo Expedito, entre 1995/96 e 2007/08, as áreas ocupadas por pastagens acabam predominando. Em Caiabu, as áreas ocupadas pelas culturas temporárias se expandiram de 6,03% para 40%; em Martinópolis, a expansão foi de 7,64% para 28% e, em Santo Expedito, de 7,22% para 22%.

As culturas perenes (ou permanentes) declinaram durante o período dos levantamentos. Nota-se a retração da área em todos os municípios, principalmente em Caiabu, de 8,91% para 0,1%, em Martinópolis, de 4,53% para 0,6%, e em Presidente Bernardes, de 4% para 0,1% (CATI/LUPA, 1995/96, 2007/08).

As áreas cobertas por vegetação natural tiveram relativo aumento, em Alfredo Marcondes, de 1,44% para 2,8%, em Caiabu, de 3,8% para 4,5%, em Martinópolis de 3,83% para 7,9% (praticamente o dobro de área), em Presidente Bernardes, de 4,7% para 5,3% e, em Santo Expedito, de 0,47% para 1,6%. As áreas de silvicultura aumentaram em Alfredo Marcondes e em Indiana, onde passaram de menos de 0,72% e 0,8%, para, respectivamente, 1,8% e 1,6%.

Ao se tratar das áreas ocupadas pelas culturas temporárias, verificou-se aumento nos municípios onde houve expansão da cultura da cana-de-açúcar. Entretanto, essa expansão não significou o desaparecimento de outras culturas. As terras em descanso correspondem a menos de 1,0% nos municípios, exceto em Alvares machado na amostra 1995/96, com 1,01% e em Presidente Bernardes na segunda amostra, de 2007/08, com 1,8% (Tabela 13).

Tabela 13 – Ocupação do solo por área (ha) e porcentagem (%) nos municípios estudados na Região de Presidente Prudente (1995/1996)

Tipo de uso/Municípios	Alfredo Marcondes		Álvares Machado		Caiabu		Emilianópolis		Indiana		Martinópolis		Pres. Bernardes		Sto. Expedito	
	Área total (ha)	%	Área total (ha)	%	Área total (ha)	%	Área total (ha)	%	Área total (ha)	%	Área total (ha)	%	Área total (ha)	%	Área total (ha)	%
Cultura perene	339,2	2,51	781,5	2,38	2133,3	8,91	182,8	0,76	434,7	3,66	5365,7	4,53	2590,1	4,	111,9	1,21
Cultura temporária	1718,1	12,7	3395,9	10,37	1444	6,03	1677,3	7,05	1229,1	10,3	9045,9	7,64	4217,8	6,52	666,1	7,22
Pastagens	10882,1	80,8	27121,3	82,8	18612,6	77,74	20770,4	87,41	8541,4	71,9	94719,2	80,07	53663,1	82,95	8100,6	87,8
Reflorestamento	98,2	0,72	148	0,45	137,2	0,57	63,9	0,26	97,3	0,81	262,8	0,22	209,3	0,32	29,4	0,31
Vegetação natural	195,1	1,44	343,7	1,04	930,3	3,88	342,6	1,44	750,5	6,31	4536,5	3,83	3155,4	4,87	43,7	0,47
Vegetação brejo e várzea	51,6	0,38	14,6	0,04	228,2	0,95	377,4	1,58	489,2	4,11	2214,6	1,87	1,1	0,001	175,8	1,90
Descanso	62,4	0,46	333,6	1,01	197,1	0,82	127,7	0,53	39,2	0,33	1049,4	0,88	233	0,36	25,6	0,27
Área complementar	120,1	0,89	602,9	1,84	257,4	1,07	218,6	0,92	294,7	2,48	1099	0,92	618,2	0,95	67,7	0,73
Total	13466,8	100	32741,5	100	23940,1	100	23760,7	100	11876,1	100	118293	100	64688	100	9220,8	100

Fonte: Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), Projeto Levantamento das Unidades de Produção Agropecuária (LUPA), Secretaria de Estado e Abastecimento (SAA/SP), disponível em <http://www.cati.sp.gov.br>

Tabela 14 – Ocupação do solo por área (há) e porcentagem (%) nos municípios estudados na Região de Presidente Prudente (2007/2008)

Tipo de uso/Municípios	Alfredo Marcondes		Álvares Machado		Caiabu		Emilianópolis		Indiana		Martinópolis		Pres. Bernardes		Sto. Expedito	
	Área total (ha)	%	Área total (ha)	%	Área total (ha)	%	Área total (ha)	%	Área total (ha)	%	Área total (ha)	%	Área total (ha)	%	Área total (ha)	%
Cultura Perene	56,8	0,4	316,9	1	32,5	0,1	2,4	0	333,2	2,8	709,7	0,6	72,5	0,1	6,5	0,1
Cultura temporária	710,9	5,2	1474,3	4,6	10198,2	40	5841,1	26	861,8	7,2	33730,5	28	6068,5	9,5	2146,4	22
Pastagens	12058,6	89	28962,5	90	13359	53	15807,5	72	9343,4	78	70594,3	59	52441,4	82	7173	75
Reflorestamento	242,4	1,8	172,2	0,5	160,7	0,6	57,3	0,3	190,6	1,6	663,7	0,6	361	0,6	39,7	0,4
Vegetação natural	374,4	2,8	502,3	1,6	1125,5	4,5	189,1	0,9	834,3	6,9	9400,1	7,9	3413,7	5,3	150,8	1,6
Vegetação brejo e várzea	41,1	0,3	2,8	0	100,1	0,4	0	0	166,3	1,4	2948	2,5	68,5	0,1	38,7	0,4
Descanso	2	0	30,9	0,1	20,3	0,1	64,3	0,3	29,9	0,2	284,6	0,2	1185,6	1,8	2	0
Área complementar	123,6	0,9	853,9	2,7	268,3	1,1	106,5	0,5	285,1	2,4	785,7	0,7	521,7	0,8	46,1	0,5
Total	13609,8	100	32315,8	100	25264,6	100	22068,2	100	12044,6	100	119116,6	100	64132,9	100	9603,2	100

Fonte: Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), Projeto Levantamento das Unidades de Produção Agropecuária (LUPA), Secretaria de Estado e Abastecimento (SAA/SP), disponível em <http://www.cati.sp.gov.br>

A Tabela 15 ressalta a expansão da cana-de-açúcar nos oito Municípios do EDR, com destaque para Martinópolis, Emilianópolis e Caiabu. No primeiro, em 1995/96, a área de cultivo era de 4.119,8, expandindo-se, em 2007/08, para 27.922,8 hectares. No segundo, a crescimento foi de 121,1 para 5.796,1 hectares e no terceiro, de 2.058,8 hectares para 5.706,1.

A tabela apresenta também as culturas predominantes nos levantamentos da SAA/SP, entre 1995/96 e 2007/08. Como cultura temporária, a cana-de-açúcar predomina em Caiabu, Emilianópolis, Indiana, Martinópolis, Presidente Bernardes e Santo Expedito, no levantamento de 2007/08. No entanto, em 1995/96, em Indiana e Santo Expedito, predominava a cultura do feijão; em Alfredo Marcondes, Álvares Machado e Emilianópolis, era a do milho, enquanto, em Martinópolis, predominava o algodão.

Em Alfredo Marcondes e Álvares Machado, nos dois levantamentos censitários, tem-se a predominância da cultura do milho, todavia, apresentando queda entre 1995/96 e 2007/08.

Outras culturas temporárias também tiveram crescimento na área ocupada em alguns municípios, durante o período, quais foram: o amendoim, em Martinópolis e Presidente Bernardes; a mandioca, a soja e o sorgo, em Martinópolis; e a batata-doce, em Indiana.

Ainda que em declínio, o feijão foi cultivado em todas as localidades, entre 1995/96 e 2007/08, exceto em Emilianópolis, no último levantamento.

Outras culturas perenes igualmente tiveram crescimento, com destaque para a do eucalipto em Alfredo Marcondes, Caiabu, Indiana, Martinópolis, Presidente Bernardes e Santo Expedito, chegando a triplicar a área em Martinópolis e a dobrar em Alfredo Marcondes, Indiana e Presidente Bernardes. As áreas de seringueira também aumentaram em Indiana e Martinópolis, durante o período.

Tabela 15 – Principais culturas temporárias e perenes nos municípios do EDR de Presidente Prudente entre 1995/96 e 2007/08.

Municípios	Alfredo Marcondes		Álvares Machado		Caiabu		Emilianópolis		Indiana		Martinópolis		Pres. Bernardes		Sto. Expedito	
	1995/96	2007/08	1995/96	2007/08	1995/96	2007/08	1995/96	2007/08	1995/96	2007/08	1995/96	2007/08	1995/96	2007/08	1995/96	2007/08
Cultura /levant. (ha)																
Amendoim	183,9	55,8	359,9	112,3	90,3	3	62,3	46	43,9	0	75,6	570,4	235,6	401,7	6,6	0
Algodão	445,1	0	745	21,9	601,4	0	554,7	0	239,1	7,2	4544,8	13,3	1449,5	11,5	216,5	0
Braqueária ⁸¹	6355	9467,5	16401,9	21493,9	14322	12722,5	18060	15804,9	6242,5	8380,7	80556,9	69477,5	49721,2	51102,3	6227,4	5427,2
Batata-doce	356	185,8	214,5	43,6	88,6	16	0	29	82,1	192,8	0	0	67,8	27,8	39,2	15,5
Café*	68,4	22		12,5	10,4	2	7,5	0	113,7	31,6	239,6	204,1	6,5	17	0	0,5
Cana-de-açúcar	123,4	149,2	340,5	492,8	2058,8	9895,4	121,1	5706,1	88,2	223,4	4119,8	27922,8	2529,8	3103,8	88,5	1998,3
Eucalipto*	97,4	193,5	146,1	141,4	111,1	160,7	60,6	57,3	96,8	186,6	202,8	625,7	191,3	345	29,4	39,7
Feijão	385,3	58,9	294,7	37,2	505,4	0,1	208,8	0	465,7	134,6	2293,7	237,4	699,5	23,9	356,5	2
Laranja	40,3	0	55,8	23,7	1,3	14,6	13,9	0	17,5	0	0	8,5	9,4	0	0	0
Melancia	0	0	55,6	0	48,8	7,2	27,8	12,1	116,7	85,7	427,5	268,9	96,2	12	0	0
Milho	559,5	229,8	1279,2	598,8	896,1	521,2	705,1	48,3	452,6	69	4471	648,1	1546,4	1541,9	234,7	113,1
Mandioca	47,2	15,6	0	18	33,6	1,9	19	0	0	0	136,8	2426,4	4,2	75,9	2,6	0
Soja	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	123	1068,9	0	623	0	0
Sorgo	65,6	0	0	0	3,6	0	46,7	0	11,9	7,2	246,6	392	63,5	28,1	19,5	0
Seringueira*	0	9	0	64,4	10,6	6,3	1,5	0	114	187,7	201,1	366,7	0	0	3,6	3

*Culturas Perenes

----- principal cultura do período

----- cultura secundária

Culturas agrícolas que apresentaram crescimento de área entre os levantamentos censitários das UPAs 1995/96 e 2007/08 (SAA/SP)

Fonte: Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), Projeto Levantamento das Unidades de Produção Agropecuária (LUPA), Secretaria de Estado e Abastecimento (SAA/SP), disponível em <http://www.cati.sp.gov.br>

⁸¹ No caso da braqueária, não se trata especificamente de uma cultura permanente, mas de um tipo de pastagens para alimentação do gado bovino. Essas pastagens, dependendo da boa utilização do solo, da retenção de água e do controle de erosão e voçorocas, podem manter-se por vários anos.

4.3.4.3. Caracterização da produção de leite no EDR de Presidente Prudente: busca de alternativas de renda na produção familiar

Apesar do crescimento das culturas temporárias, a pecuária bovina significa um importante setor da agropecuária regional, de sorte que, a partir dos anos 1990, foi inserida na pequena e média propriedade para produção de leite e gado de cria.

Desde a crise do Estado, nos 1980, e a implantação do receituário neoliberal na década de 1990, pelo governo FHC, os pequenos e médios produtores rurais da região aproveitaram as iniciativas das políticas públicas, sobretudo do PRONAF, para se dedicarem à pecuária leiteira, pela menor dependência das condições naturais, por oferecer maior segurança de mercado e gerar renda regularmente.

Entre os levantamentos LUPA de 1995/96 e 2007/08, a produção de leite apresentou crescimento no EDR de Presidente Prudente. Em 1995/96, havia um total de 944.037 bovinos nos municípios do EDR, sendo que a maior concentração era de bezerros (até 12 meses), com 189.457; as vacas em lactação eram de 139.833. Destas últimas, 30.378 eram para leite e 60.819 de uso misto.

Em 2007/08, o total de bovinos era de 860.138 cabeças, das quais 548.631 eram para corte e 61.378 para leite, sendo 250.126 de uso misto – corte e leite. Apesar da queda no número total dos bovinos, constatou-se aumento na quantidade de bovinos de leite e mistos. Enquanto, em 1995/96, o percentual de bovinos de leite era de 3,21% e de uso misto era de 6,44%, totalizando-se 9,65%, em 2007/08, a porcentagem subiu para 7,12%, no caso dos bovinos de leite, e os de uso misto aumentaram 29%, somando, os dois, 36,12% do total.

A evolução da produção e do valor do litro de leite no EDR de Presidente Prudente, nos últimos dez anos, está evidenciada na Tabela 16. De acordo com os dados, ocorreu uma oscilação, entre 2000 e 2003, e retomada do crescimento, entre 2005 e 2009, sendo que os anos mais produtivos foram 2006, 2007 e 2009, com 78,5, 77,0 e 76,3 milhões de litros/ano.

Quando se trata do valor da produção, apesar da pequena oscilação entre 2001 e 2002, a partir de 2005 aconteceu relativo crescimento, com exceção de 2008, e pequena queda em 2010. Contudo, no período entre 2005 a 2009, os valores da produção ficaram em um patamar bem acima da média dos anos anteriores.

Tabela 16 – Produção de leite no EDR de Presidente Prudente/SP: nº de litros e valor da produção (2000 – 2010)

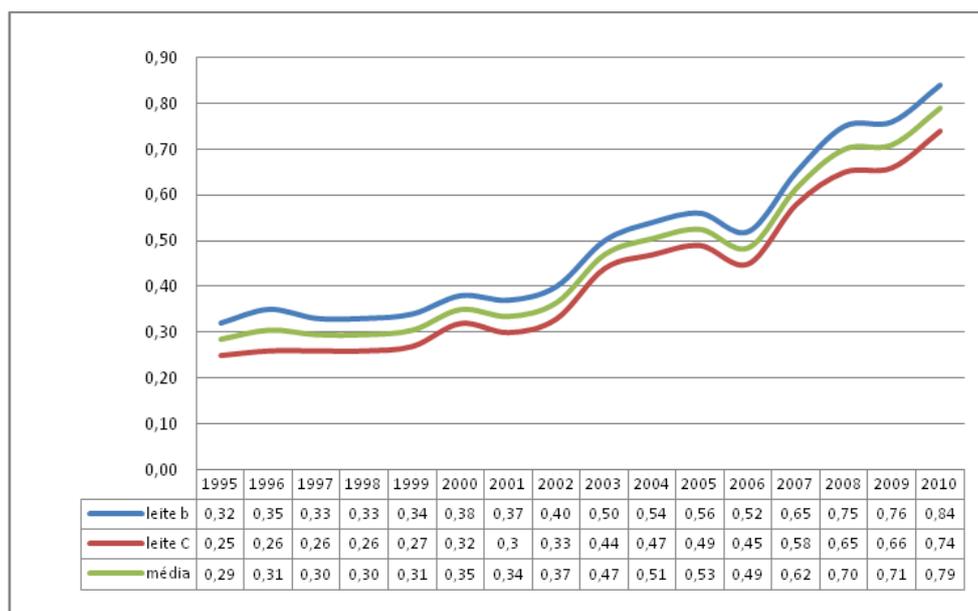
ano	Litros/leite	valor (R\$)
2000	56.152.000,0	103.545.000,0
2001	52.426.000,0	96.919.000,0
2002	52.153.400,0	95.883.400,0
2003	56.299.000,0	103.359.000,0
2004	54.673.000,0	100.733.000,0
2005	75.784.000,0	139.919.000,0
2006	78.554.000,0	144.689.000,0
2007	77.009.000,0	142.569.000,0
2008	74.655.000,0	139.711.000,0
2009	76.300.000,0	142.451.000,0
2010	62.504.000,0	116.059.000,0

Fonte: IEA, SAA/SP, 2000/10, disponível em <http://www.iea.sp.gov.br>

Segundo dados do Instituto de Economia Agrícola do Estado de São Paulo (IEA/SP), o preço do leite/litro aumentou significativamente entre os anos de 1995 e 2010 (Gráfico 15). Tanto no Estado como no EDR de Presidente Prudente, o litro que, em 1995, custava em média 0,29 centavos, em 2000 apresenta relativa alta para 0,35 centavos, chegando a aumentar mais de 50%, entre 2003 e 2004. O preço volta a oscilar em 2006, entretanto, decaindo apenas 0,04 centavos em média, crescendo novamente, a partir de 2007.

No Gráfico 15, pode-se constatar a evolução do preço do leite no estado e no EDR de Presidente Prudente, entre 1995 e 2010. Ao longo do período, verificou-se que o leite tipo B tem um maior preço que o tipo C, chegando a 2010 com valor de R\$ 0,84/l. Em 1995, o produtor vendia o leite tipo C a R\$ 0,29/l e, em 2010, a R\$ 0,74/l.

Em termos dos municípios estudados no EDR, houve significativo crescimento da produção de leite, nas pequenas e médias propriedades que possuem estrutura de trabalho familiar.

Gráfico 15 – Evolução do preço do leite (litro) no Estado de São Paulo e no EDR de Presidente Prudente/SP – 1995 – 2010 (R\$)

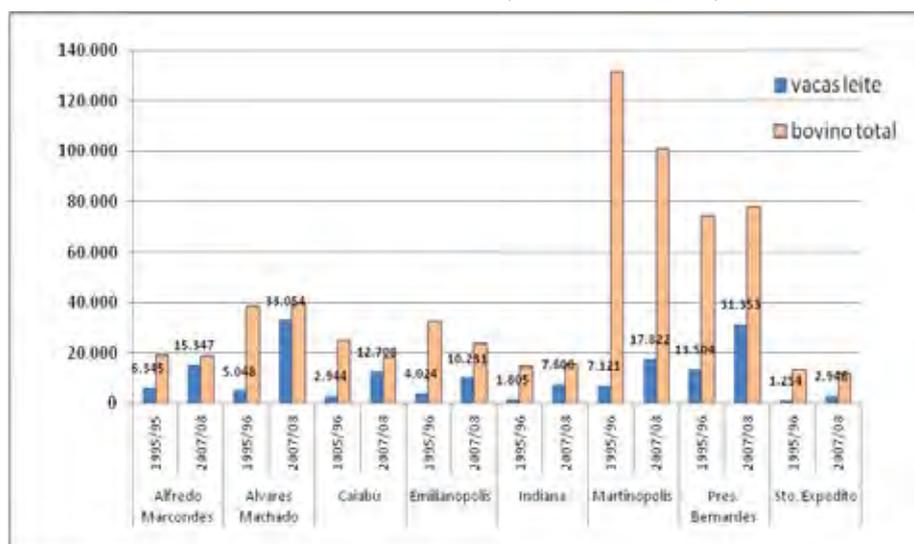
Fonte: IEA, SAA/SP, 2000/10, disponível em <http://www.iea.sp.gov.br>

Para evidenciar esse aspecto, procurou-se analisar o aumento do efetivo bovino de leite nos oito municípios, comparando-se ao total de cabeças. Entre 1995/96 e 2007/08, verifica-se, que apesar do decréscimo dos rebanhos em Alfredo Marcondes, Caiabu, Emilianópolis, Martinópolis e Santo Expedito, houve aumento do número de vacas leiteiras nas oito localidades. O aumento menos significativo foi em Santo Expedito, contudo, o número de vacas leiteiras aumentou de 1.254 para 2.946 cabeças durante o período, como mostra o Gráfico 16.

A maior queda do rebanho bovino foi evidenciada em Martinópolis, com redução de mais de 31.000 cabeças. Em Álvares Machado e em Presidente Bernardes, ocorreu um pequeno crescimento no número total de cabeças.

O aumento mais significativo foi observado em Álvares Machado, já que, em 1995/96, havia 5.048 vacas leiteiras, enquanto, em 2007/08, esse número foi para 33.054. Em Caiabu, houve aumento considerável de 2.944, em 1995/96, para 12.708 vacas leiteiras, em 2007/08. Em Presidente Bernardes, o aumento foi de 13.504 para 31.353 cabeças; em Alfredo Marcondes, de 6.345 para 15.347; em Martinópolis, de 7.121 para 17.822 e, em Indiana de 1.805, para 7.609 cabeças.

Gráfico 16 – A bovinocultura nos municípios do EDR de Presidente Prudente/SP: total de bovinos e número de vacas leiteiras (1995/96 a 2007/08).



Fonte: Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), Projeto Levantamento das Unidades de Produção Agropecuária (LUPA), Secretaria de Estado e Abastecimento (SAA/SP), disponível em <http://www.cati.sp.gov.br>

Considerando-se o número expressivo de pequenas propriedades nessas localidades e um relativo aumento na quantidade de gado leiteiro, um importante aspecto que demonstra mudanças na produção agropecuária foi a substituição de algumas culturas temporárias tradicionais pela produção de leite.

No Gráfico 17, pode-se verificar o percentual de gado leiteiro no levantamento de 1995/96, em relação ao de 2007/08, nos oito municípios estudados. Os dados revelam que o percentual de gado de leite, em 1995/96, era inferior aos totais municipais.

Gráfico 17 – Evolução do percentual de gado leiteiro nos municípios do EDR de Presidente Prudente – 1995/95 e 2007/08.

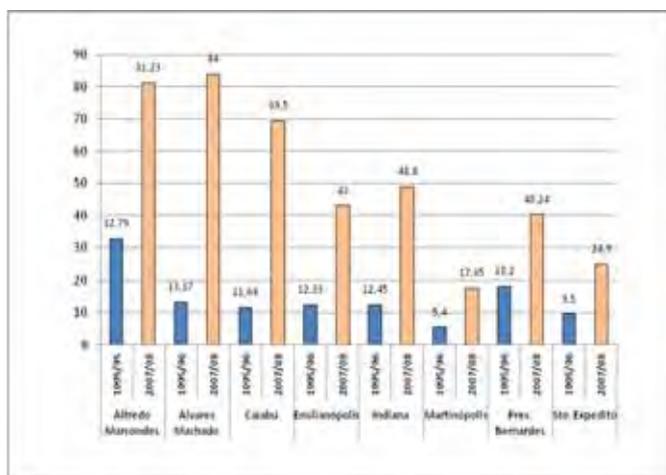
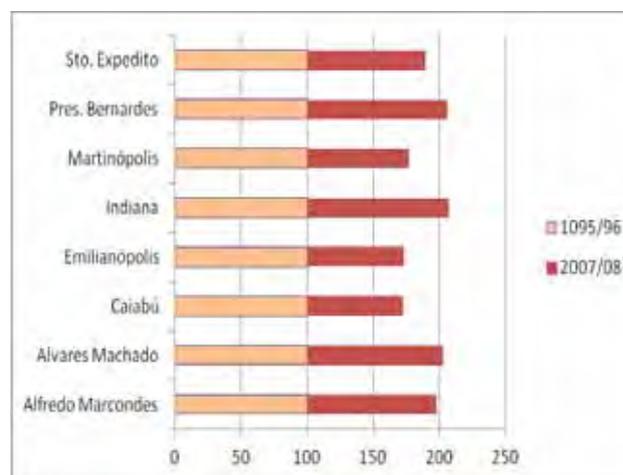


Gráfico 18 – Evolução do percentual de gado leiteiro nos municípios do EDR de Presidente Prudente: relação de crescimento percentual entre 1995/06 e 2007/08



Fonte: Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), Projeto Levantamento das Unidades de Produção Agropecuária (LUPA), Secretaria de Estado e Abastecimento (SAA/SP), disponível em <http://www.cati.sp.gov.br>

Os municípios que mais se destacaram com o aumento do gado leiteiro foram Álvares Machado, Alfredo Marcondes, Caiabu e Indiana. No levantamento de 2007/08, o cenário foi bastante alterado. Os percentuais de gado de leite em relação ao total municipal apresentam uma evolução significativa, triplicando em algumas localidades. Constatou-se que Álvares Machado e Alfredo Marcondes possuíam mais de 80% do total, correspondendo ao gado de leite. Caiabu aparece com aproximadamente 70%, Indiana, próximo de 50%, Emilianópolis e Presidente Bernardes, com mais de 40%.

Os dados do Gráfico 18 denotam que, em Presidente Bernardes, Indiana e Álvares Machado, o crescimento na produção de leite foi maior que 100%, sendo respectivamente 104%, 107% e 102%. O menor crescimento foi em Caiabu e Martinópolis, de 72,2% e 76,8%.

Esses dados, de fato, podem representar uma mudança no tipo de produção nas pequenas e médias propriedades, nos municípios estudados no EDR. A preferência pela produção de leite, em comparação com as lavouras, pode ser definida pela garantia de renda durante todo o ano, mesmo com oscilação de preços. Apesar de o gado leiteiro exigir maior cuidado e dedicação diária, demanda menos utilização de mão-de-obra, portanto, menos empregados ou pessoas das famílias dedicadas a essa ocupação.

Outro fator correlacionado ao aumento do gado leiteiro e da produção de leite nos municípios, é a possibilidade de se intercalar atividades diferenciadas no meio rural e aproveitar os recursos naturais e humanos da propriedade, na busca de rendas diferenciadas e/ou alternativas. A existência de propriedades policultoras é evidente nesses municípios onde predominam os extratos de área menores.

Nessas propriedades, em grande parte, a presença do trabalho familiar é evidenciada. Quando não são conduzidas pela maior parte dos membros da família, é um dos membros que as administram e fazem o manejo dos recursos naturais de acordo com as necessidades de manutenção e renda. Outras que, anteriormente, eram locais de residência, hoje são administradas por poucos membros da família, que às vezes exercem outra profissão no meio urbano. Entretanto, estas últimas são a minoria, sendo que as propriedades tocadas por uma ou duas pessoas são as que retiram a renda somente da criação de gado bovino.

Por conseguinte, de todo modo, essas análises significam uma caracterização abrangente dos municípios do EDR de Presidente Prudente, permitindo verificar a possibilidade de retomada da dinâmica produtiva junto aos pequenos produtores nas localidades estudadas e a importância da existência da agricultura familiar como parte das estruturas econômicas locais, para que sejam direcionados novos olhares para o meio rural, onde os territórios rurais podem ter relativa importância, na condução do desenvolvimento local.

No entanto, o que deve ser observado não é somente a evolução produtiva em termos numéricos, de área, quantidade e valor. Este estudo tem como proposta analisar e entender as alternativas e perspectivas para a produção familiar em municípios pobres, com populações de baixa renda, arrecadações pouco expressivas e dependentes das ações públicas.

Como salienta Hespanhol (2000), a agropecuária se destaca na economia dos municípios do oeste paulista e é importante para o desenvolvimento, tanto do meio rural como do urbano. Quanto a isto, junto a parcela da agricultura familiar, se evidencia a possibilidade de um desenvolvimento territorial local e integrado.

Nessa perspectiva, este subitem abrangeu as prerrogativas para as transformações ocorridas no espaço rural do EDR de Presidente Prudente pós-1990, e a possibilidade de uma abordagem territorial para o desenvolvimento rural.

A partir desse enfoque, serão enfatizadas e discutidas as novas proposições das políticas públicas para o desenvolvimento rural, especialmente as que estão atreladas à agricultura familiar do EDR. A discussão se consubstancia em análises sobre as realidades dos pequenos produtores rurais dos municípios de Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Caiabu, Emilianópolis, Indiana, Martinópolis, Presidente Bernardes e Santo Expedito.

Nesse mesmo recorte, serão evidenciadas as ações das políticas públicas do PRONAF e do PEMH, que foram programas inovadores ao priorizar a produção local e o associativismo, envolvendo participação política e social integrada, com objetivos determinados em diminuir a pobreza no meio rural e incluir os pequenos e médios produtores nas relações econômicas e sociais, de modo geral.

5. O PERFIL DA PRODUÇÃO FAMILIAR EM MUNICÍPIOS PESQUISADOS NO EDR DE PRESIDENTE PRUDENTE/SP

Convém de que perguntar é ainda o primeiro passo da crítica e da luta social – é o passo teórico da prática (MARTINS, 2000, p. 173)

Desde a década de 1990, o conceito de desenvolvimento rural recebe outra conotação, influenciado por conjunturas impostas num contexto geral da economia. Essas novas articulações viriam a surtir reflexos sociais nas famílias e nas atividades rurais (NAVARRO, 2001).

No caso brasileiro, um dos desafios é apreender a heterogeneidade espacial, social e cultural das diversas categorias de pessoas ligadas à produção agropecuária e a imensa diversidade regional. Uma das estratégias para o desenvolvimento rural seria contemplar a complexidade do rural brasileiro, através de políticas que abrangessem o território nacional com iniciativas institucionais distintas, considerando-se a diversidade.

O estabelecimento de políticas públicas direcionadas às classes menos favorecidas no campo “[...] representa o reconhecimento e a legitimação do Estado em relação às especificidades de uma nova categoria social – os agricultores familiares” (SCHNEIDER; CAZZELA; MATTEI, 2004, p. 21).

A instituição do PRONAF, em 1996, fez com que a categoria social, designada pelos termos “produtores familiares”, “produtores de baixa renda” e “pequenos produtores”, ganhasse legitimação, passando a ser designada por “agricultura familiar”. Essa categoria, ainda que enfraquecida e descapitalizada (principalmente ao longo das décadas de 1970 e 1980), fez parte da dinâmica produtiva da Região de Presidente Prudente, desde os primórdios da colonização⁸². Embora tenham enfrentado intensa crise, os agricultores familiares integram um setor produtivo que tem participação ativa na geração do produto interno bruto dos municípios pequenos e menos populosos do EDR.

⁸² Quando SCHNEIDER; CAZZELA e MATTEI (2004) especificam a agricultura familiar como nova categoria social, representação, entre linhas, a legitimação deste grupo como categoria de análise, como uma parcela social agora referenciada e, por vezes atendida pelas políticas públicas. No caso dos comentários sobre a existência desta categoria desde o primórdios da colonização da região, verificou-se que estes produtores sempre fizeram parte da configuração sócio espacial regional, mesmo antes do surgimento da nomenclatura, ou da reconhecimento da categoria como foco da políticas públicas.

Este capítulo compreende uma análise do perfil dos agricultores familiares nos municípios do EDR de Presidente Prudente. Para melhor compreensão das realidades locais e das condições socioeconômicas dos produtores, estipularam-se quatro eixos de análise: a) a caracterização social do produtor rural; constituição familiar e ocupações; b) relações de trabalho e renda: infraestrutura produtiva, produção e rendas agrícolas e não-agrícolas e comercialização; c) bem-estar social e qualidade de vida; d) as relações institucionais: acesso às políticas públicas, preocupação com manejo dos recursos naturais e com o meio ambiente.

À medida que são analisados e engendrados no contexto do desenvolvimento rural, os dados podem representar as tentativas de se contextualizar o rural regional com propostas de estabilidade e sustentabilidade, dentro das suas especificidades e dos elementos presentes no território. Evidentemente, essas análises estão longe de se comparar ao dinamismo das regiões interioranas do Sul do Brasil, historicamente caracterizadas pelo desenvolvimento da agricultura familiar, referidas por Abramovay (1998), Paulilo (2004), Schneider, Silva e Marques (2004).

5.1. A produção familiar e os diferentes tipos de produtores rurais presentes em municípios do EDR de Presidente Prudente/SP

Com base em Abramovay e Veiga (1999), Kageyama (2003), Schneider (2003; 2009), Schneider e Tartaruga (2005), Rodomsky (2006), Favareto (2007; 2009) e Bonnal e Maluf (2009), é possível perceber que os produtores rurais pesquisados na região apresentam um conjunto de aspectos que denota a presença da agricultura familiar nos municípios de menor extensão territorial e menos populosos. Ademais, buscou-se evidenciar a categoria em municípios com predominância dos extratos de área que variam entre 10 a 20, 20 a 50, e 50 a 100 hectares.

Outros aspectos relevantes explicitados são: a manutenção do modo de vida rural, a obtenção de renda em serviços urbanos e o recebimento de benefícios sociais, como as aposentadorias, elemento presente em razão da elevada média de idade da população residente no meio rural. Dentre os 80⁸³ entrevistados, procurou-se classificar os produtores em três tipos, segundo características semelhantes (Quadro 2).

⁸³ O total de 80 questionários foi aplicado com referência ao número de produtores rurais que participaram do PEMH, nesses municípios. Houve aproximadamente 1.092 ações que beneficiaram os proprietários dos oito municípios. Todavia, alguns proprietários acessaram até cinco benefícios. Assim, procurou-se estipular quantidade fixa de questionários por municípios, totalizando dez em cada um dos oito municípios pesquisados.

Quadro 2 – Tipos de produtores rurais dos municípios estudados no EDR de Presidente Prudente/SP

Grupo/ Tipo	%/ nº	área (ha)	Características	Propriedade – Recursos - infraestrutura
Grupo I Agricultores familiares	62,5 (50)	10 – 20 e 20 - 50	<p>a. Trabalho:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A cargo da maioria dos membros da família; - Mulher: intercalando gerenciamento do lar e participação na administração da propriedade; <p>b. Renda:</p> <ul style="list-style-type: none"> - produção agropecuária - pluriativa: 74% (37 produtores) – um ou dois membros com ocupação urbana; 12% (6) contam com as aposentadorias <p>c. Propriedade: multifuncional; policultora.</p> <p>d. Produção:</p> <ul style="list-style-type: none"> - lavouras (milho, feijão, melancia, mandioca); - pecuária; horticultura; - criação: suíno, galinha caipira e outras aves - peixe e pequenos animais <p>e. Meio ambiente:</p> <ul style="list-style-type: none"> - APP (onde havia mata nativa e onde houve ação do PEMBH): 84% (42 produtores) - reserva legal averbada: não regularizada na maioria das propriedades. 	<ul style="list-style-type: none"> - Maquinários (tratores, plantadeira, carreta agrícola; triturador/moedor de ração; distribuidor de calcário; pulverizador; - Implementos: em algumas propriedades onde se produz leite há tanque de expansão/resfriamento; ordenha mecânica (geralmente de uso coletivo com os produtores vizinhos); - tecnologia: computador; telefonia rural (fixa ou celular); - Infraestrutura: mais de uma casa (alvenaria); uma ou mais represas (barragem); tulha ou paiol (armazém); reservatório de água (caixa); bomba d'água; poço artesiano; fossas asséptica ou comum; energia elétrica; cerca elétrica; - assistência técnica: Casa da Agricultura ou própria.
Grupo II Agricultores familiares capitalizados (empresa)	13,75 (11)	50 - 100	<p>a. Trabalho:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A cargo de alguns membros da família, geralmente com auxílio de um ou dois empregados ou diaristas (quando há excesso de serviço) - Mulher: gerenciamento do lar; <p>b. Renda:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Uma renda principal; - Rendas extras durante épocas do ano ou ano/agrícola (de acordo com período de safras) <p>c. Propriedade: policultora (menos diversificada)</p> <p>d. Produção:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pecuária (cria e leite); - Suínos; - Lavouras (milho, feijão, melancia, mandioca): exceções. - Granja; <p>e. Meio ambiente:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reconstituição da vegetação em APPs (onde houve ação do PEMBH): cinco produtores - mata ciliar (nativa): - reserva legal averbada: seis produtores 	<ul style="list-style-type: none"> - Maquinários: trator, plantadeira, carreta agrícola, caminhão; triturador/moedor de ração; calcareadeira; pulverizador; colheitadeira - Implementos: tanque de expansão/resfriamento; ordenhadeira mecânica (uso individual); instalações de alvenaria para ordenha (mecanizada). - tecnologia: computador; telefonia rural (fixa ou celular); - Infraestrutura: mais de uma casa (alvenaria); uma ou mais represas (barragem); tulha ou paiol (armazém); reservatório de água (caixa); bomba d'água; poço artesiano; fossas asséptica ou comum; energia elétrica; cerca elétrica; - Assistência técnica: Casa da Agricultura e particular
Grupo III Proprietários rurais (empresários urbanos; funcionários públicos; aposentados)	23,75 (19)	2 – 5 10 – 20 50 – 100	<p>a. Trabalho:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A cargo do proprietário; - Contratação de um (1) empregado; ou diarista; - Geralmente não residem na propriedade; <p>b. renda:</p> <ul style="list-style-type: none"> - pluriativa: 100% (19 produtores) - funcionário público; empresário urbano; aposentadoria; autônomo (caminhoneiro/ frentista; vendedor); <p>c. Propriedade: monocultora</p> <p>d. Produção: pecuária (cria; leite)</p> <p>e. Meio ambiente:</p> <ul style="list-style-type: none"> - APP em recuperação: 10 produtores - Mata ciliar (nativa): seis produtores - Reserva legal averbada: quatro produtores 	<ul style="list-style-type: none"> - Maquinários: trator (alguns); carreta agrícola (alguns); pulverizador; triturador/moedor de ração; - Infraestrutura: casa, mangueira; cerca elétrica (poucos); (simples); poço e bomba d'água (alguns); tulha (alguns); represa; instalações apropriadas para ordenha (não-mecanizada). Assistência técnica: particular; Casa da Agricultura
Total	100 (80)	-	-	-

Fonte: trabalho de campo, 2010

No trabalho de campo realizado em 2010, observou-se que a propriedade rural não é espaço único e exclusivo da produção agropecuária. Além de ser uma base produtiva, é local de residência e refúgio familiar, espaço de lazer e descanso, local de preservação dos recursos naturais e agregação de valor imobiliário.

As entrevistas foram realizadas nos municípios de Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Caiabu, Emilianópolis, Indiana, Martinópolis e Presidente Bernardes, focalizadas com parâmetros de algumas linhas de análises: a) relações de trabalho e renda; b) produção e comercialização; c) manejo dos recursos naturais. A classificação foi feita com base nas exigências regulatórias, técnicas e jurídicas⁸⁴ quanto à definição de agricultura familiar e à normatização do PRONAF⁸⁵ (GRAZIANO DA SILVA, 2010).

O Grupo I corresponde aos agricultores familiares que empregam a maior parte da família, nas atividades rurais. Nesse grupo, constata-se que 74% são famílias pluriativas e a propriedade é policultora, com utilização multifuncional do espaço. Esses produtores reiteraram a crescente preocupação com o manejo dos recursos naturais como valor para produção, sendo que 84% já possuíam APPs com matas nativas e buscaram recuperá-las onde foram perdidas.

O Grupo II corresponde aos agricultores familiares capitalizados, constituindo-se empresas rurais. Nesse caso, a força de trabalho de alguns membros da família é intercalada com dois ou três empregados ou diaristas, conforme a atividade a ser desenvolvida. A renda advém de um ou dois produtos agropecuários. Tais produtores estão incluídos no sistema empresarial e de mercado, com acesso à mecanização, padrão tecnológico e a informações.

O Grupo III abarca os proprietários rurais com fontes de renda diversificadas, que desenvolvem atividades agrícolas e não-agrícolas, intercalando-as em ocupações urbanas e rurais. A produção se concentra em um ou dois produtos e, nos últimos dez anos, manifestam interesse pelo manejo sustentável dos recursos naturais necessários às atividades que desenvolvem.

Segundo as análises, mesmo não possuindo um elevado nível de organização social e de capitalização, esses produtores vêm melhorando a estrutura

⁸⁴ Lei 11.326/2006. Normas legais adotadas pela legislação brasileira na definição daquilo que se considera agricultura familiar. Entre elas, as principais são: a. propriedade com até dois assalariados permanentes; b. eventual ajuda de trabalhadores temporários; c. que não ultrapasse até quatro módulos fiscais; d. maior parte da mão-de-obra seja familiar ou que dirija a propriedade com trabalho da família (https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm).

⁸⁵ Ver Quadro 1

produtiva com rendas pluriativas e pretendem continuar dependendo, ainda que parcialmente, da produção agropecuária.

O quadro mostra a diversidade produtiva nas propriedades e a ocorrência de famílias pluriativas, em boa parte. A maioria das propriedades possui infraestrutura e implementos adequados à produção.

Os produtores dos Grupos I e II contam com envolvimento da família nas atividades produtivas. Estas se configuram em propriedades policultoras, a multifuncionalidade do espaço é maior e as rendas são diversificadas, intercalando-se ocupações agrícolas e não-agrícolas e ocupações *part-time*. Os agricultores do Grupo I se destacam pelo maior envolvimento da família nas atividades rurais, enquanto, no Grupo II, há envolvimento parcial da família. Em algumas propriedades, utiliza-se a contratação de um ou dois empregados permanentes e, quando necessário, os temporários.

O Grupo I corresponde a 62,5% dos entrevistados. Esses produtores possuem a maior porcentagem da renda advinda da produção agropecuária, as mulheres desenvolvem atividades no manejo rural, administram o lar e os recursos financeiros dos negócios. Os jovens, embora ocupem tempo com os estudos e atividades fora da propriedade, também ajudam nas atividades rurais.

Esses produtores relataram não contratar empregados por dois fatores: para evitar gastos e concentrar a renda no grupo familiar, evitando os encargos trabalhistas com os empregados, o que onera a renda da propriedade.

O Grupo II, com 13,75% dos produtores, é constituído por agricultores familiares, mas mais capitalizados, trabalhando num modelo empresarial. Estão mais inseridos no mercado. Os mesmos relataram se recuperar mais rápido da crise dos anos 1980, e afirmam se preparar melhor para as oscilações econômicas e do tempo. Essas propriedades estão nos estratos de 50 a 100 e de 100 a 200 hectares.

Na verdade, são propriedades nas quais se desenvolve o trabalho familiar, porém, não se vê o envolvimento de todos os membros da família, mas predominantemente do pai e de um ou dois filhos. Além do pai, a liderança fica por conta do filho mais velho e um deles toma conta das finanças. As mulheres estão envolvidas nas atividades domésticas; quando não, possuem atividades urbanas (professoras, funcionárias públicas, da saúde, do comércio).

Nas propriedades classificadas como grupos I e II, residem os pais e parte da família. Elas se constituem espaço de lazer em finais de semana e feriados,

assim como local de encontros da família; executa-se a criação do gado bovino, de suínos e galinhas caipiras; existem lavouras, principalmente as tradicionais (milho e feijão); a produção do leite destina-se ao mercado regional e consumo próprio. A horticultura aparece nas propriedades do Grupo I e é dirigida ao consumo interno e à comercialização. Em algumas localidades, como Indiana, Alfredo Marcondes e Álvares Machado, presenciou-se a olericultura⁸⁶ para comercialização local e regional.

O que se chamou de Grupo III, com 23,75% dos produtores, é diferenciado. São propriedades que variam de 2 a 5 hectares, de 20 a 50 e algumas de 50 a 100 hectares. Embora a propriedade seja familiar, não se utiliza força de trabalho da família. Os serviços, reparos e atividades produtivas são executados pelo proprietário (em tempo parcial), juntamente com o empregado (quando há). A renda depende da exploração de um produto.

Os produtores desse grupo costumam intercalar atividade rural com ocupações urbanas. Enquanto, nos Grupos I e II, residem uma ou mais famílias nas propriedades, os produtores do Grupo III não residem no local. Quando há residência, esta é para os empregados. Os produtores do Grupo III possuem rendas pluriativas e, nas propriedades, predomina a pecuária extensiva. Porém, dedicam-se à produção de gado e leite.

A tecnificação é mais evidente nos Grupos II e III, que reúnem produtores rurais mais capitalizados. Possuem estruturas organizadas para a produção de leite, boas pastagens, construções estruturadas e higienizadas, instalações adequadas para a ordenha, equipamentos modernos e estoques de produtos veterinários para o gado.

No que se refere ao meio ambiente, os produtores entrevistados demonstram preocupação com o manejo dos recursos naturais, principalmente após a implantação do PEMH. O maior problema é quanto à averbação das áreas das reservas legais e a reconstituição de matas ciliares dentro das metragens exigidas.

Muitos proprietários que participaram do PEMH se interessaram pelos cuidados com as Áreas de Preservação Permanentes (APPs). Os produtores do Grupo I

⁸⁶ Durante visitas a campo nos municípios, verificou-se a emergência dessa atividade como alternativa à produção agropecuária tradicional. A olericultura demanda menos mão-de-obra, pode ser desenvolvida em menor área, com maior variedade de espécies e atende a necessidades perenes dos mercados locais e regional. Os tipos de cultivo encontrados foram: cebolinha (verde), batata-doce, berinjela, pimentão, tomate, pepino, cenoura, rabanete, abobrinha, quiabo, jiló.

relataram já preservar a mata ciliar, mesmo antes do programa, mas aproveitaram para recuperá-la e perceberam a importância dos cuidados com essa área.

Os produtores do Grupo I e II afirmaram receber do programa recursos para recuperar a mata, combater a erosão, plantar e cuidar das mudas de espécies nativas. Oito produtores garantiram que, tomando os devidos cuidados, a mata se regenera naturalmente, num período de quatro a seis anos⁸⁷.

Os produtores do Grupo III se identificaram com as ações do PEMH, por causa da preocupação com o manejo adequado do solo e do combate à erosão.

Assim, verificou-se que os produtores rurais do Grupo I têm maior dependência da renda advinda da propriedade e os do Grupo III intercalam rendas agrícolas e não-agrícolas, apesar de estarem ligados somente à pecuária.

Norder (2006), ao tratar das mudanças da agricultura destinada ao mercado, ressalta três aspectos presentes nas duas últimas décadas: a gestão de pequena propriedade a cargo de alguns membros da família; b. a noção de patrimônio do ponto de vista do consumo produtivo; c. a observação empírica e a identificação das práticas diversificadas e endógenas, na questão do desenvolvimento rural.

Sobre a externalização da produção agropecuária, ele afirma:

A gestão das pequenas e médias propriedades rurais está se individualizando, ficando o pai e/ou um dos filhos encarregado das atividades, enquanto os demais membros da família procuram outras formas de inserção produtiva, em geral fora da propriedade. (NORDER, 2004, p. 59).

Quando se trata de “noção de patrimônio”, Norder (2004) salienta que o mesmo precisa ser, nos tempos atuais, gerenciado através da utilização de recursos múltiplos, ou seja, a pluriatividade na agricultura familiar precisa ser uma das premissas para a continuidade da reprodução do trabalho no meio rural e da produção agropecuária, assim como o espaço pode apresentar uma multifuncionalidade.

Para ele,

isto nos leva a refletir sobre o significado da noção de patrimônio na agricultura familiar do ponto de vista do consumo produtivo e,

⁸⁷ Esses relatos foram de produtores de Indiana, Alfredo Marcondes e Presidente Bernardes. Em Indiana, trata-se de agricultores familiares de propriedades policultoras. Em Alfredo Marcondes, são de propriedades policultoras, como também famílias pluriativas. Em Presidente Bernardes, os que fizeram esse relato são pluriativos, todavia, não residem na propriedade, geralmente cuidam da área sozinhos ou contratam diaristas.

consequentemente, do seu papel para o desenvolvimento de atividades não-agrícolas e para a dinamização de economias locais e regionais, notadamente nos municípios com reduzida proximidade e interação com a dinâmica econômica dos grandes centros regionais e nacionais. (NORDER, 2004, p. 78).

Todavia, o gerenciamento do patrimônio com recursos múltiplos tem como finalidade promover a interação entre o meio rural e os demais setores produtivos locais. Não é necessariamente o tamanho da propriedade ou a sua posse que determina a qualidade para a reprodução social da agricultura familiar. Atualmente, considera-se muito, a boa gestão dos recursos naturais e seu aproveitamento sustentável.

5.2. Caracterização social do produtor familiar dos municípios pesquisados no EDR de Presidente Prudente/SP

Sobre as condições sociais dos produtores familiares do EDR, constatou-se primeiramente que 74% dos pesquisados residem na zona rural e apenas 26% nas cidades. A faixa etária predominante está entre 46 a 65 anos, com 37%. Com mais de 65 anos são 33% e, entre 31 e 45, são 29% dos entrevistados. Apenas 1% dos produtores pesquisados possui menos de 30 anos.

No geral, verificou-se que 70% dos produtores possuem mais de 45 anos. Com isso, constata-se que os mais jovens demonstram não ter interesse pelas atividades rurais, mesmo porque há um fator cultural ainda persistente nas regiões rurais pobres, em se considerar o rural como oposto de desenvolvimento, associado a atraso ou a baixa qualidade de vida. Principalmente as moças revelam desinteresse pelas atividades rurais, que, na maioria das vezes, são pesadas e desgastantes, e procuram ocupações urbanas no setor de serviços.

Os rapazes geralmente se dedicam às atividades rurais, contudo, quando conseguem uma ocupação urbana permanente, trocam-na, fazendo da anterior sua atividade secundária. Entretanto, é justamente a permanência dos jovens no espaço rural e a promoção da sucessão hereditária uma das preocupações das políticas públicas recentes para o meio rural. No caso do PRONAF, as linhas de crédito exigem que mais de 80% da renda da propriedade venha do trabalho familiar. Para tanto, é necessária a participação dos filhos na execução das atividades rurais.

Segundo Stropasolas (2004), o movimento migratório que ocorre atualmente rumo à cidade é de jovens em busca de uma estratégia de vida conciliando duas ocupações, uma rural e outra urbana, sendo que a urbana representa maior

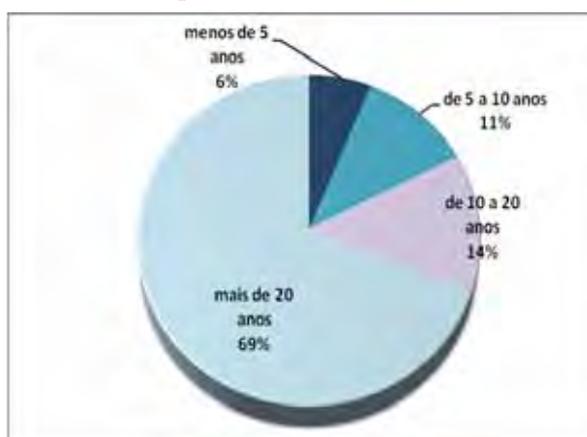
independência da renda familiar, além de disponibilizar seguridade social (registro em carteira e direitos trabalhistas), renda fixa mensal e, frequentemente, salários mais atrativos.

Tendo-se em vista as famílias pluriativas observadas na pesquisa, percebeu-se que, em 34%, há filhos com ocupações urbanas, ou que dividem o tempo entre a ocupação urbana e as atividades rurais.

Na faixa etária entre 31 a 45, encontraram-se proprietários que intercalam administração da propriedade rural e ocupações urbanas. São os que sucederam os pais para cuidar do patrimônio.

Dos produtores rurais entrevistados nos oito municípios, 69% relataram possuir a propriedade há mais de 20 anos. Os que possuem terras entre 10 e 20 anos correspondem 14%, enquanto 17% são proprietários há menos de 10 anos, como evidencia o Gráfico 19.

Gráfico 19 – Tempo de posse ou aquisição da propriedade rural entre os produtores pesquisados (%) em municípios do EDR de Presidente Prudente.



Fonte: trabalho de campo, 2010

Dos que possuem terras há menos tempo, 6% estão com a propriedade há menos de cinco anos e a adquiriram pela compra ou por herança.

Dos 80 entrevistados, 59% adquiriram a propriedade por meio da compra, 32% receberam por herança e 9% são assentados. No entanto, não houve nenhum relato de venda de terras, mas 7% adquiriu mais terras nos últimos dez anos. De fato, este último dado denota o interesse em dar continuidade à produção agropecuária e se dedicar às atividades rurais.

Os que herdaram a terra contaram que a propriedade fora adquirida pelos pais e avós, há mais de 50 anos. Quanto aos assentados do Banco da Terra⁸⁸, o título da propriedade ainda está para ser definido pelo governo federal. Nesse caso, verificou-se o processo de retorno ao campo.

Assim, mesmo com o aumento das ocupações não-agrícolas no campo e a desaceleração do êxodo rural nos municípios da região, é patente o estabelecimento de uma nova fase na dinâmica rural dos municípios e, ainda que não demonstre vigoroso crescimento econômico, possibilita a criação de alternativas que contemplem o conjunto de valores lotados no território, quer humanos, quer naturais, e sua gestão participativa principia a possibilidade de um desenvolvimento humano e social.

5.2.1. A composição familiar e os níveis de instrução dos produtores rurais

As famílias dos produtores rurais dos municípios do EDR, em geral, possuem de três a cinco membros: 44% são constituídas por quatro pessoas, 25% por três e 18% por cinco. As famílias maiores, que possuem entre seis e oito pessoas, representam 13%. Aquelas compostas por quatro ou cinco membros estão nos Grupos I e II, onde predomina o trabalho familiar e a maior parte da renda se concentra na produção agropecuária. As famílias que possuem mais de cinco membros também se classificam no Grupo I, e a maioria dos membros se envolve nas atividades diárias locais (até as mulheres e crianças).

Quanto àquelas compostas por três pessoas, conforme relatos, apenas uma se encarrega do trabalho rural. Quando necessário, o filho homem auxilia o pai. Em outros casos, contrata-se um empregado ou diarista para o exercício das atividades rurais (ordenha, capina, vacinação, plantio).

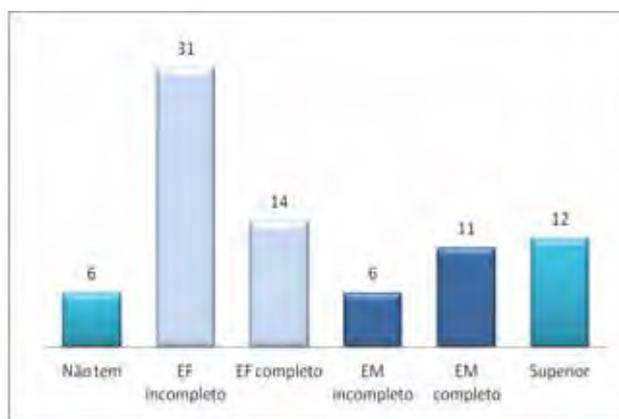
Em 55% das propriedades, convivem aposentados, sendo que em, 33,75%, são duas pessoas e, em 22,50%, uma. Cabe ressaltar que as aposentadorias têm sido componente fundamental nas rendas das famílias rurais, tanto no Brasil como nas localidades estudadas, como afirmam Schneider (2003) e Bonnal e Maluf (2009). No

⁸⁸ O Programa Banco da Terra foi instituído pela Lei Complementar nº 93, de fevereiro de 1998, regulamentado pelo Decreto nº 3475, de 19/05/2000, juntamente com o Fundo de Terras da Reforma Agrária. Foi criado pelo Governo Federal para financiar os trabalhadores rurais e a infraestrutura básica, ajudando na fixação do homem na terra. De outubro de 1999 a dezembro de 2001, foram atendidas pelo Banco da Terra 40 mil famílias. Os produtores do Programa Banco da Terra afirmaram ainda não possuírem os títulos das propriedades e aguardarem resoluções do governo federal (www.mda.gov.br).

caso dos homens, além da renda, auxiliam com disponibilidade de mão-de-obra na agropecuária.

A despeito do fato de que a maioria dos produtores tem mais de 45 anos e que, nas décadas de 1960, 1970 e 1980, a oferta de ensino público era menor⁸⁹, 78% possuem instrução em nível básico. 17% completaram o Ensino Fundamental (8ª série/9º ano) e 39% não o concluíram, apesar de terem concluído o Ciclo I⁹⁰. Em nível médio, 14% concluíram o Ensino Médio (EM) e 85% não. 15% dos entrevistados possuem ensino superior e somente 6% não têm estudo, porém, nas entrevistas, afirmaram “ler, escrever e fazer contas” (Gráfico 20).

Gráfico 20 – Níveis de instrução dos produtores rurais (proprietários) em municípios pesquisados no EDR de Presidente Prudente/SP



Fonte: trabalho de campo, 2010

Os produtores com nível superior estão compreendidos nos Grupos II e III. As formações superiores relatadas foram: professor, administrador, agrônomo, contador e engenheiro. Os produtores do Grupo III possuem ocupações urbanas e trabalham como funcionários públicos (administração pública, professores, policiais e agentes penitenciários), comerciantes e empresários. Destes, 11 afirmaram ser aposentados, todos residentes nas cidades e possuindo duas ou três rendas.

Tanto os produtores dos Grupos II e III, como em menor quantidade os do Grupo I, relataram que têm filhos com curso superior completo ou em fase de conclusão, num total de 48%.

⁸⁹ A oferta de Ensino Básico em todo o território nacional se popularizou na década de 1990, com a reforma na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, promulgada em 1996 (LDBEN, 1996).

⁹⁰ Refere-se aos quatro primeiros anos da educação básica, no Brasil, identificados como 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries do EF e, após 2006, denominados 1º, 2º, 3º e 4º anos.

Os perfis de escolaridade, tanto dos produtores quanto dos seus filhos, permitem analisar alguns aspectos do produtor rural na região. Segundo relatos, as moças se interessam mais pelo estudo do que os rapazes, todavia, os rapazes são mais úteis nas atividades rurais na lida com serviços braçais e rústicos.

Conforme Stropasolas (2004) existe a necessidade de se avaliar essa nova estrutura social no meio rural. Geralmente, na medida em que ocorre uma modernização na estrutura produtiva da propriedade e maior inserção ao mercado, o serviço braçal é substituído pelo técnico e, para tanto, se exigem melhores níveis de instrução e de informação. Desse modo, muitos filhos que se dedicam à produção agropecuária – hoje administradores junto com os pais – foram responsáveis pelas principais mudanças produtivas dentro da propriedade, criando novas alternativas para permanecerem no meio.

O produtor rural foi, aos poucos, se adequando à necessidade de instrução para se adaptar às mudanças da sociedade e da economia. A necessidade e a oportunidade de oferecer melhor instrução aos filhos modificaram os níveis das relações dentro da família rural, sendo mais abertos e flexíveis. Essas mudanças proporcionaram condições culturais e técnicas para novos empreendimentos, como a mudança e a diversificação da produção agropecuária e de seus derivados, a agregação de valor aos mesmos e a implementação de novos tipos de exploração e manejo adequados dos recursos naturais.

A oportunidade de os filhos terem uma profissão rural ou urbana significa para os pais uma conquista, pois, num passado recente não era possível se pensar nessa possibilidade. Por outro lado, acostumados com as oscilações climáticas e com as crises econômicas, a maioria dos produtores projeta nos filhos uma “reserva de valor”, econômica e simbólica, de que os mesmos estarão mais preparados para os problemas sociais e mudanças na economia ou na política.

Outro fator é a capacidade de racionalização que “[...] avança por todos os domínios da vida rural” (FAVERETO, 2007, p. 179). Essa capacidade denota, logo, um aspecto econômico, contudo está atrelada à necessidade de melhor formação do produtor rural, para a melhoria do processo das relações sociais e econômicas. Para tanto, o desenvolvimento rural não pode estar separado do desenvolvimento social, quando este também não se isola do sustentável.

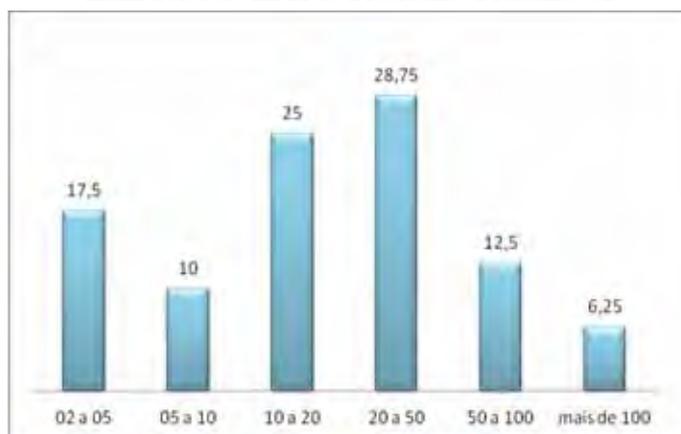
5.2.2. Qualidade de vida dos produtores rurais nos municípios pesquisados

As famílias dos produtores rurais pesquisados apresentam boa qualidade de vida, com manutenção da casa e da propriedade, e esta viabilizando trabalho e renda.

Para compreender a qualidade de vida, foram examinadas informações sobre as posses de bens duráveis e não-duráveis, as estruturas das moradias e as condições de saúde das famílias dos produtores.

Quanto ao tamanho da propriedade, predominam os extratos de área de 10 a 20 e de 20 a 50 hectares, com 25 e 28,7% do total de UPAs, respectivamente. Nos extratos de 2 a 5 e de 5 a 10 hectares, estão 17,5 e 10% do total. As UPAs entre 50 e 100 hectares compreendem 12,5% e as de 100 a 200 hectares, são apenas 6,25%, como ressalta o Gráfico 21.

Gráfico 21 – Percentual dos Extratos de área (em hectares) das propriedades rurais analisadas nos municípios do EDR de Presidente Prudente/SP



Fonte: Trabalho de campo, 2010.

O Gráfico 21 mostra a predominância de pequenas e médias propriedades, dentre os produtores rurais pesquisados nos oito municípios. Essa estratificação denota o predomínio da produção familiar entre os produtores dos Grupos I e II, com produção agropecuária diversificada.

Dos produtores entrevistados, 75% relataram possuir outro imóvel. Dentre estes, 40% são imóveis rurais e 35% urbanos, sendo que 16,25% disseram possuir mais de dois imóveis rurais.

Em termos das condições de moradia, verificou-se que os produtores rurais vivem em residências adequadas, com boas estruturas, sendo que 87,5% é de alvenaria, 7,5% de madeira e 5% mistas.

Segundo os relatos, as casas de alvenaria possuem menos de dez anos e as mistas foram ampliadas recentemente. De acordo com as observações de campo, as residências são bem estruturadas, localizadas em áreas próximas à entrada das propriedades (quando no campo); são amplas, com áreas de lazer e serviços, com instalações de água e esgoto, caixa d'água, energia elétrica, banheiro interno, garagem e churrasqueira⁹¹, como podem ser observadas as reproduzidas nas Figuras 2 e 3.

Essas residências amplas possuem boas acomodações, principalmente onde residem os pais. Constituem-se em locais de encontros familiares e de hospedagem dos filhos e parentes. São consideradas áreas de refúgio familiar, de comemorações e até mesmo são usadas como espaço de lazer e descanso dos filhos e netos. A propriedade rural onde residem os pais ou um dos membros da família ainda apresenta essa forte conotação social.



Figura 2 – Casa de alvenaria em propriedade rural no município de Alfredo Marcondes/SP.



Figura 3 – Casa de alvenaria (ampla) em propriedade rural no município de Álvares Machado/SP.

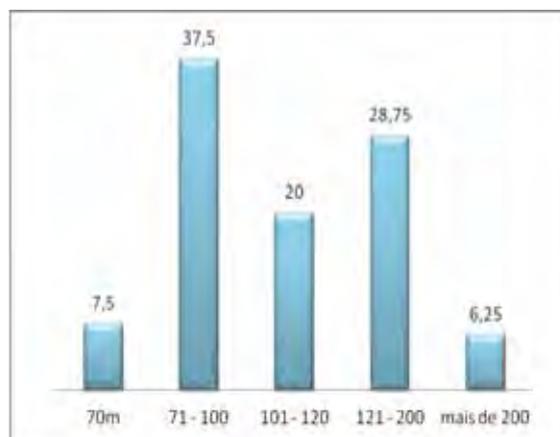
No Gráfico 22, observa-se que 37,5% das residências dos produtores rurais medem entre 71 a 100 m², 20% entre 101 a 120 m² e 29% medem entre 121 a 200 m². Cerca de 6% dos produtores possui casas com mais de 200m² e apenas 7,5% as têm menores que 70m².

Os produtores que residem na cidade possuem moradias com metragem entre 120 e 200m². Esses produtores são os que possuem mais de uma renda ou são mais capitalizados e estabilizados no setor agropecuário, classificados nos

⁹¹ Em 80% das propriedades onde residem os proprietários, existem churrasqueiras. Isto denota um traço cultural comum na preferência alimentar pela carne bovina na região, mesmo porque, a região se destaca pela sua produção em escala e de qualidade. Outro fator representado pela existência da churrasqueira é a conotação das reuniões familiares, principalmente nos finais de semanas e feriados para as refeições.

Grupos II e III. Nas residências com menos de 70 m², estão os assentados do Banco da Terra em Santo Expedito. Nas entrevistas, 91% disseram dispor de pelo menos uma casa construída na propriedade⁹².

Gráfico 22 – Tipo das Residências dos Produtores Rurais dos municípios do EDR de Presidente Prudente – 2010 (metragem (m²) – porcentagem de produtores)



Fonte: trabalho de campo, 2010.

Analisando a disponibilidade de bens duráveis, nota-se que os produtores rurais do EDR dispõem de acesso aos recursos e serviços urbanos, condições de transporte e comunicação, de conforto e interação com as atividades e costumes citadinos.

Segundo levantamento de dados primários, 75% dos produtores possuem automóveis, dos quais 11% têm dois ou mais e 17,5% possuem motocicletas. Outros 25% relataram se locomover entre o urbano e o rural com veículos de serviços, caminhões e/ou utilitários.

A modernização da agricultura e a integração entre o meio urbano e o rural pode ser também evidenciada no acesso aos meios de comunicação e suas tecnologias. Na pesquisa realizada, constatou-se que 100% possuem telefone celular, 72,5% antenas parabólicas, 39% acessam a internet e 18,5% sinal de TV por assinatura.

Analisando o nível de acesso a tratamento de saúde e atendimentos ambulatoriais, observou-se que 36% possuem planos de saúde particulares. Todavia, dentre estes, 8% são planos para funcionários públicos⁹³ e 28% de empresas ou

⁹² Cf. detalhes no Quadro 4, item 5.4.

⁹³ Os planos de saúde que os funcionários públicos pesquisados possuem são dois: a. do Instituto de Assistência Médica do Servidor Público Estaduais (IAMSPE), para os servidores públicos estaduais e com desconto em folha de pagamento; b. convênio entre Prefeituras e a Unimed, cooperativa de médicos Polo Região de Presidente Prudente. No entanto, este segundo não é conveniado com todas as Prefeituras.

cooperativas do ramo. A maioria (64%), quando necessita, busca atendimento ambulatorial, consultas e tratamentos, realização de exames e remédios no Sistema Único de Saúde (SUS), disponível nos hospitais, ambulatórios e Unidades Básicas de Saúde (UBS) dos municípios e nos Postos de Saúde da Família (PSF).

Portanto, os dados favorecem a negação do rural como espaço de isolamento e entendê-lo como território de desenvolvimento, as condições de vida dos moradores do campo podem ser equiparadas aos da cidade e, em muitos casos, superior à maioria dos habitantes urbanos.

5.3. Relações de Trabalho e Renda dos produtores rurais nos municípios pesquisados

Os produtores rurais dos municípios pesquisados se dedicam à produção agropecuária para o sustento da família, obtenção de renda e preservação do patrimônio familiar.

Quando a produção agropecuária se torna inviável, numa situação em que nenhum dos membros da família se dispõe a dar continuidade à atividade, ou mesmo quando os custos superam a renda gerada, a tendência é trocar as atividades rurais por ocupações urbanas e, em alguns casos, a propriedade é colocada à venda (fato que não foi percebido concretamente nesta pesquisa).

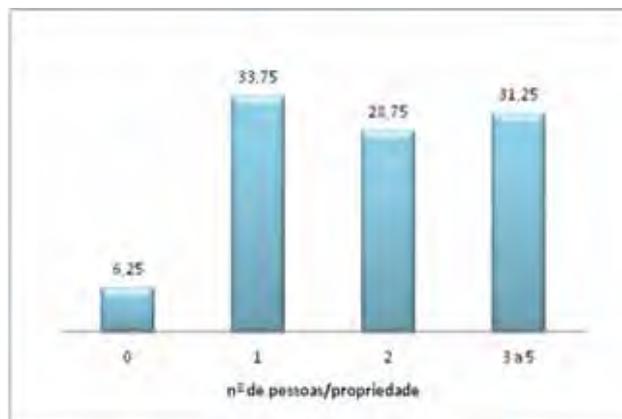
No decorrer do trabalho de campo, o que se observou foi a busca de alternativas em criar novas fontes de renda e vincular os filhos e netos, mesmo que seja em tempo parcial, à produção agropecuária e à manutenção do patrimônio familiar. Assim, as relações de trabalho e a obtenção de renda estão associadas à sucessão hereditária e ao sustento de muitas famílias de produtores rurais, nesses municípios.

No Gráfico 23, nota-se que 33,75% dos produtores pesquisados utilizam apenas uma pessoa como força de trabalho cotidiana na propriedade. 31,25% precisam ocupar de 3 a 5 pessoas nos serviços diários e 28,75%, duas; 6,25% dos produtores não ocupam mão-de-obra, porque arrendaram parte da propriedade ou toda ela. Quando são utilizadas duas ou mais pessoas como força de trabalho, normalmente uma delas é da própria família e a outra é contratada para realizar serviços gerais.

Apesar de o Gráfico 23 apresentar dados relativos à força de trabalho total envolvida no cotidiano da produção, os produtores classificados como Grupo I

afirmaram não contratar mão-de-obra, o que reafirma que a força de trabalho local é familiar.

Gráfico 23 – Força de trabalho (diária) utilizada pelos produtores rurais pesquisados nos municípios do EDR de Presidente Prudente/SP – 2010.



Fonte: Trabalho de campo 2010.

Nas propriedades classificadas no Grupo I, as mulheres desempenham papel fundamental, que vai desde a administração aos serviços considerados leves, como alimentação do rebanho, ordenha, limpeza e higienização da mangueira (de leite), na horticultura e na criação de pequenos animais (porcos, galinhas, outras aves).

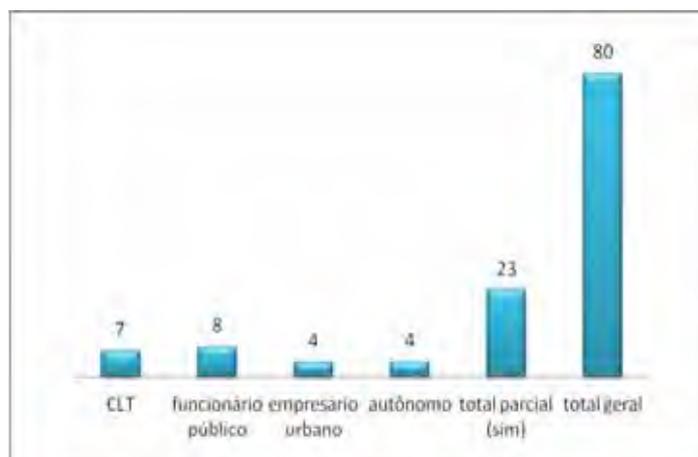
Os 28,75% dos produtores que utilizam duas pessoas como força de trabalho, afirmaram ser eles mesmos e mais um. Tanto os produtores do Grupo III como do Grupo II⁹⁴ relataram usar força de trabalho contratada para alimentar o gado, para ordenha e manuseio de equipamentos agropecuários.

Além das atividades agrícolas, foi possível constatar o percentual de produtores que exercem atividades não-agrícolas. Entre os 80 entrevistados, 23 revelaram exercer outra atividade, o que corresponde a 28,75%. Conforme se verifica no Gráfico 24, dos 23 produtores que exercem atividades não-agrícolas, oito são funcionários públicos, sete trabalham em agroindústrias sucroalcooleiras, quatro são comerciantes e quatro são autônomos (pedreiro e caminhoneiro).

Para Graziano da Silva (2000; 2010), Campanhola e Graziano da Silva (2000), o crescimento das atividades não-agrícolas tem sido fator determinante na renda complementar das famílias rurais. Por conta disso, analisou-se o nível de renda das famílias rurais pesquisadas com base no ano de 2010.

⁹⁴ Os percentuais relativos aos Grupos I, II e III estão referenciados no Quadro 2

Gráfico 24 – Produtores rurais dos oito municípios estudados que exercem atividades não-agrícolas (2010).

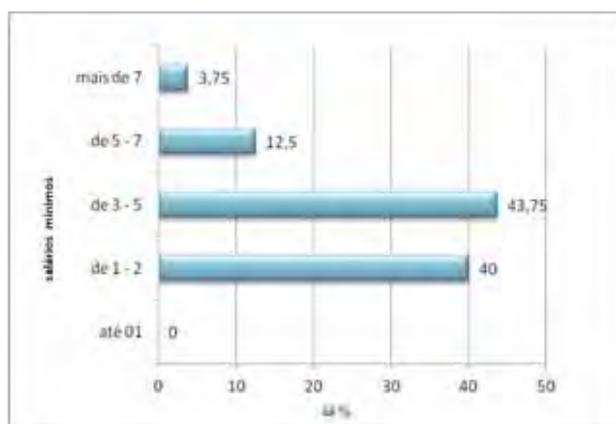


Fonte: Trabalho de campo, 2010

Verifica-se, no Gráfico 25, que as rendas foram classificadas em cinco classes, variando de um a mais de sete salários mínimos (SM)⁹⁵. Segundo os dados, 43,75% das famílias possuem renda entre 3 e 5 SM, 40% entre 1 a 2 SM e 12,5% recebem entre 5 a 7 SM. Acima de sete SM, o percentual foi de 3,75%, ao passo que com menos de um não houve ninguém.

O Gráfico 26 demonstra que 60% das famílias tinham renda acima de três salários mínimos, o que representava, no período, 1.530,00 reais.

Gráfico 25 – Renda líquida (média mensal) das famílias dos produtores rurais pesquisados (2010)



Fonte: Trabalho de campo, 2010

As rendas mais elevadas se encontram entre os produtores dos Grupos II e III, que são mais capitalizados e pelo fato de alguns serem pluriativos. No

⁹⁵ Salário Mínimo aprovado pela Lei 12.255/10, de 16/06/2010, com valor estipulado de R\$ 510,00, revogada em 31/12/2010, pela MP 516/10, para R\$ 545,00.

caso dos produtores do Grupo I, há famílias em que a renda total é derivada das atividades agrícolas, como também outras em que a maior porcentagem advém da produção agropecuária. Todavia, quando se trata, tanto de renda total como de percentuais, sabe-se da importância que as atividades rurais exercem nessa categoria de produtor.

Os 3,75% com renda superior a sete salários mínimos são três produtores de leite que o fazem em larga escala, recebem benefícios da aposentadoria e realizam serviços urbanos.

Esses dados são corroborados pelas análises de Graziano da Silva (1999) sobre um novo mundo rural pós-1990, e a de Schneider (2000; 2003), quando alude à importância desempenhada pela aposentadoria na constituição da renda dos produtores rurais em todo o Brasil.

Kageyama (2003) assevera que algumas características dos agricultores familiares pós-1990 estão relacionadas à diversidade produtiva e ao aumento da pluriatividade, quando se constata a manutenção de ocupações no meio rural e o crescimento das ocupações *part-time* para elevação da renda e melhoria da qualidade de vida.

Por conseguinte, levou-se em conta igualmente, na pesquisa, a possibilidade de agregarem rendas advindas de transferências sociais como a “bolsa-família”. Assim, apenas 10% dos produtores rurais investigados recebem bolsa-família e 90% não se enquadram às normas do programa.

Outro tipo de auxílio complementar é o recebimento de cestas básicas. Nos municípios de Caiabu, Santo Expedito, Martinópolis e Indiana, há produtores rurais cujos filhos trabalham em agroindústrias sucroalcooleiras ou postos de combustíveis. Dos 80 entrevistados, 17% relataram que os filhos recebem cestas básicas que auxiliam na alimentação da família.

Na verdade, as análises sobre trabalho e renda familiar evidenciaram que, malgrado a diminuição das ocupações agrícolas, houve crescimento das ocupações não-agrícolas, a ocorrência do trabalho *part-time*, o aumento do número de famílias pluriativas e a diversificação na produção, objetivando a melhoria de renda⁹⁶.

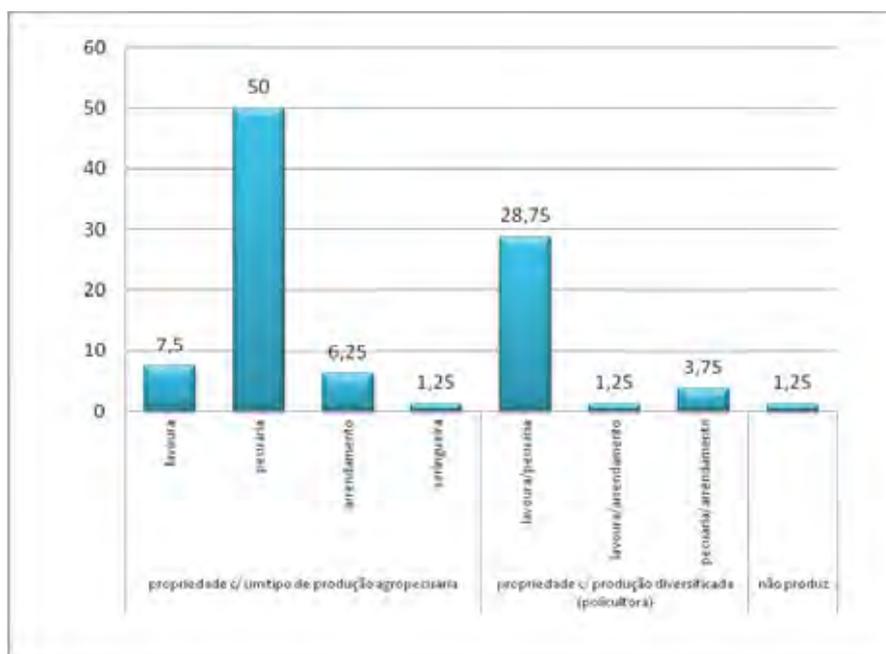
⁹⁶ Para Schneider (2003), a pluriatividade está atrelada ao fortalecimento da renda na agricultura familiar, ao crescimento das ocupações agrícolas em tempo parcial, sendo que esse tipo de agricultura já é fato evidente, nas diversas regiões do país, inclusive nos municípios pesquisados no EDR de Presidente Prudente. Para ele, o entendimento social da pluriatividade no meio rural depende de três fatores: a) o primeiro está relacionado à noção de *part-time-farming*, que era difícil de ser compreendido nesse

5.3.1. A produção agropecuária e as rendas agrícolas dos produtores rurais

Neste item, serão abordados os tipos de produção agropecuária e as rendas agrícolas dos produtores pesquisados. Para tanto, foram comparados os diferentes tipos de produção com as principais fontes de rendas.

No Gráfico 26, percebe-se o predomínio dos produtores que exploram a pecuária (leite, corte e cria), identificados no Quadro I, nos Grupos I, II e III.

Gráfico 26 – Tipos de produção⁹⁷ presentes nas 80 propriedades rurais estudadas em municípios do EDR de Presidente Prudente/SP



Fonte: trabalho de campo, 2010

As propriedades rurais pesquisadas foram classificadas em dois tipos: a. as que possuem apenas um tipo de exploração; b. as diversificadas (policultoras). No primeiro tipo, foram classificadas as que exploram somente lavouras (7,5%), as que exploram a pecuária (50%), as arrendadas (6,25%) e as que cultivam seringueira (1,25%). No segundo tipo, estão as de lavoura e pecuária (28,75%), lavoura e

contexto. Assim, surgiu a noção de *multiple job holding*, que mais tarde se transformou em pluriatividade, reduzindo-se o tempo as atividades agrícolas e não tempo das atividades diversificadas no meio rural. b) o segundo foi a iniciativa dos países europeus em propor a PAC privilegiando as unidades familiares rurais que combinavam a agricultura com outras atividades; c) o terceiro seria a ideia de que não se pode negar a consolidação da pluriatividade no meio rural, devido à crescente diversidade de ocupações e obtenção de rendas.

⁹⁷ Apesar do arrendamento não se constituir uma produção agropecuária, o produtor rural extrai renda através da utilização solo em sua propriedade por terceiros. Outro fato que diz respeito ao arrendamento, denota de que o arrendatário se constitui como produtor e extrai renda da exploração agropecuária.

arrendamento (1,25%), pecuária e arrendamento (3,75%) e onde não se produzia nada, em 2010 (1,25%).

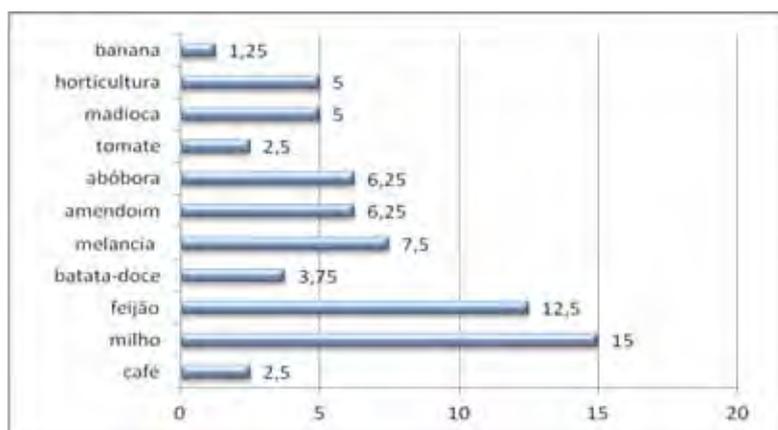
Nesse caso, predominam as propriedades que exploram apenas um tipo de atividade, com destaque para a pecuária. Entretanto, a pecuária bovina permite diferentes formas de obtenção de renda. As propriedades com produção diversificada (policultoras) representam 33,75% do total, sendo que 28,7% intercalam lavoura e pecuária e 3,75%, pecuária e arrendamento.

Todavia, observa-se no Gráfico 26 que a pecuária predomina em 82,5% das propriedades pesquisadas. 37,5% dos produtores informaram que se dedicam à lavoura, sendo 7,5% como fonte principal de renda e 30% como fonte parcial.

No ano agrícola 2009/2010, o cultivo de lavouras temporárias foi mais recorrente do que das permanentes. Há uma expressiva diversidade na produção das culturas temporárias, destacando-se os cereais, tubérculos, olericultura e horticultura, e poucas culturas permanentes, como aponta o Gráfico 28.

O Gráfico 27 focaliza a diversidade de dez culturas temporárias e apenas uma permanente – o café (2,5%). As culturas temporárias predominantes em 2009/2010 foram o milho, em 15% das propriedades, e o feijão, em 12,5%. Bem abaixo, aparece a melancia, em 7,5%, a abóbora e o amendoim, em 6,25%. O cultivo da mandioca foi feito por 5% dos produtores, assim como a prática de horticultura.

Gráfico 27 – Cultura temporárias produzidas nos municípios do EDR de Presidente Prudente/SP 2009/10 (%)



Fonte: Trabalho de campo 2010.

Ao se comparar os dados do Gráfico 27 com os do Quadro I, percebe-se que a exploração pecuária é mais recorrente entre os produtores dos Grupos

II e III e as lavouras, principalmente, junto aos produtores do Grupo I, sendo parcial entre os do Grupo II.

Relativamente ainda aos dados do Gráfico 27, 79% dos produtores têm como principal fonte de renda a pecuária e apenas 8,75% as lavouras; 10% têm como principal fonte o arrendamento, sendo que 6,25% só possuem esta última.

Desde a década de 1960, a região tem-se destacado na produção pecuária (D'INCAU, 1975). Como a pecuária é a exploração predominante dentre os produtores entrevistados, buscou-se examinar os dados referentes a essa exploração, nos municípios pesquisados no EDR.

Embora o crescimento da pecuária tenha ocorrido num período de estagnação das economias locais e declinado na última década, o setor saiu-se privilegiado com a efetivação do produto na região e expansão em escala nacional.

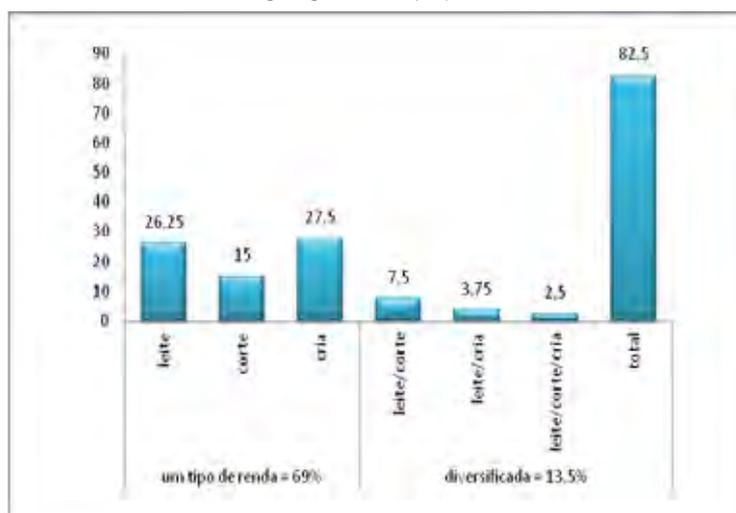
Apesar de se constituir num tipo de exploração mais segura para o produtor rural, a pecuária decresceu nos últimos anos, sobretudo nas grandes propriedades. Todavia, o que se viu foi a incorporação da pecuária de leite, de corte e de cria, junto aos pequenos e médios produtores rurais⁹⁸.

A pecuária leiteira é o tipo de exploração predominante entre o conjunto dos entrevistados e figura como principal fonte de renda (quando se considera apenas uma fonte e também fontes variadas). Dos 82,5% que se dedicam à pecuária e faz desta a única fonte de renda, 26,25% se voltam para produção de leite, 27,5% para a cria e 15% para o gado de corte.

O Gráfico 28 ressalta que 32,69% dos produtores se dedicam somente a um tipo de exploração pecuária e 13,5% diversificam entre a produção de leite, gado de cria e de corte. No geral, 40% se dedicam à produção de leite, entre quem produz integralmente e quem possui gado misto.

⁹⁸ Pequenos e médios produtores rurais, na pesquisa, seguem a classificação da CATI para a implementação do PEMH no Estado de São Paulo: a. pequenos: área total até 50 hectares, com 70% da renda familiar proveniente da agropecuária; médio: entre 50 a 200 hectares; c. grandes: proprietários com área superior a 200hectares (CATI, 2005; HESPANHOL, 2010).

Gráfico 28 – Classificação dos tipos de exploração pecuária praticada pelos produtores rurais pesquisados (%)



Fonte: trabalho de campo, 2010

O crescimento da pecuária leiteira na região, junto aos pequenos e médios produtores, se deu a partir dos anos 1990, quando os produtores rurais resolveram incorporar outros tipos de exploração nas suas propriedades. Uma das maneiras de enfrentar a crise no setor agrícola foi diversificar as atividades e o tipo de exploração.

Para os produtores rurais, a incorporação da pecuária de cria e de corte significou a garantia de reserva de capital no meio rural. Conforme as entrevistas, os que produzem para corte comercializam três ou quatro vezes no ano, no entanto, os que produzem para cria, apenas duas. O gado de cria é comercializado com pouca idade e o gado de corte é no período final de engorda (terminação).

Contatou-se também que os produtores que se dedicam à pecuária têm diversificado sua produção. Produtores de leite afirmaram interesse de produzir gado de cria e engorda e alguns, que produzem gado de corte (em menor quantidade), demonstraram interesse de ingressar na produção de leite, contando com o auxílio de subsídios das políticas públicas.

Quanto às especificidades da produção de leite, verificou-se que os proprietários classificados no Grupo I possuem instalações adequadas e mecanizadas para a produção de leite e, não obstante, utilizam-nas coletivamente (tanque de expansão/resfriamento). O implemento é instalado numa propriedade e toda a produção dos vizinhos é mantida armazenada, resfriada, sob controle sanitário (higiene), agregando valor ao produto.

Os produtores do Grupo II possuem sistema mais integrado de produção, boas pastagens, com terraços e solo adequado para retenção de água e barragens. Fazem uso de ordenhas mecânicas, tanque de resfriamento, modernas instalações higienizadas com duas ordenhas diárias e medicamentos adequados para o gado leiteiro. Os produtores do Grupo III produzem para de cria e corte, intercalando-se com a produção leiteira.

Para Ploeg (2006), as novas tendências são com frequência, resumidas como desenvolvimento rural ou criação de multifuncionalidade. Assim, ocorre uma atrativa “reconstituição de relações”, conjugando elementos presentes no espaço, como por exemplo, os recursos naturais, a outros incorporados com o tempo (recursos humanos e tecnologia), que possibilitam enfrentar o mundo moderno.

Os olhares para o crescimento da produção familiar, na medida em que se agregam novas fontes de renda, por mais (ou menos) diversificadas que elas sejam, agrícolas e não-agrícolas, fazem parte do novo contexto do desenvolvimento rural no Brasil (KAGEYAMA, 2003), mesmo nas regiões onde tradicionalmente a categoria não tivesse, ao longo do tempo, expressividade competitiva e social.

5.3.2. As condições de infraestrutura nas propriedades rurais dos municípios pesquisados

As condições físicas da propriedade e a infraestrutura para o manejo rural são aspectos que demonstram a possibilidade de incrementar a produção, diversificá-la e aumentar a renda. Nesse conjunto, procurou-se analisar os níveis de mecanização e tecnologia adicionadas a produção. Considerou-se especificamente a posse de equipamentos e implementos ligados às atividades produtivas.

O Quadro 3 caracteriza, de um modo geral, as condições físicas e infraestruturais das propriedades rurais.

Quadro 3 – Estrutura de produção agropecuária dos produtores rurais pesquisados em municípios do EDR de Presidente Prudente/SP – 2010.

Máquinas/Implementos	Número	%	Observações
Trator	37	46,25	Este maquinário existe em quase 50% das propriedades. Dos 37 produtores que possuem trator, dez dispõem de dois ou mais. Alguns tratores já são velhos, com mais de 20 anos de uso, porém, muitos possuem tratores mais novos. Uma parte dos que não possuem trator utiliza o equipamento pertencente às associações de produtores ou da Prefeitura e pagam por hora para cobrir as despesas com combustível.
Pulverizador	39	48,75	Dos 39 produtores que possuem pulverizador, 80% são costais e apenas 20%, mecanizados, de chão. Este equipamento é utilizado para dedetização das lavouras e em animais (externo) no controle de pragas.
Carreta Agrícola	37	46,25	Quase 50% dos produtores possuem uma ou mais carreta agrícola, implemento usado para manejo e transporte interno de produtos agropecuários ou da produção agrícola. Destes 37, dois (2) possuem mais de uma.
Moedor de Ração/Triturador	32	40	Geralmente, o moedor de ração, também conhecido por muitos como triturador, é empregado no preparo de alimentos para os animais, sendo que é mais utilizado pelos produtores de leite, já que as vacas necessitam de maior cuidado e alimentação. Criadores de animais para venda também possuem moedor de ração e o usam principalmente entre os meses de junho e setembro, período em que as chuvas são mais escassas.
Cerca Elétrica	31	38,75	Cerca elétrica é utilizada nas pastagens “piqueteadas” ⁹⁹ e na criação de suínos (soltos). A cerca garante certo nível de segurança para o produtor e evita fuga dos animais.
Arado Tração Mecânica	33	41,25	É empregado no preparo da terra e reforma de pasto. Muitos produtores não possuíam e reclamam do alto custo para reformarem suas pastagens. Geralmente, fazem aos poucos, e uma nova pastagem dura mais de cinco anos. Sete (7) disseram ter dois (2) arados e dois (2) possuem três (3)
Arado Tração Animal	27	33,75	Apesar de fora de uso, muitos proprietários afirmam ainda possuir. Alguns têm vários e utilizam casualmente.
Tanque de Expansão/resfriamento	21	26,25	Este equipamento de alto custo, em muitos casos foi adquirido em sociedade e as instalações ficam numa delas, para onde vai o leite diariamente. Alguns tanques foram adquiridos com recursos provenientes do PRONAF, por meio de associações e projetos municipais elaborados pelos CMDRs.
Ordenha Mecânica	16	20	Assim como o tanque, as ordenhas são equipamentos de alto custo que exigem cuidados e manutenção. Geralmente, possuem o equipamento aqueles que produzem individualmente. Alguns produtores coletivos também possuem.
Aparelho de Irrigação	16	20	Geralmente, este tipo de equipamento é usado nas lavouras e hortas, outras vezes, na reforma de pasto;
Distribuidor de Calcário	16	20	Muitos destes foram adquiridos através de uma linha de crédito do PEMH, exigindo-se a associação de no mínimo cinco (5) produtores. Muito empregado na reforma de pastagens e na correção do solo.
Colheitadeira	11	13,75	A aquisição destas máquinas foi feita pelos agricultores que plantam lavouras tradicionais. A maioria possui menos de 10 anos de uso.
Plantadeira	14	17,5	Este equipamento é mais utilizado pelos agricultores do que pelos pecuaristas. Alguns produtores que possuem o equipamento não o usam mais, em virtude de terem deixado de cultivar lavouras e se dedicarem apenas à pecuária. Alguns deles costumam alugar ou emprestar equipamento para terceiros.

Fonte: Trabalho de campo, 2010.

Em linhas gerais, os produtores possuem equipamentos e maquinários que possibilitam produzir com maior agilidade e menos mão-de-obra. As máquinas mais utilizadas são o trator, em 46,25% das propriedades pesquisadas, o moedor de

⁹⁹ As pastagens “piqueteadas”, ou seja, divididas adequadamente e recentes, são resultados do PEMH até 2009, através da aquisição dos “kit-pastagens”, para divisão dos pastos e melhor aproveitamento do solo para criação do gado bovino (fonte – trabalho de campo 2010).

ração, em 40%, a plantadeira, em 17,5%, e a colheitadeira, em 13,75%. Os implementos mais usados são o pulverizador (costal e de chão), em 48,75%, a cerca elétrica, em 38,75%, os arados de tração mecânica e animal, em 41,25% e 33,75% das propriedades pesquisadas, o aparelho de irrigação e o distribuidor de calcário, em 20% delas¹⁰⁰.

Durante as entrevistas, os produtores relataram que empregam outros equipamentos: 20% deles possuem ordenhadeira mecânica e 26,25% têm tanque de expansão/resfriamento. Sabendo-se que 40%¹⁰¹ dos produtores se dedicam à produção de leite, foi constatado que metade dispõe de equipamentos modernos para produção. Contudo, com o crescimento do associativismo, o processo de produção se torna coletivo e a maioria dos produtores se beneficia dos equipamentos para aumento da produção e obtenção de renda.

As ordenhas mecânicas e os tanques de expansão/resfriamento geralmente são equipamentos novos, com menos de dez anos de uso, e exigem, além de manutenção e cuidados mecânicos, higienização, boas instalações e disponibilidade de energia elétrica, como pode ser visto nas Figuras 4 e 5.

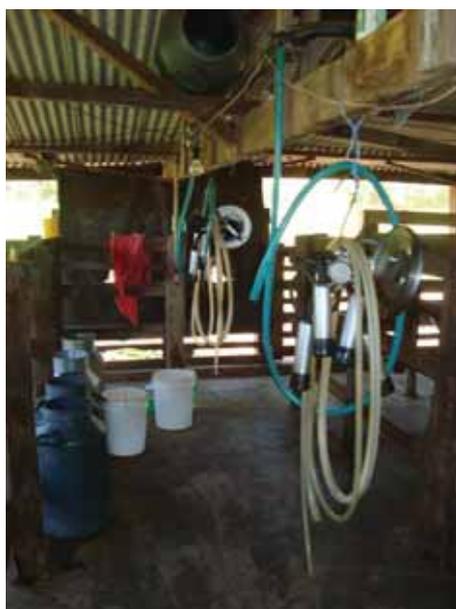


Figura 4 – Aspecto do ambiente da mangueira de leite após segunda ordenha (tarde) – propriedade rural localizada na Microbacia Hidrográfica do Córrego Santa Maria, Bairro Sete Copas – Indiana/SP

¹⁰⁰ Equipamentos como os pulverizadores costais e de chão e os distribuidores de calcário estão em relativa porcentagem, porque a maioria foi adquirida com incentivos do PEMH, nos anos 2007 e 2008.

¹⁰¹ Cf. Gráfico 28.



Figura 5 – Ambiente das instalações de armazenamento do leite e tanque de expansão/resfriamento – propriedade rural localizada na Microbacia Hidrográfica do Ribeirão Alegre, Martinópolis/SP, 2010.

Segundo os produtores, os tanques foram adquiridos em sociedade (parentes e vizinhos); em alguns municípios, houve convênio entre Prefeitura e associações de produtores. Quatro produtores fizeram investimento individual, apostando no aumento da produção. Estes últimos, devido à demanda de produção, afirmaram que, quando solicitados pelos produtores vizinhos, cobram uma porcentagem no preço do litro de leite para estocá-lo sob resfriamento. Geralmente, os custos com eletricidade acabam sendo divididos, quando se trata de equipamento de uso coletivo.

Os produtores do Grupo I, que exploram lavouras, possuem maior diversificação e quantidade de maquinários, equipamentos e implementos agrícolas. Como verificado nas visitas de campo, esses produtores dispõem de tratores, plantadeiras, colheitadeiras, distribuidores de calcário e aparelhos de irrigação, como mostram as Figuras 6 e 7.



Figura 6 – Colheitadeira - propriedade rural na área da Microbacia Hidrográfica do Santa Maria, Bairro Sete Copas – Indiana/SP/SP



Figura 7 – Plantadeira – associação dos produtores Rurais de Santo Expedito/SP, convênio Prefeitura, Governo do Estado e Associação dos produtores rurais.

Os pulverizadores e os distribuidores de calcário (Figura 8) foram adquiridos recentemente, com incentivos oferecidos às associações de produtores participantes do PEMH. São de uso coletivo. Em linhas gerais, a aquisição de máquinas, equipamentos e implementos rurais nos municípios é parcial. Todavia, considerando-se que muitos utilizam coletivamente ou se associam, são poucos os que não têm acesso aos recursos.



Figura 8 – Distribuidor de Calcário adquirido com incentivos do PEMH por associação de Produtores da Microbacia Hidrográfica do Ribeirão Alegrete,

O Quadro 4 descreve as estruturas físicas e quais são as benfeitorias existentes nas propriedades rurais dos municípios pesquisados.

Em visitas às propriedades rurais, observou-se que as estruturas nem sempre são as mais recentes, todavia, são adequadas para o tipo de produção local. As propriedades com casas representam 91,25% do total, e as que possuem telefonia fixa (rural) perfazem 32,5%.

As instalações necessárias para a atividade agrícola e pecuária são adequadas, na maioria das propriedades pesquisadas. 76,25% das propriedades possuem mangueiras em condições adequadas, 71,25% poços artesianos e 61,25% têm armazéns ou tulhas. Em 75% das propriedades, há instalações de energia elétrica¹⁰². As que não possuem estão arrendadas e/ou não têm residências.

¹⁰² A maioria das propriedades rurais dos oito municípios estudados possui energia elétrica desde 1975. Em alguns relatos, as instalações elétricas foram feitas no início da década de 1980, por volta de 1982 e 1983.

Quadro 4 – Estrutura Física e Benfeitorias nas Propriedades Rurais pesquisadas na Região de Presidente Prudente – 2010

Benfeitorias	Unidade	%	Observações
Casa	73	91,25	90% das casas são de alvenaria, 59 relataram morar na propriedade, cinco (5) disseram que apenas um membro da família reside na propriedade; dois (2) possuem residências na cidade e na propriedade rural. Destas propriedades, em 36 há apenas uma residência, geralmente de alvenaria, em 17 existem duas residências, a dos pais e de um filho, e em seis (6) residem três famílias.
Oficina	22	27,5	As oficinas geralmente estão próximas das residências e são utilizadas para consertos de maquinários, principalmente tratores e arados. Constitui-se de um barracão, mais ou menos organizado, onde, além de efetuarem a manutenção, guardam os implementos mecânicos. As propriedades que possuem essa benfeitoria, geralmente desenvolvem mais de um tipo de exploração, intercalando pecuária e lavouras.
Mangueira	61	76,25	Como 40% dos produtores se dedicam à produção de leite e criam gado bovino, nota-se elevado percentual de proprietários que possui esta benfeitoria. Algumas são pequenas e simples, apenas para controle do rebanho, outras são maiores e organizadas.
Armazém/Tulha	49	61,25	Esta instalação está em boa parte das propriedades, serve para guardar insumos, implementos, selas, ferramentas e outros utensílios com pouca utilização.
Poço Artesiano	57	71,25	O poço é necessário em todas as propriedades rurais, entretanto, não está presente em todas elas. Em cinco (5) propriedades pesquisadas, verificou-se que há mais de um (1) poço artesiano. O PEMH forneceu incentivos financeiros para que associações de produtores e proprietários vizinhos perfurassem poços comunitários subsidiados pelo programa. A mão-de-obra ficou a cargo do proprietário e, em algumas localidades, tiveram ajuda da prefeitura. Devido ao alto custo de implantação, os proprietários pesquisados consideram que a implantação dos poços com recursos do PEMH representou um grande benefício aos grupos de produtores beneficiados pelo incentivo.
Energia Elétrica	66	75	As propriedades que não possuem instalações elétricas são aquelas onde se pratica criação de gado (cria e corte) e não reside ninguém. A maioria dos produtores disse que instalou a eletricidade entre os anos de 1978 e 1982. Nenhum dos entrevistados usufruiu do Programa “Luz para todos”.
Represa/barragem	46	57,5	Grande parte dos produtores pesquisados possui represa ou barragem nas propriedades, principalmente as que criam gado bovino. Muitos relataram possuir três ou até quatro represas, na propriedade. Alguns que não possuem, ou que a perderam com as chuvas, aproveitaram o PEMH, que auxiliou no controle de voçorocas e na formação das curvas em nível, para construir uma ou mais represas.
Instalações adequadas (alvenaria) para ordenha	16	20	Os produtores de leite possuem instalações e condições adequadas para produção em larga escala. Estes representam 10% do total de produtores pesquisados. Estas instalações exigem elevados investimentos e muitos produtores se associam ao vizinho para depositarem o leite até ser buscado pelo laticínio. Embora vários possuam instalações adequadas para a ordenha, muitos não dispõem das condições para armazenagem.
Bomba d'água	44	55	Este recurso também é usado na propriedade, tanto na produção como nas residências, visando a acelerar a captação de água.
Telefonia fixa	26	32,5	A partir do crescimento da telefonia móvel, os produtores optaram pelo aparelho celular, a maioria pré-pago, facilitando a comunicação, quer estejam no trabalho mesmo dentro da propriedade, mas longe da residência, quer em outra propriedade ou na cidade. As propriedades com melhores sinais estão mais próximas da cidade.

Fonte: Trabalho de campo, 2010

Os criadores de gado bovino, além da mangueira, possuem represas (57,5%) e instalações adequadas (alvenaria) para ordenha (20%)¹⁰³. Em 55%, há bombas d'água e, em 27,5%, instalações para consertos e reparos dos equipamentos.

As condições físicas das instalações e as benfeitorias nas propriedades rurais, principalmente as oficinas, os armazéns, as mangueiras, os poços e abastecedores coletivos podem ser observadas nas Figuras 09, 10 e 11.



Figura 09 – Instalações da mangueira e de ordenha/armazenamento do leite – associação dos produtores rurais – Programa Banco da Terra – Santo Expedito/SP



Figura 10 – Aspecto típico de um armazém ou tulha da propriedade rural - Microbacia Hidrográfica do Santa Maria, Bairro Sete Copas – Indiana/SP/SP



Figura 11 – Modelo-padrão do poço e abastecedor comunitário adquirido e instalado através dos incentivos do PEMH – propriedade rural Microbacia Hidrográfica Córrego Jacutinga, Santo Expedito/SP

As estruturas físicas e a quantidade de benfeitorias, segundo relatos dos entrevistados, se tornaram possíveis após a obtenção de financiamentos do

¹⁰³ Ver Figuras 4 e 5.

PRONAF – crédito e investimento – e, sobretudo, no período de execução do PEMH, quando puderam construir instalações que normalmente demandam altos investimentos.

Os produtores pesquisados que aceitaram participar do PEMH receberam incentivos para a construção de abastecedores comunitários, com abertura e adequação dos poços, instalação de bombas d'água, encanamento e hidrômetros. Esse benefício favoreceu a utilização coletiva de um poço e das bombas d'água, adequando a disponibilidade do recurso natural às necessidades de cada propriedade, com melhoria no manejo rural e na produção.

5.3.3. A infraestrutura de transporte e a comercialização da produção agropecuária

Um fator importante, capaz de agilizar a produção agropecuária e colocar os produtos no mercado são as condições de transporte. Dos 80 produtores entrevistados, verificou-se que 50% possuem automóveis, 15% têm caminhões e 17,5% contam com veículos utilitários.

Mesmo se entendendo que o veículo de passeio não se configura como infraestrutura produtiva, dois horticultores de Álvares Machado, um de Santo Expedito e um de Alfredo Marcondes relataram transportar hortaliças e legumes até a cidade em carreta puxada pelo automóvel.

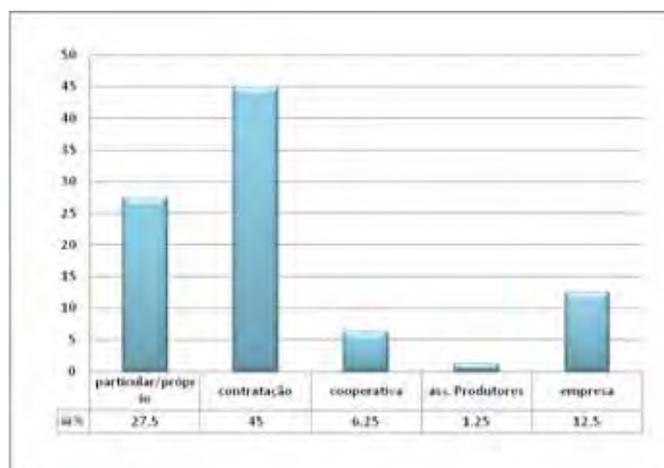
Os 15% que possuem caminhões desenvolvem atividades agrícolas e não-agrícolas, ou seja, o bem é usado tanto para escoamento da produção como para fretes diversos. Os 17,5% que possuem utilitários os empregam para os serviços rurais, transporte de ferramentas, insumos e implementos, além do transporte da família até a cidade.

A maior parte da produção agropecuária é transportada por caminhões contratados pelos produtores ou a cargo dos compradores. O Gráfico 29 mostra que 45% dos produtores contratam o transporte, 25,5% possuem meio próprios de escoamento, 12,5% são as empresas que recolhem o leite na propriedade¹⁰⁴ e 6,25% ficam a cargo de cooperativas às quais são associados. Os produtores que transportam sua produção vendem seus produtos – bovinos, porcos, galinhas, tubérculos, hortaliças e legumes – nas cidades mais próximas.

¹⁰⁴ Os laticínios que possuem contratos com os produtores rurais pesquisados são: Líder Alimentos, com sede em Lobato/PR, Laticínios Irmãos Carlucci, em Álvares Machado, Indústria e Comércio de Laticínios Quatá, de Teodoro Sampaio, Laticínio Santa Clara, de Presidente Prudente, e Laticínio Ipanema, de Rancharia.

Apenas 6,25% dos produtores vendem para cooperativas, que buscam a produção na propriedade, enquanto 1,25%, ou seja, um produtor, conta com ajuda da associação¹⁰⁵.

Gráfico 29 – Meios de escoamento da produção agropecuária utilizados pelos produtores rurais pesquisados dos municípios



Fonte: Trabalho de campo, 2010.

O produtor que não possui meio de transporte adequado contrata na cidade e se responsabiliza por eventuais perdas (no tempo de entrega e na qualidade do produto). Geralmente, são agricultores e pecuaristas que vendem no comércio local ou para frigoríficos¹⁰⁶.

Considerando-se a colocação dos produtos no mercado, percebeu-se que a produção agropecuária dos municípios pesquisados tem diferentes destinos. 43,75% vendem no mercado local – cidade mais próxima; 33,75% vendem para empresas da região¹⁰⁷, 10% para cooperativas, 5% nas feiras locais e 5% para o CEASA/CEAGESP¹⁰⁸, como se verifica pelo Gráfico 30.

¹⁰⁵ Esse produtor específico é do Bairro Sete Copas, município de Indiana. Por não possuir meio de transporte, a associação de produtores rurais do bairro lhe proporciona escoamento da produção. Ele relatou produzir feijão, melancia e olerícolas. A associação dos produtores rurais do Bairro Sete Copas, em Indiana, foi visitada duas vezes durante a pesquisa de campo e é uma das únicas com funcionamento efetivo durante o ano; possui representação política na Câmara de Vereadores e dois membros atuantes no CMDR.

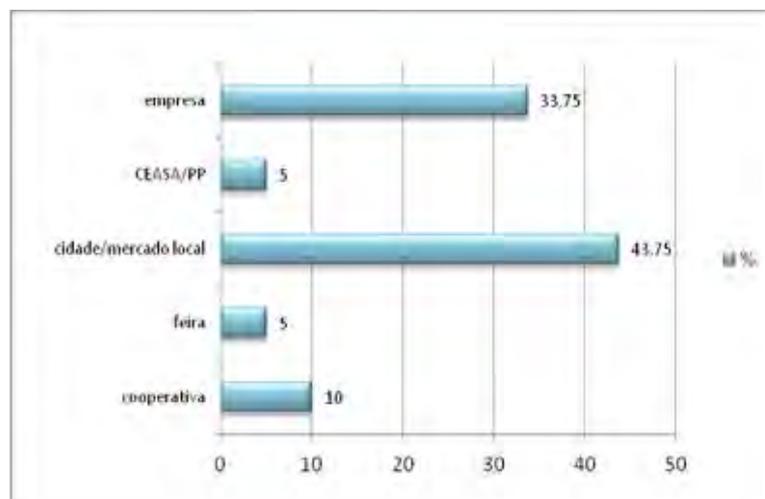
¹⁰⁶ Frigorífico Bon-mart e Frigomar Frigorífico, em Presidente Prudente; Beter Beef, em Presidente Prudente e Rancharia; Frigorífico Frimart, em Martinópolis.

¹⁰⁷ Idem 86 e 88.

¹⁰⁸ CEASA/CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo. Instalações de Armazéns convencionais e Silos verticais na cidade de Presidente Prudente/SP. Possuem capacidade de 15 mil/ton. Para os armazéns e 5 mil/ton. Nos silos e realizam serviços de armazenagem, limpeza, secagem e espurgo. Disponível em <http://www.ceagesp.gov.br/armazenagem/unidades/prudente> (acesso em jan. 2012.)

Dos 33,75% que comercializam com empresas, totalizando 27 produtores, 18 são com laticínios, 5 com frigoríficos¹⁰⁹, 4 vendem para laticínios e cerealistas e um para a Prefeitura local.

Gráfico 30 – Comercialização e destino da produção agropecuária dos produtores rurais pesquisados nos municípios do EDR de Presidente Prudente/SP – 2010.



Fonte: Trabalho de campo, 2010.

Além do mercado, outro fator importante são as condições de tráfego das estradas rurais. Em 1997, a Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo (CODASP) criou o Programa Melhor Caminho¹¹⁰, destinado à conservação das estradas rurais, que muito tem auxiliado em minimizar os problemas com tráfego, no espaço rural.

No final da década de 1990 e na primeira década do presente século, o PEMH também atuou com incentivos para a adequação de estradas rurais escolhidas pelas prefeituras onde haveria atuação do programa. Esses incentivos geralmente foram articulados a convênios (parcerias) entre Prefeitura, CATI e produtores locais¹¹¹.

Em todo o Estado, o PEMH adequou 1.630,7 quilômetros de trechos de estradas rurais. Nas áreas da bacia hidrográfica Aguapeí/Peixe, foram 262 quilômetros. Nos municípios pesquisados no EDR de Presidente Prudente, foram adequados trechos de estradas em Álvares Machado, Alfredo Marcondes, Caiabu,

¹⁰⁹ Idem 88.

¹¹⁰ O Programa Melhor Caminho é executado pela CODASP, por meio de convênios estabelecidos entre a SAA/SP e as prefeituras municipais. Tem como objetivo melhorar as condições das estradas rurais, facilitando o escoamento da produção agropecuária. O programa se incumbe de construir, recuperar e manter as estradas rurais e possui convênio com 566 municípios em todo o Estado de São Paulo. O programa foi instituído pelo Decreto nº. 41.721, de 17 de abril de 1997, tendo realizado, até o ano de 2011, benfeitorias em mais de 10.000 quilômetros de estradas rurais no Estado (www.codasp.sp.gov.br).

¹¹¹ Cf. Cap. 6.

Indiana e Martinópolis, em média entre 3 a 7 quilômetros por município (www.cati.sp.gov.br).

Apesar desses incentivos, as estradas rurais desses municípios não se encontram totalmente adequadas para circulação e transporte da produção. Constatou-se, em pesquisa de campo, que, nos municípios de Emilianópolis, Indiana e Álvares Machado, há estradas rurais que se encontravam parcialmente interrompidas por voçorocas ou à beira da interdição.

As dificuldades de escoamento da produção agropecuária não esbarram somente no quesito mercado. Existem outros fatores que precisam ser identificados no processo de produção, circulação e consumo dos produtos rurais. Quando se trata de produtos perecíveis, a dificuldade é ainda maior, devido às condições do tempo, das estradas, dos meios de transporte e do fornecimento dos produtos para os consumidores.

Segundo Norder (2004), o poder de comercialização do produtor rural depende de alguns aspectos: 1) das condições e estruturas na propriedade, que possibilitam vender seus produtos no mercado com agilidade; 2) do estabelecimento de parcerias com cooperativas e associações, que facilitam os meios de escoamento e armazenamento; 3) das condições das estradas, que garantam a chegada do produto ao destino final, para consumo em tempo hábil, diminuindo custo, melhorando a qualidade e reduzindo os preços aos consumidores.

Em termos gerais, as condições infraestruturais para produzir não se limitam aos aspectos endógenos, mas ao conjunto de elementos internos e externos, integrando sistema natural e produtivo.

5.4. As relações institucionais estabelecidas pelos produtores rurais pesquisados

Outro problema comum entre os produtores rurais pesquisados são as dificuldades de se articularem institucionalmente. No trabalho de campo, verificou-se a fraca articulação em rede entre os produtores, que favoreça melhor escoamento, armazenagem e estocagem dos produtos, bem como o acesso a informações econômicas e de mercado, referentes àquilo que produzem e comercializam.

Para Norder (2004), as articulações territoriais na agropecuária devem respeitar as necessidades locais e construídas socialmente, o que geraria impactos no setor produtivo e na estrutura social dos produtores. Para tanto,

[...] a emergência de articulações institucionais locais, envolvendo agricultores, agentes do mercado e do Estado, agências de extensão, assistência técnica e educação, organizações da sociedade civil [...], ademais, a diversificação da produção pode favorecer as atividades econômicas de um significativo número de pequenos comerciantes, alguns oriundos de famílias com histórico rural e agrícola (NORDER, 2004, p. 79).

Em linhas gerais, contatou-se participação parcial dos produtores junto aos órgãos oficiais e demais organizações da sociedade civil. A necessidade de articulações externas com as instituições se torna fundamental para o crescimento da produção e continuidade da reprodução social entre os rurais.

Com a redemocratização, as mudanças ocorridas no meio rural brasileiro, apesar de suas especificidades e da heterogeneidade, possibilitaram aos produtores rurais maior participação nos mecanismos de decisão, como, por exemplo, a atuação direta nos CMDRs. A existência dos CMDRs visa ao fortalecimento das ações populares e democráticas no espaço rural. Todavia, nem sempre isso ocorre.

Na verdade, a criação dos CMDRs foi induzida pela Constituição de 1988 e por políticas públicas federais e estaduais. Porém, as prefeituras geralmente fazem a escolha dos membros, levando em conta critérios políticos. Dinamizados pelo poder local, os conselhos geralmente não atuam com independência sobre as ações da prefeitura e do grupo que comanda a política (HESPANHOL; HESPANHOL, 2004).

Nos municípios pesquisados, as características dos CMDRs não fogem à regra. Três foram os fatores relatados pelos produtores rurais pesquisados nos oito municípios do EDR: a) a escolha dos membros do conselho não é feita pelos pares; b) disseram não haver estudo suficiente e desconhecer o mecanismo de funcionamento do mesmo; c) que os conselhos se configuram em instrumentos político-partidários ou do “grupo de apoio”.

Dentro dessa visão fechada do papel dos CMDRs, há também os fatores de paridade entre os membros: enquanto alguns possuem conhecimentos técnicos, jurídicos e poder de argumentação política, outros não. Silva e Marques (2004) constataram que os representantes do poder local podem se sair privilegiados;

Sua formação educacional, por sua trajetória profissional ou política, por seu acesso a informações privilegiadas e/ou pelo “poder simbólico” associado à posição que ocupa, o representante governamental tende a colocar-se, de saída, numa posição de superioridade em relação ao representante dos agricultores. Este

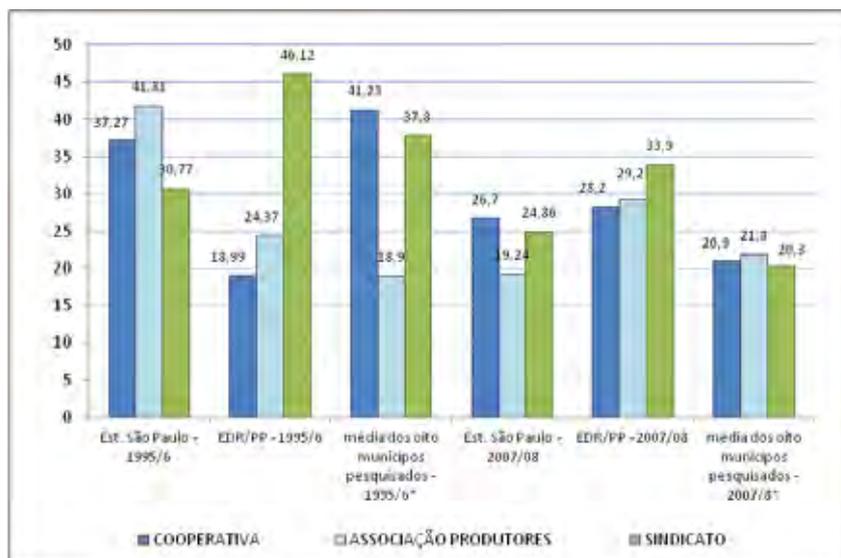
último, em geral é percebido como alguém desqualificado, despreparado, “incompetente para participar”. (SILVA; MARQUES, 2004, p. 17).

Percebeu-se que apenas 7,5% dos produtores pesquisados participavam do CMDR. Dos 80 entrevistados, em Indiana, dois revelaram compor o conselho. Em Alfredo Marcondes, também foram dois, em Presidente Bernardes e em Caiabu, um produtor por município, totalizando-se seis.

A participação dos produtores em organizações sociais e políticas podem ser igualmente evidenciadas junto às cooperativas, associações de produtores e sindicatos rurais. Embora a participação nessas organizações seja mais efetiva, em linhas gerais, observou-se que ela é pouco expressiva.

O Gráfico 31 apresenta os níveis de participação institucional dos produtores dos oito municípios pesquisados, em relação ao EDR de Presidente Prudente e ao Estado de São Paulo.

Gráfico 31 – Participação dos produtores rurais em organizações sociais coletivas – Estado de São Paulo, EDR de Presidente Prudente e nos oito municípios pesquisados¹¹² (1995/96 e 2007/08)



Fonte: Levantamento das Unidades de Produção Agropecuária (LUPA), Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), SAA/SP, 1995/96; 2008/08

Os dados do LUPA 1995/96 e 2007/08 mostram as porcentagens de participação em cooperativas, associações de produtores e sindicatos rurais, durante o período. Em relação ao primeiro levantamento, verifica-se que, em 2007/08, a adesão

¹¹² A média simples entre os oito municípios pesquisados é resultado da soma das porcentagens de participação em cooperativas, associações de produtores e sindicatos rurais, dividida pelas oito localidades, nos períodos dos levantamentos da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, em 1995/96 e 2007/08.

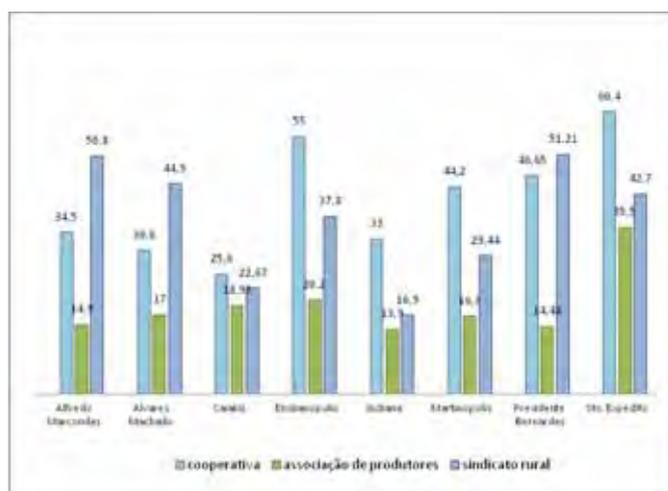
aos órgãos coletivos sofreu relativa queda. Em 1995/96, no Estado de São Paulo, 37,27% dos produtores eram cooperados, no EDR eram 18,99% e a média entre os oito municípios pesquisados era de 41,23%.

Quanto à participação nas associações de produtores rurais, no Estado, a porcentagem era de 41,81%; no EDR, de 24,37%, sendo a média dos oito municípios de 18,9%. No caso dos sindicatos rurais, em São Paulo, eram 30,77% participantes, no EDR, 46,12%, e a média dos oito municípios foi de 37,8%.

Em 2007/08, no Estado de São Paulo, verificou-se a diminuição da porcentagem de cooperados para 26,7%. No EDR de Presidente Prudente, esta caiu para 28,2%, enquanto a média dos municípios pesquisados foi de 20,9%. Porém, a porcentagem de produtores associados aumentou no EDR e na média entre os oito municípios, subindo, respectivamente, para 29,2% e 20,8%. Todavia, verificou-se também queda nas porcentagens de participação sindical, principalmente no EDR, decaindo de 46,12% para 33,9%.

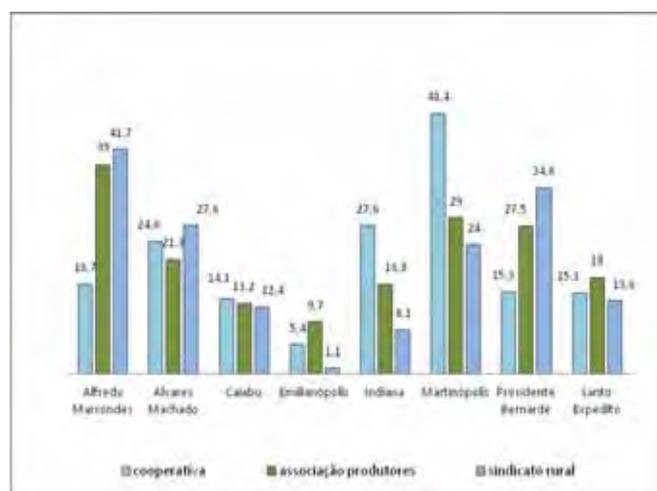
Ao comparar os dados nos oito municípios pesquisados, notou-se aumento na porcentagem de participantes em associações de produtores rurais, entre 1995/96 e 2007/08.

Gráfico 32 – Participação dos produtores rurais dos municípios do EDR de Presidente Prudente/SP em organizações sociais coletivas - 1995/96



Fonte: LUPA; CATI, 1995/96; 2007/08

Gráfico 33 – Participação dos produtores rurais dos municípios do EDR de Presidente Prudente/SP em organizações sociais coletivas - 2007/08.



Fonte: LUPA; CATI, 1995/96; 2007/08

A participação em associações de produtores cresceu em Alfredo Marcondes, Santo Expedito, Martinópolis e Presidente Bernardes. Em Álvares Machado, em entrevista com o responsável pela Casa da Agricultura, ouviu-se relato de

que os produtores rurais sempre se articularam em associações e constituíram uma Federação, que foi desativada devido a problemas políticos e institucionais. Mesmo assim, ainda há associações no município.

Com o trabalho de campo, constatou-se que o aumento da participação ou a troca de vínculos das cooperativas para as associações de produtores, em parte, devem-se às exigências do PEMH, que, para conceder incentivos coletivos, estimula o associativismo.

A participação em cooperativas decaiu em Álvares Machado, Alfredo Marcondes, Caiabu e Presidente Bernardes, entre 1995/96 e 2007/08. Em Emilianópolis e Santo Expedito, a queda foi substancial: no primeiro, decaiu de 55% para 5,4%, ao passo que, no segundo, de 60,4% para 15,1% (Gráficos 33 e 34). Nestes dois últimos, os produtores relataram que se desvincularam das cooperativas de leite de Álvares Machado e de Presidente Bernardes e passaram a produzir em sociedade, vendendo seu produto para clientes diversificados, de acordo com o preço. Em Martinópolis, pode-se observar o crescimento de cooperados devido ao trabalho da Cooperativa Agrária de Cafeicultores da Zona de Lucélia (CAZOLA), que foi de 44,2% para 48,4%.

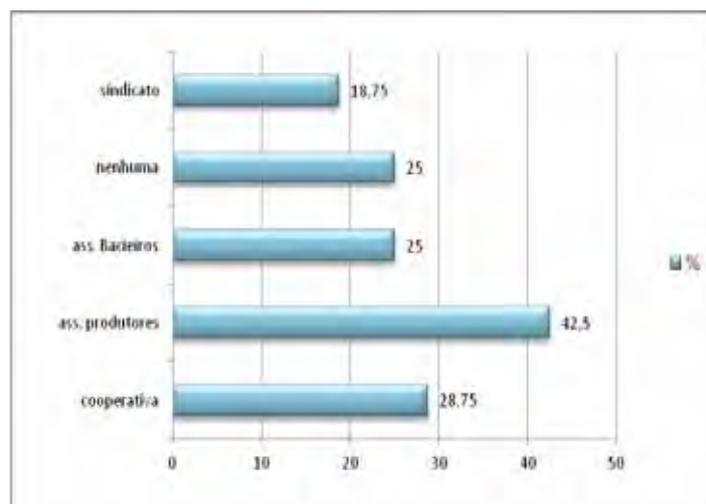
A participação sindical também apresentou queda entre 1995/96 e 2007/08, principalmente em Emilianópolis, onde decaiu de 37,8% para 1%. Em Álvares Machado, passou de 44,9% para 27,6%, em Caiabu, de 22,67% para 12,4%, e, em Santo Expedito, de 42,7% para 13,6% (Gráficos 33 e 34).

Do total de produtores entrevistados nesses municípios, 67,5% participavam, em 2010, das associações de produtores, sendo 42,5% das associações tradicionais e 25% das novas associações formadas para se adequarem às exigências do PEMH e receberem incentivos.

A participação em cooperativas, em 2010, era relativamente baixa, de 28,75%, e nos sindicatos rurais é ainda menor, de 18,75%. Dos produtores entrevistados nos oito municípios, 25% revelaram não participar dessas organizações nem ter interesse (gráfico 34).

Em linhas gerais, mesmo se observando crescimento da participação em associações e aumento do número dessas instituições, nota-se envolvimento parcial com as organizações de caráter político-social e econômico, com as quais poderiam estreitar as relações institucionais e os vínculos entre políticas públicas, seus mecanismos de funcionamento e os agentes envolvidos.

Gráfico 34 – Participação dos produtores rurais dos municípios do EDR de Presidente Prudente em organizações sociais (%)



Fonte: Trabalho de campo 2010.

Por conseguinte, um aspecto negativo é o baixo interesse de participação efetiva nos CMDRs. Contudo, um aspecto positivo é o crescimento do associativismo entre os produtores participantes do PEMH e o estreitamento das relações institucionais entre eles, os órgãos estatais e parte do projeto político local para o espaço rural.

Verificou-se também a atuação do conselho e das associações de produtores, sobretudo nos municípios com menor concentração fundiária, onde predominam as pequenas e médias propriedades, quais sejam: Álvares Machado, Alfredo Marcondes e Indiana.

A presença da categoria do produtor familiar e a relativa participação das comunidades sobre o que se deseja para o rural; a interferência – nas decisões que incidem no meio e a busca por uma gestão participativa – embora seja com pouco envolvimento – denotam abertura para novas relações no contexto das políticas públicas que abordam o desenvolvimento territorial.

5.5. A disponibilidade e as condições das matas e dos recursos hídricos nas propriedades rurais dos municípios pesquisados

Além das condições infraestruturais dos produtores, verificou-se a disponibilidade e as situações de preservação das matas, dos cursos d'água e nascentes presentes nas propriedades rurais, em 2010.

Constatou-se, para tanto, que em 65% das propriedades havia APP em boas condições, com algumas em estágio de recuperação, como demonstra a Figura 12. Quanto à reserva legal (averbada), apenas oito produtores afirmaram estar regularizada, pelo fato de a propriedade estar inventariada. Entretanto, a maioria ainda confunde a existência de reserva legal com APPs, que se trata de coisas diferentes.



Figura 12 – Aspecto da APP recuperada (ao fundo) em propriedade onde se produz leite. Microbacia do Ribeirão Alegre – Martinópolis/SP (2010), inserida no Programa em 2003.

Do total entrevistado, 13,75% afirmaram estar recuperando as APPs, cercando-as e plantando mudas. Os recursos do PEMH viabilizaram essas ações, afirmaram os produtores. 16,25% disseram estar reflorestando áreas com eucalipto, para investimento futuro. No geral, 75% das propriedades ocupam o solo predominantemente com pastagens, não se observando em nenhuma delas a existência de solo descoberto.

Em 76,5% das propriedades analisadas, há água corrente, sendo que em 20,5% existem dois ou mais cursos de água. 56,5% dispõem de nascentes, o que possibilita a construção de barragens e a captação de água para residência. Em 14% das propriedades, há duas ou mais.

Quanto à disponibilidade de água, poucas são as propriedades que não a possuem; para estas, disponibilizou-se uma linha de incentivos do PEMH, tanto para produtores que não dispunham de água no local, como para aqueles em que a água era de difícil acesso.

Ao longo dos anos, houve grande degradação do meio ambiente nessas localidades, provocando a escassez de água e desmatamento em vários espaços observados. Contudo, nos municípios onde predominam as pequenas propriedades até

50 hectares, como Alfredo Marcondes e Indiana, tem-se maior presença da vegetação arbórea e das águas correntes.

Embora os programas Melhor Caminho e Microbacias promovessem a recuperação de estradas rurais – sendo que o segundo atuou intensamente no controle de erosão –, em muitas localidades a escolha dos territórios para intervenção da política pública não contemplou áreas de intensa degradação ambiental, as quais necessitam de cuidados emergenciais.

Em Emilianópolis e Indiana, produtores com propriedade nas microbacias contempladas pelo PEMH relataram que houve adequação de estradas rurais, mas alguns trechos críticos que separam o perímetro urbano do rural, onde há maior vazão das enxurradas urbanas, não foram atendidos. Assim, as águas pluviais oriundas das enxurradas se direcionam para as áreas de maior declividade, prejudicando propriedades rurais próximas da cidade, causando imensas voçorocas que avançam espaço rural adentro, o que pode ser identificado na Figura 13.



Figura 13 – Avanço de voçoroca em propriedade rural no município de Indiana, decorrente das águas pluviais oriundas das enxurradas urbanas (2010)

Mesmo se sabendo que os resultados da preservação ambiental serão de médio e longo prazo, as possibilidades de se entender o rural como território – onde permeiam os valores humanos e naturais, tanto físicos como abstratos – estão presentes nas abordagens das políticas públicas recentes que visam ao desenvolvimento. Num contexto geral, esses territórios rurais constituem espaços dotados de riquezas humanas e naturais e, no caso brasileiro, deve-se levar em conta as especificidades regionais e locais, vista a diversidade dos ambientes e heterogeneidade populacional.

6. AS REPERCUSSÕES DO PRONAF E DO PEMH NOS MUNICÍPIOS ESTUDADOS NO EDR DE PRESIDENTE PRUDENTE/SP

Se o sentido da política é a liberdade, então isso significa que nós, nesse espaço, e em nenhum outro, temos de fato o direito de ter a expectativa de milagres. Não porque acreditemos [religiosamente] em milagres, mas porque os homens, enquanto puderem agir, são aptos a realizar o improvável e o imprevisível, e realizam-no continuamente, quer saibam disso, que não (ARENDR, 1993, p. 122)

Neste capítulo, serão abordadas as repercussões e os níveis de aceitação do PRONAF e do PEMH entre os produtores rurais investigados, nos oito municípios estudados no EDR de Presidente Prudente/SP. Vale ressaltar que a pesquisa considerou as realidades dos produtores rurais de oito municípios da região, que possuem propriedades cujas áreas variam de 20 a 100 hectares, de produção familiar e que têm parte de suas rendas atrelada a produção agropecuária. Como ressaltado, o PRONAF teve início na metade da década de 1990, por iniciativa do governo federal, enquanto o PEMH partiu de convênio entre o Governo do Estado de São Paulo e o BIRD, executado a partir de 2000.

O PRONAF continua, até o presente momento, fornecendo crédito para investimento e custeio aos produtores familiares em todo o território nacional, e o PEMH teve duração até 2009, sendo que, no ano de 2011, foi iniciada a segunda edição do programa, o Microbacias II¹¹³.

¹¹³ O Microbacias Dois (acesso ao mercado) é um projeto do Governo do Estado de São Paulo, em parceria com o Banco Mundial. É executado, a partir de 2012 pela SAA/SP, por intermédio da CATI, e pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente, através da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais (CBRN). O projeto prevê um orçamento de 130 milhões de dólares a ser executado em cinco anos. O principal objetivo do programa é promover o desenvolvimento rural sustentável no Estado de São Paulo, ampliando as oportunidades de emprego e renda, a inclusão social, a preservação dos recursos naturais e o bem-estar da comunidade. Busca-se também reforçar a participação dos agricultores familiares na formação de cadeias produtivas, fortalecendo sua capacidade de negociação coletiva de modos que sejam agentes de mercado com objetivo do aumento da competitividade da agricultura paulista, todavia com segurança ambiental. As estratégias se consistem em: “a) Aumentar a produtividade e melhoria da qualidade dos produtos; b) Integrar melhores práticas de manejo do solo e da água e sistemas de produção mais competitivos e sustentáveis; c) Fortalecer a capacidade organizacional e gerencial das organizações de produtores rurais; d) Promover uma participação mais ativa dos agricultores familiares e suas organizações (associações, cooperativas) para se integrarem de forma competitiva nas cadeias produtivas, nas regiões onde há uma vantagem comparativa (CATI, 2012). Até agosto de 2011, quando esteve aberta a chamada pública para participação no programa, havia 134 manifestações de interesses em 103 municípios do Estado, localizados em 33 regiões. Estas manifestações envolveriam 4.000 produtores rurais, dos quais 3.400 se tratavam de agricultores familiares (CATI, 2011).

6.1. A inserção e atuação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF – nos municípios pesquisados no EDR de Presidente Prudente

Desde a década de 1990, muitos pequenos e médios produtores rurais da região de Presidente Prudente têm-se beneficiado da política de juros reduzidos do PRONAF, para investirem nas lavouras, na exploração leiteira e na criação de pequenos animais. Com auxílio do programa, houve modificação na base produtiva agrícola das propriedades. Aos produtores, o PRONAF oferece duas modalidades de financiamento: custeio e investimento.

Foram investigadas 80 propriedades rurais, onde se procurou indagar quem havia contraído crédito do PRONAF, entre 1999 e 2010, constatando-se que um em cada três produtores pesquisados teve acesso a pelo menos uma modalidade de crédito, no decorrer do período.

A experiência com o PRONAF tem modificado, aos poucos, as opiniões dos produtores a respeito dos incentivos públicos para o setor agropecuário, mesmo porque, entre 1980 e 1995, não tiveram experiências muito agradáveis com financiamentos bancários.

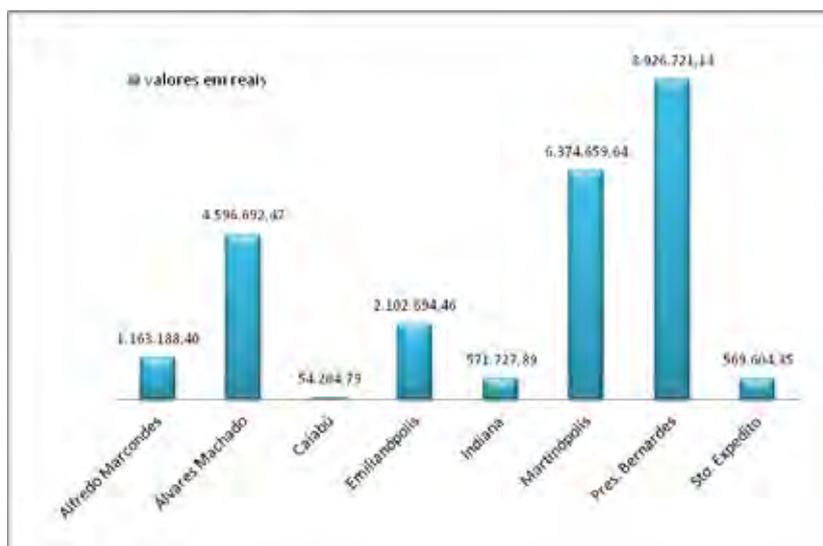
No Gráfico 35, podem ser observados os montantes de recursos do PRONAF contraídos pelos produtores pesquisados nos oito municípios estudados no EDR, entre os anos agrícolas 1999/2000 e 2008/2009.

Esta série histórica do PRONAF permite compreender a inserção do programa nos oito municípios estudados. Os que tiveram maiores montantes em recursos foram Presidente Bernardes, com total de R\$ 8.926.721,14, Martinópolis, com R\$ 6.374.659,64, e Álvares Machado, com R\$ 4.596.692,47.

Todavia, nos dois primeiros, deve-se considerar a chegada de trabalhadores rurais sem-terra na década de 1990, que atualmente são assentados. Em Martinópolis, as áreas dos assentamentos se localizam na parte centro-sul do município e, em Presidente Bernardes, na parcela sul. Com a consolidação do processo de assentamentos nesses municípios¹¹⁴, as famílias assentadas tiveram acesso aos recursos do PRONAF para custeio das safras e investimentos, organizando-se as infraestruturas produtivas nos lotes.

¹¹⁴ Observar diferenças em relação aos municípios menores, Gráfico 35.

Gráfico 35 – Montantes dos recursos do PRONAF adquiridos pelos produtores rurais nos oito municípios pesquisados no EDR de Presidente Prudente/SP – série histórica 1999/2000 a 2008/2009

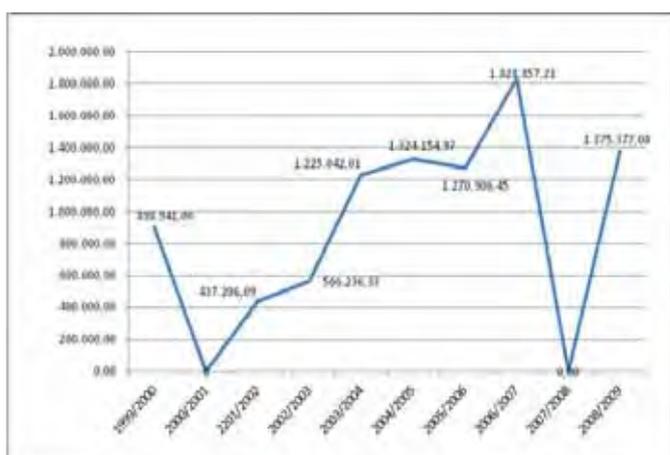


Fonte: www.mda.gov.br/saf, 1º sem 2010.

Em Álvares Machado, leva-se em conta a forte presença da agricultura familiar nos extratos pequenos e médios, com destaque para a produção de leite e olerícolas.

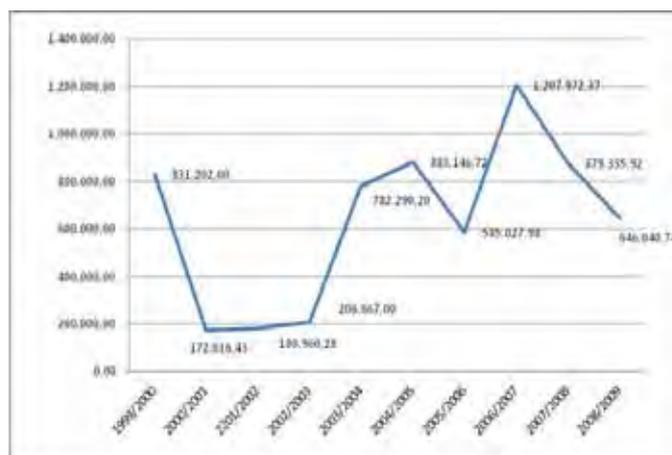
Os dados dos Gráficos 36, 37 e 38 apresentam a evolução dos montantes de crédito nos municípios que mais receberam recursos do PRONAF, entre os anos agrícolas 1999/2000 e 2008/2009.

Gráfico 36 – Evolução dos montantes de crédito do PRONAF no município de Presidente Bernardes/SP – 1999/2009



Fonte: www.mda.gov.br/saf - 1º sem 2010.

Gráfico 37 – Evolução dos montantes de crédito do PRONAF no município de Martinópolis/SP – 1999/2009



Fonte: www.mda.gov.br/saf - 1º sem 2010.

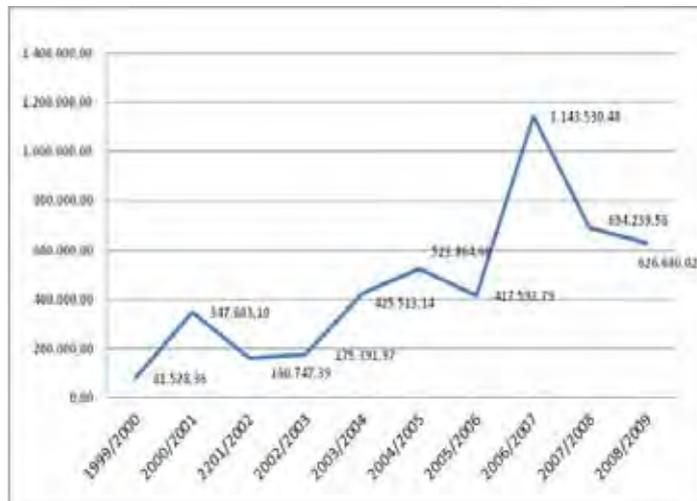
Em Presidente Bernardes e em Martinópolis, houve diminuição dos recursos nos anos agrícolas 1999/2000 e 2001/2002 e aumento a partir dos anos agrícolas 2000/2001 e 2003/2004, oscilando negativamente, em 2004/2005 e

2005/2006. Em Presidente Bernardes, os produtores não recorreram ao PRONAF no ano agrícola 2007/08, contudo, voltaram a se interessar em 2008/09. Em Martinópolis, o ano agrícola de 2006/07 foi o de maior adesão, com diminuição dos recursos em 2007/08 e 2008/09, entretanto, os montantes ainda foram superiores aos anos agrícolas de 2000/01 até 2002/03. Nessas localidades, a evolução dos montantes se deu em período posterior à implantação de assentamentos dos “trabalhadores sem-terra” e nos primeiros anos do governo Lula, quando foi disponibilizado maior volume de recursos para o programa.

Em Álvares Machado, houve crescimento dos montantes em recursos entre 1999 a 2001 e, posteriormente, entre os anos agrícolas de 2002/03 até 2006/07, oscilando para baixo em 2005/2006, com decréscimo no período posterior, como demonstra o Gráfico 38.

Dois fatores podem estar ligados à diminuição dos recursos do PRONAF, nesses municípios. O primeiro se deve à evolução do cultivo da cana-de-açúcar em Martinópolis e Presidente Bernardes, e o segundo pode estar associado ao recebimento dos incentivos do PEMH, nas localidades.

Gráfico 38 – Evolução dos montantes de crédito do PRONAF no município de Álvares Machado/SP – 1999/2009



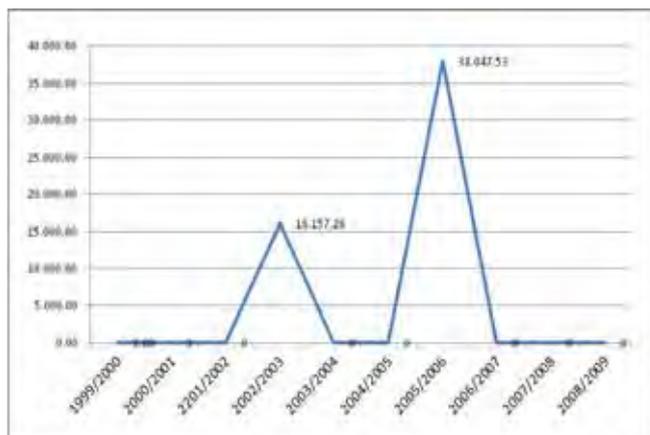
Fonte: www.mda.gov.br/saf - 1º sem 2010.

Em contrapartida, os municípios que acessaram os menores volumes de recursos do PRONAF foram Caiabu, com R\$ 54.204,79, Santo Expedito, com R\$ 569.604,35, e Indiana, com R\$ 571.727,89, como pode ser verificado nos Gráficos 39, 40 e 41.

Apesar do predomínio das pequenas e médias propriedades nesses municípios, em Caiabu, os produtores recorreram ao programa somente nos anos

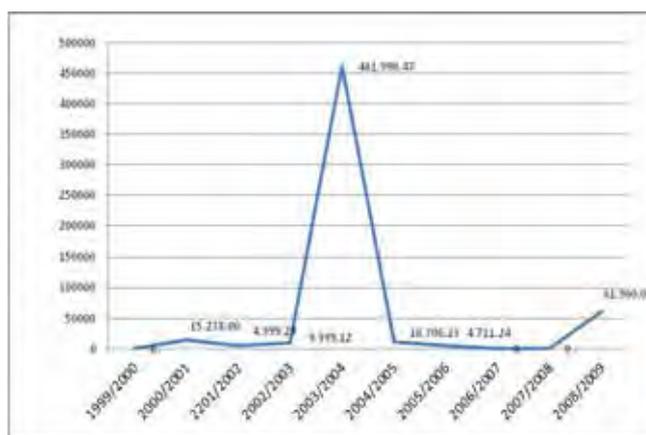
agrícolas de 2002/2003 e 2005/2006. Segundo relatos da Casa da Agricultura local, no primeiro período, foi para investimento em bovinos mistos, principalmente para produção de leite, e, no segundo, em galinhas poedeiras para produção de ovos e suínos¹¹⁵. Ressalta-se também que o referido município possui muitas áreas arrendadas para plantio da cana-de-açúcar, desde a década de 1990.

Gráfico 39 – Evolução dos montantes de crédito do PRONAF no município de Caiabu/SP – 1999/2009



Fonte: www.mda.gov.br/saf - 1º sem 2010.

Gráfico 40 – Evolução dos montantes de crédito do PRONAF no município de Santo Expedito/SP – 1999/2009



Fonte: www.mda.gov.br/saf - 1º sem 2010.

Em Santo Expedito, segundo informações da Casa da Agricultura, os recursos do PRONAF, no ano agrícola de 2003/04, foram investidos em bovinos mistos para a produção de leite e no cultivo de batata-doce¹¹⁶.

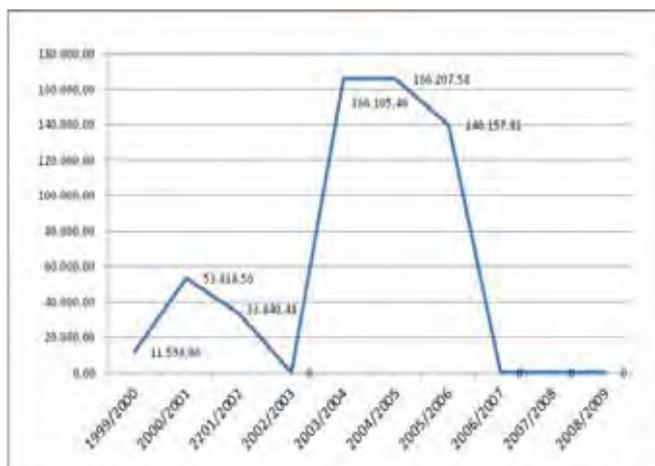
Em Indiana, houve evolução positiva em dois períodos específicos, sendo o primeiro entre 1999/2000 e 2001/2002 e o segundo entre 2002/2003 e 2003/2004. No primeiro período, segundo relatos dos produtores pesquisados, houve aumento do efetivo de bovinos mistos, em grande parte destinado à produção de leite. No segundo, além do bovino misto, destaca-se a inserção da seringueira, produção de ovos, suínos e uva¹¹⁷.

¹¹⁵ Segundo dados do IEA, do governo de São Paulo, em Caiabu, a partir do ano agrícola 2001/02, houve investimento em 22.000 cabeças de bovinos mistos, sendo 14.000 para produção de leite. Em 2005/06, os investimentos foram em 1.000 cabeças de galinhas de ovos com produção de 20 mil dúzias/ano, e 300 cabeças de suínos para abate, produzindo-se 1.500 arrobas (www.ciagri.iea.sp.gov.br).

¹¹⁶ Em Santo Expedito, os dados do IEA mostram incremento no cultivo de batata-doce, aumentando a área de 80 para 100 hectares, e em 8.000 cabeças de bovino, sendo 4.000 especificamente para leite e 4.000 mistos (www.ciagri.iea.sp.gov.br).

¹¹⁷ Os relatos dos produtores, sobretudo da Associação do Bairro Sete Copas, corroboram com os dados do IEA, sendo que, a partir do ano agrícola 200/01, verificou-se a substituição por completo das lavouras tradicionais pela produção do bovino misto. Desde 2003, notifica-se a ascensão da cultura da seringueira, com 10.000 pés novos e 55.000 em produção, totalizando de 275.000 a 300.000 kg de coágulos/ano. O crescimento do efetivo de galinhas poedeiras ocorre de 2001 a 2007, com 45.000 cabeças; o número de suínos para abate cresce a partir do ano agrícola 2003/04 com investimento em 530 cabeças. A produção

Gráfico 41 – Evolução dos montantes de crédito do PRONAF no município de Indiana/SP – 1999/2000 e 2008/2009

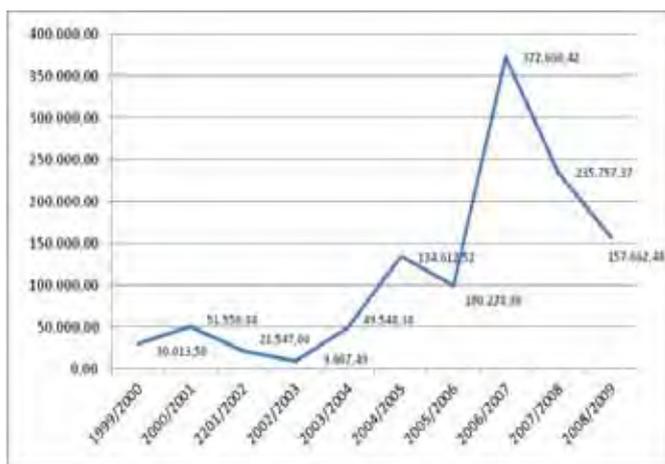


Fonte: www.mda.gov.br/saf - 1º sem 2010.

Comparando-se os dados dos gráficos anteriores, nota-se que os anos agrícolas entre 2003/04 e 2006/07 marcam o período de maior injeção de recursos provenientes do PRONAF, nos municípios estudados.

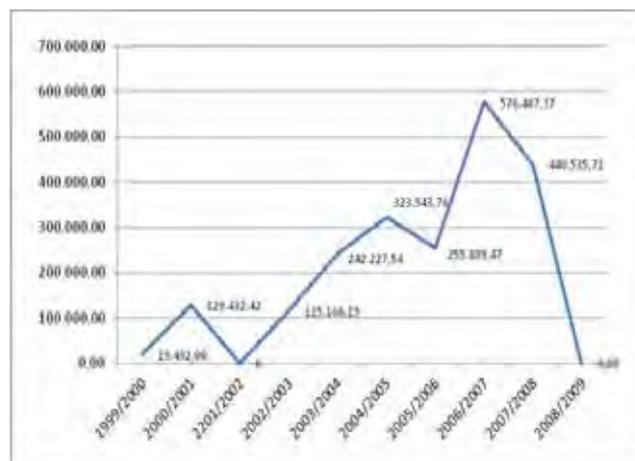
Em Alfredo Marcondes, houve recursos em todo o período, com evolução nos montantes a partir de 2003, reduzindo-se no ano agrícola 2007/08 (Gráfico 42). Em Emilianópolis, os produtores não recorreram ao programa nos anos agrícolas 2001/02 e 2008/09. Porém, os recursos aumentaram entre os anos agrícolas de 2002/03 a 2006/07 (Gráfico 43).

Gráfico 42 – Evolução dos montantes de crédito do PRONAF no município de Alfredo Marcondes/SP – 1999/2009



Fonte: www.mda.gov.br/saf - 1º sem 2010.

Gráfico 43 – Evolução dos montantes de crédito do PRONAF no município de Emilianópolis/SP – 1999/2009



Fonte: www.mda.gov.br/saf - 1º sem 2010.

de uva ganha destaque no ano 2000, com 45.000 pés novos, e cresce em 2005 para 50.000, produzindo-se 25.000 caixas/ano (6/7 kg) www.ciagri.iaea.gov.br.

Nos primeiros anos do século XXI, observou-se uma evolução do PRONAF em âmbito nacional, como ressaltado por Guanzioli (2007), Schneider, Cazella e Mattei (2004). Contudo, no EDR de Presidente Prudente, as evoluções se deram nos primeiros anos do governo Lula e, posteriormente, nos anos agrícolas 2005/06 e 2007/08, como demonstra o Gráfico 44.

De fato, a redução dos montantes de recursos do PRONAF, desde o ano agrícola 2007/08, pode estar relacionada à evolução da cultura da cana-de-açúcar em vários municípios da região.

Gráfico 44 – Montantes dos Recursos PRONAF destinados aos oito municípios estudados no EDR de Presidente Prudente, nos períodos dos anos agrícolas 1999/2000 a 2008/2009 (reais).



Fonte: www.mda.gov.br/saf, anos agrícolas 1999/00 – 2008/09

Nos municípios onde os recursos foram menores, durante os anos agrícolas 2004/05 e 2007/08, os investimentos foram na ampliação do rebanho de gado misto. Nos anos agrícolas de 2007/08 e 2008/09, deve-se considerar o período final do PEMH no fornecimento de incentivos para os pequenos e médios produtores.

Em termos de contratos, verifica-se que os municípios de Presidente Bernardes e Martinópolis, ao longo dos dez anos, se destacaram com 1.642 e 1.105, respectivamente. Além destes, Álvares Machado, com 750, também se destacou. Em Emilianópolis, o número foi bem inferior (308 contratos), como pode ser percebido na Tabela 17.

Em Caiabu e Santo Expedito, o número de contratos foi inferior, sendo, respectivamente, de 43 e 47, durante todo o período. Em Alfredo Marcondes, Álvares Machado e Martinópolis, os produtores rurais recorreram ao PRONAF em

todos os anos agrícolas, enquanto, em Presidente Bernardes, não aparece contrato somente ano agrícola de 2007/08.

Tabela 17 – Número de contratos do PRONAF nos municípios pesquisados no EDR de Presidente Prudente: série histórica dos anos agrícolas de 1999/2000 a 2008/2009

Município	Alfredo Marcondes	Álvares Machado	Caiabu ¹¹⁸	Emilianópolis	Indiana	Martinópolis	Pres. Bernardes	Santo Expedito ¹¹⁹
Ano agrícola	Nº contratos	Nº contratos	Nº contratos	Nº contratos	Nº contratos	Nº contratos	Nº contratos	Nº contratos
1999/2000	7	20	0	4	4	109	187	0
2000/2001	12	85	0	37	13	47	0	4
2201/2002	6	41	0	0	9	55	160	1
2002/2003	3	39	4	32	0	70	104	2
2003/2004	10	83	0	47	25	138	249	32
2004/2005	18	94	0	53	32	156	277	2
2005/2006	13	76	39	36	29	121	240	1
2006/2007	42	141	0	52	0	179	237	0
2007/2008	25	100	0	47	0	136	0	5
2008/2009	15	71	0	0	0	94	188	0
total	151	750	43	308	112	1.105	1.642	47

Fonte: www.mda.gos.br/saf, anos agrícolas 1999/00 – 2008/09

Embora os recursos do PRONAF se concentrassem mais em Presidente Bernardes, Martinópolis e Álvares Machado, ao comparar-se os montantes de recursos com o número de contratos nos dez anos (Tabela 12), constata-se que a média de recursos – por produtor – foi maior em Alfredo Marcondes, com R\$ 6.433,44 *per capita*¹²⁰, depois em Álvares Machado, com R\$ 5.665,71, seguido de Martinópolis, com R\$ 5.378,00. Em Emilianópolis, a média foi de R\$ 5.079,43 *per capita* e em Presidente Bernardes de R\$ 4.301,24. As menores médias *per capita* foram em Caiabu, com R\$ 501,48 por produtor, em Santo Expedito, com R\$ 3.991, e em Indiana, com R\$ 2.747.

O Gráfico 45 indica a evolução do número de contratos no período compreendido entre os anos agrícolas 1999/2000 e 2008/2009. Nos anos agrícolas de 2004/05 e 2006/07, os produtores rurais dos municípios pesquisados no EDR efetuaram respectivamente 632 e 651 contratos com o PRONAF. Em 2003/04, foram fechados 584 e, em 2005/06, foram 555.

¹¹⁸ Referências aos contratos PRONAF nos anos agrícolas 2002/02 e 2005/06, idem 1.

¹¹⁹ Referências aos contratos PRONAF no ano agrícola 2003/04, idem 2.

¹²⁰ As médias *per capita* foram calculadas a partir da equação do montante em recursos dividido por número de contratos/ano, e retirada a média no período dos dez anos da série histórica PRONAF, dos anos agrícolas entre 1999/2000 a 2008/2009.

Gráfico 45 – Número de contratos efetuados pelo PRONAF nos municípios pesquisados no EDR de Presidente Prudente/SP - série histórica: anos agrícolas 1999/2000 a 2008/2009.



Fonte: www.mda.gos.br/saf, anos agrícolas 1999/00 – 2008/09

Os anos agrícolas de menor adesão foram 2000/01 e 2002/03, com 198 e 254 contratos, respectivamente. No final do período, no ano agrícola de 2007/08, houve redução para 313, crescendo novamente em 2008/09 para 368 contratos.

Todavia, a quantidade de recursos pode não ser simétrica ao número de contratos, dependendo da linha de crédito vinculada, do Grupo em que se enquadra o agricultor e do valor escolhido individualmente, dentro dos limites oferecidos pelo programa.

Entre os anos agrícolas 1999/00 a 2002/03, ocorreu queda na quantidade de contratos de crédito e investimento nos municípios pesquisados no EDR. A partir de 2003, com a mudança no projeto político por parte do governo federal e a intensificação de investimentos na área social, houve grande incentivo para captação de crédito de custeio e investimento, quando se aumentou o número de contratos, com crescimento até o ano agrícola de 2007/08.

Os dados do trabalho de campo mostram que, em 2010, 20% dos produtores entrevistados contraíram empréstimos do PRONAF.

6.1.1. A agricultura familiar e a territorialização do PRONAF em municípios pesquisados no EDR de Presidente Prudente/SP

Os oito municípios pesquisados no EDR de Presidente Prudente possuem grande número de estabelecimentos agropecuários classificados como de agricultura familiar. Desde os primórdios da ocupação regional, um dos aspectos que

possibilitou a ocupação dessas áreas rurais foi a presença da agricultura familiar, embora não fosse reconhecida por esse termo.

Muito do que se produziu na agropecuária ao longo de quase um século de ocupação foi fruto do trabalho familiar, na condição de proprietários, colonos, meeiros e arrendatários.

Considerando-se a relação território e porcentagem de área ocupada pela agricultura familiar, exceto Martinópolis, os outros sete municípios possuem mais de 10% de sua área caracterizada pela agricultura familiar. Em Indiana, Caiabu e Presidente Bernardes, essa área varia entre 14,8 a 28,6% do total.

Em Álvares Machado e em Santo Expedito, as áreas ocupadas por estabelecimentos da agricultura familiar variam entre 28,7 a 39,4% do total municipal e, em Alfredo Marcondes, mais de 39% correspondem a estabelecimentos desse tipo, como pode ser observado no Mapa 4.

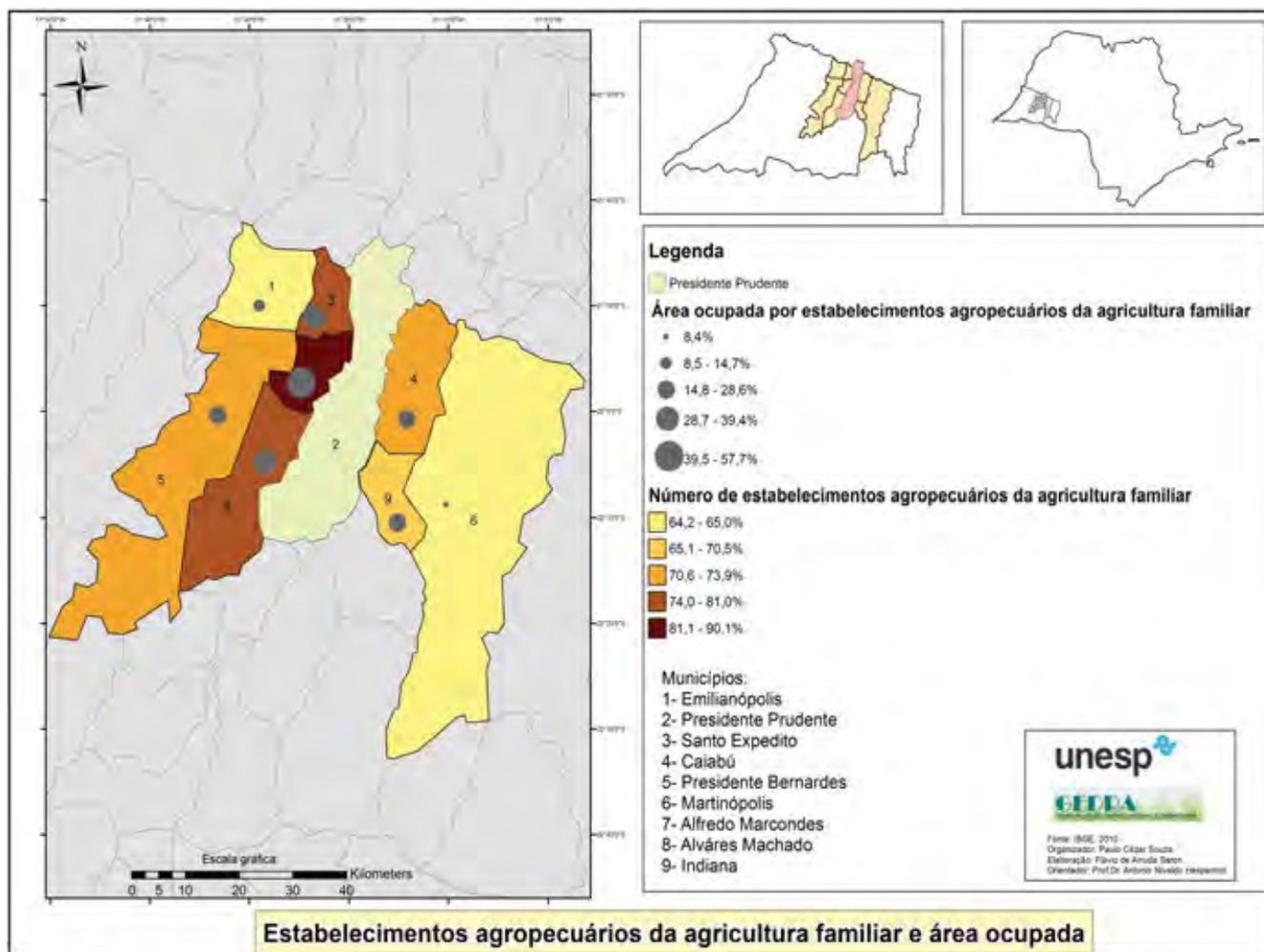
Contudo, tendo-se em vista a porcentagem de estabelecimentos da agricultura familiar, o Mapa 4 mostra que, em Alfredo Marcondes, entre 81 e 90% dos estabelecimentos agropecuários são caracterizados pela agricultura familiar, ao passo que, em Santo Expedito e Álvares Machado, estão entre 74 e 81% do total. Em Presidente Bernardes e Caiabu, a porcentagem de estabelecimentos da agricultura familiar varia entre 70 e 73,9% e, em Indiana, também é elevada, ficando entre 65 a 70,5% (BRASIL, 2010).

Em Martinópolis e Emilianópolis, o número de estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar está abaixo de 65%, ainda que mais da metade desses territórios possam ser caracterizados por esse tipo de propriedade (BRASIL, 2010).

Nos municípios menores, as porcentagens de área e número de propriedades com agricultura familiar são mais elevadas (Mapa 4). Isso representa maior concentração fundiária, principalmente em Martinópolis, enquanto, em Alfredo Marcondes, Álvares Machado e Santo Expedito, a concentração é bem menor.

Contrapondo-se as porcentagens das áreas ocupadas pela agricultura familiar ao número de propriedades, verificou-se o predomínio da categoria nos municípios menores, exceto em Emilianópolis. Todavia, a categoria é expressiva também em Presidente Bernardes, que possui um extenso território.

Mapa 4 – Estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar e área ocupada nos oito municípios pesquisados no EDR de Presidente Prudente/SP (2010) - (%)



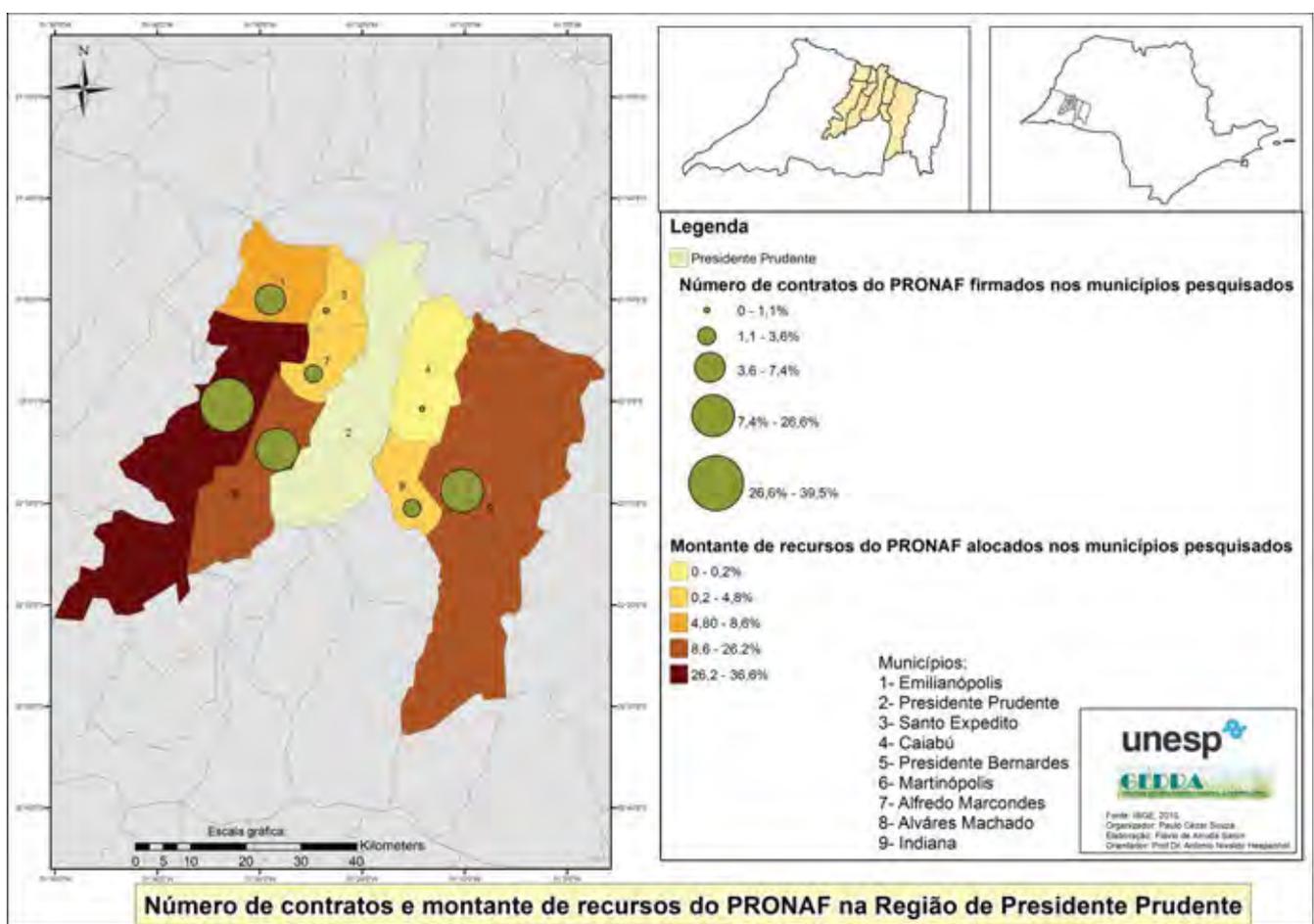
Em Martinópolis, a situação diverge. Mesmo se sabendo que esse município foi o segundo que mais recebeu recursos do PRONAF e com maior número de contratos (entre os pesquisados), a agricultura familiar ocupa menos de 10% das áreas e a porcentagem de estabelecimentos da agricultura familiar é a menor, entre os oito. Essa divergência pode ser provocada pela extensão do território e suas especificidades internas. Martinópolis possui dois tipos distintos de ocupação e utilização do solo. A parte sul, que corresponde a 60% do território, é ocupada por latifúndios com propriedades acima de 1.000 hectares. Na parte norte (40% da área), predominam as pequenas e médias propriedades, caracterizadas por estabelecimentos da agricultura familiar¹²¹.

¹²¹ Souza (2004) caracteriza o território de Martinópolis/SP e as especificidades internas, quanto ao uso do solo, estrutura fundiária e perfil da população rural.

No geral, os municípios mais extensos possuem proporcionalmente menor área e menos estabelecimentos classificados como agricultura familiar, o que difere dos montantes de recursos captados pelos produtores, tanto para custeio quanto para investimento.

O Mapa 5 focaliza a territorialização do PRONAF entre os oito municípios estudados no EDR. Assim, a despeito da evolução do programa, houve concentração dos recursos nos territórios maiores de Presidente Bernardes e Martinópolis, e menos recursos em Caiabu, Indiana e Emilianópolis.

Mapa 5 – Porcentagem de contratos e montantes dos recursos do PRONAF nos oito municípios pesquisados no EDR de Presidente Prudente/SP (em relação aos oito municípios pesquisados).



A divergência entre a porcentagem do número de propriedades ocupadas pela agricultura familiar e o número de contratos do PRONAF é evidente entre os municípios com maiores e menores superfícies territoriais do EDR. Nos municípios maiores, houve maior captação de recursos e maior número de contratos.

Contudo, a operacionalidade do programa se mostrou efetiva nesses municípios, apesar de se entender que grande parte dos recursos se concentrou nas

localidades onde há assentamentos rurais e menor parte direcionada aos produtores rurais que nunca saíram do campo, como são os exemplos característicos de Álvares Machado, Alfredo Marcondes, Santo Expedito e Indiana, onde há predominância deste tipo de produtor rural (mapa 4).

Em linhas gerais, verificou-se que esta política pública tem sido mais aceita e requisitada entre os assentados do que propriamente entre os agricultores que nunca deixaram o campo. No caso dos municípios menores, acima citados, verificou-se a efetivação do PRONAF infraestrutura e serviços municipais, no período inicial do programa, o que levou muitos produtores a não optar pelos créditos individuais, devido a viabilidade de recursos de produção junto as associações de produtores rurais e as casas da agricultura locais.

Segundo R. Hespanhol (2000) as associações de produtores rurais de Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Presidente Bernardes e Emilianópolis, usufruíram da linha de incentivos infraestrutura e serviços municipais na segunda metade da década de 1990.

6.1.2. As repercussões do PRONAF junto aos produtores rurais dos municípios pesquisados no EDR de Presidente Prudente/SP

Uma vez que o programa possui vínculos sociais e leva em consideração as especificidades regionais, o PRONAF foi e é bem aceito pelos produtores rurais pesquisados nos oito municípios estudados. Até mesmo quem nunca solicitou crédito do PRONAF entende que se trata de uma importante política pública para a categoria.

Em linhas gerais, os problemas se concentram na resistência em contrair financiamento e na burocracia bancária. A operacionalidade e as exigências do programa são bem aceitas. Os juros baixos e as facilidades de pagamento fazem do PRONAF um atrativo programa para quem queira investir em novos implementos, tecnologia e modificar o tipo de produção.

Para compreender melhor quais foram as repercussões e os impactos causados pelo PRONAF nos municípios, procurou-se investigar quais os produtores que utilizaram crédito do programa, suas opiniões, os tipos de incentivos, onde os utilizaram e quais os problemas enfrentados junto à concessão dos benefícios.

Dos 80 produtores entrevistados, 45 relataram ter usado crédito do PRONAF, o que corresponde a 56,25%, e 35 nunca utilizaram, mesmo declarando haver interesse algumas vezes – o que corresponde a 43,75%.

Em linhas gerais, os relatos foram os seguintes:

- a. A busca de crédito no PRONAF somente em caso de extrema necessidade para custeio. No caso de investimentos, quando se decide mudar a base produtiva ou intensificar as técnicas naquilo que já possuem;
- b. Procuram produzir com recursos próprios e ter o mínimo de compromisso com os bancos;
- c. Apesar de os juros serem baixos e quitarem as dívidas nos prazos estabelecidos, existe a burocracia e o tempo para preparar a documentação;
- d. Encontraram problemas em arrumar fiador.

Dos 56,25% que recorreram ao programa, apenas 16,25% tiveram problemas burocráticos referentes à documentação bancária, outros 28,75% relataram não haver nenhum empecilho ou dificuldade; 11,25% não se lembraram, pelo fato de ter tomado o crédito há vários anos, e nenhum dos produtores se referiu a problemas de inadimplência com financiamentos anteriores, ou dificuldades para pagá-lo.

Apesar da média adesão ao programa, houve quem reclamasse das exigências burocráticas e, em alguns casos, da demora na liberação dos recursos, o que parece um problema operacional relacionado aos serviços bancários, no caso, do Banco do Brasil.

Como em todo o Brasil, para os produtores pesquisados dos municípios estudados no EDR, o PRONAF tem sido um instrumento de facilitação de crédito e de incentivo à produção agropecuária. As facilidades vão desde as linhas de crédito e dos juros baixos, prazos de pagamentos adequados e oferecimento de descontos para os produtores que cumprirem o prazo.

De acordo com os dados, a procura pelas facilidades do programa em 2009 e 2010 era parcial, visto que parte dos produtores afirmou não recorrer mais ao banco para obtenção crédito, após terem passado por dificuldades nas décadas passadas.

Do conjunto entrevistado, 16% dos produtores revelaram não se enquadrar em nenhuma das linhas de crédito, porque a maior parte das rendas não vem da produção agropecuária, outros, porque não residiam no município.

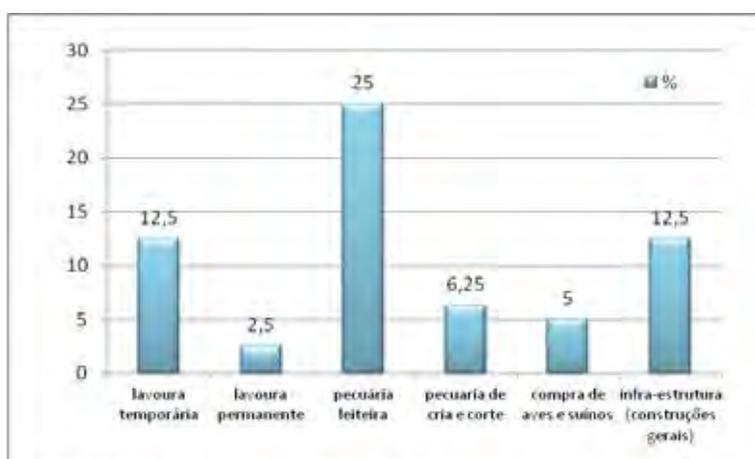
Dos que recorreram ao PRONAF, 62,2% foram para custeio e 37,8% para investimentos, apesar da linha de investimento disponibilizar mais recursos com

prazos mais longos de pagamento. No geral, tanto para custeio como para investimento, as taxas de juros são reduzidas e houve total adimplência por parte desses produtores. Nenhum deles esboçou descontentamento com as facilidades apregoadas pelo programa, não tiveram problemas para quitar seus empréstimos e alguns conseguiram os descontos previstos nas normas.

O Gráfico 47 mostra em quais setores da propriedade ou tipo de produção foram empregados os recursos do PRONAF pleiteados pelos produtores rurais, entre 1999 a 2010.

Nestes anos, houve quem recorreu ao PRONAF duas, três ou quatro vezes. Assim, contatou-se que 25% dos produtores pesquisados buscaram recursos para aplicar na produção leiteira, 12,5% em lavouras temporárias e 12,5% em infraestrutura geral da propriedade¹²². Os produtores investiram também na compra de animais para produção e reprodução, sendo que 6,25%, na pecuária de cria e corte, e 5%, na compra de aves e suínos. Apenas 2,5% investiram em culturas permanentes, como a seringueira e o eucalipto.

Gráfico 46 – Setor da propriedade e tipo de produção agropecuária em que os produtores dos municípios do EDR de Presidente Prudente utilizaram os recursos do PRONAF (1999 – 2010)



Fonte: trabalho de campo, 2010

Em algumas localidades, o programa possibilitou a continuidade da agricultura e, em outras, os produtores utilizaram os recursos para efetuar mudanças no tipo de produção. Quanto a isso, o PRONAF favoreceu o aumento da diversificação produtiva em muitas propriedades, sobretudo em Alfredo Marcondes e Indiana. Em

¹²² Infraestrutura geral se refere, na pesquisa, a todas as construções efetuadas com recursos do PRONAF infraestrutura, desde benfeitorias, reforma de pastagens, cercas, instalações de energia elétrica e poços, no decorrer do período da investigação.

Álvares Machado, houve maior interesse pela pecuária leiteira e, em Martinópolis, Presidente Bernardes e Santo Expedito, os recursos foram direcionados para a pecuária (cria e leite).

Os recursos do PRONAF foram mais requisitados entre os anos agrícolas de 2002/2003 e 2006/2007. Em 2007 e 2008, os produtores foram buscar incentivos no PEMH¹²³ pelo menor custo na contratação, pelo empenho das secretarias municipais de agricultura e pelo melhor desempenho da CATI regional, no período final do programa.

Dentre os produtores entrevistados nos oito municípios, 56% relataram tomar crédito do PRONAF apenas uma vez. Entre 1999 e 2009, 18% contraíram crédito do PRONAF duas vezes e 27% três vezes ou mais.

Os que se utilizaram uma ou duas vezes do PRONAF são produtores agrícolas de milho, feijão e amendoim. Os pecuaristas concentraram investimentos na compra de animais de cria. De acordo com relatos, os recursos do PRONAF foram aproveitados na produção de leite, suínos, frutas (limão, poncã, uva e banana) e de milho. Os produtores que recorreram ao PRONAF mais de uma vez disseram ter total segurança e usar os empréstimos para aumentar a produção agropecuária, para melhorar a infraestrutura da propriedade e manejo dos recursos naturais, principalmente do solo.

O Quadro 5 disponibiliza informações referentes aos setores nos quais foram usados os recursos do PRONAF, dentre os produtores pesquisados nos municípios estudados.

Algumas localidades recorreram mais ao PRONAF “infraestrutura e serviços municipais”, nos primeiros anos do programa. Essa linha de crédito foi utilizada na compra de insumos agrícolas – sobretudo adubo e calcário –, aquisição de máquinas, tratores e implementos agropecuários, por parte das associações de produtores rurais¹²⁴. O município onde se verificou a aquisição de um maior número de máquinas e equipamentos foi o de Alfredo Marcondes, através da Associação dos Produtores Rurais de Alfredo Marcondes (AFRAM), sendo que, em Álvares Machado, houve também várias aquisições.

¹²³ Os incentivos do PEMH serão abordados a partir do item 6.5., e se concentraram em serviços de recuperação do solo, controle de erosão e aquisição de implementos para infraestruturas da propriedade e para produção agropecuária.

¹²⁴ De acordo com R. Hespanhol (2006, p.), “[...] entre os vinte e um (21) municípios componentes do EDR de Presidente Prudente, constatou-se a existência de associações de produtores em vinte (20) destes”. Os municípios que se destacavam, em 2006, pelo número de associações eram Presidente Bernardes e Álvares Machado, com oito e três associações, respectivamente.

Quadro 5: Adesão às linhas do PRONAF pelos produtores rurais pesquisados no EDR de Presidente Prudente no período de 1996 a 2010 e principais aplicações dos recursos.

Modalidade do PRONAF	Aplicação dos recursos do Pronaf -	Municípios
Custeio 62,2%	<p>Produção agrícola em geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aquisição de sementes de milho, feijão e amendoim. - Aquisição de mudas de seringueira e eucalipto. - Aquisição de mudas cítricas (laranja, murcote, poncã e limão). - Mudas para parreiras de uva. - Mudas de banana. - Correção do solo: calcário e nitrato. <p>- Aquisição de animais para produção e reprodução: vacas leiteiras, novilhos (bezerros e garrotes), suínos e galinha poedeira.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Alfredo Marcondes, Indiana, Emilianópolis e Pres. Bernardes. - Indiana e Caiabu. - Indiana, Santo Expedito e Caiabu. - Indiana. - Presidente Bernardes. - Pres. Bernardes, Martinópolis, Santo Expedito, Álvares Machado e Alfredo Marcondes. - Caiabu, Indiana, Álvares Machado e Emilianópolis.
Investimento 37,8%	<p>Infraestrutura da propriedade:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Implementos agrícolas de baixo custo. - Construção de instalações para ordenha mecânica, mangueira e chiqueiros. - Construção de cercas (divisão de pastos e da propriedade) - Terraço e reforma de pastagens. - Reformas e adequação de barracão de frangos - Energia elétrica (instalação e ampliação) - Instalação de poços e bombas d'água. 	<ul style="list-style-type: none"> - Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Pres. Bernardes e Indiana. - Álvares Machado, Santo Expedito, Martinópolis, Pres. Bernardes e Alfredo Marcondes. - Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Pres. Bernardes. - Álvares Machado, Alfredo Marcondes, Pres. Bernardes e Martinópolis, - Santo. Expedito e Alfredo Marcondes. - Pres. Bernardes, Alfredo Marcondes e Caiabu. - Martinópolis, Álvares Machado, Alfredo Marcondes e Santo Expedito.

Fonte: Pesquisa de campo, 2010

Neste caso, vale destacar que, neste período inicial, as associações de produtores rurais de Santo Expedito e de Presidente Bernardes, também receberam incentivos do PRONAF “infraestrutura e serviços municipais” e foram apoiadas pelas casas de agricultura locais, com efetiva participação dos técnicos e apoio político municipal da prefeitura. Esta última, por sua vez, viabilizou instalações físicas para funcionamento das associações, armazenamento de insumos, garagem para máquinas e equipamentos e apoio técnico e administrativo na gestão.

Ao se referirem a essas linhas fornecidas aos municípios através das associações de produtores no período inicial do programa, Veiga e Abramovay (1999) salientam que são as que previam maior engajamento comunitário e possuíam caráter mobilizador, facilitador e regulador das atividades da sociedade civil. Acrescentam:

Só podem pleitear esses financiamentos os municípios selecionados anualmente pelo Conselho Nacional do PRONAF, que disponham do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR) aprovado pelo respectivo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR). (VEIGA; ABRAMOVAY, 1999, p. 8).

Esses autores asseveram que o problema em aplicar essa linha de financiamento, em geral, decorria da falta de participação dos produtores rurais e suas organizações nas discussões sobre a elaboração dos PMDRs.

Para R. Hespanhol (2006, p. 16), “[...] os critérios para a seleção dos municípios estavam baseados na estrutura fundiária, na população e no valor da produção”. Segundo a autora, na Região Sudeste, em 1997, foram 96 municípios beneficiados por essa linha do PRONAF; em 1999, eram 227 e, em 2001, foram 235.

Nos oito municípios estudados, foram igualmente oferecidas linhas de crédito coletivas, denominadas “infraestrutura e serviços municipais”¹²⁵. O Quadro 6 apresenta os tipos de aplicações proporcionadas pelas linhas de crédito coletivas do PRONAF, no período 1999 – 2000 e posteriormente à destinação.

Dos municípios focados no Quadro 6, os que mais agregaram incentivos da linha infraestrutura e serviços do PRONAF foram Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Emilianópolis e Presidente Bernardes, destacando-se pela criação de associações de produtores rurais, caracterizadas por agregar produtores familiares e de pequeno porte (R. HESPANHOL, 2006).

De acordo com Bonnal e Maluf (2007), o PRONAF, no decorrer do seu amadurecimento, mostrou ser um programa que permite uma melhor distribuição dos recursos nas regiões brasileiras, contemplando suas diversidades produtivas no meio rural.

Os municípios de Martinópolis e Indiana se beneficiaram ainda da linha de infraestrutura e serviços. Em Indiana, constatou-se a participação da associação de produtores de maneira efetiva, todavia, esta utilizou o PRONAF “infraestrutura e serviços municipais” para compra de insumos e poucos maquinários (Quadro 6). No trabalho de campo, em 2010, constatou-se que, em Emilianópolis, Presidente Bernardes

¹²⁵ O PRONAF “infraestrutura e serviços municipais” foi uma linha de crédito concedida pelo Governo Federal, no período de 1997/2000 com possibilidade de financiamentos “[...] com recursos não-reembolsáveis em parceria com os governos municipais, tendo como objetivo a implementação, a ampliação, a racionalização da infra-estrutura pública e de serviços de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar” (R. HESPANHOL, 2006, p. 16).

e Álvares Machado, o funcionamento das associações já era bem menos efetivo do que em Indiana e Alfredo Marcondes.

Quadro 6 – Adesão à linha de crédito PRONAF infraestrutura e serviços nos municípios estudados no EDR de Presidente Prudente/SP no período de 1996 a 2000, através do(s) PMDR(s) e CDRM(s).

Linhas de crédito coletivo do Pronaf / Municípios		Aplicações	
		Associações	Propriedades
Municípios que mais se beneficiaram no EDR	Álvares Machado	Compra de insumos agrícolas (adubo, calcário); trator, plantadeira, tanque de expansão, pulverizadores, ordenhas mecânicas.	Tanque de expansão e resfriamento; aparelho de irrigação, correção de solo e reforma de pastagens.
	Alfredo Marcondes	Compra de insumos e calcário; trator, colheitadeira (pequena), tombadores, plantadeira, pulverizadores, carretas agrícolas, subsolador, distribuidor de calcário.	Tanque de expansão e resfriamento (leite); aparelho de irrigação; poço; energia elétrica; agricultura temporária.
	Emilianópolis	Trator, carretas agrícolas, distribuidor de calcário, pulverizadores (chão e costal), energia elétrica.	Tanque de expansão e resfriamento (leite), energia elétrica, reforma de pastagens. Instalações para ordenha.
	Presidente Bernardes	Compra de insumos agrícolas (adubo e calcário); tratores; tanque de expansão, ordenha mecânica, carretas agrícolas, plantadeira; colheitadeira; pulverizadores (chão); distribuidor de calcário.	Tanque de expansão e resfriamento (leite); aparelho de irrigação; poços; reforma de pastagens e correção do solo.
Outros	Indiana	Compra de insumos, trator, carretas agrícolas, tanque de expansão, pulverizadores (chão e costal)	Tanque de expansão e resfriamento (leite), instalações aves e suínos.
	Martinópolis	Tanque de expansão e compra insumos agrícolas.	Tanque de Expansão e resfriamento (leite).
	Caiabu	Compra de insumos, trator e pulverizador.	Reforma e pastagens, construção de represas.

Fonte: Pesquisa de campo, 2010 – Secretarias e/ou Departamentos Municipais de Agricultura/Pecuária

Em Martinópolis, a Associação dos Produtores Rurais (APRUMAR) não participou efetivamente, em parceria na busca dos recursos PRONAF infraestrutura e serviços, ficando a cargo do interesse da Prefeitura agilizar a diretoria da associação para buscar alguns recursos de interesse local.

Embora o PRONAF infraestrutura e serviços municipais tenha sido curto, outras políticas públicas envolvendo os agentes municipais (públicos e privados) têm sido implementadas pelos governos federal e estadual, com vistas a promover o desenvolvimento rural, o que não ocorria antes da década de 1990.

Os relatos de todos os 80 produtores rurais entrevistados foram contemplados, e não somente daqueles que adquiriram o PRONAF entre 1996 e 2009. A importância do programa junto às associações foi igualmente abordada pelos dirigentes das instituições, assim como foram levadas em conta as informações e opiniões dos secretários municipais de agropecuária¹²⁶.

Em linhas gerais, constata-se que o PRONAF representou, não somente um avanço e o reconhecimento da categoria da agricultura familiar, mas, principalmente, uma importante política pública, de caráter individual e coletivo, para as regiões rurais mais pobres, sendo que os aspectos positivos superaram em larga escala os negativos.

Procurou-se classificar as considerações em quatro tipos: as referentes ao crédito, as considerações junto às associações de produtores, quanto àquelas expostas pelos produtores individuais que se beneficiaram, ou não, do PRONAF e a percepção quanto à agilidade e importância do programa como política pública de investimentos e promoção do desenvolvimento.

O Quadro 7 resume algumas considerações dos produtores rurais sobre o PRONAF e as expectativas que têm do programa. O quadro contempla as opiniões conjuntas sobre o significado do PRONAF até 2010 e quais as expectativas futuras no que concerne à produção individual e às associações de produtores.

Na verdade, no que se refere às condições de produção, o acesso ao crédito é uma frente referencial, visto as facilidades oferecidas pelo programa. Contudo, outras frentes foram defendidas pelos produtores rurais, quais sejam: o incentivo à formação e manutenção das associações de produtores e os vínculos entre estas instituições e os órgãos públicos; os desdobramentos das políticas públicas desvinculadas aos calendários políticos-eleitorais e possíveis grupos locais a serem beneficiados; a existência de cronogramas permanentes de políticas públicas, além do PRONAF.

¹²⁶ Foram realizadas oito entrevistas com os secretários municipais de agropecuária, no ano de 2010, obtendo-se informações sobre as repercussões do PRONAF e PEMH entre os produtores e associações locais. Com presidentes de associações de produtores foram feitas cinco entrevistas, para obter-se informações sobre os vínculos com PRONAF e PEMH.

Quadro 7 – Considerações e expectativas do PRONAF junto aos produtores pesquisados nos oito municípios estudados no EDR de Presidente Prudente.

Tipo	Considerações	Expectativas
Crédito	<ul style="list-style-type: none"> - Constituiu-se na melhor linha de crédito para os produtores rurais nas últimas duas décadas e possível de ser adquirida pela maioria deles. - Os descontos para os produtores adimplentes, ou que quitaram os financiamentos antes dos prazos, foi um dos grandes favorecimentos do PRONAF, incentivando-os a produzir. Houve divergência entre a disponibilidade de crédito entre agências dos municípios. 	<ul style="list-style-type: none"> - Que a aquisição de crédito exija menos burocracia bancária (fiadores) e contemple o histórico (como produtor rural) e cliente (bancário) PRONAF. - Menos divergência quanto ao fornecimento de crédito entre as agências bancárias dos diferentes municípios.
Associações de Produtores	Foi a política pública que melhor favoreceu as associações, nos anos 1990, em termos de aquisição de maquinários, equipamentos e infraestrutura rural.	<ul style="list-style-type: none"> - Expectativa de uma reedição do PRONAF infraestrutura e serviços municipais, com regras adequadas para as atuais condições estruturais das instituições, - Que contemple as necessidades e as especificidades dos produtores rurais dos municípios a serem atendidos.
Produtores Individuais	<ul style="list-style-type: none"> - Tanto os que adquiriram, ou não, auxílios do PRONAF desconhecem a existência de inadimplência, possuem boas referências do programa entre os produtores que utilizam os créditos; - 53,75% conhecem produtores que se beneficiaram do PRONAF, obtendo resultados positivos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Entre os 43,75% que nunca contraíram crédito do programa, 38,50% afirmaram que, “em caso de necessidade” poderão, sim, recorrer a essa política, mesmo que não tenham costume de recorrer aos bancos. - Apenas 5,25% dos produtores afirmaram não ter interesse de buscar auxílio no PRONAF.
Política Pública	<ul style="list-style-type: none"> - Esta política deveria ser sido criada muitos anos antes, para evitar que muitos produtores rurais deixassem o campo. - O pequeno e médio produtor sempre dependeu das políticas públicas para continuar a produzir. 	<ul style="list-style-type: none"> - A possibilidade de contrair os créditos não deve estar atrelada ao calendário eleitoral, mas ser permanente. - Ser uma política pública comprometida com o Estado e não com os governos.

Fonte: trabalho de campo: produtores rurais e secretários municipais de agropecuária

Com o fortalecimento do poder municipal, a partir da Constituição de 1988, desde que haja vontade política e participação social, os programas que são veiculados em nível de municípios por parte das administrações locais, em parceria com as associações de produtores e governos federal e estadual, têm mostrado eficiência no tocante à execução de políticas públicas para ao meio rural. Ainda que seja inovador e existam muitos entraves por parte dos produtores e do contexto político eleitoral local, a

gestão participativa demonstra ser referência para se criar, estabelecer e efetuar projetos e programas que objetivam desenvolvimento econômico e social.

6.2. O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH): repercussões e impactos em municípios estudados no EDR de Presidente Prudente/SP

Para analisar a atuação do PEMH nos municípios estudados no EDR de Presidente Prudente, utilizou-se do mesmo recorte territorial com o qual foram efetuadas as análises do PRONAF.

Os primeiros trabalhos de planejamento com base territorial nas microbacias hidrográficas originaram-se na França, no século XIX, objetivando melhor obtenção de energia elétrica, navegação e irrigação das lavouras (SABANÉS, 2002).

Em 1930, com a intervenção do Estado para recuperar a economia norte-americana, devido à crise de 1929, nasceu nos Estados Unidos o programa de recuperação e aceleração econômica do vale do Rio Tennessee, chamado “Tennessee Valley Authority”. Esse programa passou a considerar o território compreendido pela bacia hidrográfica como unidade de planejamento e ação, e a promoção do desenvolvimento seria dinamizar o emprego, a renda e a produção nesta área (SABANES, 2002; NEVES NETO, 2009; CLEMENTE, 2011).

Contudo, nos Estados Unidos, já havia programas que tomavam as áreas das bacias hidrográficas como território de planejamento. Leal (2000) ressalta a importância de se entender a microbacia hidrográfica como unidade de planejamento, tendo-se em vista o conjunto dos elementos naturais disponíveis nas áreas da microbacia como parte da totalidade e da dinâmica local.

Segundo Clemente (2011),

[...] anteriormente a elaboração do TVA, já haviam sido criadas as chamadas “Comissões de Bacias”, buscando realizar o planejamento, fiscalização de monitoramento dessas políticas públicas baseadas em bacias hidrográficas. Isso ocorreu para orientar a construção de grandes obras hidráulicas e tentar sanar os problemas das áreas secas do país. Assim, o formato destas políticas terminou por influenciar também os países da América Latina, como o México e mesmo o Brasil. (CLEMENTE, 2011, p. 92).

No Brasil, a preocupação com os recursos hídricos teve início em 1934, no governo Vargas, com a implantação do Código das Águas. Na segunda metade dos anos 1980, criou-se o Programa Nacional de Bacias Hidrográficas, que durou de

1987 até 2000. Após as experiências positivas nos Estados do Paraná e Santa Catarina, nos anos 1980, o governo do Estado de São Paulo entrou com pedido de recursos no Banco Mundial¹²⁷ para financiar o programa de microbacias no Estado de São Paulo. No território paulista, a gestão do programa ficou a cargo da CATI, que está subordinada à SAA/SP (HESPANHOL, 2005, NEVES NETO, 2009, CLEMENTE, 2011).

Através da CATI, os EDRs do Estado foram incumbidos da normatização e dos trabalhos técnicos para efetivação do programa, assim como auxiliar as prefeituras e dinamizar as associações de produtores rurais para participarem do mesmo. A Figura 14 apresenta o funcionamento da estrutura do PEMH no Estado e os níveis de participação regional e local.

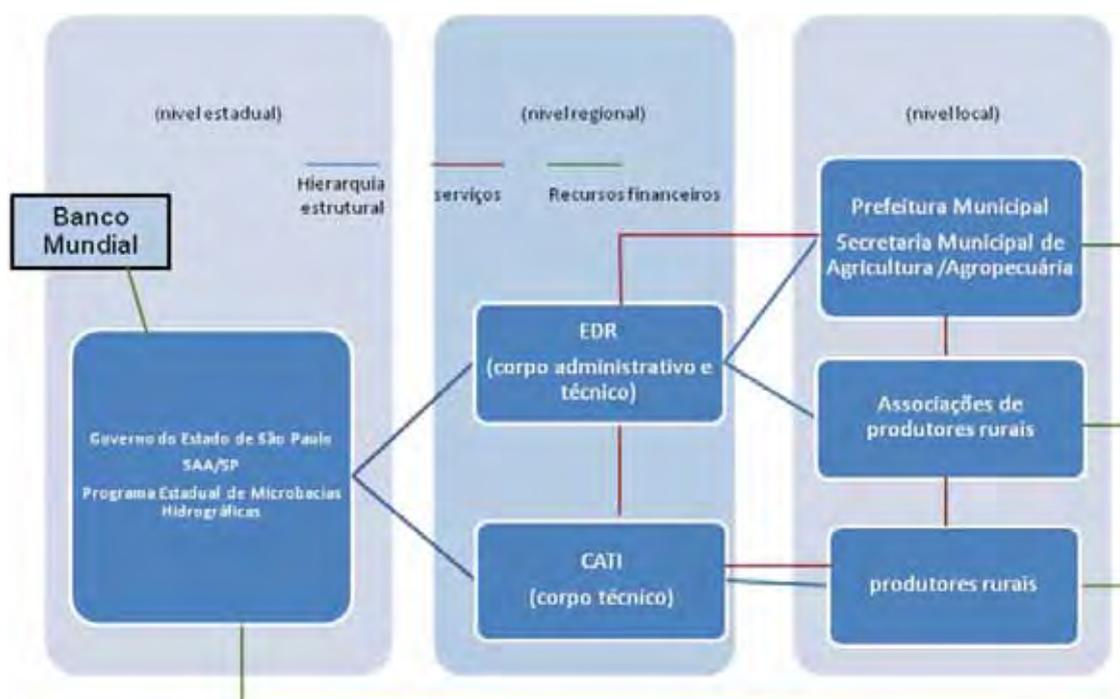


Figura 14 – Estrutura administrativa e participativa do PEMH (SAA/Cati/SP): escalas de ações, fornecimento de serviços e incentivos financeiros (2000 – 2008). Fonte: CATI (2009), org. Paulo Cesar de Souza

Nesse sentido, tornou-se viável focalizar as áreas das microbacias abrangidas pelos municípios pertencentes aos EDRs. Nos municípios mais extensos, onde as microbacias fazem parte de dois EDR, um deles ficou responsável pelo planejamento e as ações na área.

¹²⁷ O Governo do Estado de São Paulo solicitou, junto ao BIRD, empréstimo parcial definido pelo acordo 4238-BR, de 07/12/1999 (RASCHIARTORE; MOREIRA, 2006).

No Estado de São Paulo, o financiamento do Banco Mundial ao PEMH começou no ano 2000, nos mesmos moldes dos programas dos Estados do Sul. Os princípios básicos adotados foram o manejo adequado dos recursos naturais, especialmente solo e água, o associativismo e o combate à pobreza no meio rural, sendo estes dois últimos adotados por exigência do Banco Mundial como inclusão da dimensão socioeconômica do desenvolvimento (CLEMENTE, 2011).

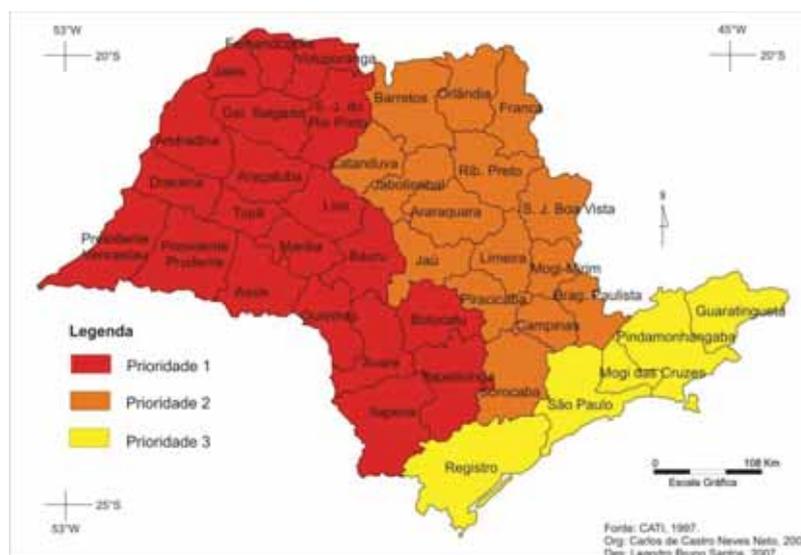
Na fase inicial, as áreas das microbacias foram escolhidas pelas Prefeituras, de acordo com parâmetros do PMDR. Até 2007, a execução do programa ficou comprometida, em função das dificuldades para viabilizar o acesso dos produtores rurais aos incentivos financeiros oferecidos pela política pública. A CATI e as Prefeituras Municipais não possuíam quadros técnicos suficientes para atender à demanda, no entanto, após acertos operacionais¹²⁸, organizaram-se os repasses aos produtores a às associações.

Em 2007, com a proximidade da finalização dos prazos para o acesso aos incentivos, a CATI e as Prefeituras Municipais buscaram viabilizar a intensificação dos recursos através de delimitação dos territórios abrangidos pelo programa. De acordo com a SAA/SP, o Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Presidente Prudente é constituído por 21 municípios que fazem parte da bacia Aguapeí-Peixe e da bacia do Pontal do Paranapanema.

Segundo a CATI (2001), algumas áreas do Estado tiveram maior prioridade no PEMH. Assim, a Região de Presidente Prudente foi considerada área de alta prioridade - 1 (Mapa 6).

Os critérios adotados para escolha dessas áreas nos municípios da região seguiram o manual do programa na CATI (CATI, 2001), sendo os principais: a. Áreas com alto nível de degradação ambiental; b. Concentração de pequenos produtores nas áreas onde se recebeu incentivo; c. Receptividade, interesse e disposição dos produtores de participarem; d. Presença de mananciais de abastecimento de água para uso humano (urbano e rural); e) Alta suscetibilidade erosiva do solo.

¹²⁸ Segundo os técnicos responsáveis pelo PEMH no EDR de Presidente Prudente, os acertos operacionais se deram no âmbito político-administrativo. Foram realizadas parcerias de serviços com as prefeituras (fornecimento de mão-de-obra) e com os proprietários. A compra de equipamentos era feita, geralmente em conjunto, entre os produtores dos municípios, com finalidade de reduzir custos. Houve troca de técnicos das casas da agricultura locais e disponibilizados veículos para deslocamento dos técnicos até as áreas rurais. Nos municípios com demanda de corpo técnico, também ocorreu contrapartida das Prefeituras no pagamento de mão-de-obra.

Mapa 6: Áreas de Prioridades do PEMH – CATI/SAA - SP

Além da área do EDR apresentar altos níveis de suscetibilidade à erosão, o índice de pobreza rural atinge mais de 20% das famílias, existe o predomínio das UPAs com áreas inferiores a 50 hectares, tidas como pequenas, e entre 50 e 200 hectares, como médias (CATI, 2000; HESPANHOL, 2005). Quanto a presença de mananciais, em vários municípios existem cursos d'água comprometidos pela erosão, ausência matas ciliares, e, todavia, continuam sendo fonte de abastecimento rural e urbano.

A CATI classificou os produtores rurais em pequenos, com área até 50 ha, médios, entre 100 e 200 ha, e grandes, com propriedades acima de 200 ha. De acordo com essa classificação, verificou-se predomínio dos pequenos e médios proprietários no EDR de Presidente Prudente, como indica a Tabela 18.

Tabela 18 – Número e área (ha) ocupada pelas UPAs do EDR de Presidente Prudente e do Estado de São Paulo (%) por extrato de área (1995/06 e 2007/08)

EDR Estado	EDR Presidente Prudente – 1995/96				EDR Presidente Prudente – 2007/08				Estado 1995/06 (%)		Estado 2007/08 (%)	
	Nº de UPAs	Nº de UPAs (%)	Área UPAs (ha)	Área UPAs (%)	Nº de UPAs	Nº de UPAs (%)	Área UPAs (ha)	Área UPA (%)	Nº de UPAs (%)	Áreas de UPAs (%)	Nº de UPAs (%)	Áreas de UPAs (%)
Até 50	5900	69,00	11.4487,2	12,75	9138	77,45	149.560,0	16,70	74,70	17,80	78,00	20,0
De 50 a 200	1753	21,00	171.003,9	19,04	1794	15,20	175.127,3	19,56	18,24	24,51	16,00	25,00
Acima de 200	850	10,00	612.638,3	68,21	867	7,35	570.517,7	63,74	7,06	57,69	6,00	55,00
Total	8503	100	898.29,4	100	11799	100	895.205,0	100	100	100	100	100

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) – LUPA 1995/96 e 2007/08

A porcentagem de pequenos produtores rurais, em 1995/96, no EDR de Presidente Prudente, era de 69%, ao passo que, em 2007/08, cresceu para 77,45%. O mesmo aconteceu no Estado de São Paulo, que, no primeiro levantamento, foi de 74,70% e, no segundo, de 78%. A porcentagem de área ocupada pelos pequenos também aumentou entre 1995/96 e 2007/08. No EDR, subiu de 12,75 para 16,70%, e no Estado, de 17,80 para 20%. Contudo, nos extratos médios, houve queda no número de UPAs no EDR, de 21% para 15,20% e a área ocupada elevou-se de 19,04% para 19,56%. No Estado, houve queda de 18,24% para 16%, no número de UPAs, e na área ocupada pelas médias propriedades, houve crescimento de 24,51% para 25%.

Segundo Neves Neto (2009) e Clemente (2011), o programa tinha como prioridade direcionar a maior parte dos recursos financeiros para os pequenos produtores rurais, visto que os incentivos individuais oferecidos chegavam a ter 90% dos custos subvencionados pelo programa. Para recebimento dos recursos coletivos, o programa exigiu a criação de associações com mínimo de cinco produtores rurais participantes. Esses grupos receberam incentivos subvencionados entre 60% e 90% dos custos.

O PEMH estava programado para ser executado até o final de 2006, porém, foi prorrogado até novembro de 2008, sendo que o Banco Mundial o financiou até 2007 e o restante ficou por conta do governo do Estado (HESPANHOL, 2008).

Para que o PEMH fosse executado nos municípios, os mesmos deveriam ter o PMDR organizado pelo CMDR e terem convênio firmado com a SAA/SP. Assim, as áreas das microbacias a serem atendidas pelo programa seriam escolhidas segundo os critérios normativos e as necessidades diagnosticadas pelos órgãos municipais.

6.2.1. As ações e intervenções do PEMH nos municípios estudados no EDR de Presidente Prudente/SP

Os investimentos nas microbacias abrangidas pelo EDR de Presidente Prudente deveriam ter sido dinamizados a partir de 2000. Todavia, com os problemas jurídicos e normativos dos repasses, os recursos foram aplicados em maior quantidade somente nos últimos anos do programa.

Segundo relatos dos secretários municipais de agricultura e pecuária, no início do programa, em muitos municípios não havia efetivo profissional disponível

para atender à demanda e foi necessária a contratação de técnicos para dinamizar os trabalhos no meio rural.

Pelos relatos dos técnicos responsáveis pelo EDR, em vários municípios a Prefeitura contratou técnicos para auxiliar na execução do programa e, em outros, os técnicos da regional (CATI) se incumbiram de uma série de atividades.

Contudo, mesmo com atraso nos envios dos projetos, nos três últimos anos de vigência da primeira fase do programa, a maioria dos produtores rurais que aderiram ao programa foi beneficiada com incentivos individuais e coletivos.

Na área da Bacia Hidrográfica Aguapeí-Peixe, onde estão localizados os municípios estudados, houve 137 projetos de microbacias em 56 municípios que se estendem desde Marília a Presidente Epitácio e Panorama, às margens do Rio Paraná. Nessa área, o valor apoiado pelo programa foi de R\$ 31.338.083,12 e o total de investimento em parceria (Estado, associações de produtores e Prefeituras) foi de 39.019.452,78 (CATI, 2010).

Para realização das intervenções nas áreas das microbacias, foram alocados significativos recursos para a região. A maior parte foi aplicada no controle de erosão, em cercas para proteção de voçorocas, instalação de sistemas de divisão de pastagens, controle de voçorocas e construção de abastecedouros comunitários. Com essas ações, denota-se que o programa teve grande importância, sobretudo nas intervenções para a recuperação dos solos, em virtude dos graves problemas erosivos nas áreas rurais da região.

Antes da aplicação desses recursos, primeiramente foram feitos, por parte das Secretarias Municipais, os Projetos Individuais da Propriedade (PIP)¹²⁹, no caso dos incentivos individuais. Para os incentivos coletivos, executaram-se os Projetos de Empreendimento Comunitário (PEC), com, no mínimo, cinco (5) associados.

No EDR de Presidente Prudente, que compreende a parte oeste da bacia, foram implantados 57 projetos nos 21 municípios. Nesse caso, sete municípios estão localizados na Bacia Aguapeí-Peixe e fazem parte do recorte desta pesquisa. O

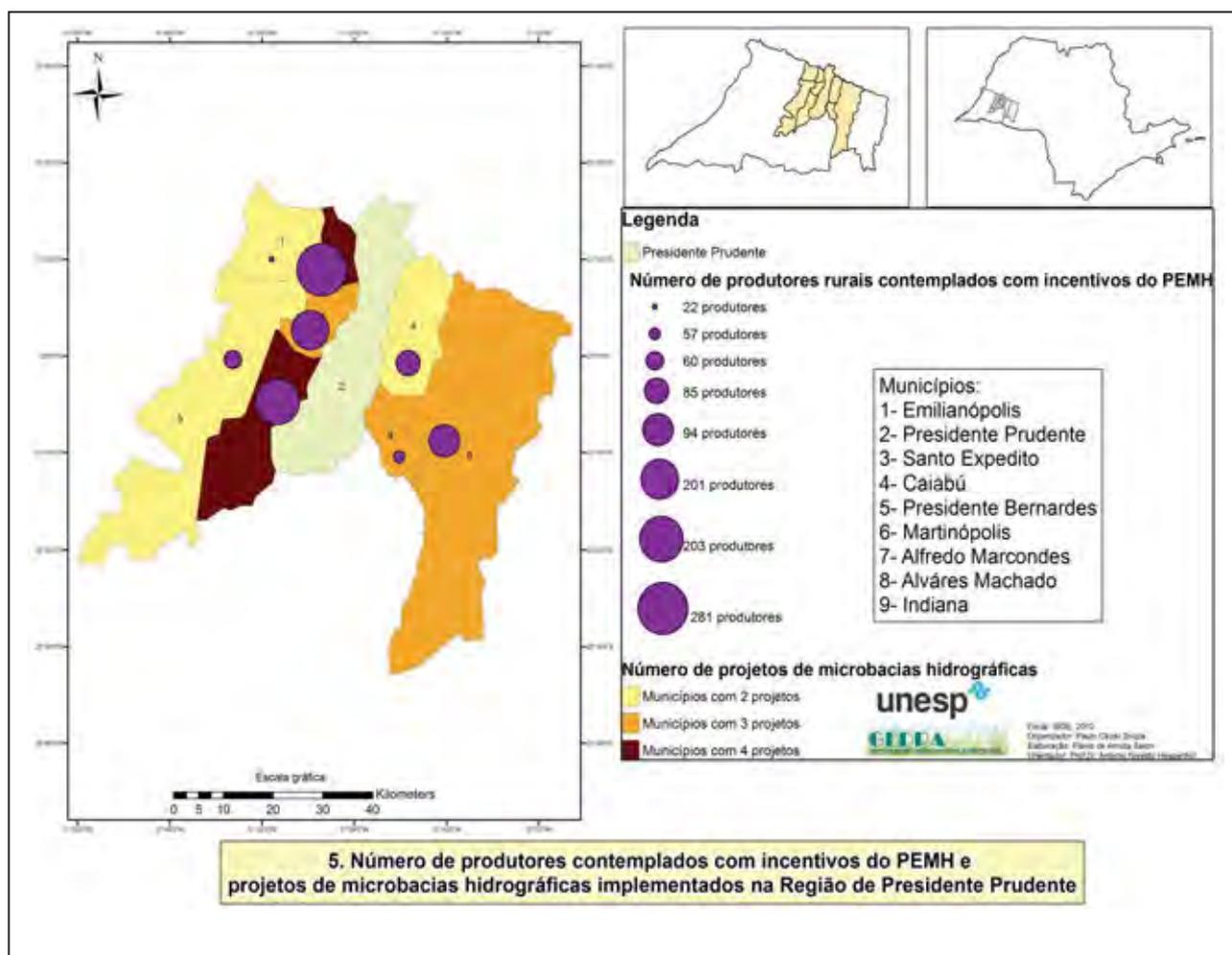
¹²⁹ Segundo as Secretarias Municipais de Agricultura e Pecuária, os PIP constituíam-se de formulários onde se relatavam com detalhes as características da propriedade rural, constando-se dos recursos físicos (construções, instalações, benfeitorias), dos recursos naturais (águas, matas e solo), dos recursos técnicos (maquinários e implementos agropecuários) e humanos (força de trabalho e proprietário). Essas características também valiam para o PEC, todavia, consideravam-se os recursos coletivos e passíveis de utilização em várias propriedades.

outro município estudado (Presidente Bernardes) está localizado na Bacia do Pontal do Paranapanema.

Conforme dados da CATI (2010), os 57 projetos do PEMH¹³⁰ executados no EDR, abrangeram uma área de 155.633 hectares, ocupados por 10.153 UPAs. Entre projetos coletivos e individuais, foram atendidos 3.943 produtores e realizados 2.306 Projetos Individuais de Propriedade (PIPs).

Nos oito municípios investigados, foram desenvolvidas ações em 23 projetos de microbacias: quatro (4) em Santo Expedito e em Álvares Machado, três (3) em Martinópolis, Indiana e Alfredo Marcondes, e dois (2) em Emilianópolis, Caiabu e Presidente Bernardes, como pode ser observado no Mapa 7.

Mapa 7 - Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH) – CATI/SAA - SP, EDR de Presidente Prudente/SP



¹³⁰ EDR de Presidente Prudente, total de 57 projetos de microbacias: quatro (4) em Álvares Machado, Pirapozinho, Presidente Prudente, Rancharia e Santo Expedito; três (3) em Alfredo Marcondes, Anhumas, Indiana, Martinópolis, Nandubá e Regente Feijó; dois (2) em Caiabu, Iepê, João Ramalho, Nantes, Presidente Bernardes, Sandovalina e Tarabai e um (1) em Taciba.

Todos os projetos de microbacias referenciados nesta pesquisa estão localizados na margem sul do Rio do Peixe, parcela norte da região (mapa 7). Os projetos do PEMH para estas localidades abrangeram uma área de 56.971 hectares.

Segundo o Mapa 7, onde se visualiza a abrangência do PEMH nos oito municípios estudados no EDR de Presidente Prudente/SP, os que tiveram maior número de produtores atendidos foram Santo Expedito, Álvares Machado e Alfredo Marcondes, sendo 281, 203 e 201, respectivamente. Em Martinópolis, foram beneficiados 94 produtores. Em Caiabu, foram 85 beneficiados e, em Presidente Bernardes, o programa atendeu a 60. Nesses municípios, as ações se concentraram no controle erosivo, sistema de divisão de pastagens e aquisição de equipamentos. Em Indiana e Emilianópolis, a adesão foi menor, sendo respectivamente beneficiados 57 e 22 produtores.

Os recursos investidos nos oito municípios foram sendo aplicados segundo as maiores necessidades dos produtores locais, quando se diagnosticaram principalmente, cuidados com o solo, proteção das APPs e acesso à água.

Nessas localidades, os investimentos mais altos foram para a construção de abastecedouros comunitários, o que ocorreu em seis municípios. Foram construídos 31 abastecedouros, beneficiando-se 183 proprietários rurais, com montante gasto de R\$ 1.004.495,50, dos quais R\$ 787.341,15 foram sustentados pelo programa, o que representou cerca de 2,90% do total estadual para esse tipo de ação,

No controle de erosão, o custo total foi de R\$ 446.141,14, entre terraço com trator esteira e pneu, sendo que R\$ 254.879,97 foram apoiados pelo programa, o que beneficiou 122 proprietários, numa área de 2.257,30 hectares. Em controle de voçorocas, foram investidos R\$ 136.269,79, significando 4,47 % do total estadual do programa para essa ação, beneficiando-se 76 produtores numa área de 2.030,80 hectares.

Para proteção das APPs, foram construídos 108,9 km de cercas com os recursos do PEMH. Essa intervenção beneficiou 181 propriedades rurais e foram gastos R\$ 434.914,41, o que significou 7,04% do total estadual para essa ação, sendo que R\$ 332.846,08 foram apoiados com recursos do programa, representando 6,70% do total estadual. Em apenas um município, houve investimento em manutenção de APPs (1º ano), atingindo dois produtores rurais, todavia, o valor apoiado representou 5,80% do total estadual.

A Tabela 19 demonstra de maneira geral, as intervenções do PEMH nos oito municípios estudados no EDR, verificando-se os valores gastos e apoiados pelo programa, os percentuais em relação aos valores gerais do Estado e a quantidade de produtores que puderam ser beneficiados. Para tanto, considerou-se o conjunto das ações individuais, coletivas e públicas (adequação dos trechos críticos de estradas).

Tabela 19 – Ações de intervenção do PEMH executadas pelos produtores rurais dos municípios pesquisados no EDR de Presidente Prudente (2000 – 2008)

Práticas	nº prod. Benefic.	Qtd.	Un.	valor Apoiado (R\$)	pp/Est.	valor total (R\$)	pp/ Est.
Abastecedor Comunitário tipo I e II	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Abastecedor Comunitário tipo III	183	31	unid	787.341,15	2,90	1.004.495,50	2,56
Adubação Verde (aquisição)	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Calcário Agrícola Aplicado	62	598,00	ton.	24.990,51	1,31	39.503,62	1,41
Cercas para Proteção de Mananciais	181	108,9	km	332.856,08	6,96	434.914,81	7,04
Cercas para Proteção de Voçorocas	2	1,8	km	4.664,60	7,65	5.581,00	7,47
Controle de Voçorocas	76	2.030,80	hs	136.269,79	4,47	136.269,79	4,47
Controle de Erosão (tratores esteira)	57	1.060,50	ha.	179.529,99	5,16	335.607,30	6,27
Controle de Erosão (tratores pneu)	65	1.196,80	ha	75.346,98	2,90	110.533,84	2,59
Controle de Erosão	0	0,00	ha	0,00	0,00	0,00	0,0
Distribuidor de Calcário Adquirido	61	12	unid.	36.120,75	2,17	54.549,15	1,87
Distribuidor de Calcário Adquirido (tração animal)	0	0	unid.	0,00	0,00	0,00	0,00
Escarificador Adquirido	20	4	unid.	5.956,94	2,73	12.170,00	3,24
Faixa de Retenção	0	0	unid.	0	0,00	0,00	0,00
Fossa Séptica Biodigestora Instalada	103	120	unid.	84.868,89	5,77	99.227,26	5,00
Kit Informática - Associação de Produtores Atendidas	726	6	unid.	34.155,50	4,16	34.155,50	4,16
Kit Plantio Direto - Associações de Produtores Atendidas	143	3	unid.	55.665,13	1,34	55.665,13	1,34
Manutenção 1º ano (APP)	2	8.500	unid.	2.534,53	5,80	2.905,00	3,27
Mudas de Espécies Florestais Nativas Plantadas (doação)	51	72.735	unid.	72.735,00	2,60	72.735,00	2,60
Roçadeira Costal Adquirida	122	38	unid.	50.905,62	3,09	70.702,00	3,25
Roçadeira Tratorizada Adquirida	56	6	unid.	24.916,81	1,49	35.082,80	1,40
Semeadora de Plantio Direto Adquirida - Tração Animal	0	0	unid.	0,00	0,00	0,00	0,00
Sementes para Adubação Verde	0	0	ha	0,00	0,00	0,00	0,00
Sistema de Divisão de Pastagens Instalado	27	76,4	ha	35.486,13	6,22	54.830,60	6,66
Trecho crítico de Estrada Adequado	0	29	km	1.435.466,70	2,10	1.435.466,70	2,10
Total do oito municípios pesquisados	0	0	0	3.379.811,10	1,56	3.994.395,00	2,71

Fonte: CATI/EDR Presidente Prudente (2010)

Outra intervenção de caráter infraestrutural foram as construções de fossas sépticas em cinco municípios pesquisados. Foram construídas 120 fossas sépticas

biodigestoras, beneficiando-se 103 produtores rurais, o que representou 5,77% do montante estadual apoiado do programa.

Os equipamentos adquiridos com apoio do PEMH foram distribuidores de calcário, escarificadores e roçadeiras (costais e tratorizadas). No total, foram adquiridos 12 distribuidores de calcários, que beneficiaram 61 produtores, quatro escarificadores, para serem utilizados por 20 produtores, e 44 roçadeiras, sendo 38 do tipo costal e seis tratorizadas, para serem usadas por 116 produtores. Cabe destacar que o valor apoiado para a aquisição das roçadeiras (costal e tratorizada) representou 4,58% do total estadual.

No entanto, a intervenção que demandou maior montante de recursos foi a adequação de trechos críticos de estradas rurais em seis, dos oito municípios estudados, com intervenções em nove microbacias, sendo recuperados 29 km de estradas. Os investimentos nessa intervenção foram de R\$ 1.435.466,70, sendo 2,10% do total estadual.

Com essas ações, denota-se que o programa teve grande importância, especialmente nas intervenções para a recuperação dos solos e proteção das APPs, em virtude dos graves problemas erosivos nas áreas rurais da região e, principalmente, junto às margens dos mananciais.

Considerando-se a proporção de produtores por número de ações, os municípios de Santo Expedito e Alfredo Marcondes se destacam pelo fato de serem as localidades onde o maior número de produtores das microbacias se envolveu na dinâmica do programa. Em Santo Expedito, as ações individuais e coletivas foram mais equitativamente distribuídas entre os produtores das quatro microbacias contempladas.

A distribuição do número de produtores atendidos em relação à média de beneficiados por MBH entre 2000 a 2007, nos oito municípios pesquisados, está exposta na Tabela 20.

Ao todo, 1.003 produtores rurais foram beneficiados, em média de 40,18 produtores por MBH. Do total de 1.751 produtores das microbacias atendidas, 63,85% receberam benefícios do PEMH. Em três localidades a média de adesão por MBH foi mais de 50% e em três esteve entre 30 e 43%.

Tabela 20 – Número de produtores beneficiados pelo PEMH nos municípios estudados no EDR de Presidente Prudente/SP (2000 – 2007) e média de produtores por MBH no município.

Municípios	Nº de produtores atendidos pelo PEMH	Média de produtores beneficiados por MBH
Alfredo Marcondes	201	67,0
Álvares Machado	203	50,7
Caiabu	85	42,5
Emilianópolis	22	11,0
Indiana	57	19,0
Martinópolis	94	31,3
Presidente Bernardes	60	30,0
Santo Expedito	281	70,0
Total/média geral	1003	40,18

Fonte: EDR, Presidente Prudente. Org. Paulo Cesar Souza

Nos oito municípios estudados, os montantes dos recursos estão diretamente ligados ao número de projetos e intervenções, constatando-se que onde foram implementados dois projetos, houve menor adesão e os valores estão abaixo da média.

O total de recursos empenhados no projeto, nesses oito municípios, foi R\$ 3.994.395, sendo apoiados pelo programa R\$ 3.379.811, representando 84,6% dos recursos. As áreas que receberam maiores investimentos foram as Microbacias do Córrego da Paca e Macaco, em Álvares Machado, com R\$ 675.585,68, de Silveirópolis – Córrego Montalvão, em Alfredo Marcondes, com R\$ 467.687,04, do Córrego do Timbó, com R\$ 432.202,27, e do Córrego Santa Tereza, em Caiabu, com R\$ 370.055,34 (CATI, 2009).

Os municípios de Santo Expedito e Álvares Machado foram os que mais se beneficiaram dos incentivos, com execução do programa em quatro (4) microbacias hidrográficas, com investimentos de R\$ 911.215,69 e R\$ 869.298,31, respectivamente. Nestas localidades, as práticas se concentraram em controle de voçorocas e erosões, construção de abastecedouros comunitários e fossas sépticas biodigestoras.

Os municípios que captaram menos recursos foram Emilianópolis e Presidente Bernardes, sendo, respectivamente, R\$ 33.444,76 e R\$ 64.455,78. As ações, nesses municípios, se concentraram no plantio de mudas, divisão de pastagens e controle de erosão.

Nos demais municípios, foram investidos entre R\$ 322.835,23 (Caiabu) e R\$ 541.031,89 (Alfredo Marcondes). Nessas localidades, nota-se a

diversidade nos tipos de intervenções. As ações foram concentradas na recuperação e manejo do solo, controle de erosão e voçorocas, e adequação de trechos de estradas. Houve também a instalação de sistemas de divisão de pastagens, aplicação de calcário agrícola, construção de cercas para mananciais e plantio de mudas nativas, este último com destaque para o município de Indiana.

A Tabela 21 traz informações sobre a distribuição dos projetos do PEMH nos municípios, as MBH selecionadas e respectivas áreas, o número de produtores (total) e os valores aplicados e apoiados pelo programa.

Tabela 21 – PEMH nos municípios do EDR de Presidente Prudente/SP: produtores contemplados, Microbacias Hidrográficas (MBH), valor total e valor apoiado (R\$)

Município e nº produtores contemplados; total empenhado	Microbacias	Área de MBH (ha.)	Nº de Prod.	Valor total (R\$)	Valor Apoiado (R\$)
Alfredo Marcondes (201) R\$ 541.031,89	MBH Silveirópolis – Córrego Montalvão	2.831	48	467.687,04	422.161,99
	MBH Córrego dos Machados	2.500	44	35.881,75	27.378,93
	MBH Córrego do Lontra	841	69	117.086,84	91.490,97
Álvares Machado (203) R\$ 860.298,31	MBH Córrego da Paca e Macaco	3.042	165	675.585,68	582.928,30
	MBH Córrego São Geraldo	820	35	211.523,20	194.825,93
	MBH Córrego do Macaco II	2.309	69	89.991,61	67.820,67
Caiabu (85) R\$ 322.835,23	MBH Córrego Outro Verde	1.309	81	27.833,35	14.723,41
	MBH Córrego St. Tereza	3.800	119	370.055,34	315.848,30
Emilianópolis (22) R\$ 33.444,76	MBH Córrego St. Tereza II	1.830	91	8.231,55	6.986,93
	MBH Córrego do Bonfim	4.062	58	18.461,00	17.540,88
Indiana (57) R\$ 388.839,58	MBH Rio Sto. Antônio	7.270	113	23.236,90	15.903,88
	MBH Córrego St. Maria	2.550	62	297.795,34	269.785,33
	MBH Córrego Novo Destino	726	22	4.912,99	4.132,85
Martinópolis (94) R\$ 407.254,56	MBH Córrego Novo Destino	1.112	60	116.876,00	114.921,40
	MBH Córrego Alegrete	4.200	91	233.372,40	219.512,27
	MBH Córrego St. Tereza	1.586	39	194.603,09	180.279,23
Presidente Bernardes (60) R\$ 64.455,78	MBH Córrego do Badu	1.238	44	13.023,49	7.463,06
	MBH Córrego Guaruaia	4.271	189	83.572,30	58.370,00
Santo Expedito (281) R\$ 761.650,99	MBH RIO Santo Antônio	3.855	135	10.398,00	6.085,78
	MBH Córrego do Timbó	1.310	34	432.202,27	282.343,64
	MBH Córrego Jacutinga	946	55	199.442,54	191.736,47
	MBH Córrego Santo Expedito	2.554	63	219.504,07	175.033,79
Total	MBH Córrego do Sul	2.009	65	143.118,31	112.537,09
	23 MBH	56.971	1.751	3.994.395	3.379.811

Fonte: Cati, 2009, EDR, Presidente Prudente, 2010.

Em Alfredo Marcondes, Álvares Machado e Santo Expedito, salientam-se os incentivos coletivos concedidos a projetos ligados às associações de produtores. Outros municípios que tiveram associações atendidas foram Martinópolis,

Caiabu e Indiana. Os implementos e equipamentos recebidos foram: abastecedouros comunitários, distribuidor de calcário, escarificador, “kits informática” e “kits para plantio direto”.

Tanto quanto a análise sobre a quantidade de produtores beneficiados, as intervenções nos municípios podem significar aspectos interessantes do PEMH, vistos na Tabela 22.

As intervenções do programa e a concessão de incentivos coletivos e individuais resultaram do trabalho da CATI, por meio do EDR de Presidente Prudente, com as Casas de Agricultura municipais, das ações das Prefeituras e da contrapartida (nível de interesse) dos produtores, individualmente e através das associações de produtores das bacias”¹³¹.

A Tabela 22 apresenta 14 tipos de intervenções executadas pelo programa e a quantidade de municípios beneficiados, entre 2000 e 2008. As intervenções se concentraram principalmente nas atividades referentes ao manejo do solo, aproveitamento da água (fluvial e pluvial) e aquisição de equipamentos agrícolas.

Tabela 22 – Intervenções do PEMH nos municípios estudados no EDR de Presidente Prudente/SP: n° de produtores beneficiados / quantidade de municípios beneficiados (2000 – 2008).

Ações, Intervenções e incentivos do PEMH	n° produtores beneficiados	n° de munic. beneficiados
Abastecedouro Comunitário	183	6
Calcário Agrícola	62	5
Cerca de isolamento de voçoroca	2	1
Cerca de proteção de mananciais	187	8
Distribuidor de Calcário	66	6
Escarificador	15	2
Fossa Séptica	120	5
Manutenção de APP	2	1
Mudas Nativas	26	5
Roçadeira Costal	122	7
Roçadeira Tratorizada	56	4
Sistema de Divisão de pastagens	24	7
Terraço com Terraceador	90	5
Terraço com Trator de Esteira	64	5

Fonte: CATI, EDR Presidente Prudente/SP, 2010

¹³¹ Muitas associações de produtores foram constituídas no período de implementação do PEMH, a fim de receberem incentivos do programa. Essas associações foram articuladas nos locais e possibilitaram a dinamização do programa e a aceleração na concessão dos incentivos coletivos.

Os recursos para a melhoria da infraestrutura das propriedades foram os mais requisitados pelos produtores, devido aos altos custos para instalação dos equipamentos. Dessas ações, ressalta-se a instalação de abastecedouros comunitários em seis municípios, beneficiando 183 propriedades, a construção da cerca de proteção dos mananciais em oito, num total de 187 propriedades, e a implantação de fossas sépticas (biodigestoras) em cinco municípios, em 120 propriedades rurais.

Houve aquisição de 141 equipamentos agrícolas, entre roçadeiras tratorizadas e costais, escarificador e distribuidor de calcário. No total, foram adquiridas 122 roçadeiras costais e 56 tratorizadas, 66 distribuidores de calcário e 15 escarificadores. Todavia, cabe lembrar que esses equipamentos só poderiam ser adquiridos em associação de cinco ou mais produtores, podendo ser utilizados num número bem maior de propriedades rurais.

A Tabela 23 mostra como foram distribuídas as intervenções entre os municípios e a concentração das ações nos oito municípios estudados no EDR.

Tabela 23 – Intervenções do PEMH nos oito municípios estudados no EDR de Presidente Prudente (2000-2008) – (quantidade/medida)

Ações/Municípios	Alfredo Marcondes		Álvares Machado		Caiabu		Emilianópolis		Indiana		Martinópolis		Pres. Bernardes		St. Expedito	
	Qtd.	Med.	Qtd.	Med.	Qtd.	Med.	Qtd.	Med.	Qtd.	Med.	Qtd.	Med.	Qtd.	Med.	Qtd.	Med.
Abastecedouro Comunitário	7	un.	5	un.	2	Un.	-	-	3	un.	-	-	1	un.	13	un.
Calcário Agrícola	24	ton.	10	ton.	-	-	-	-	-	-	3823,2	ton.	12	ton	76	ton
Cerca de isolamento de voçoroca	-	-	1,9	Km	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cerca de proteção de mananciais	3,8	Km	22,5	Km	35,6	Km	5,2	Km	16,6	Km	3,8	Km	0,9	Km	20,3	Km
Distribuidor de Calcário	6	un.	2	un.	-	-	1	un.	-	-	1	un	2	un	2	un
Escarificador	1	un.	2	un	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fossa Séptica	9	un.	8	un	1	un	-	-	-	-	43	un	-	-	71	un.
Manutenção de APP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1º ano
Mudas Nativas	6.000	un.	8.100	un	-	-	1050	un	3.500	Un	7.925	un	-	-	-	-
Roçadeira Costal	13	un.	8	un	4	-	-	-	7	Un	2	un	3	un	3	un
Roçadeira Tratorizada	5	un.	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	un	1	un
Sistema de Divisão de pastagens	0,9	ha.	28,7	ha.	18,0	ha.	-	-	2,9	ha.	3,0	ha.	-	-	7,4	ha.
Terraço com Terraceador	780,1	ha.	232,8	ha.	-	-	-	-	37,1	ha.	244,2	ha.	102,0	ha.	-	-
Terraço com Trator de Esteira	118,5	ha.	51,8	ha.	-	-	-	-	-	-	79,0	ha.	193,4	ha.	-	-

Fonte: Cai/EDR Presidente Prudente, 2010.

Em termos de manejo adequado dos recursos naturais, as ações se deram nos oito municípios, sendo a maior parte delas em Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Martinópolis e Santo Expedito. Essas ações foram: a) a construção de

terraços; b) aplicação de calcário agrícola; c) a construção das cercas de para proteção dos mananciais, d) os sistemas de divisão de pastagens e. e) a aquisição de mudas nativas.

No que se refere à aquisição de equipamentos para auxiliar na produção agropecuária, destacam-se as aquisições de distribuidores de calcário e das roçadeiras (costal e tratorizada), sobretudo em Alfredo Marcondes e Indiana. No caso da aquisição de infraestruturas, os produtores deram preferências para construções dos abastecedores comunitários coletivos e das fossas sépticas biodigestoras, em maior parte em Martinópolis e Santo Expedito.

Constatou-se, portanto, que os produtores rurais dessas localidades fizeram aquisições de equipamentos como também puderam melhorar as condições de aproveitamento do solo e da água, em suas propriedades.

6.2.2. As intervenções conservacionistas promovidas pelo PEMH nos municípios do EDR de Presidente prudente/SP

Os dados do EDR demonstram que uma extensa área sofreu ações conservacionistas, sendo recuperada ou melhorada. Como as intervenções do PEMH tinham como principal objetivo o manejo dos recursos naturais e a promoção da sustentabilidade, entende-se que o conjunto de intervenções abrangeu um relativo percentual das áreas rurais pesquisadas, como pode ser observado na Tabela 24.

Tabela 24 – Áreas (ha) e número de produtores atendidos pelo PEMH nos oito municípios estudados em relação ao EDR e ao Estado de São Paulo (%)

Área (ha.) unidades	Total dos oito Municípios pesquisados	% em relação ao EDR de Pres. Prudente	% em relação ao Estado de São Paulo
Área (total) dos Municípios (ha)	877.270	31,61	4,24
Número de UPAs (Unid.)	13.031	15,35	1,38
Área das MBH (ha)	56.971	36,60	1,80
Número de produtores das MBH	1.751	46,90	2,71
Número de PIPs aprovados	946	41,02	2,52

Fonte: Cati (2009) e Lupa (2007/08)

Os oito municípios investigados compreendem uma área de 4,24% do Estado de São Paulo e 31,64% do EDR de Presidente Prudente. O número de UPAs corresponde a 15,35% do EDR e 1,38% do Estado. As áreas das MBH que sofreram

intervenção do PEMH representam 36,60% do EDR e 1,80% do total estadual, como a porcentagem de produtores atendidos foi de 46,90% em relação ao EDR e 2,71% em relação ao total estadual. O número de PIPs aprovados e executados equivale a 41,02% do EDR e 2,53% do Estado de São Paulo.

As ações concebidas como intervenções conservacionistas do PEMH foram: a. Construção de terraços para o manejo dos solos e das águas; b. Sistema de divisão de pastagens para criação de gado e cuidado com os solos; c. A construção de fossas sépticas biodigestoras para reutilização da água; d. Construção de cercas de proteção nas APPs e aquisição de mudas de espécies nativas; e. Controle de voçorocas, e f. Adaptação das estradas rurais.

As intervenções associadas ao manejo do solo referem-se diretamente ao manejo de recursos naturais e aumento da produção. Foram feitos terraços com esteira e trator, para controle de voçorocas, erosão e aplicação de calcário agrícola.

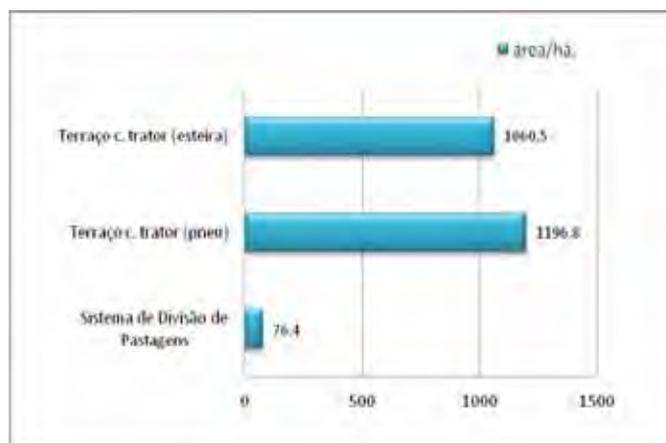
Um dos requisitos para definir a área do EDR de Presidente Prudente como de prioridade 1 foi a alta suscetibilidade da erosão e a existência de processos avançados de voçorocas em muitas áreas rurais. Esse tipo de problema tem caráter duplo – a degradação ambiental com reflexos em todo sistema da bacia e a redução da fertilidade natural dos solos. Tendo-se em vista a experiência paranaense em relação ao combate aos problemas ambientais no meio rural, Bragagnolo e Pan (2001) salientam:

Os problemas de erosão avançavam e apontavam para uma série de desequilíbrios sócio-econômicos, traduzidos pela redução da renda dos produtores, pelo aumento dos custos dos alimentos, pela redução da mão-de-obra no meio rural [...] (BRAGAGNOLO; PAN, 2001, p. 1).

Para os mesmos autores, deveria haver um novo conceito técnico para o meio rural, “[...] não bastava conservar os solos e as águas; era preciso manejá-los adequadamente” (BRAGAGNOLO; PAN, 2001, p. 1).

O Gráfico 47 disponibiliza informações sobre a quantidade de hectares onde foram construídos terraços em nível para retenção de água e proteção do solo. Em cinco municípios do EDR de Presidente Prudente, foram feitos terraços, utilizando-se trator com pneu, em 90 propriedades rurais, e com a esteira, em 64. Em apenas um município foram construídas duas cercas para isolamento de voçorocas.

Gráfico 47 – Intervenções conservacionistas do PEMH nos municípios estudados no EDR de Presidente Prudente (2000 – 2007): manejo do solo/área/ha.



Fonte: CATI, EDR de Presidente Prudente/SP

Foram efetuados terraços em 2.257,3 hectares, com o objetivo de reter água, controlar a erosão e reformar as pastagens. Em 24 propriedades rurais, foram implantados sistemas de divisão de pastagens, abrangendo 76,4 hectares, em sete municípios, todos com acompanhamento técnico, como se verifica na Figura 15.



Figura 15 – Aspecto de terraço, da reforma e divisão de pastagens em propriedade rural na microbacia do Guarucaia em Presidente Bernardes/SP (2009)

Em relação à questão ambiental e a gestão de recursos hídricos, percebeu-se que a cerca de proteção de mananciais e a manutenção de APPs foram exigências do programa. Com recursos do PEMH, foram construídos 108,9 quilômetros de cerca em APPs, beneficiando 181 produtores rurais, em Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Caiabu, Indiana, Martinópolis e Santo Expedito (EDR/Cati, Presidente Prudente, 2010).

A construção de fossas sépticas biodigestoras foi uma ação inovadora do PEMH, sendo um recurso que até o ano 2000, não era empregado pelo produtor rural da região. Essas instalações foram referência em Santo Expedito e Martinópolis, onde se construíram 68 e 34 fossas, respectivamente. Em Alfredo Marcondes, foram construídas nove e, em Álvares Machado, oito, como pode ser observado nas Figuras 16, 17. (EDR/Cati, Presidente Prudente, 2010). Esse modelo de fossa permite a reutilização das águas das residências e de outras instalações na propriedade. Funciona através do processo de decantação, e a água reutilizada pode ter destinos diversificados, como reservatório para irrigação, represa para o gado e tanque de piscicultura, conforme se vê na Figura 18.



Figura 16 – Fossa séptica biodigestora construída com incentivos do PEMH – propriedade rural na Microbacia do Ribeirão Alegrete – Martinópolis/SP (2009)



Figura 17 – Construção de fossa séptica biodigestora em propriedade rural no Município de Santo Expedito/SP (2008)



Figura 18 – Reservatório de água em propriedade rural na Microbacia do Ribeirão Alegrete – Martinópolis/SP (2009): detalhe do encanamento de reutilização da água

A disponibilidade de infraestrutura de manejo e produção é indispensável nas propriedades rurais. Além das benfeitorias infraestruturais, os implementos e equipamentos rurais são extremamente necessários para a produção agropecuária. Sem acesso a esses recursos, o produtor está fadado a abandonar as atividades rurais, ou mantê-las como complemento de renda. Um dos objetivos do PEMH foi justamente à promoção do desenvolvimento rural, ao conciliar preservação e manutenção dos recursos naturais com ações que pudessem melhorar as condições de produção, comercialização e renda.

De acordo com os dados do EDR de Presidente Prudente, dos oito municípios estudados, em seis foram implantados abastecedouros comunitários, num total de 17 projetos de microbacias. Em Santo Expedito, foram construídos 13 abastecedouros comunitários, em Alfredo Marcondes, foram sete, em Álvares Machado, cinco, em Indiana, três, em Caiabu, dois, e, em Presidente Bernardes, um. Em Santo Expedito, foram beneficiados 86 produtores, em Alfredo Marcondes, 35, em Álvares Machado, 29, em Indiana, 17, em Caiabu, 11, e, em Presidente Bernardes, cinco (EDR/CATI, Presidente Prudente, 2010).

As ações conservacionistas estão na pauta das políticas públicas como o PRONAF e o PEMH. A preservação dos recursos naturais tem sido preocupação das intervenções públicas, como meio de desenvolvimento dos territórios rurais. Entretanto, é necessário um engajamento coletivo e participativo, para que sejam consideradas as especificidades de cada local e a necessidade produtiva de cada família ou proprietário.

Segundo os técnicos da CATI, os abastecedouros comunitários foram constituídos através da perfuração de um poço localizado num ponto topográfico específico entre as várias propriedades rurais. A água é bombeada para o abastecedor, que redistribui entre as propriedades nas quais estão instalados hidrômetros para medir a quantidade utilizada por propriedade, como pode ser observado nas Figuras 19 e 20.

As instalações dos abastecedouros foram feitas em parceria entre EDR/CATI, Prefeituras Municipais, empresas¹³² contratadas com rebote financeiros dos produtores através dos incentivos do PEMH.

¹³² Para instalação dos abastecedouros, foram contratadas empresas especializadas na perfuração de poços e a na instalação de hidrômetros. Os abastecedouros plásticos de 20.000 foram comprados de uma empresa que produz caixas d'água, devido à grande quantidade de unidades para a região do EDR. Os hidrômetros foram adquiridos de outra empresa, enquanto os poços de cimento e as fossas sépticas foram adquiridos de empresa de artefatos de cimento da região.

Em Santo Expedito, Álvares Machado, Alfredo Marcondes e Indiana, a Prefeitura auxiliou com serviços. Os técnicos do EDR acompanharam e prestaram serviços na escolha e instalação dos poços, e as empresas forneceram material e serviços especializados, como demonstrado na Figura 21.



Figura 19 – Abastecedouros comunitários (20.000) na Vila Rural – Programa Banco da Terra – Município de Santo Expedito/SP (2010)



Figura 20 – Modelo de hidrômetro utilizado para controle do consumo de água nas propriedades rurais da Microbacias dos Córregos Paca e Macaco em Álvares Machado/SP (2010)



Figura 22 – Trabalho de perfuração de poço para instalação de abastecedor comunitário no Município de Santo Expedito/SP (2008). Técnicos dos órgãos públicos e da empresa especializada no serviço. (Secretaria de Agricultura de Santo Expedito)

No conjunto das intervenções do PEMH, deve-se enfatizar também a participação dos serviços públicos como fruto da parceria agilizada pelo programa. Em Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Caiabu, Indiana, Martinópolis e Santo Expedito,

foram adequados 30,1 quilômetros de estradas rurais com recursos públicos¹³³, conforme se vê na Figura 22.



Figura 22 – Adequação de trecho de estradas rurais na área da microbacia do Córrego Jacutinga - Município de Santo Expedito/SP (2008).

Como relatado por um produtor da MBH do Córrego Santa Maria, em Indiana, foi estabelecida uma parceria entre produtores, Prefeitura e empresa de terraplenagem. Os produtores e a Prefeitura entraram com serviços braçais de remoção e reposição das cercas; a Prefeitura auxiliou no fornecimento de maquinários e combustível (diminuindo os custos) e a empresa trabalhou com recursos provenientes do programa.

Em Álvares Machado, Indiana e Martinópolis, duas bacias foram contempladas com essas intervenções. Em Alfredo Marcondes, Caiabu e Santo Expedito, apenas uma.

Os produtores de Indiana, Santo Expedito e Martinópolis enfatizaram, durante as entrevistas de campo, que depois do Programa Melhor Caminho, essa intervenção do PEMH, no leito das estradas, beneficiou não apenas os produtores que participaram do programa através dos incentivos, mas todas as propriedades da área e demais utilitários da via. Em Alfredo Marcondes, Álvares Machado e Indiana, facilitou o tráfego dos caminhões que transportam produtos agrícolas e principalmente o leite, que é cotidiano e representa a maior fonte de renda dos produtores rurais.

¹³³ Estas intervenções contam com auxílio de recursos públicos no que se refere a utilização de máquinas niveladoras. Em algumas localidades houve parceria entre a prefeitura (serviços e combustível) e o rebote do programa na microbacia para contratação de empresas de terraplenamento e recuperação das estradas rurais.

Em linhas gerais, as ações e intervenções do PEMH executadas em partes significativas dos espaços rurais desses oito municípios denotam um avanço em vários aspectos:

1. Na articulação e fortalecimento de parcerias entre agentes públicos, privados e sociedade civil;
2. Na formação de associações para obtenção de incentivos e utilização de equipamentos e implementos rurais de forma coletiva e com menor custo;
3. No entendimento sobre a disponibilidade e manejo adequado dos recursos naturais do território e a compreensão do conjunto;
4. Na possibilidade de melhoria da utilização dos recursos naturais em benefício da produção e do desenvolvimento humano.

Para Raschiartore e Moreira (2006), o

[...] Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas em São Paulo é um programa de desenvolvimento sustentável local [...] que foi instituído tendo em vista o nível de degradação ambiental e a gama de problemas sócioeconômicos encontrados no campo. Neste caso, no Estado de São Paulo. (p. 521).

Embora, ao longo do tempo, se tenha entendido o rural somente como setor produtivo, na conjugação entre os aspectos socioeconômicos e sua capacidade produtiva, deve-se acrescentar o aspecto da sustentabilidade. Os recursos naturais podem ser compreendidos como valores presentes no território, sobretudo quando este possui espaço rural amplo e dotado de recursos capazes de promover e sustentar, não somente a economia local, mas as condições de vida das famílias rurais e urbanas como de futuras gerações.

Partindo do pressuposto de que essas ações têm caráter inovador e os princípios do programa se concentram nas linhas de valorização dos recursos naturais e humanos, objetivando o desenvolvimento, Sen (2000) salienta que o desenvolvimento deve ser encarado como um alargamento das liberdades reais das pessoas, quando as mesmas podem fazer aquilo que valorizam e escolhem.

Para Sen (2000), “[...] o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercerem preponderantemente sua condição de agente” (p. 10).

O contexto do PEMH favoreceu o alargamento dos mecanismos de decisões junto aos agentes locais, de modo que os seus interesses ou mesmo as necessidades mais emergenciais dos territórios fossem contempladas.

Sen (2000, p. 16) acrescenta, ainda:

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estado repressivos.

Os princípios de gestão participativa e a promoção do associativismo trouxeram às comunidades locais a oportunidade de participar das escolhas sobre os tipos de intervenções que poderiam ser viabilizadas pelo programa, assim como, puderam, de forma coletiva, escolher quais deveriam ser as aquisições de maior demanda e as mais inviáveis, individualmente.

O propósito de levar em conta linhas de incentivos que priorizassem o associativismo e o manejo natural faz dos programas de microbacias modelos inovadores de instrumentos que valorizam o conjunto dos elementos presentes no território, ainda que seja em escalas menores. Portanto, qualidade de vida não está direta e essencialmente ligada à possibilidade de consumo ou poder de compra, mas às relações sociais em si, e entre natureza e sociedade.

Hespanhol (2005) assevera que, nos municípios do interior paulista, a agropecuária se constitui a principal atividade produtiva e a dinâmica econômica dessas localidades depende, essencialmente, do seu desempenho. Contudo, “[...] é importante não só dar devido valor aos mercados, mas também apreciar o papel de outras liberdades econômicas, sociais e políticas que melhoram e enriquecem a vida que as pessoas podem levar” (SEN, 2000, p. 24).

A conjugação de ações políticas e intervenções pontuais que ajudem os produtores rurais a melhorar suas condições de produção e a disponibilidade de infraestrutura (construções e equipamentos), assim como a utilização adequada dos recursos naturais, poderão resultar naquilo que Sen (2000) define como liberdades instrumentais, quais sejam: a) facilidade econômica: quando se usam os recursos com propósito de consumo, de produção e troca; b) oportunidades sociais: melhores condições de educação, informação e qualidade de vida; c) segurança protetora: a

existência de redes de segurança social, relacionamentos institucionais e humanos que auxiliem na redução da pobreza e da evasão de renda.

Ações pontuais como estas do PEMH podem ser de grande importância para recuperação dos recursos naturais degradados, como a promoção de desenvolvimento local, endógeno, interligado ao desenvolvimento rural.

6.3. As intervenções e repercussões do PEMH entre os produtores rurais dos municípios do EDR de Presidente Prudente/SP

Neste item, serão analisadas as ações e repercussões do PEMH junto aos produtores rurais nos oito municípios pesquisados no EDR de Presidente Prudente, desde o fornecimento de incentivos, as práticas de manejo dos recursos naturais e as conseqüência diretas observadas em curto prazo.

O PEMH na região foi muito bem recebido pelos produtores. O nível de satisfação (individual e coletivo) daqueles pesquisados, é elevado. Em geral, os relatos mais evidentes foram de que:

a. Com os recursos oferecidos pelo programa, foi possível fazer alguns investimentos (de alto custo) na propriedade, como por exemplo a construção do abastecedouro comunitário;

b. O programa fortaleceu as ações comunitárias em favor do desenvolvimento das microbacias. Com as ações envolvendo a maior parte dos produtores rurais de uma mesma microbacia, minimizam-se os prejuízos e a escassez de recursos naturais na área.

c. A importância do manejo solo-água foi o enfoque do programa, devido à necessidade de recuperação e preservação dos recursos naturais empregados para o bom desempenho da produção agropecuária. Este programa interfere na maneira de se pensar o meio ambiente no espaço rural.

d. Embora haja sempre problemas políticos partidários locais, o programa demonstrou que, independentemente destas questões, é necessária a participação das pessoas, porque partilham dos recursos do mesmo território.

Quanto ao meio ambiente, de forma geral, a adaptação a um novo modelo de manejo é vista com ressalvas por parte dos produtores rurais mais conservadores. Entretanto, muitos deles revelaram participar do PEMH, não somente pela facilidade de acesso aos incentivos, mas também como prerrogativa de

conscientização ambiental deles e dos produtores vizinhos. A maioria (85%) relatou que as intervenções no solo, no manejo dos recursos hídricos e a recuperação da vegetação, além de beneficiar a sua propriedade, beneficiaram as propriedades vizinhas. Partindo deste pressuposto, verifica-se que os princípios do PEMH passa a criar, ainda que em pequena escala, o entendimento sobre o funcionamento da microbacia como um sistema e a valoração do território.

A participação da CATI na divulgação do projeto junto aos produtores foi constatada como uma das principais ações do poder público em escala regional. A divulgação entre produtores vizinhos teve igualmente grande repercussão, quanto ao incentivo e ao associativismo.

Embora os 80 produtores rurais pesquisados possuíssem propriedades nas áreas de atuação do PEMH, 66 aderiram ao programa e 14, não. Nos oito municípios estudados, 82,5% dos produtores entrevistados fizeram parte, sendo que 45% frisaram participar efetivamente, indo às reuniões, convidando amigos, visitando propriedades vizinhas, incentivando o associativismo e buscando informações (sempre que possível) na CATI.

Como se tratou de uma política pública, coube ao EDR e às Prefeituras agilizar os projetos locais e fazê-los conhecidos entre os produtores. No início, surgiram empecilhos para a execução das ações, como, por exemplo, o baixo envolvimento e o descompromisso dos técnicos, em algumas localidades, além da falta de condições de trabalho.

Na medida em que se superavam os empecilhos, aumentou o comprometimento das Prefeituras e a participação. O PEMH foi sendo executado e adquiriu importância como política de desenvolvimento rural para os pequenos e médios produtores da região.

Questionados sobre a maneira como conheceram o programa, 84,6% dos produtores disseram que foi através da Secretaria de Agricultura local e dos trabalhos da CATI, 9,3% afirmaram ter sido através dos vizinhos, 4,6% receberam informações pela associação de produtores rurais e somente um foi buscar informação. Com isso, nota-se a importância do setor público no envolvimento e desdobramento do programa e menor iniciativa particular. Percebeu-se também que as associações de produtores rurais não tiveram muita influência na divulgação inicial do programa.

Entre os 17% que não aderiram ao programa, todos confirmaram ter recebido informações sobre o projeto, viram propagandas em *outdoors* (na estrada),

ouviram falar, mas não foram convencidos. Dos produtores que não aderiram, três aguardam a próxima etapa do programa para fazer a sua adesão.

O acesso aos recursos financeiros por meio do PEMH se constituiu no maior atrativo aos produtores, pois possibilitou a realização de melhorias, destacando-se os abastecedores comunitários que demandam elevados investimentos. Os mesmos salientaram se tratar de um recurso caro e/ou inviável financeira e individualmente para eles. Outros implementos foram adquiridos de forma coletiva, como distribuidores de calcário, escarificadores/subsoladores e pulverizadores.

Os incentivos coletivos mais procurados foram o abastecimento comunitário, por 45% dos produtores pesquisados, e distribuidores de calcário, por 12% dos produtores.

Os recursos individuais mais requeridos foram: roçadeiras costais, construção de terraços, cercas (divisão de pastagens), controle de voçorocas, fossas sépticas e aplicação de calcário. Em menor quantidade, procuraram recursos para plantio de mudas nativas.

Verificou-se que 31% dos produtores pesquisados se beneficiaram do terraço em nível. Esses produtores afirmaram que a construção de um terraço para novas pastagens e aproveitamento das águas pluviais é um investimento de alto custo. Vários disseram que não possuem maquinário para a realização do serviço. Antes do programa, era muito difícil ou inviável pelo elevado custo das horas/trator¹³⁴.

Um dos grandes empecilhos para a produção agropecuária é o controle da erosão e/ou avanço das voçorocas. Assim, 9,2% dos produtores pesquisados optaram pelo serviço e ressaltaram que, com os tratores comuns, além de não serem máquinas adequadas para trabalhar nas voçorocas, os produtores necessitam de auxílio técnico para minimizar esse tipo de problema, que na maioria das vezes não era combatido.

Das intervenções individuais, 17% dos produtores pesquisados adquiriram fossas sépticas, cercas e mudas para preservação das APPs, 15% adquiriram “kit pastagens” (sistema de divisão de pastagens) e 14% roçadeiras costais, como pode ser visto na Tabela 25. No que dependia da parceria Prefeitura e PEMH, 12% foram beneficiados com adequação de trechos de estradas rurais.

¹³⁴ Em Indiana, Martinópolis e Caiabu, produtores rurais reclamaram que as máquinas e tratores da prefeitura, disponíveis para serviços rurais não estavam sempre em boas condições, ou que, somente uma parcela dos produtores era beneficiada. Mesmo se tratando de serviço público, as horas/trator demandavam alto custo.

Tabela 25 – Benefícios recebidos pelos produtores rurais dos municípios estudados no EDR de Presidente Prudente com o PEMH (individuais e coletivos)

Tipo	Benefício que recebeu na propriedade	unid.	%
individual	Terraceamento em nível (curvas)	20	31
	Fossa séptica	11	17
	Cerca / mudas (preservação da APP)	17	26
	Roçadeira	9	14
	Controle de voçoroca (combate a erosão)	6	9,2
	Kit pastagem (piquete(s))	10	15
incentivo em grupo	Abastecedor comunitário (poço)	29	45
	Distribuidor de Calcário	8	12
	Escarificador	3	4,6
público	Trecho de Estrada recuperado	8	12%

Fonte: Trabalho de campo, 2010.

No Quadro 8, verifica-se, de maneira geral, quais foram as intervenções requisitadas pelos produtores entrevistados nos oito municípios, classificadas em práticas individuais e coletivas.

Quadro 8: Intervenções do PEMH nos municípios da região de Presidente Prudente/SP

PEMH – Intervenções / municípios	Recursos e implementações (físicas / territoriais)	
	Práticas Individuais*	Práticas comunitárias**
Álvares Machado	Cerca para isolamento de APPs Divisão de Pastagens	Poço comunitário Abastecedor comunitário Roçadeira (costal)
Alfredo Marcondes	Terraceamento Controle de Voçorocas Cerca para isolamento de APPs Divisão de Pastagens Plantio de mudas nativas Fossas sépticas Calcário aplicado	Poço (abastecedor comunitário) Roçadeira (costal) Roçadeira (tração mecanizada) Distribuidor de calcário (tração animal) Escarificador/subsolador
Caiabu	Cerca para isolamento de APPs Divisão de pastagens Controle de voçoroca	Roçadeira (costal) Poço (abastecedor comunitário)
Emilianópolis	Divisão de pastagens Cerca para isolamento da APPs Plantio de mudas nativas	-
Indiana	Controle de voçoroca Cerca para isolamento de APPs Terraço	Distribuidor de calcário (trator) Roçadeira (costal) Plantio de mudas nativas Poço (abastecedor comunitário)
Martinópolis	Calcário aplicado Fossas sépticas Terraço Controle de voçoroca	Roçadeira (costal) Distribuidor de calcário
Presidente Bernardes	Terraceamento	Roçadeira costal
Santo Expedito	Divisão de pastagens Fossas sépticas Cerca para isolamento de APPs Controle de voçoroca	Distribuidor de calcário (tração animal) Poços (abastecedor comunitário) Roçadeira (costal)

*a ordem das intervenções está de acordo com os itens de maiores interesses individuais.

**a ordem das intervenções está de acordo com os itens de maior interesse comunitário.

Fonte: Trabalho do Campo e Mapa das Intervenções, CATI/SAA/SP, 2009

No item “práticas individuais”, destacam-se Alfredo Marcondes e Santo Expedito, enquanto, nas “práticas comunitárias”, destacam-se Alfredo Marcondes e Indiana. Em Emilianópolis, não ocorreu nenhuma ação associativa e, em Presidente Bernardes, houve apenas uma.

Tanto as prática individuais, como as coletivas, dependia do conjunto de informações disponibilizadas pelas Secretarias da Agricultura e pela CATI. Segundo técnicos da regional de Presidente Prudente, as dificuldades maiores foram na composição das associações de produtores para aquisição de benfeitorias e de equipamentos. No início houve muita resistência por parte dos produtores vizinhos. Foi necessária a execução de algumas reuniões ou conversas informais para que, no mínimo cinco produtores da microbacia aceitassem associar-se.

De acordo com normas do programa, muitos implementos foram adquiridos através do associativismo e, quando o benefício foi individual, o produtor assumiu o compromisso com o manejo dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente.

No período final, com os desdobramentos do programa, tanto os beneficiados coletivamente como aqueles que só fizeram aquisições individuais, passaram a manter um relacionamento mais efetivo com a secretaria agropecuária local e os profissionais dos órgãos (municipal e regional).

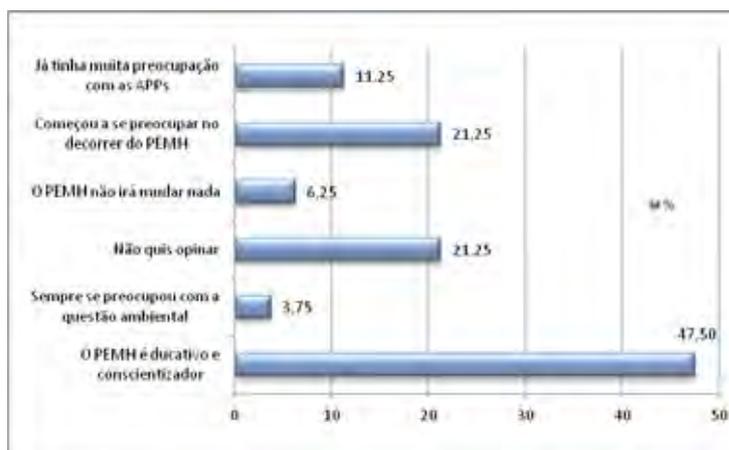
6.3.1. As ações conservacionistas e a questão do manejo dos recursos naturais: repercussões junto aos produtores rurais dos municípios do EDR de Presidente Prudente/SP

Motivados pelas intervenções pontuais que envolvem produção e sustentabilidade, os produtores rurais dos oito municípios (mesmo os que não aderiram ao programa) foram questionados sobre a preservação do meio ambiente, o manejo dos recursos naturais e a necessidade de ações integradas para a promoção do desenvolvimento nesses territórios rurais.

Embora as informações tenham conotações pessoais, procurou-se agrupar respostas com opiniões semelhantes, como pode ser constatado no Gráfico 48.

Os relatos observados denotam a eficácia do PEMH como instrumento de conscientização sobre o manejo dos recursos naturais, dos quais depende boa parte do sustento das famílias.

Gráfico 48 – Opinião dos produtores rurais pesquisados em municípios do EDR de Presidente Prudente sobre a mudança da mentalidade em relação à preservação ambiental



Fonte: trabalho de campo, 2010.

Em termos de desenvolvimento rural, as intervenções do programa muito contribuíram para a mudança de mentalidade dos produtores beneficiados. Para eles, a propriedade deve ser entendida como meio de vida, trabalho, reprodução social, uso-fruto e sobrevivência da família e das outras gerações. Como evidenciou Norder (2006), a noção de patrimônio ainda é um dos fatores que prendem as famílias à propriedade.

Ao contextualizar os aspectos de preservação ambiental, Sachs (2004) enfatiza uma nova dimensão de desenvolvimento sustentável, agregando os preceitos de sustentabilidade ambiental e social. De fato, aspectos de sustentabilidade foram evidenciados nas propriedades que sofreram intervenções pontuais do programa.

Nesta análise, cabe sublinhar que 21,25% dos produtores pesquisados ressaltaram o PEMH como principal incentivo para mudança na mentalidade sobre preservação ambiental e apenas 6,25% disseram não interferir em nada. Os que informaram “sempre se preocupou com a questão” foram os produtores mais idosos.

Apesar de o programa ter sido incisivo nesse item, apenas 12% demonstraram preocupação com a manutenção das APPs. No que concerne à averbação das áreas de reserva legal (RL), tem sido recorrente o questionamento sobre a sua procedência, em razão da perda de espaço para a produção agropecuária¹³⁵.

¹³⁵ Quanto às questões sobre APPs e RL, os produtores rurais afirmaram estar acompanhando (parcialmente) as discussões sobre aprovação do novo Código Florestal (Projeto de Lei 1.876/99). Esta teve relatório concluído em 2010 e votado e aprovado na Câmara dos Deputados em 2011. Atualmente está sendo revisado pelo Senado, onde pode ser devolvido para Câmara (com alterações) para posteriormente ser sancionado pela Presidência da República.

A mudança de mentalidade referente ao manejo adequado dos recursos naturais deriva da implantação de ações conservacionistas nas propriedades rurais envolvidas no programa.

Freischfresser (1999) salienta que o padrão de formulação das políticas públicas promove o desenvolvimento rural, através das potencialidades do território, o que vai além do contexto setorial, como se viu no modelo europeu.

Ações conservacionistas foram sendo incentivadas e efetivadas nas áreas das microbacias que sofreram intervenções do programa. A construção das fossas sépticas biodigestoras é um exemplo da boa aceitabilidade de uma delas. A preocupação com a infiltração e a retenção das águas, o aumento da fertilidade do solo e a não renovação da cobertura vegetal foram iniciativas incorporadas pelas ações conservacionistas do PEMH que repercutiram, até mesmo em propriedades que não foram contempladas.

As práticas adotadas após as intervenções do PEMH, outras que já eram de costume e algumas que não estavam nas iniciativas do programa podem ser evidenciadas na Tabela 26.

Tabela 26 – Destino dos resíduos sólidos (lixo) da produção e das residências das propriedades rurais pesquisadas nos municípios do EDR Presidente Prudente/SP

Destino dos resíduos sólidos (produção)	nº propr.	%	Destino dos resíduos sólidos (residência)	nº propr.	%
Queimado	10	12,50	Queimado	25	31,30
Enterrado	4	5,00	Enterrado	6	7,50
Estocado	11	13,80	Reutiliza c/ adubo	3	3,75
Devolvido local de compra	28	35,00	Coleta pública	36	45,00
Reutilizado	4	5,00	Curso d'água	0	0
Coleta Pública	18	22,50	Não há residência	10	12,50
Não produz resíduos	5	6,250	-	-	0
Total	80	100	total	80	100

Fonte: trabalho de campo, 2010.

Nesta análise, procurou-se destacar como os produtores tratam a questão do lixo no meio rural. Questionou-se sobre o destino dos dois tipos de resíduos sólidos, o das residências e o da produção.

A Tabela 25 indica que 35% dos resíduos sólidos da produção são devolvidos ao local de compra e, em 45% das residências, há coleta pública. Apesar de

não ser adequado, 12,5% queimam o lixo da produção nas propriedades e 5% o enterram. Estes últimos relataram estar cientes das condições em que depositam o lixo.

Quanto aos resíduos das residências, 45,50% destinam à coleta pública, 31,30% queimam, 7,50% enterram e 3,75% reutilizam. Neste caso, verifica-se o manejo mais adequado do lixo do que no anterior. Quando se trata do lixo residencial, afirmam que o volume queimado é pequeno. Porém, não se notificaram proprietários que destinem os dois tipos de lixo aos mananciais.

Perguntados sobre o escoamento sanitário da residência, 65% disseram possuir fossas sépticas, das quais 13,75% são fossas sépticas biodigestoras (com reutilização da água)¹³⁶ e 2,5% fossas comuns; 5% possuem esgoto até no curso d'água.

Prosseguindo as análises, constatou-se a presença de outras ações conservacionistas eficazes na preservação e manutenção do solo, das águas e da vegetação, e na melhoria da produção agrícola. Na Tabela 27 pode-se observar o conjunto dessas práticas executadas pelos produtores rurais dos municípios.

Tabela 27 – Práticas conservacionistas de manejo do solo e produção agropecuária executadas pelos produtores rurais pesquisados nos municípios do EDR de Presidente Prudente/SP. (2010)

Conservação do solo e técnicas de manejo	Nº prod.	% prod.
Terraço em nível (curvas)	60	75,00
Correção do solo	50	62,50
Insumos químicos ¹³⁷	19	23,75
Insumos orgânicos	29	36,25
Cobertura / forragem	22	27,50
Combate à erosão	61	76,25
Captação de água / represamento	21	26,25
Plantio direto	4	4,00

Fonte: Trabalho de campo, 2010

As análises revelam como o PEMH influenciou no aumento de práticas conservacionistas de manejo de solo e da produção agrícola nas microbacias. Como as práticas são desenvolvidas de acordo com o tipo de produção, para todos os itens considerou-se a totalidade dos 80 produtores entrevistados.

Assim, 76,25% das propriedades tiveram intervenções de combate à erosão (a maioria com incentivos do PEMH), 75,0% possuem atualmente pastagens

¹³⁶ Nas propriedades visitadas no trabalho de campo (2010), grande número das fossas sépticas foram adquiridas e/ou reestruturadas com incentivos do PEMH (Figuras 13 e 14).

¹³⁷ A ocorrência do item “adubos químicos” foi agregada aos dados com objetivo de se fazer relação entre os produtores que utilizam-nos, e os que trabalham com orgânicos, quando se verificam diferenças.

renovadas com terraços, 62,5% corrigiram o solo com incentivos do PRONAF e do PEMH, nos anos recentes, e 26,25% têm represas para captação das águas pluviais.

Na produção agrícola ou pastagens, 36,25% afirmaram utilizar adubo orgânico, 23,75% adubo químico, 27,5% preparam o solo com cobertura e forragem, enquanto apenas 4,0% utilizam o plantio direto (sem abrir sulcos no solo).

Embora alguns proprietários sustentassem que já faziam controle de erosão e terraços adequados, foi relevante o aumento destas práticas após o programa. Há ainda os que captam água através de represamento ou barragens junto às “curvas em nível”, ou nas áreas de maior declividade.

Para ampliar a produtividade dos solos, são feitas correções quando há necessidade, o que ocorre na minoria, ou quando se faz a renovação das pastagens. Entretanto, os intervalos de anos variam entre quatro e cinco, dependendo da qualidade e da acidez do solo.

A necessidade de boas práticas de manejo dos recursos naturais no meio rural desperta para uma nova visão de desenvolvimento, a partir da administração dos territórios rurais. Contudo, esta é uma visão de pequena parte dos produtores, de maneira geral.

Considerando-se que grande parte dessas áreas sofreu intensa degradação ambiental, com cursos d’água prejudicados e intensa degradação do solo, a rapidez com que esses programas deveriam ser implementados exigiria mais agilidade dos agentes integrados.

Todavia, após analisar as perspectivas no âmbito da preservação ambiental e as ações incrementadas pelo programa, durante o trabalho de campo (2010), foram evidenciadas também algumas práticas negativas, que, entretanto, são executadas pela minoria dos produtores que se recusaram a participar, como:

- a. O gado pastando às margens dos cursos d’água e erodindo o solo;
- b. O descaso ao combate à erosão e a formação de voçorocas em propriedades que poderiam ter sido inseridas no PEMH;
- c. A inexistência de terraços em nível, em várias propriedades, prejudicando todo o sistema de escoamento da microbacia, a retenção da água e o escoamento superficial, provocando o processo de lixiviação;
- d. O descaso com a manutenção das APPs: a inexistência de cerca e a realização de cultivos nas proximidades do leito de mananciais.

e. A resistência quanto a aceitação das políticas públicas por razões eleitorais locais e dificuldade da participação coletiva nos mecanismos e processos de decisão.

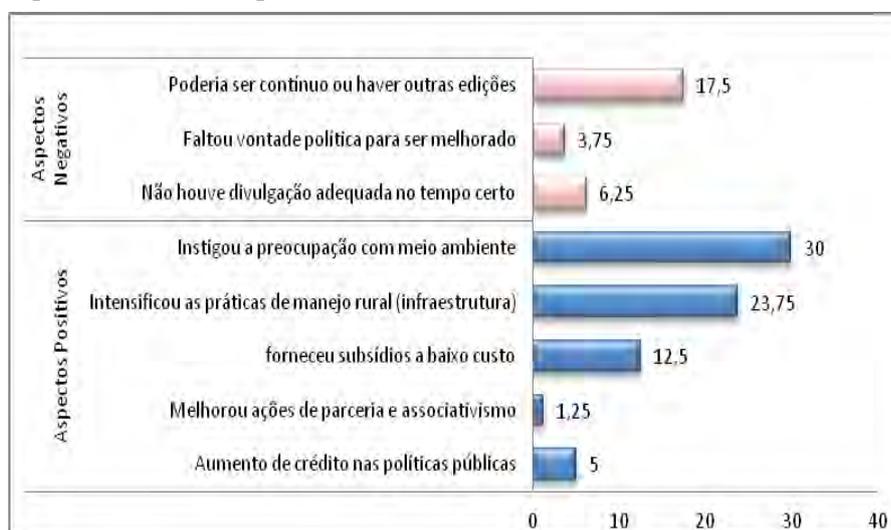
Ao se levar em conta o território da microbacia como área de planejamento, entendeu-se, entretanto, que todos os produtores deveriam participar de forma integrada e haver uma gestão participativa na execução dos projetos e nas ações referentes ao manejo dos recursos naturais.

Embora o PEMH oferecesse linhas de incentivos exigindo pouca contrapartida, algumas ações foram passíveis de críticas, como, por exemplo, a escolha das microbacias e a divulgação tardia sobre a operacionalidade do programa.

Na verdade, malgrado prevaleçam os aspectos positivos, alguns aspectos negativos foram evidenciados junto aos produtores, como mostra o Gráfico 49.

Entre os vários aspectos positivos, continuam os relatos de que o programa instigou a preocupação com o meio ambiente, que intensificou as práticas de manejo rural e administração da propriedade e serviu para subsidiar equipamentos a baixo custo.

Gráfico 49 – Aspectos positivos e negativos dos PEMH relatados pelos produtores rurais pesquisados nos municípios estudados do EDR de Presidente Prudente - SP.



Fonte: Trabalho de campo, 2010

Sobre os aspectos negativos, embora sejam menos evidentes, 17,5% opinaram que o PEMH deveria ser contínuo ou efetuado mais vezes; 6,25% que não houve divulgação adequada, e 3,75% que não houve vontade política para a sua implementação no município.

No contexto das relações institucionais – embora o programa tenha incentivado – apenas 1,25% afirmou ter melhorado o associativismo e 5% que aumentou a confiança nas políticas públicas para o meio rural.

No contexto geral, as opiniões sobre as intervenções conservacionistas e a preocupação com todo o sistema da microbacia foram positivas; 76% dos produtores pesquisados consideram o programa entre bom e ótimo, sendo que 43,5% disseram ser ótimo e 32,5% bom. Não opinaram 17%; razoável foram para 2%, e 5% ouviram falar do programa, mas não lhes despertou interesse. Os proprietários que mais se identificaram foram os que fizeram instalações de abastecedouros comunitários, construíram terraços, dividiram as pastagens e obtiveram as fossas sépticas biodigestoras. Confirmou-se, portanto, maior satisfação junto aos produtores de leite.

No entanto, atenta-se para a circunstância de o item “captação de incentivos a baixo custo” não estar entre os aspectos positivos mais importantes. Não obstante, todo o processo de manejo não seria possível sem os subsídios financeiros do programa.

Aqueles que consideraram o PEMH ótimo frisaram que a articulação entre os agentes públicos e privados possibilitaria, em pouco tempo, todos os proprietários estarem inseridos nessa política pública, fortalecendo o associativismo local, diminuindo a resistência e ampliando as ações de manejo dos recursos naturais, na microbacia hidrográfica. Para tanto, somente ações individualizadas não vão solucionar os problemas locais.

A lotação das especificidades e diversidades evidentes no território pode alavancar novas dimensões para as regiões pobres, quais sejam, a social e a ambiental. Na nova proposta de desenvolvimento rural surgida nos países europeus, o conjunto sociedade-natureza aparece como meio de desenvolvimento e sustentabilidade.

Esse crescente processo de incorporação de preocupações ambientais em relação a agricultura fomentou a discussão e levou a formulação de perspectivas de análise e de intervenção antagônicas e conflitantes entre si e que, em última instância, refletem diferentes interesses e posicionamentos sobre os modelos de desenvolvimento dos países e sobre a própria sustentabilidade. (R. HESPANHOL, 2008, p. 122).

A emergência de novas concepções para o desenvolvimento no meio rural tem sido ancorada nas preocupações com o meio ambiente e com o desenvolvimento social, como, por exemplo, a redução da pobreza.

A amplitude do programa no EDR foi ressaltada devido à urgência dos cuidados necessários com os solos e as águas. A preocupação com as matas e APPs, além dos problemas com a legislação ambiental, ganharam importância em virtude do Programa de Microbacias e a produção agropecuária foi beneficiada, na maioria das localidades.

6.3.2. As relações institucionais articuladas pelo PEMH junto aos produtores rurais pesquisados

Mesmo se sabendo que os níveis de relações institucionais são baixos nos municípios do EDR, as intervenções do PEMH proporcionaram melhores articulações sociais e políticas, entre os produtores rurais e os órgãos públicos.

Durante o período das intervenções, o esforço dos técnicos da CATI foi de fundamental importância para a consecução do programa. A parceria entre os técnicos das secretarias municipais de agricultura, da CATI/EDR, foi o principal instrumento de propagação do PEMH nos municípios, do fortalecimento do associativismo e das ações de extensão rural. Com a ajuda desses profissionais, os produtores puderam dispor de melhor logística quanto à escolha, compra e instalação dos equipamentos nas propriedades.

Durante as entrevistas, houve muitas críticas quanto ao fornecimento de assistência técnica por parte da CATI, antes do PEMH. Porém, durante o período de implantação do programa, evidenciou-se que os serviços de assistência técnica foram periódicos, tanto por parte do EDR/CATI, como das secretarias municipais, conforme demonstra a Tabela 28.

Dos 80 produtores pesquisados, 53,75% relataram ter recebido serviços de assistência técnica oficial oferecidos pela CATI e pelas Casas da Agricultura. Desse total, 20% afirmaram requisitar serviços particulares e 20%, que a assistência é feita pelos próprios proprietários ou alguém da família; 5% disseram não precisar desses serviços e apenas um necessitou do apoio da cooperativa (Tabela 26).

O PEMH possibilitou o estreitamento das relações institucionais entre produtores e os órgãos públicos. Em 27,5% das propriedades, as visitas dos técnicos foram mensais, em 16,25% houve visitas trimestrais e em 5%, semestrais.

Tabela 28 – Assistência técnica recebida pelos produtores rurais pesquisados nos municípios estudados no EDR de Presidente Prudente no período de implementação do PEMH (2000 – 2008)¹³⁸

Assistência Técnica	Nº prod.	%	Visita do técnico	Nº prod.	%
Particular	16	20,00	Mensal	22	27,5
Própria ou pessoa da família	16	20,00	Trimestral	13	16,25
Oficial (Casa Agric./CATI)	43	53,75	Semestral	4	5,00
Cooperativa	1	1,25	Anual	12	15
Não utiliza	4	5,00	Quando solicitado	17	21,25
-	-	-	Nunca	12	15,00
Total	80	100,00	Total	80	100,00

Fonte: Trabalho de campo, 2010.

A viabilização dos serviços de assistência técnica, ao longo dos últimos anos, ampliou os níveis de organização social entre os produtores, despertando-os a participar ativamente de ações referentes ao manejo dos recursos naturais de forma integrada.

Ainda que os vínculos com as cooperativas tenham diminuído, as exigências normativas do PEMH fizeram com que técnicos, produtores e agentes políticos se envolvessem num ambiente de parcerias, o que serviu para fortalecer o associativismo rural. Apesar de se constatar acesso parcial à assistência técnica, notificou-se que apenas 15% nunca contaram com esse serviço.

A periodicidade dos serviços se deu nas propriedades que receberam maior volume de incentivos e as esporádicas foram nas propriedades beneficiadas com um tipo de intervenção.

Em linhas gerais, notou-se, por meio da pesquisa de campo, que nos municípios de Alfredo Marcondes, Presidente Bernardes, Álvares Machado e Santo Expedito, a oferta de assistência técnica foi mais eficaz. Em Indiana, Martinópolis, Caiabu e Emilianópolis, houve auxílio, entretanto, precisou de maior desprendimento dos produtores na requisição dos serviços junto às Casas da Agricultura e quando não, ao EDR/CATI.

Os serviços de assistência técnica intensificaram-se principalmente nos últimos anos de intervenção do PEMH, mesmo porque os Planos Individuais de Propriedade (PIP) e os Projetos Executivos das Propriedades (PEC) deveriam ser

¹³⁸ Os incentivos do BIRD foram até o final de 2007, depois, ficaram por conta do Governo do Estado de São Paulo, encerrando-se no final de 2008.

executados, para que houvesse acesso aos benefícios. Mesmo com os percalços, 54% do total afirmaram receber assistência oficial satisfatória, havendo reciprocidade no envolvimento desses agentes.

Notificou-se também que parte dos produtores ainda depende dos próprios recursos para aquisição de assistência técnica. Embora os trabalhadores rurais tenham aptidão para os serviços, o conhecimento técnico deve ser aplicado, sobretudo naquilo que concerne ao aumento da produção e manejo dos recursos naturais.

O PEMH, apesar das limitações, proporcionou, junto às comunidades rurais envolvidas, uma nova contextualização sobre territórios rurais. Ainda que os CMDR se limitem a atender às exigências burocráticas das políticas públicas, pode ser um instrumento participativo, porque, nas localidades onde alguns produtores participam efetivamente, o programa acelerou e foi maior o número de beneficiados.

Dos 80 entrevistados, apenas 8,75% são membros dos CMDR e somente 3,25% confirmaram intervir nos projetos e nas decisões políticas referentes ao conselho, sendo dois de Indiana (Bairro Sete Copas), dois de Alfredo Marcondes, um de Álvares Machado e um de Presidente Bernardes.

No caso dos oito municípios estudados no EDR, os CMDR caminham arraigados às relações políticas locais, agindo com pouca autonomia e muitas vezes até atrapalhando a execução das políticas públicas, como ressalta R. Hespanhol (2006).

Na verdade, é interessante evidenciar a necessidade de programas de extensão rural junto aos pequenos produtores rurais, em favor do amadurecimento das relações institucionais, da importância do associativismo e da gestão participativa. O fortalecimento dessas relações pode levar à quebra da desconfiança e das resistências que atrapalham o andamento das políticas públicas. O maior envolvimento pressupõe participação democrática nas decisões e permite que os agentes entendam a diversidade produtiva e as especificidades locais.

O PEMH se constituiu numa importante ferramenta, que veio ajudar o pequeno produtor da região a melhorar não somente sua estrutura produtiva, mas a entender que os elementos presentes no território fazem parte de um conjunto de valores a serem aproveitados em benefício do desenvolvimento econômico e social, visando à sustentação das próximas gerações.

Na verdade, o PEMH

[...] contribuiu para que ocorressem mudanças significativas na mentalidade da maioria dos técnicos vinculados à CATI e às prefeituras conveniadas, os quais passaram a ter uma visão integradora das variáveis ambientais e a valorizar as opiniões dos produtores rurais, estimulando-os a participarem, a opinarem e a decidirem, tanto individual como coletivamente, por intermédio das suas associações. (HESPANHOL, 2010, p. 18).

O fator mais importante destas análises está nos índices de adesão ao programa e no desempenho das estruturas da CATI nos municípios. Verificou-se que, em média, as adesões foram mais efetivas em Alfredo Marcondes, Santo Expedito, Álvares Machado e Santo Expedito, quando 60 a 70% dos produtores das microbacias participaram do programa. Em Martinópolis e Caiabu, a adesão foi média, de sorte que 40 a 51% dos produtores se envolveram, enquanto, em Presidente Bernardes e Emilianópolis, a adesão esteve entre 11 e 30%.

As políticas públicas recentes, referenciadas pelo ordenamento territorial, de fato, têm priorizado as diversidades regionais, as possibilidades de desenvolvimento e envolvem ações e agentes diferenciados no exercício da gestão participativa. Ao se conceber que o território é aquilo que se cria e se exerce no espaço, considera-se o que já existe, as ações sociais desenvolvidas e o que se produz nessa relação.

Apesar das limitações presentes no meio rural, das oscilações entre produção e mercado e da diminuição das ocupações agrícola, deve-se ressaltar a continuidade das práticas rurais e da produção familiar, principalmente nos municípios menores, o que sustenta a tese de que existe uma parcela de população vivendo dos recursos obtidos no campo, além de propiciar alimentação e qualidade de vida para as populações rurais e urbanas.

A viabilidade para buscar alternativas perpassa pelas condições de mobilização de diferentes agentes locais, pelo grau de informações e pelo interesse em captar recursos públicos, que, somados aos demais recursos privados, podem alavancar uma nova dinâmica produtiva regional, ou seja, um caminho para inserção no “novo rural brasileiro”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O termo desenvolvimento é recorrente na história das sociedades. Nas economias capitalistas dos séculos XIX e XX, o conceito de desenvolvimento muitas vezes esteve atrelado, exclusivamente, a crescimento econômico e a capacidade de acúmulo, sem se considerar os fatores sociais e ambientais.

A fase do surgimento da agricultura marca uma revolução nas relações sociedade x natureza, com grande desenvolvimento das técnicas e das relações sociais e humanas. A partir de então, se intensifica a exploração dos recursos naturais e as sociedades passam a explorá-los, ainda em maior quantidade após a Revolução Industrial (séc. XVIII).

Até a segunda metade do século XX, desenvolvimento e crescimento econômico eram considerados sinônimos, mesmo reconhecendo-se que o crescimento econômico por si, não atenderia as demandas do desenvolvimento social como um todo.

Com a emancipação das economias industriais e a evolução do que se identifica como “sociedade moderna”, vários conceitos de desenvolvimento foram sendo abordados para explicar as dinâmicas econômicas e, posteriormente, no final do século, as relações sociedade x natureza.

Para muitos, o desenvolvimento econômico se constituía num mito. Após a segunda guerra mundial e posterior ascensão do neoliberalismo econômico, novas frentes desenvolvimentistas surgem em combate às políticas totalitárias e a promoção dos ideais democráticos. Emergem os conceitos de desenvolvimento social e humano; tanto as sociedades dos países ricos como as dos países pobres estariam ao alcance do desenvolvimento. Sendo assim, as dimensões sociais e humanas do desenvolvimento deveriam ser, a partir de então, um instrumento de diminuição da pobreza, de luta contra as opressões e minimização das desigualdades. Estas, trazem consigo noções básicas de melhor qualidade de vida, condições de saúde, educação, habitação, trabalho e renda, e, atualmente, da preservação dos recursos naturais. A partir da década de 1990, outra dimensão passou a ser considerada, a do desenvolvimento sustentável.

Junto à formulação do conceito de desenvolvimento humano, emerge a possibilidade de viabilização de políticas públicas, por parte dos Estados Nacionais, que enfocam a construção e a preservação de direitos inalienáveis do ser humano. Doravante, busca-se apregoar uma exploração racional dos recursos naturais, como

parte desses direitos, e promover bases de sustentação nas relações sociedade x natureza.

Contudo, o desenvolvimento sustentável está mais afeito aos espaços rurais por serem dotados de maior disponibilidade de recursos naturais. Tais espaços são caracterizados pela proximidade e pela relação direta que é estabelecida entre os homens e a natureza. Para tanto, o rural deixou de ser depositário das sobras do crescimento econômico e industrial, ou simplesmente fonte de matéria-prima e mão-de-obra residual e passou a ser entendido como território dotado de valores humanos e naturais, no qual também se constrói o desenvolvimento.

Sendo assim, ao se considerar os territórios rurais como palco do desenvolvimento, a elaboração de políticas públicas, a partir das economias ricas, se constituiu na tônica dos debates rumo ao desenvolvimento equitativo e duradouro.

No caso brasileiro, mesmo se considerando a imensa diversidade regional, cultural e as diferenças nas condições sócio-econômicas, as políticas públicas voltadas ao meio rural se fortaleceram a partir da década de 1990, com o novo ambiente político-institucional das conquistas democráticas, estabilidade e crescimento econômico.

Com base nas políticas públicas da União Européia, o enriquecimento dos debates sobre desenvolvimento rural no cenário nacional aumentou as possibilidades de se entender o espaço rural como mosaico de diversidades regionais e culturais, inúmeras possibilidades produtivas e disponibilidade de recursos naturais a serem explorados com parcimônia e equidade.

Mesmo sabendo-se que o processo de crescimento econômico e industrial do século XX foi setorial, direcionado a grande propriedade rural, as agroindústrias e as culturas de exportação, vale lembrar que as classes sociais menos favorecidas sempre se constituíram na base de sustentação alimentar e os agricultores familiares são responsáveis por boa parte da produção agropecuária (alimentos), postos de trabalho e geração de renda nas regiões do interior do país.

O Estado sempre tem sido o maior protagonista na indução do desenvolvimento no território nacional. Por parte deste, tem sido implementadas algumas políticas públicas voltadas ao atendimento dos menos favorecidos das regiões rurais e mais pobres. Neste contexto, a pesquisa procurou analisar as condições sócio-econômicas e espaciais da agricultura familiar em alguns municípios rurais da Região

de Presidente Prudente, especificamente aqueles situados no entorno da sede do EDR de Presidente Prudente.

No entanto, considerou-se a inserção de duas políticas públicas recentes para o meio rural, pós-1990, de âmbito nacional e estadual: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH).

O recorte geográfico se ateve a alguns municípios situados nas proximidades de Presidente Prudente, nos quais predominam pequenas e médias propriedades rurais, a presença de uma parcela significativa de produtores rurais, cujos valores sociais e culturais permanecem ligados ao modo de vida rural. Sabendo-se da ocorrência de políticas públicas que atendem os menos favorecidos do rural, torna-se pertinente analisar os efeitos das mesmas quanto a manutenção das riquezas naturais e humanas e a possibilidade de serem utilizadas como vetores de desenvolvimento.

Com base no pressuposto de uma retomada da dinâmica produtiva consubstanciada na agricultura familiar nos municípios de Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Caiabu, Emilianópolis, Martinópolis, Presidente Bernardes e Santo Expedito, trabalhou-se com duas hipóteses. A primeira e que as políticas públicas voltadas ao atendimento dos pequenos produtores rurais, como o PRONAF e o PEMH, propiciaram a retomada do crescimento populacional, a desaceleração do êxodo rural e o surgimento de uma nova dinâmica na produção agropecuária, em municípios rurais do EDR, pós-1990. A segunda é que o modelo de desenvolvimento participativo, inclusivo e sustentável se constitui num importante vetor para promover o desenvolvimento de territórios rurais e contribui para que os objetivos dos pequenos produtores rurais sejam alcançados

A primeira hipótese foi parcialmente confirmada, na medida em que foram considerados recortes geográficos e sociais. Uma série de aspectos demonstra a ocorrência de um novo período de mudanças no espaço rural regional. Além dos ciclos produtivos, baseados nas culturas agrícolas responsáveis pelo povoamento e surgimento dos municípios, e posterior fase de estagnação econômica e esvaziamento populacional, constatou-se, após 1990, a retomada do crescimento populacional, a desaceleração do êxodo rural e um novo padrão de produção agropecuária por parte dos pequenos e médios produtores rurais, com base na criação de alternativas para a manutenção da propriedade graças à existência de políticas públicas.

Mesmo sabendo-se que estes aspectos são decorrentes da redemocratização, da estabilidade monetária e do crescimento sócio-econômico (principalmente na última década), a produção familiar exerce significativa importância nas economias locais dos pequenos municípios. Verificou-se o surgimento de famílias pluriativas e o aumento do número de propriedades policultoras, com a multifuncionalidade do espaço rural.

Nos municípios menores e menos populosos, onde predominam as UPAs entre 10 e 20, 20 e 50 e 50 e 100 hectares verificaram-se a permanência da produção familiar, a preservação do patrimônio e a valoração dos recursos territoriais com objetivo de agregar renda. Os dados gerais demonstram, não só a estabilização do crescimento populacional e do êxodo rural, como uma pequena evolução nos índices do IDH e aumento do número de UPAs pequenas e médias, em todos os municípios analisados.

Os aspectos negativos demonstram a confirmação parcial desta primeira hipótese, de que o dinamismo não se dá única e exclusivamente a partir dos aspectos acima referenciados. Em primeiro lugar, verificou-se a ocorrência de dois fatores crescentes nos últimos dez anos: a) o aumento da monocultura da cana-de-açúcar que tem transformado os ritmos das economias locais e modificado intensamente a paisagem do meio rural, provocando aumento na especulação imobiliária no rural e no urbano, principalmente nos municípios maiores e mais populosos, como também em outros menores, a exemplo de Caiabu e Santo Expedito; b) O crescimento nos índices de concentração fundiária, com níveis altos na maioria dos municípios pesquisados, exceto em Alfredo Marcondes e Álvares Machado, onde os índices têm se mantido em nível médio, próximos a 0.5 (GINI).

Em segundo lugar, embora tenha havido o crescimento da produção de leite e de alguns produtos olerícolas, como também de alguns animais (suínos e aves) nas pequenas e médias propriedades, os agricultores familiares ainda não possuem uma dinâmica vinculada a cadeias produtivas, organizadas em redes (institucionais, de informação e mercado), com elevada inserção ao mercado.

Em terceiro lugar, a ausência de redes de relações na agricultura familiar a enfraquece fazendo com que ela não possua projetos próprios de melhoria das condições de vida dos agricultores.

A segunda hipótese deteve-se na avaliação da importância das políticas públicas para o meio rural junto as classes menos favorecidas das regiões

rurais pobres, após 1990. Nesta segunda linha, confirmou-se a importância das políticas públicas para a melhoria das condições gerais dos agricultores familiares. Neste caso, o PRONAF e o PEMH demonstraram fortalecer os vínculos com a agricultura familiar, mesmo que em escala menor e em regiões rurais pobres.

As duas políticas (PRONAF e PEMH) apresentaram resultados positivos para a agricultura familiar. Os resultados positivos foram mais expressivos do que os aspectos negativos, sendo que, os últimos – levando-se em consideração o contexto histórico e a formação cultural do produtor rural da região –, foram menores.

Os aspectos negativos, dizem respeito: a) A adesão parcial dos produtores rurais às políticas inovadoras, dependendo do contexto político nacional e local, devido principalmente a desconfiança no modelo de políticas públicas efetivado para o meio rural brasileiro em décadas anteriores; b) O retrospecto do passado histórico dos pequenos e médios produtores no contexto das regiões agrícolas e a perda de poder de produção e competitividade pela ausência de respaldos externos; c) As dificuldades dos governantes, principalmente do Estado de São Paulo, em viabilizar condições ágeas para implementação do PEMH na fase inicial, esbarrando na legislação vigente e no limitado corpo técnico para atender as demandas agricultores; d) A dificuldade de promover mudanças na mentalidade dos produtores familiares, especialmente no que concerne ao associativismo e a gestão participativa, junto aos projetos para o meio rural e o manejo dos recursos naturais presentes no território, o que ocorreu nos primeiros anos de implantação do PEMH.

Todavia os aspectos positivos, evidenciados no bojo da pesquisa, denotam a evolução nas práticas das políticas públicas e no modelo de ordenamento territorial. São eles:

1. A boa aceitação do PRONAF e do PEMH por parte dos agricultores familiares;

2. O aumento do associativismo, perante as dificuldades de resistência pré-existent no rural, sendo que, para o PRONAF, este fator se mostrou evidente nos primeiros anos e estão relacionados às ações do “Pronaf Infraestrutura e Serviços Municipais”, quando houve fortalecimento de algumas associações de produtores, principalmente nos municípios onde predominam as pequenas e médias propriedades rurais. No caso do PEMH, ocorreu o crescimento do número de associações de produtores no período final, decorrente das exigências do programa para a concessão de incentivos; a efetivação de projetos pontuais no período final;

3. As linhas de crédito do PRONAF viabilizaram alterações no modelo produtivo, na busca de alternativas e na diversificação da produção, adotando-se linhas que demandem maior segurança de renda, fazendo do rural um espaço multifuncional e da propriedade uma unidade produtiva policultora;

4. Em termos de atuação do PEMH, nos últimos anos, a busca de incentivos incidiu numa troca do programa federal, pelo estadual, já que as vantagens eram significativas e a contrapartida era baixa. Os reflexos quanto ao manejo adequado dos recursos naturais e a aquisição de infraestrutura foram às melhores repercussões do programa. O fornecimento de incentivos que pudessem conjugar interesses econômicos e conservacionistas deu a tônica da importância de uma política de ordenamento territorial e do entendimento do território como um conjunto de valores sociais, econômicos e ambientais, a serem considerados. Com isso muitos daqueles que não aderiram ao programa, se arrependeram;

5. O PEMH impulsionou a efetivação de uma segunda edição do programa, o “Microbacias II”, com o objetivo de fortalecer as cadeias produtivas municipais e manter ações para a melhoria da qualidade ambiental;

6. Ainda sobre o PEMH, os vínculos entre produtores e os serviços de assistência técnica e extensão rural foram fortalecidos; a demanda de serviços nos órgãos públicos, estadual e municipais, foi acompanhando o andamento das ações, fornecendo logística, informação e fomentando interesses pelas intervenções mais necessárias nos territórios e a recuperação dos recursos naturais, nos casos mais evidentes de degradação.

Como referência de confirmação da segunda hipótese, ainda deve-se destacar: a) A evolução nas linhas de ações e repercussões positivas em todas as localidades analisadas; b) A conjugação de agentes diferenciados na construção das políticas públicas; c) O enfrentamento mediante aos problemas surgidos no contexto citado e resolução em tempo hábil para execução das ações; d) A inovação do modelo de gestão participativa favorece a credibilidade, aponta para as necessidades básicas e emergenciais de intervenção territorial e engloba maior número de envolvidos.

Em termos do PRONAF, as ações coletivas do período inicial trouxeram resultados perceptíveis para os produtores rurais. Onde as associações foram fortalecidas, nota-se maior nível de decisões compartilhadas e maior envolvimento institucional. Referindo-se ao PEMH, em sua fase final, o crescimento do

associativismo e as parcerias entre os órgãos públicos (municipais e regional), impulsionou a construção de projetos coletivos e o interesse pelos incentivos oferecidos.

O modelo de gestão participativa denota a importância das políticas públicas e a necessidade de atuação do Estado, quer seja em nível nacional, ou em níveis regionais e locais. A indução das práticas de planejamento, fomento, gestão e intervenção das políticas públicas, viabilizam o desenvolvimento dos territórios, principalmente das áreas pobres.

Constatou-se que foram nos períodos de maior participação coletiva que os programas apresentaram melhores resultados. Contudo, a presença de agentes diferenciados na construção e execução das políticas públicas, ressalta o aspecto favorável da ação estatal em diversas escalas e a importância do envolvimento da sociedade civil.

Com base nas hipóteses trabalhadas, naquilo que se refere ao objetivo principal da pesquisa, a inserção das políticas públicas para classes menos favorecidas do rural, de certo modo, pode trazer resultados relevantes às regiões pobres e viabilizar a valorização do território como local de vida e das ações, considerando-se, para tanto, os recursos humanos e naturais existentes.

A produção familiar continua sendo importante para a economia dos pequenos municípios. O perfil do pequeno e médio produtor rural na região, diferentemente de décadas anteriores, têm se consubstanciado, em melhor qualidade de vida, de poder de compra e possibilidade de produzir diversos produtos no espaço rural, assim como ter outras ocupações.

No que se refere às políticas públicas, além dos aspectos já citados, de maneira geral, o PRONAF e o PEMH demonstram eficiência onde foram articulados e houve maior participação política e social. Principalmente o segundo, promoveu o fortalecimento do associativismo e a mudança na mentalidade do produtor rural em termos de manejo adequado dos recursos naturais.

Mesmo que sejam programas de fornecimento de incentivos a baixo custo e as contrapartidas sejam favoráveis ao produtor rural, as ações demonstram que o foco não é somente à questão econômica e o mercado, mas entendem o rural como local de produção e vida. Embora o interesse pelos incentivos seja o grande atrativo, resultados indiretos são relevantes no que se refere às parcerias institucionais, possibilitando condições de escolha e intervenção em serviços. Mesmo com baixo

índice de participação nos CMDRs, nas associações de produtores e cooperativas, onde a participação é maior, os resultados das ações públicas foram mais significativos.

Contudo, no caso dos municípios estudados, ações propositivas são lançadas no âmbito da gestão participativa e inserção das políticas públicas, quais sejam:

1. A necessidade de haver secretarias municipais ou departamentos de planejamento, para elaborar e executar projetos, no fornecimento de logística (física e institucional), minimizando impasses, impedimentos e/ou atrasos na implementação de políticas públicas.

2. É muito importante a existência de um corpo técnico, todavia, municiados de formação profissional contínua para aperfeiçoamento e prática dos trabalhos, a fim de minimizar e/ou evitar percalços (problemas com legislação, conhecimento territorial, geográfico e social, orçamentário e fiscal) na execução dos projetos;

3. Considerar os projetos e ações de maneira supra-partidárias, minimizando a excessiva dependência, em escala vertical, das ações dos governos superiores, no que se referem aos interesses de setores ou grupos do contexto político-eleitoral local, em relação ao contexto social geral;

4. Criação de mecanismos (extensão rural, fóruns, trocas de experiências externas, debates, parcerias com universidades), por parte dos agentes locais (governo, instituições civis e sociedade), que viabilizem maior envolvimento coletivo e institucional por parte dos produtores rurais junto aos projetos de interesse da maioria, criando-se redes de relações (pessoais, empresariais e institucionais) a fim de melhorar ou criar mercados e ampliar a competitividade.

Em linhas gerais, o Estado continua a ser o grande indutor do desenvolvimento local, e tem como prerrogativa minimizar as disparidades regionais e sociais, principalmente nas áreas pobres. Contudo, reforça-se a idéia de que a construção das políticas públicas está sob a ótica da gestão participativa e compartilhada, onde as sociedades fazem parte das decisões e demandam as ações necessárias. Assim, as dimensões do desenvolvimento, perpassam por se considerar, tanto crescimento econômico, como desenvolvimento social e humano. Todavia, estas não podem ser entendidas em separado do desenvolvimento sustentável. Dentro desta perspectiva, deve-se entender o conjunto sociedade-natureza através da compreensão e da construção de uma abordagem territorial do desenvolvimento rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo e VEIGA, Jose Eli da. **Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: o caso do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF)**. Brasília, abril, 1999. Texto para discussão nº 641, Convênio FIPE/IPEA 07/97.

ABRAMOVAY, Ricardo. **O Capital Social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. Economia Aplicada, São Paulo, v. IV, n. 2, abr/jun. 2000, p. 379-397. Disponível em <http://www.abramovay.pro.br/artigos_cientificos/2000/O_capital_social.pdf>

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre, UFRGS, 2ª ed. 2009.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 2ª ed. Editora da Unicam/Hucitec, São Paulo-Campinas, 1998.

ABRAMOVAY, Ricardo; SACHS, Ignacy. **Habitat: a contribuição do mundo rural**. São Paulo, Rev. São Paulo em Perspectiva v. 3, n. 9, 1995. 1995. p. 11 – 16.

ALEGRE, Marcos. **Alta Sorocabana: População**. Caderno Prudente de Geografia. Presidente Prudente, AGB, nº 01

ALVES, A. F. Conhecimentos Convencionais e sustentáveis: uma visão de redes interconectadas. In: ALVES, Adilson F.; CARRIJO, Beatris R.; CANDIOTTO, Luciano Z. P. **Desenvolvimento Territorial e Agroecologia**. São Paulo, Expressão Popular, 2008.

ANDRADE, Ilza, A. L. Conselhos de Desenvolvimento Rural: espaço adequado para se pensar o desenvolvimento local? In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcel. K; MARQUES, Paulo E. M. (Orgs); **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil**. Porto Alegre, UFRGS Editora, 2004. p. 233-250.

ANDRADE, M. Correia. **Geografia Rural: questões teórico-metodológicas e técnicas**. Campo-Território: revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 5, n. 9, fev. 2010, p. 5-16.

ANDRADE. Manuel C. **A questão do território no Brasil**. São Paulo, Hucitec, 2010.

ARENDT, Hannah. **A dignidade da política. Ensaios e Conferências**. Rio de Janeiro,

Relume Dumará, 3º ed., 2002.

AZEVEDO, F. F.; PESSOA, V. L. Salazar. **Desenvolvimento Rural e Políticas Públicas no Brasil: uma avaliação do período de 1950 a 1980**. Expressão, Mossoró, v. 1,2, n. 39, jan./dez. 2008, p. 69-76.

BAENINGER, Rosana. **São Paulo e suas Migrações no final do Século XX**. São Paulo, Rev. São Paulo em Perspectiva, v. 19, n. 3, jul./set. 2005, p. 84-96.

BALSADI, Otavio V. **Mudanças no meio rural e desafios para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo em Perspectiva, SP, vol. 15, n. 1, 2001. p. 155-185.

BACCARIN, J. G., SOUZA, J. G. **Um questionamento sobre a capacidade explicativa do conceito de “pluriatividade” em uma região de pequena agricultura diversificada**. Projeto RURBANO – NEA/Unicamp – FAPESP (s/d).

BASALDI, V. O.; BORIN, M. R. **Ocupações Agrícolas e Não-Agrícolas no Rural Paulista: análise das evoluções no período 1990-2002**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Fundação Seade, v. 20, n. 4, p. 155-174, out/dez. 2006. Disponível em <<http://www.scielo.br>>

BECKER, Dinizar. F (Org.). **Desenvolvimento sustentável, necessidade e/ou possibilidade?** Santa Cruz do Sul, Edunisc, 4ª ed. 2002.

BECKER, Dinizar. F. Sustentabilidade: um novo (velho) paradigma de desenvolvimento regional. In: BECKER, Dinizar. F (Org.). **Desenvolvimento sustentável, necessidade e/ou possibilidade?** Santa Cruz do Sul, Edunisc, 4ª ed. 2002.

BELIK, Walter, PAULILLO, Luiz F. O financiamento da produção agrícola brasileira na década de 1990: ajustamento e seletividade. LEITE, Sergio P. **Políticas públicas e agricultura no Brasil (Org)**. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 2001. p. 97-122.

BONNAL, Philipe e MALUF, Renato S. **Políticas de desenvolvimento territorial e a multifuncionalidade da Agricultura Familiar no Brasil**. Florianópolis, Santa Catarina, ago. 2007. I Colóquio Internacional de Desenvolvimento Territorial Sustentável. P. 1 – 26.

BORDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo, Perspectiva, 2001.

BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Col. Memória e Sociedade. Rio de Janeiro, Ed.

Bertrand Brasil S/A. 1989.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo, Companhia da Letras, 1994.

BRAGNASCO, Arnaldo. **Tre Italie. La problematica territoriale dello sviluppo italiano**. Il Mulino. 3ª Ed. Roma, Itália, 1996.

BRAGAGNOLO, N.; PAN W. **Políticas Públicas para o Controle da Erosão: A Experiência Paranaense**. VII Simpósio Nacional de Controle de Erosão, Goiânia (GO), 03 a 06/05/2001, p. 1-12. Disponível em <<http://www.labogef.iesa.ufg.br/links/simposioerosao/textos/P0605.doc>>

BRANDÃO, Carlos. Territórios e Mudança no “Padrão de Sociabilidade” no Brasil. In: ORTEGA, Antonio C. (org). **Território, Políticas Públicas e estratégias de desenvolvimento**. Campinas, Alínea Ed. 2007. p. 17-40.

BRASIL, Governo do. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Agricultura Familiar - SAF/PRONAF. Brasília, 1º sem 2010. Acessado em maio de 2010.

CAMAPANHOLA, C; GRAZIANO DA SILVA, J e DEL GROSSI, M. E. **São Paulo: Uma volta ao campo**. Campinas, 2001. Projeto Rurbano – Fase III, IE/Unicamp. Disponível em http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/Ase/volta_campo.pdf, acesso em dez, 2010.

CAMPANHOLA, C. e GRAZIANO DA SILVA, J. G.. **Desenvolvimento Local e redemocratização dos Espaços Rurais**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 17, n. 1, p. 11-40, jan./abr. 2000.

CANO, Wilson. **Celso Furtado e a questão regional no Brasil**. Disponível em <<http://www.redcelsofurtado.edu.mx/archivosPDF/cano2.pdf>> Acesso, jan. 2010.

Carneiro, Maria José. **Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf**. *En publicacion: Estudos. Sociedade e Agricultura n.8*. CPDA, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, UFRRJ, Rio de Janeiro: Brasil. abril. 1997 1413-0580. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/crono.htm#N%FAmero%208>

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, vol. I, 8ª ed.

1996.

CAZELLA, A.A.; BONNAL, P; MALUF, R.G. (org). **Agricultura Familiar, multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro, Mauad X, NEAD, IICA, 2009,

CAZELLA, Ademir Antonio. **Base de Serviços Rurais Estratégicos à Promoção do Desenvolvimento Territorial no Brasil**. Revista Raízes, Campina Grande, v. 28, ns. 1 e 2, jan-dez/2009; vol. 29, n. 1, jan-jun/2010.

CHAUÍ, Marilena. **Filosofia Moderna**. São Paulo, USP. Disponível em <http://www.cfh.ufsc.br/~wfil/chauí.htm>. Acesso em outubro de 2010.

CLEMENTE, E. Cesar. **O Programa de Microbacias Hidrográficas no contexto do Desenvolvimento Rural da Região de Jales – SP**. 315f Relatório Exame Geral de Qualificação (doutorado em Geografia). Faculdade De Ciências e Tecnologia – FCT. Universidade Estadual Paulista – Unesp, Presidente Prudente, SP, 2010.

COBRA, Amador Nogueira. **Recanto do Sertão Paulista**. Hennes & Cia, São Paulo, 1943.

COORDENADORIA DE ASSISNTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL (CATI). Dados Consolidados Regionais, 1995/96, 2007/08, Região Agrícola de Presidente Prudente. Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária Estado de São Paulo (Lupa). Disponível na internet em: <http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/dadosregionais.php>

COORDENADORIA DE ASSISNTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL (CATI). Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas. CATI: São Paulo, 2000.

COORDENADORIA DE ASSISNTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL (CATI). Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas. CATI: São Paulo, 2000.

COUDEL, E., TONNEU, J. P., PIRAUX, M. **Articular Dispositivos de Formação e Governança: um desafio para o desenvolvimento**. Revista Raízes, Campina Grande, v. 28, ns. 1 e 2, jan-dez/2009; vol. 29, n. 1, jan-jun/2010.

CUNHA, Luiz, A. G. **Território, desenvolvimento territorial e o novo rural**. Revista Emancipação, v. 1, n. 7, Ponta Grossa, 2007, p. 165-176.

D'INCAU, Maria C. de. **O Boa-Fria: acumulação e miséria**. Editora Vozes Ltda,

São Paulo, 1975.

DARWIN, Charles. **A Origem das Espécies, no meio da seleção natural ou a luta pela existência na natureza**, 1 vol., Tradução Mesquita Paul. São Paulo, Martin Claret, 2003.

DE DAVID, Cesar, SULZBACHER, Aline W. **Alternativa para o espaço rural: importância de compatibilizar políticas públicas com saberes locais**. Campo-Território: revista de geografia agrária, v.3, n. 5, p. 14-37, fev. 2008.

DE LORENÇO, H. C., FONSECA, S. A. **A promoção do desenvolvimento local apoiada em redes de municípios: a experiência do Consórcio Intermunicipal Central Paulista**. Revista Interações, Campo Grande, v. 9, n. 1, p. 55-63, jan-jun/2008.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. Ícone Ed., Editora da Unicamp, São Paulo, 1985.

DELGADO, G. Capital e política agrária no Brasil: 1930 – 1980. In: SMERECÁNYI, Tamas; SUNIGAN, Wilson (org). **História Econômica do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: HUCITEC, 1997

DELGADO, Nelson G. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: LEITE, Sergio P. **Políticas públicas e agricultura no Brasil (Org)**. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 2001.

DEMARCO, Diogo; FAVARETO, Arilson. Entre o capital social e o bloqueio institucional: uma avaliação dos CMDR em cinco estados brasileiros. In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcel. K; MARQUES, Paulo E. M. (Orgs); **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil**. Porto Alegre, UFRGS Editora, 2004.p. 21-54.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Col. Grandes Obras Pensamento Universal. São Paulo, Ed. Escala, 4ª ed. 1891.

ENGELS, F. **O Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem**, 1876. Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/marx/1876/mes/macaco.htm>

ENGELS, F. **Prefácio a situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. In: MARX, K. ENGELS, F. Textos 1. São Paulo, edições sociais, 1977, p. 121-133.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis, Vozes, 2000. p.

59-83.

FAVARETO, Arilson. A Expansão Produtiva em Regiões Rurais – há um dilema entre o crescimento econômico, coesão social e conservação ambiental? GASQUES, J. G; VIEIRA FILHO, J. E. R; NAVARRO, Zander (org). **Agricultura Brasileira: Desempenho, Desafios e Perspectivas**. Brasília – DF, IPEA, Governo Federal, 2010. Disponível em: http://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/904333/1/AgriculturafamiliarnoBrasil_cap.7.pdf, acessado em jul/2011.

FAVARETO, Arilson. **As tentativas de Adoção da Abordagem Territorial do Desenvolvimento Rural – lições para uma nova geração de políticas públicas**. Revista Raízes, Campina Grande, v. 28, ns. 1 e 2, jan-dez/2009; vol. 29, n. 1, jan-jun/2010.

FAVARETO, Arilson. **Do Território como “ator” ao território como “campo”: uma análise da introdução da abordagem territorial na política de desenvolvimento rural no Brasil**. XLV SOBER “Conhecimento para agricultura do futuro”, Londrina, 25 – 25/jl, 2007. p. 2 – 20.

FAVARETO, Arilson. **Paradigmas do Desenvolvimento Rural em Questão**. São Paulo, Ilgu – Fapesp, 2007.

FAVARETO, Arilson. **Retrato das Políticas Públicas de Desenvolvimento Territorial no Brasil**. Documento de Trabalho nº 26. Dinâmicas Teriroriales Rurales – Rimisp, Santiago, Chile, 2009.

FAVARETO, Arilson. Tendências contemporâneas dos Estudos e Políticas sobre o Desenvolvimento Territorial. In: **Políticas de Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil: avanços e desafios. Série desenvolvimento Rural Sustentável**. São Paulo, 2009. p. 15-40. Disponível em <<http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/DocumentosTecnicosAbertos/Attachments/293>>.

FAVARETO, Arilson; DEMARCO, Diogo. Entre o capital social e o bloqueio institucional: uma avaliação dos CMDR em cinco estados brasileiros. In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcel. K; MARQUES, Paulo E. M. (Orgs); **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil**. Porto Alegre, UFRGS Editora, 2004. p. 121-146

FIQUEIREDO, C. V.; SOUZA, J. G. **A monocultura canavieira: entropia da paisagem e elisão fiscal no município de Rio Claro – SP, Brasil (2000 – 2008).**

FLEISCHFRESSER, V. **Políticas Públicas e a Formação de Redes Conservacionistas em Microbacias Hidrográficas: o exemplo do Paraná Rural.** Ver. Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n. 95, jan./abr. 1999, p. 61-77

FOUCAULD, Michel. **A Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro, Graal, 1979. Disponível em [http://www.labgedus.com.br/docs/GEDUS-Microfisica do Poder.pdf](http://www.labgedus.com.br/docs/GEDUS-Microfisica_do_Poder.pdf). Acessado em dez/2010.

FRANÇA, Levy Del Rei, FERNANDES FILHO, José F. **A evolução da avicultura de corte em Goiás.** In. PEREIRA, Sebastião L., XAVIER, Clésio Lourenço (org). O agronegócio nas terras de Goiás. Uberlândia EDU/FU, 2003, p. 175 – 211.

FRANCISO, Clodovil (et. Alt). **Política Agrícola e Rural Comum e a União Européia – Factos e políticas, futuro e opções,** 1ª ed. Principia, Cascais, 2003.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE). Perfil Estadual. São Paulo, Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, 2000, 2008, 2009. Disponível na internet em: <http://www.seade.sp.gov.br>

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE). Perfis Regionais. São Paulo, Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, 2000, 2008, 2009. Disponível na internet em: <http://www.seade.sp.gov.br>

FURTADO, Celso. **Estado e Empresas Transnacionais na indústria periférica.** Rio de Janeiro, Revista Economia Política, v. 1, n. 1. Jan-março/1981.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.

GEHLEN, Ivaldo. **Políticas públicas e desenvolvimento social rural.** São Paulo em Perspectiva, v. 18, n. 2, São Paulo, 2004. p. 95-103.

GOLÇALVES, José S. **Mudar para Manter: pseudomorfose da agricultura brasileira.** Governo do Estado de São Paulo/SAA/SP, São Paulo, 1993.

GOMEZ, Jorge R. Montenegro. **Desenvolvimento em (Des)Construção: narrativas escalares sobre o desenvolvimento territorial rural.** 438f. Tese (Doutorado em Geografia).. Faculdade De Ciências e Tecnologia – FCT. Universidade Estadual

Paulista – Unesp, Presidente Prudente, SP, 2006.

GONÇALES, Claudemir. **A Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano Ltda (COMIGO) e o desenvolvimento da região de Rio Verde – GO.** In. PEREIRA, Sebastião L., XAVIER, Clésio Lourenço (org). O agronegócio nas terras de Goiás. Uberlândia EDU/FU, 2003, p. 213 - 250.

GONÇALVES NETO, Wanderlei. **O Estado e a Agricultura no Brasil: política agrícola e a modernização econômica brasileira 1960 – 1980.** São Paulo, Hucitec, 1997.

GONÇALVES, Carlos W. Porto. **A globalização da Natureza e a natureza da globalização.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI, Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado,** São Paulo. 2006. Disponível na Internet In: <<http://www.cati.sp.gov.br/novacati>>

Governo do Estado de São Paulo. Instituto de Economia Agrícola (IEA), Secretaria de Agricultura e Abastecimento. www.iea.sp.gov.br

GRAZIANO DA SILVA, J., CAMPANHOLA, C., DEL GROSSI, M. E. **São Paulo: uma volta ao campo.** Projeto Rurbano – Fase III. IE/Unicamp, Campinas /SP. Disponível na Internet em www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/Ase/volta_campo.pdf

GRAZIANO DA SILVA, J. **A Crise Agrária.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Unicamp, Instituto de Economia-II. Campinas, 1998.

GRAZIANO DA SILVA, J. Os desafios das agriculturas brasileiras. GASQUES, J. G; VIEIRA FILHO, J. E. R; NAVARRO, Zander (org). **Agricultura Brasileira: Desempenho, Desafios e Perspectivas.** Brasília – DF, IPEA, Governo Federal, 2010. Disponível em: http://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/904333/1/AgriculturafamiliarnoBrasil_cap.7.pdf, acessado em jul/2011.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Velhos e novos mitos do rural brasileiro.** Estudos Avançados, IEA/USP, v. 15, n. 43, setembro/dezembro, 2000. p. 37-50.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Velhos e novos mitos do rural brasileiro.** Estudos

Avançados, IEA/USP, v. 15, n. 43, setembro/dezembro, 2000. p. 37-50.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro**. IE – Unicamp, Campinas/SP, 1999

GUANZIROLI, C. E. **PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural**. RER. Rio de Janeiro, vol. 45. nº 02, p. 301 – 328, abr./jun, 2007.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. 6ª ed. Paz e Terra, São Paulo, 1989.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios e multiterritorialidade**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 5ª ed. 2010.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo. Edições Loyola, 2005.

HAESBAERT, Rogério; GONÇALVES, Carlos. W. P. Entre territórios, redes e aglomerados de exclusão: uma nova regionalização é possível? In: **A nova desordem Mundial**. São Paulo, Unesp, 2006. p. 131-145.

HAESBAERT, R; PORTO GONÇALVES, C. W., **A Nova Des-ordem Mundial**. São Paulo, Editora Unesp, 1ª ed., 2006.

HAESBAERT, Rogério. **Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade**. Porto Alegre, set. 2004. Disponível em:

http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/CONFERENCE_Rogério_HAESBAERT.pdf. Acesso dez. 2010.

HESPANHOL, A. Nivaldo. A atuação do Estado no processo de desenvolvimento Brasileiro. In: MENEGUETE JR, Messias, ALVES, Néri (org). **FCT (40 anos), perfil científico-educacional**, Presidente Prudente: Unesp/FCT, 1999. p. 21-41.

HESPANHOL, A. Nivaldo. Agricultura, Desenvolvimento e Sustentabilidade. In: MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. **Abordagens Teórico Metodológicas em Geografia Agrária**. Rio de Janeiro, EDUARJ, 2007, p. 179-198.

HESPANHOL, A. N. Desafios da geração de renda em pequenas propriedades e a questão do desenvolvimento rural sustentável no Brasil. In: ALVES, Adilson F.; CARRIJO, Beatris R.; CANDIOTTO, Luciano Z. P. **Desenvolvimento Territorial e**

Agroecologia. São Paulo, Expressão Popular, 2008. p. 81-94.

HESPANHOL, A. N. **O Programa de Microbacias Hidrográficas no Contexto da Agropecuária no Pontal do Paranapanema.** 48º SOBER “Tecnologia, desenvolvimento e Integração Social”. Campo Grande, 25 – 28, jul/2010.

HESPANHOL, A. Nivaldo. **O Agronegócio e a Reconfiguração Espacial das Principais Lavouras do Brasil – 1990 – 2006.** Revista Geonordeste, São Cristóvão, ano XIX, n. 1, 2008, p. 63-86

HESPANHOL, A. Nivaldo. **O Desenvolvimento rural na França e no Brasil: experiências LEADER no Centro Oeste da Bretanha e do Programa de Microbacias Hidrográficas no Estado de São Paulo.** In. Congresso Europeu de Americanistas – CEISAL, Bruxelas, 2007.p. 1-15. Disponível em <
<http://www4.fct.unesp.br/nivaldo/Pos-Graduacao/Lato-GARCA/MICROBACIAS-LEADER-CEISAL.pdf>

HESPANHOL, A. Nivaldo. **O Programa Microbacias Hidrográficas e a questão do desenvolvimento de territórios rurais no Estado de São Paulo – Brasil.** In: Jornadas institucionais se Estúdios Agrários e Agroindustriales. Facultad de Ciências Econômicas, UBA, Buenos Aires, 2005, p. 1-20.

HESPANHOL, A. Nivaldo. Os Programas de Microbacias Hidrográficas no Brasil. In: MARAFON, Glaucio José, PESSOA, Vera Lucia Salazar (Orgs). **Agricultura, Desenvolvimento e Transformações Sócioespaciais: reflexões interinstitucionais e constituição de grupos de pesquisa no rural de no urbano.** Uberlândia: Ed. UFU. 2008, p. 1-12.

HESPANHOL, A. Nivaldo. **Manejo sustentável de recursos naturais: o programa de microbacias hidrográficas na Região de Presidente Prudente – São Paulo – Brasil.** X Colóquio Internacional de Geociências. Barcelona, 20 – 30 de maio de 2008, Universidad de Barcelona. Espanha.

HESPANHOL, A. Nivaldo. **Políticas Públicas, modernização e crise da agricultura brasileira.** In: Faz Ciência, Francisco Beltrão – PR, vol 1, nº 1, 1997. p. 38-49.

HESPANHOL, A. Nivaldo; HESPANHOL, Rosangela Ap. de M. **Desenvolvimento rural e poder local: a situação dos CMDRs na região de Presidente Prudente. I Seminário Internacional – Desenvolvimento local na integração:** Estratégias,

Instituições e Políticas, IGCE – Unesp, Rio Claro 2004.

HESPANHOL, Rosângela A. M. Agroecologia: limites e perspectivas. In: ALVES, Adilson F.; CARRIJO, Beatris R.; CANDIOTTO, Luciano Z. P. **Desenvolvimento Territorial e Agroecologia**. São Paulo, Expressão Popular, 2008. p. 117-136.

HESPANHOL, Rosângela A. M. **Diagnóstico da Situação das Associações de Produtores na Região de Presidente Prudente – SP**. XLIV Congresso da SOBER “Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento”, Fortaleza(CE), 23 – 27/jul, 2006.

HESPANHOL, Rosângela A. M. **Pronaf Infra-estrutura e Serviços Municipais e Associações de Produtores em Municípios Selecionados na Região de Presidente Prudente, Estado de São Paulo**. Informações Econômicas, SP, v. 36, n. 5, maio/2006.

HESPANHOL, Rosângela Ap. Medeiros. **Produção familiar: perspectivas de análise e inserção na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente – SP**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista – Unesp “Julio de Mesquita Filho”, Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE), Campus de Rio Claro - SP, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico, 2010. Disponível na internet em www.sidra.ibge.gov.br

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censos Agropecuários, 1996, 2006. Disponível na internet em www.sidra.ibge.gov.br

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censos Demográficos, 1970, 1980, 1991, 2000. Disponível na internet em www.sidra.ibge.gov.br

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Contagem Populacional 1996, 2007. Disponível na internet em www.sidra.ibge.gov.br

KAGEIAMA, Angela. **Desenvolvimento Rural: conceito e um exemplo de medida**. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004, p. 379-308. Disponível em < <http://webnotes.sct.embrapa.br/pdf/cct/v21/v21n3p379.pdf>>

KAGEYAMA, A. **Produtividade e Renda na Agricultura Familiar: efeitos do PRONAF – crédito**. Agric. São Paulo (SP), 50(2), p. 1 – 13, 2003.

- KAGEYAMA, Angela. Desenvolvimento Rural no rio Grande do Sul. In: SCHNEIDER, Sergio (Org.). **A diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre, UFRGS Editora, 2006. p. 245-272
- KAGEYAMA, Ângela. **O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais**. Tese de Doutorado, Unicamp, Campinas/SP, 1987.
- KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Trad. Otto. E. W. Maas. Os Economistas, São Paulo, Nova Cultural, 1986.
- LAMARCHE, Hugues [coord.] (1993), **A agricultura familiar**. Comparação internacional. Campinas, Editora da UNICAMP.
- LEAL, Antonio Cezar. **Gestão das Águas no Pontal do Paranapanema**. Campinas, Tese (doutorado em Geociências) 300f., Unicamp/Inst. de Geociências, 2000.
- LEITE, José Ferrari. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo, Hucitec, 1998.
- LEITE, Sergio P. **Estado, padrão de desenvolvimento e agricultura: o caso brasileiro**. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, 2005, p. 280-332.
- LEITE, Sergio P. **Políticas públicas e agricultura no Brasil (Org)**. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 2001.
- LINHARES, Maria Y., TEIXEIRA DA SILVA, Francisco C. **O debate sobre as estruturas sócio-econômicas do Brasil nas décadas de 1950 a 1970**. In: LINHARES, Maria Y., TEIXEIRA DA SILVA, Francisco C. **História da Agricultura Brasileira**. Ed. Brasiliense, 1981. p. 37-72
- LLANILLO, R. F. *et alii*. **Regionalização da Agricultura no Estado do Paraná, Brasil**. Ciência Rural, jan./fev., ano, 2005, vol. 36, nº 001. UFSM, RS. P. 120 -127.
- LÖWY, Michel. **A Teoria do desenvolvimento Desigual Combinado**. Paris, Faça, Actuel Marx, n. 18, 1995. p. 73-79
- MALUF, Renato S. **Programas de Desenvolvimento Rural Sustentável e Agricultura Familiar no Brasil: enfoques, atores e escala**. Revista Raízes, Campina Grande, v. 28, ns. 1 e 2, jan-dez/2009; vol. 29, n. 1, jan-jun/2010.
- MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. **Abordagens Teórico Metodológicas em**

Geografia Agrária. Rio de Janeiro, EDUARJ, 2007.

MARTINE, George, GARCIA, Ronaldo C. **Os impactos sociais da modernização agrícola.** São Paulo, Caetés, 1987.

MARTINS, José de Souza. **Impasses sociais e políticos em relação a reforma agrária e á agricultura familiar no Brasil.** Seminário Interno “Dilemas e Perspectivas para o Desenvolvimento Regional no Brasil, com ênfase no Agrícola e Rural na Primeira Década do Século XXI. FAO – Reg. Brasil, Santiago, Chile, 11 – 13/dez, 2001.

MARTINS, Jose de Souza. **O cativo da terra.** São Paulo. Livr. ed. Ciências Humanas, 1979.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: ensaios de sociologia e da história lenta.** São Paulo, Hucitec, 1999.

MARTINS, José de Souza. **Reforma Agrária: o impossível diálogo.** São Paulo, Edup, 2000.

MARTINS, R. C.; VALENCIO, N. F. L. S.. **Valoração dos Recursos Hídricos e Impasse Sócio-ambiental na Agricultura Paulista: alguns desafios para gestão de políticas públicas.** Revista Informações Econômicas, SP, v.33, n. 10, out. 2003. p. 28-39.

MARTINS, R., VALÊNCIO, N. F. L. S. **Valoração dos recursos hídricos e impasse sócio-ambiental na agricultura paulista.** Informações Econômicas, SP, v. 33, n. 10, out/2003. p. 28 – 39.

MARTINS, Rodrigo Constante. **O Agrário e o Ambiental na Gestão das Águas.** Revista Raízes, Campina Grande, vol. 26, nº 1 e 2, já-de/2007.

MARX, Karl. **A chamada acumulação primitiva.** In: MARX, Karl. **O capital.** Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982, p. 171-189.

MARX, Karl. **A teoria da moderna colonização.** In: MARX, Karl. **O capital: crítica a economia políticas.** São Paulo, Nova Cultural, 1988. p. 285-292.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas.** In: PINSK, Jaime. **Textos 2 – Modos de produção na antiguidade.** São Paulo, global, 1984, p. 11-17.

MARX, Karl. **Para Crítica da Economia Política: do capital; o rendimento e suas fontes.** Os Pensadores. Trad. Edgar Malagodi. São Paulo, Nova Cultura, 1999.

MAZZALI, Leonel. **O processo recente da reorganização agroindustrial: do complexo a organização em rede.** São Paulo, Ed. Unesp, 2000.

MEDEIROS, C. M. S. V., **O Produtor Familiar Rural – Relações de Produção e Representação Social no Espaço Rural da Região de Presidente Prudente – anos 1980/90.** Anais X EGAL, 20 – 26 /03/2005, USP, São Paulo.

MEDEIROS, Rosa Maria V. A produção familiar e suas diferentes formas de representação. In: MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. **Abordagens Teórico Metodológicas em Geografia Agrária**, Rio de Janeiro, EDUARJ, 2007.p. 169-178.

MELLO, Pedro Carvalho. **Uma visão comparativa do conceito de desenvolvimento econômico de furtado com as teorias recentes.** São Paulo, História e Economia, revista interdisciplinar, v. 2, n. 1, 2º sem, 2006, p. 107-134.

MENEGETTI, Gilmar Antonio. **Desenvolvimento, sustentabilidade e agricultura familiar.** Disponível em <
<http://www.emater.tche.br/site/br/arquivos/servicos/biblioteca/digital/art18.pdf>>
Acesso, agosto, 2009.

MÉSZAROS, Istvan. **Para além do Capital.** Trad. Paulo C Castanheira, Sergio Lessa. Campinas-São Paulo, Ed. da Unicamp-Boitempo Editorial, 2002.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR (SAF) – PRONAF. Crédito Rural do Pronaf. Brasília, 2010. disponível em < <http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>>

MONBEIG, Pierre. **Os Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo.** São Paulo, Hucitec/Polis, 1984.

MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento Sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias.** Florianópolis, Editora UFSC, 3ª ed. 2008.

MOREIRA, Roberto J. Configurações de poderes urbano-rurais: fragmentos de discursos e práticas. In: MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. **Abordagens Teórico Metodológicas em Geografia Agrária**, Rio de Janeiro, EDUARJ, 2007.p. 67-96.

MULLER, Geraldo. **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária.** São Paulo,

Hucitec/EDUC, 1989.

MULLER, Geraldo. Desenvolvimento Sustentável, notas para elaboração de um esquema de referências. In: BECKER, Dinizar. F (Org.). **Desenvolvimento sustentável, necessidade e/ou possibilidade?** Santa Cruz do Sul, Edunisc, 4ª ed. 2002.p. 121-142.

MULLER, Nice Lecoq. **Sítios e Sitiantes no Estado de São Paulo**. Universidade de São Paulo, boletim 132, Geografia, nº 7, São Paulo, 1951.

NACIMENTO, Carlos Alves. Política **Agrícola e Pluriatividade na União Européia e no Brasil: uma análise comparada**. 47º SOBER “Desenvolvimento Rural e Sistemas Agroalimentares: Os agronegócios no contexto da integração das nações”, Porto Alegre, 26 a 30 de julho de 2009. Disponível em <http://www.sober.org.br/palestra/13/1125.pdf>, acessado em jul, 2011.

NAVARRO, Zander. A Agricultura Familiar no Brasil: entre a política e as transformações na vida econômica. GASQUES, J. G; VIEIRA FILHO, J. E. R; NAVARRO, Zander (org). **Agricultura Brasileira: Desempenho, Desafios e Perspectivas**. Brasília – DF, IPEA, Governo Federal, 2010. Disponível em: http://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/904333/1/AgriculturafamiliarnoBrasil_cap.7.pdf, acessado em jul/2011.

NAVARRO, Zander. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. In: **Estudos Avançados**, IE – USP, Vol. 15, Nº 43, São Paulo, 2001. p. 83-100.

NEVES NETO, C. C. e HESPANHOL, A. N. **O Projeto de Microbacias dos Córregos Pavão/ Matão, Município de Assis, no contexto do Programa de Microbacias Hidrográficas do Estado de São Paulo**. Presidente Prudente, Revista Formação, v. 1, n. 16, p. 84-102. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/revista/artigos/n16v1/neto7.pdf>

NEVES NETO, Carlos de Castro. **O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas em São Paulo: o caso do Município de Assis/SP**.196 f. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, FCT/UNESP, Presidente Prudente.

NEVES, Marcos Fava. **Agronegócios e desenvolvimento Sustentável: uma agenda para liderança mundial na produção de alimentos e bioenergia**. São Paulo, Ed.

Atlas/Pesna S.A., 2007.

NORDER, Luiz A. C. Mercantilização da Agricultura e desenvolvimento territorial. In: SCHNEIDER, Sergio (Org.). **A diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre, UFRGS Editora, 2006.p. 59-86.

OKABE, Hiroji. **Algumas reflexões sobre a formação do capitalismo japonês**. Argumento, ano, 1, n. 3, 1972, p. 51-63.

OLIVEIRA, A. U. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 63-110.

ORTEGA, Antonio Cesar. **Desenvolvimento territorial rural no Brasil: limites e potencialidades dos CONSADs**. RER, Rio de Janeiro, vol. 45, n. 02, p. 275-300, abr-jun/2007.

PATERNIANI, Ernesto. **Agricultura sustentável nos trópicos**. Dossiê Desenvolvimento Rural, Estudos Avançados, , São Paulo, IEA/USP, 303-323.

PAULILO, Maria Ignêz S. Maricultura e território em Santa Catarina – Brasil. In: AUED, Bernadete W. PAULILO, M. I. S. (Orgs). **Agricultura Familiar**. Florianópolis, Ed. Insular, 2004.p. 19-36.

PRADO JR, Caio. **A Questão Agrária no Brasil**. Ed. Brasiliense, São Paulo, 2000. p. 1-85.

PRADO JR. Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 23ª ed. 1994.

QUEIROZ, Maria Isaura P. **Cultura, Sociedade Rural e Urbana no Brasil**. In: SZMRECSÁNYI T., QUEDA, Oriowaldo. **Vida rural e mudança social**. 3ª ed. São Paulo, Editora Nacional, 1979.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Trad. Maria Cecília França. São Paulo, Ática, 1993.

RAMPAZZO, Sonia Elisete. A questão ambiental no contexto do desenvolvimento econômico. In: BECKER, Dinizar. F (Org.). **Desenvolvimento sustentável, necessidade e/ou possibilidade?** Santa Cruz do Sul, Edunisc, 4ª ed. 2002.p. 161-190.

RASCHIARTORE, R. A.; MOREIRA, D. A. **Inovações na Implementação do**

Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas do Estado de São Paulo. Revista Gestão e Produção, v. 13, n. 3. p. 517-529, set-dez/2006.

REBELO, Aldo. **Código Florestal (relatório).** São Paulo, 2010.

RODOMSKY, Guilherme W. Reciprocidade, redes sociais e desenvolvimento rural. In: SCHNEIDER, Sergio (Org.). **A diversidade da Agricultura Familiar.** Porto Alegre, UFRGS Editora, 2006.p. 107-138.

SABANES, Leandro. **Manejo sócio-ambiental dos recursos naturais e políticas públicas: um estudo comparativo dos projetos Paraná Rural e Microbacias.** Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS, 2002. (Dissertação de Mestrado).

SACCO DOS ANJOS, F; CALDAS, Nadia V. Pluriatividade e Sucessão Hereditária na Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, Sergio (Org.). **A diversidade da Agricultura Familiar.** Porto Alegre, UFRGS Editora, 2006.

SACHS, Ignacy. **Brasil rural: da redescoberta a invenção.** In: Dossiê Desenvolvimento Rural. Estudos avançados, vol. 15, n. 43, São Paulo, IEA/USP, 2001.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento, includente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro, Garamound, 2008.

SACHS, Wolfgang. **Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder.** Petrópolis, Vozes, 2000.

SACHS, Wolfgang. Meio ambiente. In: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder.** Petrópolis, Vozes, 2000. P. 117-129.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço.** São Paulo, Edusp. 2002.

SANTOS, Milton. **Sociedade e Espaço: A formação social como teoria e como método.** Boletim Paulista de Geografia, n. 54, São Paulo, junho 1977, p. 81-99

SÃO PAULO ESTADO DE. **Fundação SEADE, Governo do Estado de São Paulo,** 2005. Disponível na Internet In: <<http://www.seade.sp.gov.br>>

SAQUET, Marco A. **Campo-Território: considerações teórico-metodológicas.** Campo Território: revista de geografia agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, fev. 2006, p. 60-81.

SAQUET, Marco A. **Proposições Para Estudos Territoriais**. Geografia, Rio de Janeiro, v. 8, ano VIII, n. 15, 2006, p. 71-85. Disponível em <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewArticle/189>>

SAQUET, Marco A. Reflexões sobre a agroecologia no Brasil. In: ALVES, Adilson F.; CARRIJO, Beatris R.; CANDIOTTO, Luciano Z. P. **Desenvolvimento Territorial e Agroecologia**. São Paulo, Expressão Popular, 2008.p. 137-154.

SARACENO, Elena. **O conceito de ruralidade: problemas de definição em escala européia**. Trad. Angela Kageyama, 1996 (mimeo).

SARON, Flavio de A. **Caracterização e dinâmica da produção familiar no município de Urânia – SP: perspectivas de permanência e reprodução social**. Monografia (Bacharelado em geografia) 133f. Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/Unesp, Presidente Prudente, 2010.

SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I. G. P.. **Território e Abordagem Territorial: Das referências cognitivas aos apostes aplicados à análise dos processos sóciais rurais**. Revista Raízes, v. 23, n. 01 e 2. Jan/dez. 2006, p. 101 116.

SCHNEIDER, Sergio (Org.). **A diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre, UFRGS Editora, 2006.

SCHNEIDER, Sergio. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas**. Dossiê, sociologias, Porto Alegre, ano. 6, n. 11, jan./jun. 2004, p. 88 – 125.

SCHNEIDER, Sergio. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre, UFRGS Editora, 2ª ed. 2003.

SCHNEIDER, Sergio; CAZELLA, A.A.; MATTEI, Lauro; Histórico, Caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcel. K; MARQUES, Paulo E. M. (Orgs); **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil**. Porto Alegre, UFRGS Editora, 2004.p. 21-54.

SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcel. K; MARQUES, Paulo E. M. (Orgs); **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil**. Porto Alegre, UFRGS Editora, 2004.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. Os Economistas, São

Paulo, Nova Cultural Ltda, 1997.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo, Cia das Letras, 2010.

SILVA, J.B.; RAMALHO, D. S.; GUERRA, L. D.; FERNANDES, M. **Ambivalências e Contradições do Discurso Sobre a Escassez de Água no Brasil, e no Mundo e da Proposta de Gestão Racional dos Recursos Hídricos**. Revista Raízes, Campina Grande, v. 25, n. 1 e 2, jan-dez/2006, p. 27-36

SILVA, Marcel. K; MARQUES, Paulo E. M. Democratização e políticas públicas de desenvolvimento. In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcel. K; MARQUES, Paulo E. M. (Orgs); **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil**. Porto Alegre, UFRGS Editora, 2004.p. 9-20.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988.

SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986 (Coleção agricultura e sociedade).

SOUSA, J. M. P.; VALENTE JR, A. S. **Análise das Liberações dos Recursos do PRONAF – descentralização das aplicações do crédito rural?** XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (SOBER), Fortaleza, 24 a 26/06/2006. p. 1-19.

SOUZA, J. M. P, VALENTE JR, A. S. **Análise das Liberações dos Recursos do PRONAF – descentralização das aplicações do crédito rural?** XLIV Congresso SOBER “Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento”, Fortaleza(CE), 23 – 27/jul, 2006.

SOUZA, P. C e HESPANHOL, A. N. **Bairros Rurais e Resistência. A Formação das Comunidades Rurais no Oeste Paulista**. Campo-Território: revista de Geografia Agrária, v. 5, n. 10. Ago. 2010, p. 168-193.

SOUZA, P. C. e HESPANHOL, A. N.. **A resistência dos bairros rurais no Município de Martinópolis/SP**. Geografia em Atos, vol. 1, nº 4, 2002. Unesp/Presidente Prudente. P. 99-115.

STROPASOLAS, V. L. **Desenvolvimento Rural e Inclusão Social: os alcances da ação extencionista no Projeto Microbacias 2**. Revista Raízes, Campina Grande, v. 26, n. 1 e 2, jan/dez. 2007. p.121-127.

STROPASOLAS, V. L. Visões do Mundo Rural dos Jovens: a indivisibilidade social. In: AUED, Bernadete W. PAULILO, M. I. S. (Orgs). **Agricultura Familiar**. Florianópolis, Ed. Insular, 2004.p. 153-170.

STUART, Ana Maria. UE é um laboratório de políticas públicas. Disponível em <http://www.fes.org.ar/PUBLICACIONES/Stuart-agosto05.pdf>, acessado em julho/2011.

SWEEZY, Paul. **Capitalismo Moderno**. Traduções e notas J. Fernandes Dias, Rio de Janeiro, Edições do Graal, 1977. p. 115-128.

THOMAZ JR. **Por traz dos Canaviais, os nós da cana: a relação capita X trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista**. São Paulo, Ed. Anna Blume, 2002.

TROTSKY, Leon. Peculiaridades do desenvolvimento na Rússia. In: **A História da Revolução Russa**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, p. p. 23-33.

VAN DER PLOEG, J. D. **Sete teses sobre a Agricultura Camponesa**. Agricultura Familiar Camponesa na construção do futuro. Disponível em http://www.agriculturesnetwork.org/magazines/brazil/especial/sete-teses-sobre-a-agricultura-camponesa/at_download/article_pdf> Acesso em out, 2010.

VAN DER PLOEG. O modo de produção camponês revisado. In: SCHNEIDER, Sergio (Org.). **A diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre, UFRGS Editora, 2006.p. 15-58.

VEIGA, J. E. **Destinos da Ruralidade no procedo de globalização**. Estudos Avançados, 18 (51), IEA/USP, São Paulo, 2005.

VEIGA, Jose Eli. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro, Garamound, 2008.

VEIGA, José Eli. **O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento**. Dossiê Desenvolvimento Rural, Estudos Avançados, São Paulo, IEA/USP, 101-120.

VEIGA, José Eli. O Campo e o Censo. Economia. In: **Brasil Rural na virada do milênio. Encontro de Pesquisadores e Jornalistas**. São Paulo, 18 a 19 de abril de 2001.

VEIGA, José Eli. **O Desenvolvimento Agrícola; uma visão histórica**. São Paulo, Edusp, 2007.

WANDERLEY, Maria de N. Baudel. **A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural.** In: ¿Una nueva ruralidad en América Latina?. Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>>

WANDERLEY, Maria de N. Baudel. **Olhares sobre o Rural Brasileiro.** Revista Raízes, Campina Grande, v. 23, n 1 e 2, jan-dez., 2004, p. 82-98.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** São Paulo, Martin Claret, 1ª ed., 2001.

WEBER, Max. A objetividade nas Ciências Sociais. In: WEBER, Max. Col. **Grandes Cientistas Sociais**, São Paulo, Ática, 1974.

WILKINSON, John. **O Estado, a agroindústria e a pequena produção.** São Paulo-Salvador: Hucitec: CEPA, 1986.

ZAMBERLAM, Jurandir; FRONCHETTI, Alceu. **Agricultura Ecológica: preservação do pequeno agricultor e o meio ambiente.** Petrópolis, Vozes, 3ª ed. 2007.